

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

Tese

**“A pátria é a terra”: As representações sobre o campo e o homem rural
construídas pelo Estado Novo**

Gabriela Carames Beskow

2010



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**“A PÁTRIA É A TERRA”: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O CAMPO
E O HOMEM RURAL CONSTRUÍDAS PELO ESTADO NOVO**

GABRIELA CARAMES BESKOW

*Sob a Orientação da Professora
Maria Verónica Secreto*

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.**

Rio de Janeiro, RJ
Fevereiro de 2010

AGRADECIMENTOS

O ponto final em um trabalho gera sempre uma mistura de sentimentos: a ideia persistente de que sempre faltou algo a explorar; a satisfação de saber que se conseguiu chegar ao final de um caminho, com tempo apenas para tomar fôlego e começar a trilhar um novo; o alívio de se ter, finalmente, terminado e alguma saudade de tudo o que passou. Estes sentimentos são confusos, mas um é bem claro: o desejo de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que eu pudesse chegar ao resultado final.

À Verônica, pela paciência, dedicação, carinho e competência; que me permitiu errar e refazer e que, mais do que tudo, me deu liberdade para pensar e agir.

Ao professor Luiz Flávio de Carvalho, não apenas por fazer parte da banca, mas, principalmente, pelo curso de Seminário de Doutorado que me foi fundamental para ordenar as idéias tão dispersas de um projeto de doutorado.

Ao professor Francisco Martinho, que reencontro após quatro anos e que, além de me dar a honra de fazer parte desta banca, merece um agradecimento especial por ter sido com ele que aprendi a ser historiadora.

À professora Nísia Trindade e ao Professor Vanderlei Vazelesk, por estarem aqui, hoje, e por contribuírem nas reflexões deste trabalho.

A todos no CPDA, funcionários e professores, que me permitiram realizar um curso que ampliou minha visão e minhas reflexões.

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado que me possibilitou dedicação total à pesquisa nos dois primeiros anos do curso.

À Sarita, querida amiga, que contribuiu, enormemente, tanto com sua amizade quanto com seu enorme talento de historiadora.

À minha família, pelo amor e apoio.

Ao Pedro, por tudo, tudo, tudo...

RESUMO

BESKOW, Gabriela Carames. **“A pátria é a terra”: As representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo.** 2010. p. 164. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade .+Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações construídas sobre o campo e o homem rural pelo Estado Novo. Acreditamos que estas representações faziam parte da elaboração ideológica que tinha como objetivo legitimar o regime autoritário, dando sustentação às propostas de transformação social, política e econômica, promovidas pelo estado. Contribuíam, ainda, para forjar uma nova identidade nacional brasileira que propunha a harmonia social, novas formas de pensar a cidadania e a incorporação de setores anteriormente marginalizados – em especial, a classe trabalhadora. A construção das representações estava ligada tanto ao aspecto econômico, que diz respeito ao lugar ocupado pelo homem e pelo espaço rurais nos projetos de desenvolvimento econômico propostos pelo estado, quanto à questão da construção de uma identidade nacional na qual o campo é associado às raízes da nacionalidade e das tradições culturais brasileiras, e o homem rural é apresentado como representante “típico” destes elementos. As fontes utilizadas neste trabalho são discursos, fotografias, pinturas, livros escolares e revistas, que eram produzidos ou apropriados pelo regime estadonovista para expressar os modelos ideais de homem e espaço rural que buscava consolidar no imaginário nacional brasileiro.

Palavras-chave: Representações. Campo. Homem rural. Estado Novo.

ABSTRACT

BESKOW, Gabriela Carames. **“The country is the land”**: The representations about the rural space and the rural man built by the Estado Novo. 2010. p. 164. Thesis (Doctorate at Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

The present work intends to analyze the representations that were built about the rural space and the rural man by the New State. We believe that these representations were part of the ideological elaboration that had as objective to legitimate the authoritarian regime, providing sustentation to the proposals of social, politics and economical transformations promoted by the State and contributing to forge a new brazilian national identity to propose social harmony, new forms of thinking the citizenship and the incorporation of sections previously marginalized – especially the working class. The construction of the representations was linked with the economical aspect - the place occupied by the man and the rural space in the projects of economical development proposed by the State - as good as to the construction of a national identity in witch the field is associated to the roots of the nationality and of the Brazilian cultural traditions, and the rural man as “typical” representative of these elements. The sources used in this work are speeches, photographs, paintings, school books and magazines witch were produced or appropriated by the New State regime to express the ideals of man and the rural space that seek to consolidate the brazilian national imaginary.

Keywords: representations. field. rural man. Estado Novo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Página 26	Cartilha <i>O Brasil Novo para a Criança Brasileira</i> (1941).
Figura 2	Página 28	Cartazes da Legião Brasileira de Assistência (Revista <i>Riquezas da Nossa Terra</i> – Biblioteca Nacional).
Figura 3	Página 30	Revista <i>Nossa Terra</i> , número 15, janeiro □ fevereiro. de 1941
Figura 4	Página 36	Revista <i>Nosso Século</i> , fascículo 24, 1980.
Figura 5	Página 38	O campo retratado no opúsculo “Brasileiros Ouvi!”.
Figura 6	Página 46	Meses de março e abril no calendário da Revista <i>Riquezas da Nossa Terra</i> , número 6, novembro – dezembro de 1942.
Figura 7	Página 47	Meses de julho e agosto no calendário da Revista <i>Riquezas da Nossa Terra</i> , número 6, novembro – dezembro de 1942.
Figura 8	Página 48	Meses de novembro e dezembro no calendário da Revista <i>Riquezas da Nossa Terra</i> , número 6, novembro – dezembro de 1942.
Figura 9	Página 89	Trabalhadores na exploração da carnaúba. Revista <i>Nossa Terra</i> , número 14, novembro – dezembro de 1940.
Figura 10	Página 89	Candido Portinari. <i>Mestiço</i> , 1934.
Figura 11	Página 91	Revista <i>Nossa Terra</i> , número 8, outubro – novembro de 1939.
Figura 12	Página 91	Revista <i>Riquezas da Nossa Terra</i> , número 7, janeiro – fevereiro de 1943.
Figura 13	Página 92	As crianças recebem instrumentos agrícolas. Arquivo Pessoal Gustavo Capanema - CPDOC/FGV. Série Fotografias. <i>Aspectos de instalações e atividades de escolas de trabalhadores rurais e de pescadores do Paraná</i> . Classificação: GC foto 597_35. 1937-1945 (data provável).
Figura 14	Página 93	Página do livro <i>Clubes Agrícolas</i> , produzido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.
Figuras 15 e 16	Página 93 e 94	Arquivo Pessoal Ernâni do Amaral Peixoto - CPDOC/FGV. Série Fotografias. <i>Aspectos de escolas rurais do estado do Rio de Janeiro</i> . Classificação: EAP foto 017. 1937-1945 (data provável).
Figura 17	Página 95	Página do livro <i>Clubes Agrícolas</i> , produzido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.
Figura 18	Página 98	Pau-Brasil (1936-1944). Candido Portinari. Afrescos dos Ciclos Econômicos encomendados por Gustavo Capanema para o novo edifício do Ministério da Educação.
Figura 19	Página 99	Açúcar (1936-1944). Candido Portinari. Afrescos dos Ciclos Econômicos encomendados por Gustavo Capanema para o novo edifício do Ministério da Educação.

Figura 20	Página 99	Café (1936-1944). Candido Portinari. Afrescos dos Ciclos Econômicos encomendados por Gustavo Capanema para o novo edifício do Ministério da Educação.
Figuras 21 e 22	Páginas 101 e 102	Os soldados da produção, com suas armas, no campo de batalha: produção agrícola era fundamental para o abastecimento e a produção de matérias-primas para o esforço de guerra. Revista <i>Riquezas da Nossa Terra</i> , número 12, novembro – dezembro de 1943.
Figura 23	Página 119	A Divisão Regional do Brasil de 1942. In: MAGNAGO, 1995.
Figura 24	Página 130	Carro de Boi, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 3, nº. 3.
Figura 25	Página 131	Carroças Coloniais do Sul, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 4, no. 1.
Figura 26	Página 133	Gaiolas e Vaticanos, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 4, no. 2.
Figura 27	Página 135	Balsas, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 6, nº. 4.
Figura 28	Página 138	Colheita de café, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 7, nº. 3.
Figura 29	Página 139	Babaçuais, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 6, nº. 1.
Figura 30	Página 141	Caatinga, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 2, nº. 1.
Figura 31	Página 143	Arpoadores de Jacaré, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 1 nº. 4.
Figura 32	Página 145	Vaqueiro de Marajó, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 1, nº. 2.
Figura 33	Página 147	Vaqueiro do Rio Branco, reprodução de uma imagem apresentada por Jacques Ourique. RBG, vol. 4, nº. 3.
Figura 34	Página 149	Vaqueiro do nordeste, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 3, nº. 2.
Figura 35	Página 151	O Gaúcho, desenho de Percy Lau. RBG, vol. 2, nº. 2.
Figura 36	Página 153	Fotografia de Pierre Monbeig encontrada em Angotti-Salgueiro, 2005. Copyright PRODIG / CNRS, Paris.
Figura 37	Página 153.	Fotografia de Marcel Gautherot encontrada em Angotti-Salgueiro, 2005. Acervo do Instituto Moreira Salles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 RIQUEZAS DA NOSSA TERRA: POLÍTICA E IMAGINÁRIO SOBRE O ESPAÇO RURAL DURANTE O ESTADO NOVO	
1.1 O Papel do Campo nos Projetos do Estado Novo.....	16
1.2 Em Busca da Terra Abençoada: O Estado Novo e As Representações Sobre o Campo Brasileiro.....	34
2 O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM RURAL COMO TRABALHADOR	
2.1 As Representações do Homem Rural: do Império à Revolução de 30.....	54
2.2 O Estado Novo e a Construção do Homem Rural Ideal.....	63
2.2.1 “Trabalhador também tem seu lugar no Estado Novo”.....	63
2.2.2 O papel do homem rural nos projetos do Estado Novo.....	69
2.2.3 As representações do homem rural construídas pelo Estado Novo.....	87
3 A PÁTRIA É A TERRA: OS TIPOS REGIONAIS E A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA	
3.1 Alguns Aspectos da Construção da Identidade Nacional na Ideologia do Estado Novo.....	107
3.2 Região e Regionalismo no Estado Novo.....	113
3.3 Os tipos regionais brasileiros e a relação entre homem e espaço.....	121
3.4 As Representações do Homem Rural em <i>Tipos e Aspectos do Brasil</i>	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS.....	167

INTRODUÇÃO

*O que procuro é terra firme
Pois nasci junto da serra
De costas voltadas para o mar [...]
A estar chorando de saudade portuguesa
Prefiro varar o sertão
Que é o meu destino singular.*
(CASSIANO RICARDO *Apud* VELLOSO, 2003)

Em meio à falta de resolução da questão agrária no Brasil, destacam-se a multiplicidade de vozes que buscam falar em nome da população rural, construindo discursos, imagens e representações sobre este grupo que atendem aos mais diferentes interesses. Ao olhar para a história da questão agrária brasileira, podemos observar que esta multiplicidade de vozes não é um fato novo. E o estado foi, por muitas vezes, uma das instâncias sociais que tentou trazer para o seu âmbito a iniciativa de construir representações sobre o campo e o homem rural. Este trabalho tem como objeto de estudo estas representações elaboradas pelo Estado Novo. Este objeto adquire relevância pelo fato de o mundo rural ser ainda um tema pouco abordado pela historiografia dedicada ao governo Vargas. Como afirma Maria Verónica Secreto (2007), as imagens que temos como referência sobre este período nos remetem à questão industrial e urbana, como se a partir de 1930 simplesmente o Brasil deixasse de ser rural. O espaço e o homem rurais “somem” da história, para reaparecer no tema da luta pela terra, a partir, principalmente, da década de 1950.

A ênfase dada aos aspectos urbano e industrial do primeiro governo Vargas esteve muito ligada aos temas de interesse da historiografia por um determinado período. A questão do “populismo” esteve no centro das discussões de historiadores e cientistas sociais, transpassada por eixos como a construção da cidadania, o exercício do direito político e as relações entre estado e sociedade, principalmente entre estado e classe trabalhadora. No tratamento destes eixos, os direitos políticos e sociais foram compreendidos a partir das premissas do ideário político liberal. Dessa maneira o processo de incorporação das classes trabalhadoras teria se dado, em um primeiro momento, com a extensão dos direitos sociais – por meio da legislação trabalhista – e, posteriormente, com o exercício do direito político. Com o incentivo ao desenvolvimento industrial, o crescimento urbano e a restrição da legislação trabalhista a este universo, o espaço e o homem rurais estiveram ausentes dos estudos sobre o período do governo Vargas.

Na década de 1980, estas premissas começaram a ser revisadas. Elaborou-se a crítica ao termo populismo, desdobrando-se no questionamento da ideia de manipulação das “massas” populares pelos líderes carismáticos. O exercício dos direitos políticos e sociais foi analisado a partir de novas perspectivas que levavam em conta a negociação, os interesses e as estratégias estabelecidas entre os grupos sociais e entre estes e o estado. A partir destas críticas e questionamentos torna-se possível lançar um outro olhar sobre a incorporação dos grupos sociais e a aquisição de direitos. Se o Estado Novo não fazia uso do ideário liberal, seria possível pensar essa incorporação a partir de outros parâmetros? Será que a ideologia e a política estadonovista marginalizavam totalmente o homem rural ao excluí-lo da legislação trabalhista? O espaço rural foi também excluído dos projetos nacionais ao se propor a ênfase no desenvolvimento urbano-industrial?

Com relação ao campo, apesar desta ênfase, é possível identificar projetos de desenvolvimento nacional que propunham a complementaridade entre a agricultura e a indústria. Frente ao contexto internacional de crise econômica, defendia-se a não-dependência com relação ao mercado externo, sem perder de vista a possibilidade de competir neste

mercado. Para tal, tornava-se central a promoção do crescimento industrial e agrícola, simultaneamente: as matérias-primas alimentariam a indústria e a prosperidade da economia rural permitiria absorver os produtos industriais com a criação de um mercado interno forte.

Para atingir estas transformações econômicas era necessária a criação, segundo a ideologia do Estado Novo, do “homem novo”: o trabalhador qualificado, forte, produtor de riquezas para o país. Este novo homem não era necessário apenas na cidade, mas também no campo. A exclusão do homem rural da legislação trabalhista foi motivada por fatores como os interesses dos setores agrários e a falta de infraestrutura para se concretizar as transformações no campo; mas esta exclusão não significou a ausência de políticas com relação ao homem rural. Como veremos ao longo deste trabalho, ações nos ramos da saúde, da educação e da colonização foram propostas e realizadas, mesmo que seus resultados efetivos tenham sido pouco concretos.

É importante frisar que, com o Estado Novo, foi consolidada uma nova concepção de representação política e de cidadania, nascidas no bojo da crítica à democracia nos moldes liberais. A instauração de um regime autoritário foi acompanhada pela atribuição de um novo papel ao estado, que deveria ser interventor, forte, técnico e centralizador. Frente a esta situação, o regime buscou estabelecer como cerne da sua legitimidade a proposta de criação de uma nova sociedade que incorporaria definitivamente todos os setores nacionais, em especial, a classe trabalhadora. Seria o estado autoritário o único capaz de garantir a criação dessa sociedade, a partir da perspectiva de progresso dentro da ordem. Foi montado, então, um eficiente aparato de propaganda e de censura, capaz de assegurar legitimidade ao regime pela criação de uma nova forma de identidade nacional – a identidade nacional coletiva (CAPELATO, 2003).

O uso da propaganda, aliado à censura e à repressão, foi uma das principais vias para a construção da legitimidade do regime. Nesse período o uso dos meios de comunicação de massa como o rádio e o cinema foram fundamentais para que os símbolos nacionais se tornassem parte da vida cotidiana dos indivíduos. A propaganda funcionou amplamente na difusão de um discurso que ressaltava a unidade e a harmonia do povo em torno do ideal nacional:

Amor, paz, felicidade, generosidade, concórdia constituíam os elementos que compunham a estrutura afetiva organizada para propor a unidade em torno de um todo harmônico. Ao estimular esses sentimentos, pretendia-se neutralizar os conflitos através da formação de uma identidade nacional coletiva (CAPELATO, 1998: 246-247 *Apud* CAPELATO, 2003).

Ângela de Castro Gomes (1982) afirma a importância da elaboração e da comunicação da ideologia tanto para o controle do comportamento político dos atores dominados, quanto para assegurar a coesão interna dos grupos dominantes. Neste sentido é interessante nos remetermos ao próprio conceito de ideologia expressado por Chauí (1980), compreendido como um discurso lógico, coerente e sistemático de representações (concebidas como ideias e valores) e de normas que indicam aos membros da sociedade, o que e como devem pensar, aquilo que deve ser valorizado, o que devem sentir e como devem agir. Dessa maneira, um outro aspecto que torna este período merecedor da atenção dos estudiosos é o fato de, para além dos usos políticos, o imaginário sobre o campo e o homem rural ter se tornado peça fundamental para a construção do imaginário da nacionalidade brasileira. As novas representações buscavam superar as ideias de atraso e tristeza do campo, promover a valorização do homem enquanto produtor de riquezas e da cultura rural, inclusive em suas vertentes regionais.

A ideologia estadonovista pode ser pensada como um mosaico de imagens variadas, como um grande quadro composto por colagens que expressam e sintetizam ideias-força. Este mosaico foi formado a partir de diferentes correntes de pensamento, cujos aspectos que

interessavam ao regime eram escolhidos, “pinçados” e “colados”, compondo um discurso que afirmava seu caráter de novidade. O Estado Novo estabeleceu uma relação muito interessante com o tempo histórico: ao mesmo tempo em que afirmava o seu caráter de novidade, de ruptura com um momento anterior identificado como de crise, o Estado Novo procurava se legitimar, afirmando que o regime possuía laços de continuidade com certos aspectos da tradição nacional. É importante observar que o passado foi um parceiro constante do diálogo com a ideologia do regime. Este passado é explicitamente citado, tanto para marcar a ruptura quanto para marcar a continuidade, de acordo com as diretrizes ideológicas. Em outros momentos, o Estado Novo é apontado como o momento-auge da realização de uma série de demandas há muito elaboradas por diversos setores sociais, e que, no “novo” momento, se realizavam pela ação do estado.

Ao abordar de forma pioneira a temática aqui proposta, Linhares e Silva (1999) propuseram pensar as políticas do Estado Novo para o campo a partir de dois eixos: o das ações políticas “reais” e o das ações políticas “imaginárias”. Concluem, os autores, que, se no ramo das ações “reais” o regime alcançou poucas realizações, ele teria sido extremamente bem sucedido ao incorporar o homem rural a partir da construção de um imaginário positivador do campo e da sua população. Apesar de reconhecermos a importância fundamental do trabalho de Linhares e Silva para o estudo da questão, tendo desenvolvido premissas que aqui compartilhamos, acreditamos que esta separação entre “real” e “imaginário” não é possível. A inclusão do campo e do homem rural não pode ser compreendida no projeto estadonovista apenas como parte de um modelo de desenvolvimento econômico: a busca por legitimidade enveredou pela proposta de criação de uma identidade nacional coletiva. Nesta perspectiva, o homem rural não era valorizado apenas como produtor de riquezas, mas também como representativo da cultura e da nacionalidade. Como veremos, esta valorização se deu a partir da identificação do interior e do mundo rural como espaços da verdadeira nacionalidade brasileira, que estavam a salvo da influência estrangeira da qual era vítima o litoral, relacionado também com o espaço urbano. Afirmamos, portanto, que as ações políticas são em si compostas pelos dois elementos: “real” e “imaginário”, de forma indissociável. E é a crença nesta profunda conexão entre “ação” e “discurso” que baseia a escolha das representações como nosso objeto de estudo.

Como nos chama a atenção Roger Chartier, torna-se necessário superar a divisão criada entre a objetividade das estruturas e a subjetividades das representações, sendo estas últimas compreendidas como dedicadas apenas aos discursos e situadas à distância do real. Segundo o autor, é fundamental pensar as representações coletivas como matrizes de práticas construtoras do mundo social, pois "*Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos*" (MAUSS apud CHARTIER: 183, 1991). Assim com Chartier, Denise Jodelet destaca a relação existente entre as representações e a ação no mundo social, afirmando a importância deste conceito em diversos aspectos do cotidiano de nossa sociedade, pois "*Elas [as representações] nos guiam no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva*". Para Jodelet:

As representações sociais, enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001: 22).

É a partir destes conceitos de representação social que propomos analisar as imagens elaboradas pelo Estado Novo. Acreditamos que estas elaborações estavam profundamente

conectadas tanto com as propostas de transformações sociais, políticas e econômicas, quanto com a necessidade do regime de consolidar um novo imaginário que legitimasse a sua existência a partir da construção de uma nova identidade nacional coletiva. Estas imagens representavam modelos idealizados sobre determinado grupo e espaço, e influenciariam na maneira como este grupo se compreendia e como era compreendido por outros setores sociais; ou seja, funcionando como ponto de partida que determina a forma como o homem age em sociedade e também a maneira como entende esta mesma sociedade (CHARTIER, 1985).

É fundamental observar que as representações não são discursos neutros. Essas percepções do mundo social produzem “*estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas*” (CHARTIER, 1985:17). Para Chartier, é fundamental termos consciência de que as representações estão em um campo de constante concorrência e competição: são produzidas verdadeiras lutas de representação. E estas lutas não envolvem apenas a elaboração de representações “concorrentes”, sendo necessário levarmos em conta, também, os processos de apropriação e re-elaboração feitos de acordo com as estratégias e os interesses dos grupos sociais envolvidos. É interessante observar, ainda, que, por mais que as representações sejam criadas por um determinado grupo — e por isso refletindo, em parte, os seus interesses e necessidades — elas aspiram à universalidade, o que garantiria legitimidade e superaria conflitos e disputas.

Como anteriormente destacado, as representações escolhidas como objeto desta pesquisa são as “oficiais”, produzidas ou difundidas pelo Estado Novo. Apesar de reconhecermos a questão como um campo de disputas constantes, não faz parte dos nossos objetivos analisar representações “concorrentes” e mesmo as apropriações feitas. Tratar-se-ia de um estudo complexo e de grande fôlego, o que não é possível realizar neste momento. Mesmo assim, é importante salientar que, entre as representações analisadas, algumas foram produzidas “fora” do âmbito oficial e, posteriormente, apropriadas e difundidas pelo estado, pois se “encaixavam” no modelo idealizado pelo discurso estadonovista. Apesar da impossibilidade de nos aprofundarmos na questão, veremos que o discurso do estado era construído em constante diálogo com outras formas de representação e com demandas colocadas por diversos setores sociais, buscando atingir o caráter universal para o qual chamamos a atenção anteriormente.

O estudo proposto neste trabalho tem como um de seus objetivos observar, a partir da análise de um número variado destas representações, as características principais atribuídas ao homem e ao espaço rural; ou seja, definir o que era estabelecido como modelo “ideal” do campo e do homem rural, identificando os tipos “característicos” e os mitos elaborados. Esta perspectiva é sugerida por Octavio Ianni (2002), quando afirma que, historicamente, o imaginário social brasileiro é povoado por diversos tipos e mitos que fazem referência a uma série de características sintetizadoras da nossa nacionalidade, sejam elas positivas ou negativas. A sua análise, afirma Ianni, pode nos fornecer indícios sobre os movimentos da sociedade, em diferentes perspectivas e em diferentes momentos históricos. Segundo o autor,

a história aparece como uma coleção de figuras e figurações, ou tipos e mitos, relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geohistória, que se registram metafórica ou alegoricamente. Esclarecem ou ordenam o que se apresenta complexo, contraditório, difícil, como é habitualmente a realidade histórico-social, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais (IANNI, 2002: 182).

Convivemos, portanto, com estes tipos e mitos sobre o Brasil e o seu povo, sejam eles de caráter positivo ou negativo, que foram incorporados ao nosso imaginário como

características definidoras da nacionalidade ou da “maneira de ser” do povo brasileiro. É importante, porém, voltar às nossas definições do conceito de representações sociais, lembrando que estas não se limitam a “povoar o imaginário”; elas também influenciam nosso olhar e nossa maneira de pensar e agir em sociedade. No caso do nosso estudo, em particular, identificaremos os “tipos rurais” e os mitos sobre o campo e a sua população. Apesar de consolidados em nosso imaginário, a “origem” destes tipos e mitos geralmente é desconhecida ou pouco levada em consideração, e muitas vezes pode ser identificada nas tensões e lutas no campo social onde estas representações aparecem como “saídas” encontradas para legitimar certas posições ou mesmo gerar consenso entre diferentes setores.

A tese está organizada a partir de três capítulos. No Capítulo I propomos discutir a existência de políticas estadonovistas voltadas para o campo, propostas dentro de um projeto mais amplo de modernização do país, e a conexão entre estas políticas e as representações sociais elaboradas sobre este espaço. No primeiro item deste capítulo apresentaremos as propostas do Estado Novo para o campo, ligadas, principalmente, à produção agrícola. Em um contexto de profundas transformações econômicas, políticas e sociais, em escala mundial, que têm como marco a crise de 1929, o Estado Novo estabeleceu projetos que visavam promover a modernização do país. A dependência com relação ao mercado externo se evidenciou com a crise, dependência relacionada tanto com os produtos agrícolas exportados, quanto com a importação de produtos industrializados. Embora a historiografia enfatize o desenvolvimento de políticas industriais no período, é necessário destacar que a economia rural manteve sua importância não apenas pelo peso que ainda possuía na economia brasileira, mas também pela possibilidade de uma economia baseada na complementaridade entre atividades agrícolas e industriais. A conformação de um mercado interno capaz de impulsionar a economia nacional também é um importante fator a ser levado em consideração nas políticas de fomento à economia rural, como destacaremos ao longo deste capítulo. Procuraremos mostrar que o debate da modernização da agricultura tinha origem em períodos anteriores, e que muitas vezes o discurso do Estado Novo era elaborado em resposta às demandas e aos conflitos entre diferentes setores da classe agrária. As principais características desta nova agricultura seriam a diversificação produtiva e a modernização das técnicas agrícolas, superando a situação de atraso atribuída ao campo.

O segundo item se dedica à análise das representações produzidas sobre o campo. Observamos como estas dialogavam com o papel econômico do espaço rural discutido no item anterior. Nossa proposta é identificar as principais características atribuídas pelas representações ao espaço rural, definindo, assim, o mito do campo em transformação, difundido pelo Estado Novo. Este passava a ser valorizado, muitas vezes, em detrimento do espaço urbano. Correspondendo à política de contenção do êxodo, o espaço rural era apresentado como o lugar em que homem e natureza se conectavam e como reserva de riquezas da nação. Tradição e modernidade se misturavam, pois, se a transformação do campo era necessária, a sua valorização muitas vezes se deu pela via da exaltação nostálgica, pela descrição das suas belezas naturais e pela valorização do ritmo de vida diferenciado da vida urbana.

O Capítulo II tem como objetivo analisar a incorporação do homem rural aos projetos de desenvolvimento do Estado Novo. O primeiro fator a ser destacado é o desta incorporação se dar, entre outras formas — as quais identificaremos em outros momentos da tese — pela perspectiva do trabalho. Assim, discutiremos de forma breve qual o lugar proposto para o trabalhador no discurso estadonovista, lembrando que a ideologia do regime atribuiu ao trabalho uma dimensão muito mais abrangente do que o aspecto econômico; tinha reflexos, também, na questão moral, na questão social e na questão da cidadania. Apesar desta conexão com a dimensão do trabalho ser importante, é fundamental destacar que a forma de incorporação do trabalhador rural se dava, na perspectiva do Estado Novo, de forma

diferenciada daquela proposta para o trabalhador urbano. Assim, apesar da legislação trabalhista não ter chegado ao campo, o Estado Novo promoveu ações políticas de outra ordem – como nas áreas da saúde, da educação e da colonização – que, apesar de não se realizarem de forma completa, visavam promover a integração do homem rural aos projetos do estado. Mostraremos que a questão do trabalho foi um traço fundamental na construção do tipo rural idealizado pelo Estado Novo. Tratava-se de um trabalhador moderno, pronto para corresponder às necessidades colocadas pela transformação promovida no campo. Mas, da mesma maneira que nas representações do espaço rural, observamos que aquelas construídas sobre o homem rural também exaltam uma visão mais “tradicional”. Ao mesmo tempo em que se estabelecia a necessidade da implantação do capitalismo no campo, com a especialização e modernização do espaço e do homem, valorizava-se uma imagem do tipo rural muito ligada às elaborações tradicionais do trabalhador com chapéu de palha, que, durante o dia, trabalhava com sua enxada e, à noite, entoava seus cantos com a viola.

O terceiro e último capítulo desta tese aborda uma das representações do homem rural mais cristalizadas no imaginário nacional: a dos tipos regionais brasileiros. Nestas elaborações o campo é apresentado como o lugar em que sobreviveriam as tradições e a verdadeira nacionalidade brasileira, das quais o homem rural era o legítimo guardião. As representações dos tipos regionais estão profundamente ligadas ao processo de construção da identidade nacional coletiva a partir da produção do “espírito nacional”, que seria encontrado nos costumes da tradição, da religião, da raça, da língua e da memória do passado (GOMES, 1998).

Ana Maria Daou (2001) destaca, no processo de construção da identidade nacional, a criação de um imaginário e de elos “naturais” em que os membros da comunidade se identificam com os lugares, enfatizando a associação entre nação e território. Com o Estado Novo, observamos a defesa da centralização política, sendo necessário que os regionalismos aguçados durante a República Velha sejam superados para a criação de uma identidade una, nacional. A geografia ganha grande importância no período, tanto como instrumento de ações políticas quanto como legitimadora de uma identidade que conecta homem e território. Propomos a discussão das principais linhas interpretativas da geografia humana no período e, a partir da sua compreensão, nos dedicamos à análise da série *Tipos e Aspectos do Brasil*, produzida e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A análise dos textos e imagens sobre os tipos, as paisagens e os aspectos “típicos” do Brasil demonstra a tentativa de agrupar, em um sentimento de identidade nacional, as identidades regionalistas anteriormente fortalecidas com a vigência do regime federalista.

Por fim, gostaríamos de tratar das fontes utilizadas neste trabalho. Como anteriormente colocado, nos restringimos apenas às representações produzidas ou difundidas pelo estado. Procuramos fazer uso de diferentes tipos de fontes, permitindo um amplo espectro de comparação e refletindo a própria complexidade e abrangência da máquina de propaganda ideológica do Estado Novo.

Entre as fontes utilizadas merece destaque o uso de imagens. Trata-se de um campo de estudos que pode ser considerado relativamente novo no âmbito da História. As imagens, segundo Pesavento (2005), são representações do mundo elaboradas para serem vistas. Segundo a autora, por um longo período, as imagens foram utilizadas pelos historiadores como algo ilustrativo, ou como uma “expressão superior da cultura”. As novas formas de utilizar a imagem tiveram início pela sua associação à ideia de representação. Como no caso do discurso, a imagem estabelece uma mediação entre o mundo do espectador e o do produtor: “*A imagem possui uma função epistêmica, de dar a conhecer algo, uma função simbólica, de dar acesso a um significado, e uma estética, de produzir sensações e emoções no espectador*” (PESAVENTO, 2005: 87).

São diversos os tipos de imagens utilizadas neste trabalho: pinturas (como a obra dos *Ciclos Econômicos* de Portinari, encomendada por Gustavo Capanema para a sede do Ministério da Educação), desenhos (como os realizados por Percy Lau para a série *Tipos e Aspectos do Brasil*) e, principalmente, fotografias.

As fotografias merecem atenção por seu grande uso nas publicações oficiais. Segundo Velloso (1988), a invenção da fotografia respondeu ao anseio por objetividade que tomava conta do período final do século XIX, quando se acreditava que somente a “sábia e todo-poderosa” rede da ciência seria capaz de capturar a realidade. Desse modo, em sua origem, a fotografia era apontada como uma técnica capaz de captar e reproduzir “as coisas como elas realmente são”: “*Desde o seu aparecimento, há mais de 170 anos, a fotografia provocou um forte impacto em vários campos da cultura, oferecendo uma nova forma de registro, acessível, barato e extraordinariamente análogo à realidade, vale dizer, uma expressão da verdade*” (COSTA, 1998: s.p.).

Lacerda (1994), em seu estudo sobre a “Obra Getuliana” (grande obra idealizada por Capanema, que faria grande uso de imagens e de textos para propagar as principais obras do regime varguista), afirma que as informações transmitidas pelas fotografias respondiam a uma dupla demanda: por um lado, tinham a capacidade de “resumir” ou “sintetizar” um fato cuja descrição necessitaria de várias linhas escritas; por outro, serviam como forma de comprovar um acontecimento, atestando sua veracidade. A autora coloca ainda que, apesar da ampla utilização dos discursos escrito e falado como formas de divulgação da ideologia estadonovista, estes discursos foram conjugados a outros, de natureza distinta, como no caso dos discursos visuais que produziram um sentido novo na mensagem veiculada. Acreditamos que as imagens eram capazes de reunir em si dois elementos importantes: por um lado o racional, da fotografia pensada como elemento de comprovação da realidade; e, por outro, a capacidade de despertar sentimentos e emoções no espectador destas imagens. Valorizava-se o efeito sugestivo da imagem: “*ela define, esclarece, guia e persuade*” (RRNT, nº. 1 – 1942).

Faremos uso também de fontes literárias, principalmente de histórias e poesias. Segundo Pesavento (2005: 82), “*A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário*”. É importante ressaltar que o uso desta fonte é feito a partir do olhar e dos questionamentos de uma historiadora, deixando de lado, portanto, aspectos que dizem respeito às análises literária e poética do material.

Os livros de leitura adotados em escolas que tinham como tema o espaço e o homem rurais foram fontes especialmente interessantes para este trabalho. Além do objetivo de imbuir os estudantes de uma série de valores e visões de mundo, outro aspecto interessante deste material, para o qual nos chama a atenção Bonazzi & Eco (1980), é a dimensão sentimental que eles envolvem. Os livros por meio dos quais fomos educados, ao serem novamente folheados, despertam diversas recordações, queridas e ternas, ligadas aos seus textos e imagens. Este aspecto emocional, segundo os autores, deve ser superado para que se possa realizar a análise deste rico material. É preciso também um esforço de alheamento, pois é necessário fazer a crítica a uma série de ideias que passamos a considerar “normais” ou “boas”. Na apresentação da obra de Bonazzi & Eco (1980), feita por Samir Curi Mesarani, é destacada, no caso brasileiro, a repetição e a continuidade de uma série de ideias e mitos sobre o Brasil e sobre o trabalho. Por meio dos livros de leitura aprendíamos que:

(...) a grandeza da Pátria só é comparável às imagens hiperbólicas dos heróis de nossa história monumental, que morriam pelo Brasil. Fora dessa história, morria-se como hoje, de fome, de subnutrição, malária e de um modo geral severino de pobreza.

(...) Otimizados “em ritmo de Brasil grande” – e vejam como é paupérrima certa imaginação criadora para atualizar mentiras – mantinham-nos a crença de que a pobreza do povo era compensada pelo cenário exuberante da natureza. (MESERANI in BONAZZI & ECO, 1980: 11).

O aspecto de continuidade mais relevante apontado por Meserani — que os livros de leitura reproduzem, mas cuja difusão não se limita a eles, de forma alguma — é o do mito do Brasil como o país do futuro: “*Os problemas de uma nação eram todos passageiros, desde que essa raça forte de um país rico, acreditasse no futuro (...). Contudo, o futuro prometido é uma conquista e aprendíamos a mística do trabalho como uma condição de chegar lá*” (MESERANI in BONAZZI & ECO, 1980: 12). Esses eixos temáticos sobre a valorização do povo, do potencial brasileiro e da importância da natureza exuberante como fonte de riqueza perpassam as histórias dos livros de leitura que analisaremos aqui. Nosso objetivo principal no estudo deste material é o de identificar as representações sobre o homem rural e o campo e traçar possíveis correspondências entre estas representações e os projetos do estado para o espaço rural.

Um aspecto relevante para o qual temos que chamar a atenção é a grande dificuldade de identificar dados sobre as representações utilizadas. Muitas vezes não temos acesso a certas informações, principalmente, a autoria de textos e fotografias. No início do século XX existiam no Brasil poucas editoras e gráficas, sendo muitas obras impressas em Portugal ou na França. Este fato contribuiu para a ausência de normas para impressão, como a indicação do nome do autor, ano de produção e editora. Outro ponto importante é a dificuldade de obtenção de certos dados pelo pesquisador, como a adoção dos livros de leitura estudados pelas escolas. Optamos, portanto, por nos restringirmos ao aspecto da construção das representações, deixando em aberto o debate sobre a sua recepção e apropriação.

Músicas também serão utilizadas como fontes neste trabalho. Porém, o seu uso não levará em consideração dados que seriam relevantes para um estudo aprofundado das canções — o que não é o nosso caso —, principalmente aqueles que envolvem a questão “musical”, como melodia, harmonia, etc. As canções que serviram como fonte para este trabalho foram conhecidas apenas por meio de seus versos escritos, o que acabou influenciando, também, para que a sua análise seja feita como a dos poemas utilizados.

A análise destas fontes e o cruzamento das informações por elas fornecidas são fundamentais para o objetivo a ser alcançado nesta pesquisa: “*Ler, em um texto, outro, remeter uma imagem a outra, associar diferentes significantes para remeter a um terceiro oculto, portador de um novo significado. Tudo isso multiplica a capacidade de interpretação e faz parte das estratégias metodológicas que dão condições ao historiador para aplicar seu referencial teórico ao empírico das fontes*” (PESAVENTO, 2005: 66).

Além das possibilidades oferecidas pelo cruzamento dos diferentes tipos de fontes, a disseminação de representações por meio de discursos de naturezas distintas (desenhos, músicas, poesia, pinturas, fotografias, etc.) reforça a ideia de que as elaborações ideológicas do Estado Novo eram construídas como mosaicos. Estes podem ser compreendidos tanto como diferentes perspectivas sobre um mesmo tema (diferentes características que compõem a “figura” do homem rural, como peças de um quebra-cabeça, por exemplo) ou, ainda, como diferentes meios pelos quais é possível representar este tema (através das diferentes formas de expressão).

Poderemos concluir que o mosaico formado pela ideologia estadonovista era extremamente complexo, composto por imagens múltiplas, diversas, com origens e usos variados. Complementares ou contraditórias, as peças deste mosaico nos permitem explorar novas perspectivas de estudo do universo rural, não apenas com relação ao período tratado, mas resgatando um tema que certamente merece um olhar mais aguçado dos pesquisadores.

CAPÍTULO I – RIQUEZAS DA NOSSA TERRA: POLÍTICA E IMAGINÁRIO SOBRE O ESPAÇO RURAL DURANTE O ESTADO NOVO

1.1 – O Papel do Campo Nos Projetos do Estado Novo

O período do primeiro governo Vargas (1930 – 1945) é considerado, pela maioria dos estudiosos, como um momento-chave no processo de modernização econômica do Brasil. Segundo Mendonça (1985), foi neste período que se produziu a primeira ruptura no avanço da acumulação capitalista do país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, assim como na redefinição do papel do estado nos assuntos econômicos, buscando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia nacional. Para compreendermos este contexto, é preciso destacar que as décadas de 1930 e 1940 representam um momento de transformação, em todo o mundo, dos modelos de desenvolvimento econômico vigentes até então. Para Karl Polanyi (1980), eventos como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a crise de 1929 ainda faziam parte da civilização do século XIX. Esta civilização teria sido marcada pelo constante embate entre os liberais, que pregavam os princípios do mercado autorregulável, e o estado, que buscou, mesmo que minimamente, formas de regulação. Para o autor, apesar de ao longo do período pós-Primeira Guerra terem sido feitas diversas tentativas de se restaurar o sistema já desgastado, na década de 1930, este seria rompido profundamente. Os anos 1930 apresentaram diversos marcos da efetiva mudança, como o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Quinquenais na Rússia, o lançamento do New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha e o colapso da Liga das Nações em favor dos impérios autárquicos.

A década de 1930 foi marcada, no Brasil, por diversos impactos de ordem econômica. A superprodução de café e a crise de 1929, com seus desdobramentos, trouxeram sérias dificuldades para a exportação de produtos primários — a principal fonte de renda do país —, e prejudicaram a importação de bens industrializados. O governo de Getúlio Vargas, iniciado com a Revolução de 1930, foi obrigado a encarar o desafio de superar os obstáculos colocados ao país por estas crises. Anos mais tarde, com a Segunda Guerra Mundial, surgiu um contexto econômico mais favorável, em que as vendas externas ganharam impulso com o fornecimento de materiais estratégicos para os Estados Unidos, a venda de carne e algodão para a Grã-Bretanha e a melhoria nos preços do café. Apesar dessa situação favorável, o contexto da guerra gerava ainda uma indefinição no cenário internacional e na política interna dos países. Ao analisarmos as décadas de 1930 e 1940, podemos observar que todo este período é permeado por um mesmo processo de transição política e econômica na ordem mundial. Este processo teve origem com o fim da Primeira Guerra Mundial; passou pelo período de tentativa de restauração das bases da ordem liberal, durante a década de 1920 (momentos a que se referiu Polanyi); marcou as transformações econômicas, políticas e sociais da década de 1930; delineou-se com o fim da Segunda Guerra; e, enfim, consolidou-se com a ordem estabelecida pela Guerra Fria. Podemos sintetizar como principais características deste processo de transição:

- A consolidação de novas forças hegemônicas e a decadência ou crise de antigas hegemônias.

- A possibilidade aberta, pelo menos inicialmente, de uma reinserção dos países na nova ordem nascente em posições diferentes da que ocupavam anteriormente, econômica e politicamente.
- A busca por novas diretrizes econômicas e políticas que viessem a preencher o espaço “deixado” pelo liberalismo a partir de sua crise.

Diante das questões colocadas por esse processo de transição que afetou diversos países, o governo Vargas levou à frente as ideias defendidas por setores intelectuais e políticos que propunham a superação das tendências liberais anteriormente vigentes, e que ganharam força no cenário brasileiro durante a década de 1920. Ao analisarmos as alternativas políticas e econômicas elaboradas, podemos notar características como a necessidade de um estado forte, com poder de intervenção sobre a sociedade para garantir o desenvolvimento do país de forma equilibrada, tarefa na qual o livre mercado falhou. A questão do trabalho adquiriu centralidade, com o estado buscando regulá-lo e promovendo a integração dos setores trabalhadores até então marginalizados. O nacionalismo aparece também como característica comum. A questão nacional passa a ser levantada em diversos sentidos: a valorização ideológica do povo e da nacionalidade, com a ruptura com a dependência do estrangeiro e a promoção da verdadeira independência da nação, principalmente com relação à economia que se mostrou tão frágil frente às mudanças no cenário mundial.

Com relação às atividades agrícolas, até então o principal eixo da economia nacional, desde 1930 o governo optou por uma nova conformação do Ministério da Agricultura, que passou a tratar exclusivamente dos interesses deste setor. Ficavam à parte as questões da Indústria e Comércio, anteriormente reguladas pelo mesmo Ministério. Durante o período dos Governos Provisório e Constitucional (1930-1937), muitas propostas para a transformação do campo foram feitas, mas é preciso lembrar que neste período ocorreu uma série de rearranjos no poder, sem que houvesse uma base política consolidada para o novo governo. Vale destacar, porém, pela influência política que representou neste momento inicial, as propostas feitas pelo grupo dos tenentes, representados no Clube 3 de Outubro. Analisando os discursos do grupo, Camargo (2007) afirma que essas propostas revelavam o firme propósito de expandir e reorganizar o estado. Entre as medidas defendidas pelos tenentes estavam: a moralização das atividades políticas e das funções administrativas; a centralização e nacionalização do estado; a criação de uma indústria siderúrgica; e o apoio às indústrias que empregassem matérias-primas nacionais. Outras propostas que merecem nossa atenção são a defesa da racionalização da economia, com a adoção de planos de produção e desenvolvimento econômico, e a criação de conselhos técnicos e departamentos especializados. Em relação especificamente ao tema da agricultura, Camargo identifica entre as propostas do Clube 3 de Outubro, o combate aos latifúndios e a difusão da pequena propriedade a partir da ação do estado, que atuaria também na formação de núcleos coloniais para trabalhadores rurais desempregados. Como veremos posteriormente, estas medidas entrariam na pauta das preocupações estatais, em especial durante o Estado Novo, organizadas sob a bandeira política da Marcha para o Oeste. Outro ponto levantado pelos tenentes era o da extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo. Segundo Camargo:

As medidas de proteção ao trabalhador rural não aparecem no programa como meramente utópicas. Elas correspondem, de fato, a uma ênfase tanto na proteção quanto na diversificação da produção agrícola, como no aumento da produtividade, representando ainda uma tentativa de introduzir no modelo econômico que ora se implanta maior complementaridade entre uma Agricultura poderosa e uma Indústria incipiente que ainda busca consolidar-se (CAMARGO, 2007: 163).

O Estado Novo apresentou profundas conexões com as linhas econômicas e políticas que se delinearão a partir de 1930. Houve, nesse período, um aprofundamento de projetos e diretrizes já existentes, em especial dos processos de centralização e intervencionismo estatal. É importante destacar que, apesar da necessidade de desenvolvimento econômico estar presente nos discursos oficiais desde a Revolução de 1930, é a partir do Estado Novo que este desenvolvimento deixa de ser apenas uma ideia para ser “*a pedra de toque de toda a ação governamental, justificando seus atos, as mudanças institucionais, o incentivo a determinados setores, a criação de determinados órgãos (...)*” (FONSECA, 1987: 256). Ainda, segundo Fonseca:

Construir uma nação desenvolvida tornou-se o ponto principal da retórica governista, capaz de aglutinar em torno de si a expressiva maioria da nação. Iniciava-se a crença de que, com o desenvolvimento econômico, os grandes problemas do país desapareceriam: a miséria, as desigualdades regionais, a incipiência do mercado interno, a exclusão e demais questões da nacionalidade encontrariam finalmente uma solução (FONSECA, 1987: 257).

O autor afirma, ainda, que, embora o Estado Novo não possuísse um plano de governo no moderno sentido da palavra (com objetivos, prioridades, metas e instrumentos de política econômica organizados num mesmo documento), possuía um projeto para a economia do país, evidenciado nas ações estatais pró-desenvolvimento, respaldadas pelo intervencionismo.

As análises de Linhares & Silva (1999) apontam para a existência no governo Vargas de uma *política global de desenvolvimento* que contrastava com o modelo anterior baseado na agroexportação e nas importações, o que implicava em uma profunda dependência do mercado mundial. Para alcançar a independência, o governo passou a promover um novo modelo de *complementaridade entre agricultura e indústria*. Procurou-se investir nos setores industriais, porém esta política manteve uma forte dependência dos setores agroexportadores, tanto pelo seu peso no balanço geral da economia quanto pela necessidade de gerar divisas que permitissem a importação de bens de capital e de maquinário para a consolidação das indústrias.

Era constante o debate entre setores agrícolas e industriais, cada qual chamando para si a responsabilidade pelo desenvolvimento do país, além de buscarem, constantemente, um maior incentivo do governo para sua atividade. Os setores agrícolas se sentiam especialmente desprestigiados pela ação do estado. Segundo Edgar Carone (1982), as manifestações anti-industrialistas são esporádicas, apresentando-se, principalmente, em contextos de crise econômica. Estas manifestações estavam, muitas vezes, relacionadas aos incentivos dados pelo governo aos industriais, que se refletiram em maior custo e menor qualidade dos produtos para o consumidor.

Em seus discursos, Vargas procurou ganhar adeptos entre os setores agrícolas para o desenvolvimento das atividades industriais, alegando que os benefícios gerados por estas contribuiriam para a independência do país em relação ao mercado externo, o que traria vantagens para o campo brasileiro:

O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, prevendo as suas mais urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. (...) Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador trinta cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho (VARGAS, s.d– Vol X: 53).

afirmava-se que o campo seria também beneficiado com a promoção do desenvolvimento industrial, adquirindo de forma mais simples e barata produtos industriais dos quais necessitava para a modernização do trabalho agrícola. Assim, o governo buscou adotar um discurso de moderação, ressaltando as contribuições que resultariam da aliança entre agricultura e indústria. O desequilíbrio entre estes tipos de produção poderia ser corrigido por um sistema econômico solidário, no qual:

I) as zonas agrárias apresentam bons produtos agropecuários para exportação e abastecimento próprio; II) as zonas agrícolas vendam produtos beneficiados ou já industrializados primariamente, como, por exemplo, as conservas alimentícias; III) as zonas possuam fábricas de artigos de maior consumo local ou regional, principalmente aproveitando matérias-primas locais, como as de tecidos grossos, de artefatos de couro e de madeiras, as de papéis inferiores, etc. Com essas três conquistas, as zonas agrícolas terão aumentado o seu padrão de vida, as suas rendas e o seu poder aquisitivo, além de ter economizado transporte, quer na remessa quer no recebimento de produtos e mercadorias, e assim, não havendo prejudicado a grande indústria, mas, ao contrário, terão aberto a ela mais amplos mercados; IV) a grande indústria, dispendo de mais largos mercados e maiores recursos de transportes, produzam em qualidade e preço que não imponham a extenuação do poder aquisitivo das comunidades agrícolas, como hoje, sob a proteção das alfândegas (ALMEIDA, 1943: 65).

A passagem citada permite verificar que, mais do que uma ligação entre a atividade industrial e agrícola (exemplificada pelo aproveitamento de matérias-primas locais pelas indústrias), previa-se uma integração destas atividades, através da mecanização da agricultura e do beneficiamento de produtos agrícolas, agregando-lhes valor.

Além da produção de riquezas e a participação no desenvolvimento do país, a valorização do campo tinha como objetivo dar conta das necessidades colocadas pelo contexto econômico e social. Tornava-se fundamental promover a fixação do homem no campo, visando pôr fim à ameaça de despovoamento oferecida pelo êxodo rural. É importante lembrar que nas décadas de 1930 e 1940 se intensificou o processo migratório, que teve como consequência a inversão dos contingentes populacionais, passando os centros urbanos a concentrar maior população do que as áreas rurais. Para tal empreitada, segundo o discurso oficial, era necessário garantir melhores condições de vida às populações rurais, fazendo com que estas não se sentissem atraídas pela “ilusão” da vida citadina.

A fixação do homem no campo, aliada à ampliação da estrutura produtiva, promoveria a consolidação de mercado consumidor no país. Com o desenvolvimento do campo e a melhoria das condições de vida do homem rural, garantindo a sua permanência nas áreas rurais, este se tornaria um consumidor em potencial dos produtos industrializados:

É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente, para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só poder ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, apud M. E. LIMA, 1990: 83).

O reajustamento da economia nacional tornava imperativo, segundo Linhares & Silva (1999), a criação de controles administrativos que priorizavam:

- O investimento em infraestrutura viária, como forma de dinamizar o mercado interno.
- O estabelecimento de uma política salarial única de forma a evitar que as influências do livre mercado deprimissem os salários abaixo das possibilidades da incorporação produtiva do trabalhador.

- O incentivo à mobilidade da fronteira econômica, promovendo a incorporação dos “espaços vazios” do país ao processo produtivo, ocupando os sertões.
- E a reunião dos núcleos demográficos isolados, com o objetivo de povoar racionalmente o país, o que aconteceria com o estabelecimento de uma boa rede viária, ligando os nódulos de população ganglionar, assumindo, assim, a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo, que teve grande importância discursiva na tática governamental.

Sobre a necessidade de integração do país, afirmou Getúlio Vargas:

Mas, se, politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram alto grau de desenvolvimento econômico e industrial (...). Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados (...), pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes (VARGAS, s.d–Vol III: 31).

Transparecia, a partir da ideia de “ilhas de desenvolvimento” em contraposição aos “espaços vazios”, a existência de uma dualidade entre o Brasil das cidades e o Brasil dos sertões. Tornava necessário, portanto, voltar-se para dentro do país, integrando esses espaços na economia nacional. Mas a integração do campo seria realizada a partir de novos parâmetros, elaborados para proporcionar o nascimento de uma agricultura moderna, adaptada às novas realidades tecnológicas e às demandas da nova fase do capitalismo mundial. Apoiado pelas classes agrícolas, em especial dos grupos ligados aos setores menos dinâmicos que adquiriram espaço neste período, o governo reconhecia a importância da agricultura para a economia do país; propunha-se, porém, transformá-la, criando uma maior conexão entre a agricultura e a indústria, visando diminuir a dependência do país em relação ao mercado externo, o que ficou claro com a crise de 1929.

Pistas importantes sobre as propostas de transformação da agricultura são fornecidas pela observação da própria organização do Ministério e na determinação de suas funções. Durante o governo Vargas, o discurso oficial sustentou a visão de que para se alcançar o desenvolvimento econômico era preciso criar instituições e órgãos com características impessoais, integradas e pragmáticas capazes de sustentar a dinâmica de desenvolvimento requerida pelo sistema capitalista, e como um marco de superação ao período anterior, marcado pelo personalismo na política.

Podemos atestar, neste período, a ampliação das áreas de atuação do Estado, evidenciada a partir dos processos de burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, impulsionados pelo governo federal. Foram criados diversos órgãos técnicos, conselhos consultivos, agências, institutos, entre outros, onde se deu a canalização de demandas dos diversos setores sociais para dentro do próprio Estado, que podia, desta forma, administrar os conflitos existentes. Todas estas instâncias criadas seriam formadas por técnicos capacitados a impulsionar as diversas atividades necessárias para a promoção do desenvolvimento.

A reforma do Ministério da Agricultura, realizada em 1939 durante a gestão Fernando Costa, foi realizada no contexto de transformações na máquina burocrática. A organização então vigente fazia com que o órgão fosse incapaz de cumprir suas funções técnicas, e, para o Presidente Vargas, era preciso que este fosse considerado uma instância especializada, cujas tarefas principais seriam a organização e o desenvolvimento da produção nacional. Além da criação de diversos setores e a reformulação de outros, a reforma estipulou a obrigatoriedade de concurso público ou de uma prova de habilitação para o preenchimento de suas vagas,

reforçando o discurso de que era necessário que as decisões políticas e as “nomeações clientelistas” fossem substituídas por critérios de qualificação técnica, na formação do corpo de funcionários do órgão. Entre as ações que deveriam ser realizadas pelo Ministério reformado, Vargas destacava: a) o estudo do aproveitamento racional das matérias-primas minerais, vegetais e animais, padronizando os tipos de produção; b) a extensão da rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, estabelecendo um cadastro, o mais completo possível, das riquezas minerais do país; c) a avaliação da disponibilidade de energia a ser utilizável pelas indústrias (hidráulica, carvão e petróleo); d) o aperfeiçoamento das condições agrícolas pelas seleção de espécies e escolha do habitat mais favorável ao seu desenvolvimento; e) o estudo da adaptação de plantas e animais ao meio brasileiro, visando transformá-los em novas fontes de riqueza para o país; f) o aperfeiçoamento do combate à pragas e enfermidades que prejudicassem o desenvolvimento de plantas e animais; e g) a modificação da mentalidade do meio agrícola e pastoril pela instrução técnica-profissional (Vargas, s.d–Vol III: 106-107).

Entre as propostas de modernização da agricultura, acreditamos que duas merecerem destaque: a diversificação da produção brasileira e o uso de novas técnicas no campo. Na realidade, assim como diversas outras questões debatidas durante o governo Vargas, estas demandas nada tinham de novas. Desde a criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, durante o Império (1860), o Estado tomava iniciativas, mesmo que tímidas, para incentivar a diversificação da agricultura. Mas, segundo Del Priore & Venâncio (2006), os discursos da época permitem identificar uma atitude ambígua com relação à policultura, pois, ao mesmo tempo em que essa modalidade era incentivada, criavam-se expectativas pelo surgimento de um novo produto de exportação, rival à lavoura cafeeira, que, como esta, resultaria na monocultura. O final do Império e o início da República foram marcados pela realização de dois Congressos Agrícolas e pela organização de diversas sociedades ou clubes ligados à atividade. As pautas de discussões giravam em torno de temas como a modernização das atividades agrícolas, a introdução de novos cultivos e criações, e o combate à monocultura (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2006). O predomínio dos interesses econômicos de São Paulo quando da proclamação da República reforçaram a crítica à dependência do país em relação à monocultura cafeeira. Essa crítica fica evidente nos discursos de setores agrícolas, envolvendo grupos como a Sociedade Nacional de Agricultura:¹

É preciso pôr em termo à monocultura, que nos arruína. É preciso que cada Estado, cada região, cada propriedade rural, sem deixar de se especializar na produção para a qual se acha preferencialmente apropriada por suas condições de clima, de terreno e de meios de transporte, estenda sua actividade a produções secundárias que o acautelem contra as perturbações que possam vir a afectar o gênero de sua especialidade (BELO, 1900: 17).

E, ainda:

É mister, pois, que se vão banindo, aos poucos, todos os processos rotineiros e atrasados na agricultura, guiando-a pelas novas práticas dos modernos ensinamentos, abandonando gradativamente as explorações extensivas,

¹ A SNA foi criada na segunda metade do século XIX, nascida, como outros órgãos de representação de setores proprietários que tem sua origem neste período, a partir de uma perspectiva de crise na produção nacional causada pela abolição da escravatura. Congregava proprietários fluminenses, gaúchos e nordestinos, que buscavam contrapor-se aos produtores paulistas de café, que era o grupo predominante econômica e politicamente, articulando suas demandas junto ao governo. Apesar de representarem um papel secundário, a SNA teve importantes vitórias, como a recriação do Ministério da Agricultura, uma de suas mais importantes bandeiras, em 1909. Daí por diante o órgão contou, em seu corpo de funcionários e em seu alto escalão, com muitos membros da SNA, inclusive após 1930.

substituindo-as, toda vez que for possível, pelas novas aplicações e pelas culturas e extensivas e racionais (BERNACCHI, 1904: 19).

Assim, podemos destacar que, apesar da predominância do modelo agroexportador baseado na monocultura durante o Império e a Primeira República, este modelo não gozava de consenso nem mesmo entre as classes agrárias. Segundo Sônia Mendonça (1990), o discurso dos setores menos dinâmicos da agricultura nacional – o ruralismo –, apontava para a existência de uma crise da agricultura, causada pelas transformações advindas da abolição, pelo tipo de industrialização implantada no país (sustentada à custa de expedientes artificiais e prejudiciais às classes agrícolas) e pela fragilidade gerada pelo privilégio da monocultura agroexportadora. A superação desta crise se daria, nos discursos destes grupos, pela defesa da vocação agrícola do país,² baseada em três postulados: 1) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo; 2) a necessidade de diversificação da produção, não como alternativa à agroexportação, mas mudando o eixo da dependência do capital mercantil para o de uma maior acumulação interna; 3) a demanda pela reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, constituindo a “civilização agrícola”.

O debate sobre a diversificação da produção e a modernização da agricultura não se restringiu às sociedades agrícolas, atingindo também a opinião pública e o meio político, durante a Primeira República. Desde as últimas décadas do século XIX podemos observar o processo de institucionalização das ciências no Brasil, quando foram criadas diversas instituições científicas³ e o tema ganhou dimensão pública. Como ressalta Nicolau Sevcenko (2003), a intelectualidade brasileira, com o advento da República e, principalmente, com a desilusão com o regime, chamou para si as missões literárias, políticas e científicas para contribuir com o progresso da nação. O debate da intelectualidade passou a atingir o grande público, principalmente com o florescimento de periódicos científicos.

As demandas dos intelectuais e dos setores interessados nas transformações propostas encontraram respostas no meio político, tanto com relação à criação de instituições quanto, no caso da agricultura, à organização do Ministério responsável pela atividade. Assim, em 1909, foi instituído o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Como destaca Wanda Weltman (2008), a organização do órgão foi marcada pela divergência entre os setores agrícolas, representada pelo embate entre a SNA e as organizações agrícolas paulistas. A autora enfatiza o caráter de novidade da ação ministerial, já que o grupo da SNA, que teve grande influência sobre o órgão, propunha a administração em bases técnicas, priorizando a aplicação dos conhecimentos científicos à agricultura, em oposição ao caráter político que prevalecia no cenário brasileiro nesse momento. Porém, o embate entre os setores agrícolas marcaria o período da Primeira República devido ao peso econômico e político dos cafeicultores paulistas.

² É importante destacar que a defesa deste princípio não era exclusiva dos ruralistas, fazendo parte dos discursos, por exemplo, da elite cafeicultora paulista, que foi, inclusive, a pioneira na difusão da vocação agrícola do país. Segundo Mendonça (2004), a diferença principal com relação aos ruralistas estava no papel da monocultura exportadora.

³ Como destaca Wanda Weltman (2008), neste período de institucionalização da ciência no Brasil é possível identificar a criação de várias instituições de pesquisa em áreas como saúde e agricultura, entre as quais podemos destacar: o Instituto Agrônomo de Campinas (1887); o Instituto Vacinogênico de São Paulo (1892); o Laboratório Bacteriológico (São Paulo, 1892. Transformado em Instituto Bacteriológico em 1893); o Instituto Butantan (1901); o Instituto Soroterápico Municipal (1899, mais tarde Instituto Oswaldo Cruz); o Instituto Biológico de Defesa Agrícola do Rio de Janeiro (1920); e o Instituto Biológico de São Paulo (1927).

Assim, é importante notar que as mudanças econômicas e políticas advindas da crise de 1929 e da Revolução de 1930 criam um clima favorável às transformações que já eram demandadas por setores agrícolas. O Estado Novo aprofundou as propostas de diversificação e modernização anteriormente colocadas, dentro do processo que já destacamos de racionalização, burocratização e centralização da administração pública. Podemos concluir que o Estado Novo construiu, em alguma medida, o seu discurso e suas ações políticas a partir de reapropriações, continuidades e rearranjos de ideias ou demandas anteriores, garantindo ao regime o papel de transformador da sociedade nacional e promotor das rupturas necessárias para o desenvolvimento do país.

Destacam-se como as principais ações do Estado Novo no âmbito das atividades agropecuárias: a criação de comissões ministeriais responsáveis pela política agrícola; o investimento nas atividades agrícolas de exportação, com destaque para o café e o algodão; a concessão de crédito agrícola (através, por exemplo, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil), o estímulo às pesquisas científicas e à formação de técnicos, criação de estações experimentais e centro de formação; e o estímulo ao cultivo de novos produtos agrícolas, combatendo a monocultura e ampliando a oferta de produtos brasileiros para o mercado exterior (WELTMAN, 2008).

Ao abordarmos o tema dos projetos de incentivo à diversificação e à policultura durante o Estado Novo, é preciso destacar dois aspectos principais. O primeiro diz respeito ao fato de que a defesa da diversificação não significava o abandono da monocultura de exportação. É constante no período a tensão entre a crítica à monocultura e a admissão da necessidade das rendas geradas pela venda de determinados produtos no mercado externo.

Em passagem exaustivamente citada por diversos autores, mas que ainda assim não perde sua relevância, Vargas declarou durante a exposição da plataforma da Aliança Liberal que:

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.(VARGAS, s.d–Vol I: 38).

Nesta passagem podemos destacar alguns pontos importantes: a necessidade de que a produção se voltasse, inicialmente, para o mercado interno e, posteriormente, para a exportação dos excedentes; havia também a questão da crítica à monocultura, sempre sujeita às crises espasmódicas do sistema; e, por último, as ideias de racionalização e de maximização da produção com a diminuição dos custos. Enfatizou-se a impossibilidade de que as bases econômicas fossem limitadas aos produtos agroexportadores, sendo preciso realizar a modernização da economia, com a diminuição da dependência que existia em relação ao mercado externo. O fim desta dependência do exterior envolvia dois pontos fundamentais: por um lado, a capacidade de produzir internamente bens anteriormente importados, que implicavam na dependência do país até mesmo em relações a produtos básicos, como ferramentas agrícolas; e, por outro lado, era preciso constituir-se um mercado interno para a produção nacional, tanto agrícola quanto industrial, para minimizar a dependência das receitas geradas pela agricultura de exportação, muito afetada pelas crises e políticas internacionais.

Apesar das mudanças propostas para a agricultura, a crise do café não podia ser depreciada em um momento inicial. Durante o governo Vargas foi necessário estabelecer uma política que auxiliasse os cafeicultores na superação da crise, pois o produto ainda era uma

importante fonte de renda para o país. Dever-se-ia, também, contornar os problemas gerados por essa crise (como as dívidas), e zelar para que, depois de solucionados, não voltassem a se repetir. Entre as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura, podemos destacar a regulamentação do plantio e do replantio de lavouras cafeeiras; a proibição, pelo prazo de três anos, do plantio de lavouras de café em todo o território nacional; e a criação do Departamento Nacional do Café. Segundo Carone (1978), após a Revolução de 1930, as tradicionais oligarquias paulistas sofreram a perda do controle sobre os órgãos do café, que passaram a ser instrumento político do governo federal. Apesar das oligarquias terem resistido a esta situação, as crises constantes levaram os estados produtores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Bahia e Goiás), entre 1934 e 1935, a optarem por uma política dirigida pelo Departamento Nacional do Café. Para o autor, o decreto do convênio cafeeiro é o reconhecimento da maior amplitude e eficiência da ação estatal. A partir do convênio, o governo federal, por meio do Departamento Nacional do Café, ficou responsável pelo controle e venda do produto. Além do Departamento, o estado passou a criar outros órgãos que tinham como objetivo a defesa de alguns produtos específicos. Entre esses, podemos destacar os Institutos Nacionais do Açúcar e do Alcool, do Mate, do Pinho, do Cacau. Nestes órgãos a política do Governo Federal visava à manutenção do equilíbrio estatístico na produção, o aperfeiçoamento constante da qualidade dos produtos, e a sua expansão comercial, com a propaganda interna e externa.

O segundo aspecto ligado ao incentivo à diversificação e à policultura diz respeito à produção voltada para o mercado interno brasileiro, o que envolvia diversos objetivos a serem atingidos. A diversificação era amplamente divulgada nas revistas oficiais do Ministério da Agricultura (*Revistas Nossa Terra e Riquezas da Nossa Terra*), perceptível pela variedade de produtos da lavoura nacional para a qual as reportagens destas revistas chamavam a atenção. Por um lado, é possível verificar o grande número de produtos abordados pela publicação: identificamos mais de cinquenta produtos diferentes, restringindo-nos apenas à agricultura, já que as publicações relacionavam também políticas de incentivo na área da criação de animais e da exploração de minérios, por exemplo. Esta diversidade e o teor dos artigos mostram o esforço do governo em difundir a imagem de uma nova agricultura que não se caracterizaria mais pela monocultura de exportação, mas pela variedade da produção nacional. Segundo Fausto (2007), arroz, feijão, carne, açúcar, mandioca, milho e trigo, que, entre 1925-1929 não passavam de 36% do valor da produção das lavouras brasileiras, passaram a 48,3% deste valor entre 1939-1943. Nas palavras do ministro Fernando Costa:

Do sistema monocultor, perigoso e arcaico, passamos, quase insensivelmente, à policultura, com as vantagens tão reais e evidentes que se torna necessário todo o comentário a respeito, por quanto os números representativos da produção nos últimos tempos, dizem melhor que qualquer argumentação, por mais precisa que seja (COSTA, 1940: 37).

“*Todo o comentário a respeito*” é o que fazem as revistas do Ministério que, além de dissertar sobre a produção destes vários itens, nos títulos em destaque, faziam propaganda do resultado positivo das políticas do governo: “*O Brasil é o segundo produtor mundial de mandioca*” (RRNT, nº. 5, 1942); “*Oitavo produtor de arroz no mundo*” (RRNT, nº. 6, 1942); “*Somos dos maiores produtores de batatas doces*” (RRNT, nº. 10, 1943). Porém, as rendas advindas da exportação agrícola não foram ignoradas, buscando-se aprimorar e diversificar a produção nacional também com o objetivo de competir no mercado internacional. Segundo dados apresentados por Fausto (2007), entre os anos de 1925-1929, a participação do café no valor total das exportações brasileiras era de 71,7%, caindo para 41,7% entre 1935-1939. Apesar de esta porcentagem continuar a ser expressiva, ela aponta para o crescimento do valor de outros produtos. É o caso do algodão: entre 1925 – 1929 representava 2,1% do valor total de nossas exportações, passando para 18,6% entre 1935-1939. Segundo dados do Ministério

da Agricultura (Linhares, 1979), em 1935 apenas cinco gêneros atingiram a cifra de meio milhão de libras esterlinas na pauta de exportações brasileiras; já, em 1939, dez produtos atingiram essa marca: café; algodão; cacau; couros e peles; laranja; carnes; cera de carnaúba; mamona; fumo; e oleaginosas.

Não só os leitores das revistas do Ministério da Agricultura tinham acesso às informações sobre as transformações no campo brasileiro. Uma interessante fonte para a análise do pesquisador são as cartilhas infantis. Segundo Frade & Lana (s.d, s.p), “*Na análise de manuais podemos nos valer de imagens de onde é possível retirar elementos que, confrontados com elementos do contexto histórico, nos permitem compreender aspectos da realidade vivida*”. O Estado Novo faz grande uso desta estratégia, que, além de propagar as ações do governo, inculcam na juventude a ideologia do regime. As cartilhas, materiais didáticos e outros meios educativos, consultados ao longo desta pesquisa, permitiram perceber que, geralmente, estes materiais eram constituídos por imagens que buscavam sintetizar as idéias principais, e pequenos textos que as acompanhavam. É o que se observa na cartilha *O Brasil novo para a Criança Brasileira*, publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1941, uma série de imagens sintetiza diversos aspectos do processo de mudanças que se operava no campo brasileiro. Por meio da cartilha as crianças tomavam conhecimento das lições deixadas pela crise da monocultura cafeeira:

(...) a lição apreendida com a crise do café foi de grande utilidade. Getúlio Vargas sentiu, com sua grande visão de administrador, os prejuízos da monocultura, isto é, da cultura de um só produto. E, estudando as possibilidades do solo fértil do Brasil, tratou de incentivar o desenvolvimento de outras lavouras. A do algodão, por exemplo, que está sendo feita em larga escala, já representa um valor apreciável em nossa balança comercial (apud Novo Século, 1980).

Além do algodão, outros produtos são destacados nas imagens da cartilha, como a borracha e o trigo. Apesar da lição sobre os perigos da monocultura e sobre a iniciativa do governo de incentivar outras culturas, o café também é destacado na cartilha. Em uma das imagens a planta do café aparece em primeiro plano, dando a impressão de “saltar” do papel, inclusive, ultrapassando a moldura da imagem, formada por uma fita verde e amarela. Mas é interessante observar a imagem de fundo, que dá ênfase ao caráter exportador da atividade: é possível ver dois grandes navios em um porto, sendo carregados com várias sacas de café. O texto que acompanha a imagem afirma que foram as medidas tomadas pelo Governo Vargas que permitiram a superação da crise cafeeira, garantindo que essa atividade contribuísse para o equilíbrio financeiro do país.

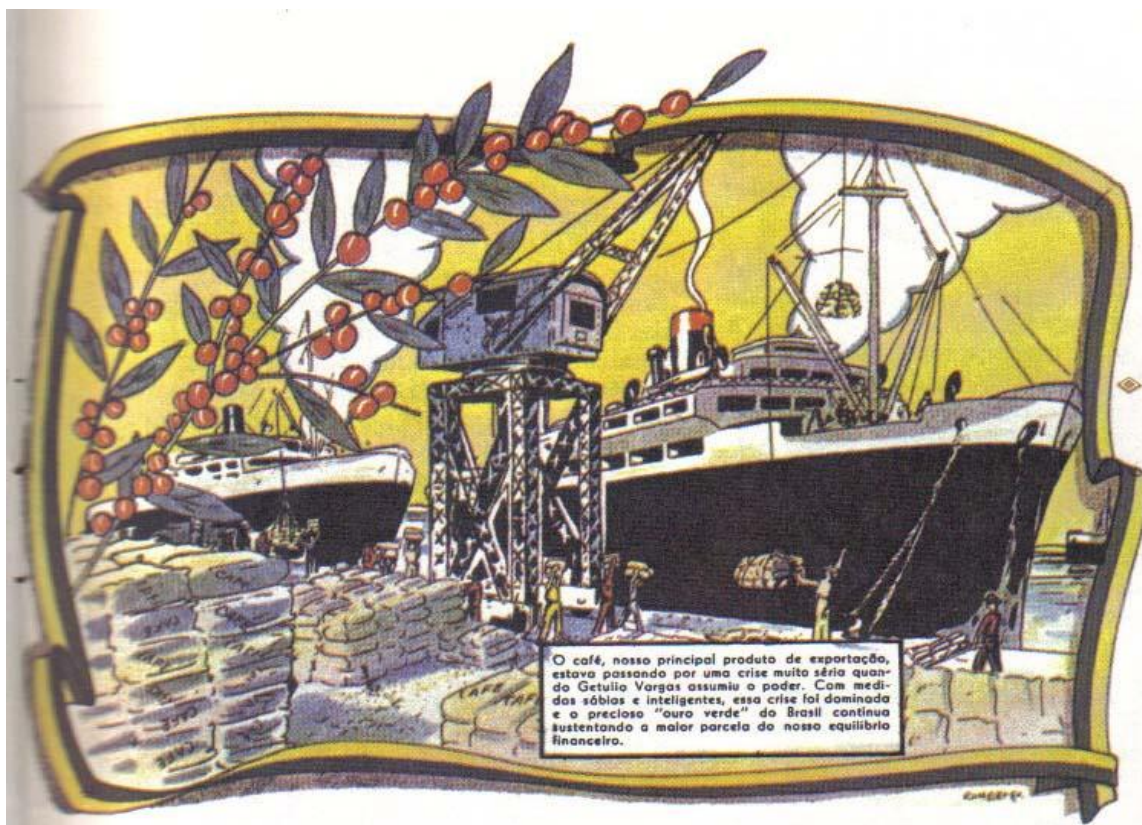


Figura 1: Cartilha *O Brasil Novo para a Criança Brasileira* (1941).

Outro dos objetivos principais a ser atingido pela diversificação diz respeito a um aspecto salientado nos discursos em favor da criação de uma nova agricultura: a substituição de produtos agrícolas importados, dos quais dependíamos até então. Era o caso, por exemplo, das iniciativas feitas pelo Ministério da Agricultura para encontrar um substituto nacional para a juta e para o cânhamo importados, dos quais se extraíam a fibra necessária à produção de uma série de itens, como sacaria, cabos, aniagem, tapetes, etc. Segundo dados apresentados pela revista do órgão (RNT, nº. 5, 1939), a substituição destes produtos era uma questão proeminente, já que a média anual da importação da juta nos anos anteriores chegava a 60.000 contos: “*é uma sangria que devemos cuidar de estancar*”. Entre os itens nacionais apontados pelo Ministério da Agricultura como possíveis sucessores da juta e do cânhamo destacam-se o sisal, o hibiscus e o caroá.

A produção de fibras e outros produtos no âmbito nacional, como as oleaginosas, também envolvia outro objetivo da diversificação produtiva: a ampliação do leque de itens produzidos no país, visando um aumento das exportações. Além dos produtos nacionais, as publicações do Ministério da Agricultura afirmavam o investimento na realização de pesquisas e experimentos para a introdução no país de uma série de espécies alienígenas, visando competir no mercado internacional. São exemplos destes novos cultivos propostos, a oliveira e a tâmara (RNT, nº. 5, 1939), e a fruticultura europeia (RRNT, nº. 12, 1943).

Por fim, a diversificação tinha como um importante objetivo suprir o ainda deficiente sistema de abastecimento do país. Os problemas de abastecimento não eram novidades, tendo sido agravados, principalmente, a partir do avanço industrial e urbano, já que a produção tradicional não deu conta da nova realidade. Por um lado, o crescimento das cidades, principalmente pelas atividades industriais, expulsava os pequenos produtores das áreas marginais responsáveis por parte do abastecimento. Por outro, a industrialização interna ou

externa fazia com que as áreas antes voltadas para a produção de alimentos sofressem a concorrência da grande lavoura produtora de matérias-primas.

Os últimos anos da década de 1930 são marcados por crises de abastecimento. É importante lembrar que neste período, mesmo o Rio de Janeiro, a capital federal, se deparava constantemente com essas crises. Aos problemas climáticos, à especulação dos atravessadores que faziam a ponte entre produtores e consumidores, e ao aumento da população, uniram-se os reflexos da Segunda Guerra Mundial, levando o Estado brasileiro a intervir de forma mais aguda em busca de soluções para o abastecimento do mercado interno. A possibilidade do aumento da produção agrícola, a limitação da população em adquirir gêneros alimentícios, e a crise no mercado mundial gerada pela guerra estavam na origem das medidas de incentivo à diversificação da produção para o mercado interno.

Eram diversas as dificuldades para que a população tivesse acesso aos gêneros alimentícios. O alto custo dos produtos era resultado de diversos fatores: a ação dos intermediários entre os produtores e consumidores; o aumento do custo dos combustíveis que, durante a guerra, se refletiu no valor dos transportes; e o fato de os salários não acompanharem o aumento do custo de vida da classe trabalhadora. É importante notar, também, que a incapacidade de garantir o abastecimento dos centros urbanos era um fator que emperrava o desenvolvimento das atividades industriais, pois não seria possível sustentar o contingente de trabalhadores urbanos necessários para essas atividades. Estes eram os principais problemas a serem solucionados pelo governo.

A carestia, ampliada pelo momento da guerra, foi combatida com medidas como a criação de diversos órgãos. É o caso da Comissão de Abastecimento (1939), que tinha entre suas responsabilidades: a regulação da produção e do comércio de produtos alimentícios e de matérias-primas; a realização de levantamento dos estoques; o estabelecimento do preço máximo de venda de mercadorias; e a aquisição de mercadorias nos centros produtores e a distribuição a preço de custo.

Outro órgão ligado ao abastecimento foi o Serviço de Assistência da Previdência Social – o SAPS (1940). Funcionando, inicialmente, como serviço ligado aos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, o SAPS passa a ter, a partir de 1942, uma seção de subsistência que tinha como principal objetivo fornecer aos trabalhadores, a preço de custo, os gêneros de primeira necessidade. Durante a guerra o SAPS realiza, a partir da Legião Brasileira de Assistência, diversas campanhas que incentivavam a produção e o consumo de gêneros alimentícios. A população era motivada a consumir gêneros como ovos, leite, carne, frutas e verduras. Uma fonte importante de acesso a esses produtos seria pequena produção que deveria acontecer em todos os lares brasileiros. As donas de casa eram, então, convocadas a constituir suas próprias hortas. Essa medida poderia minimizar a dependência do mercado afetado pelo aumento dos custos de transporte, evitando, assim, que a população ficasse dependente apenas da capacidade do Estado de garantir o abastecimento.

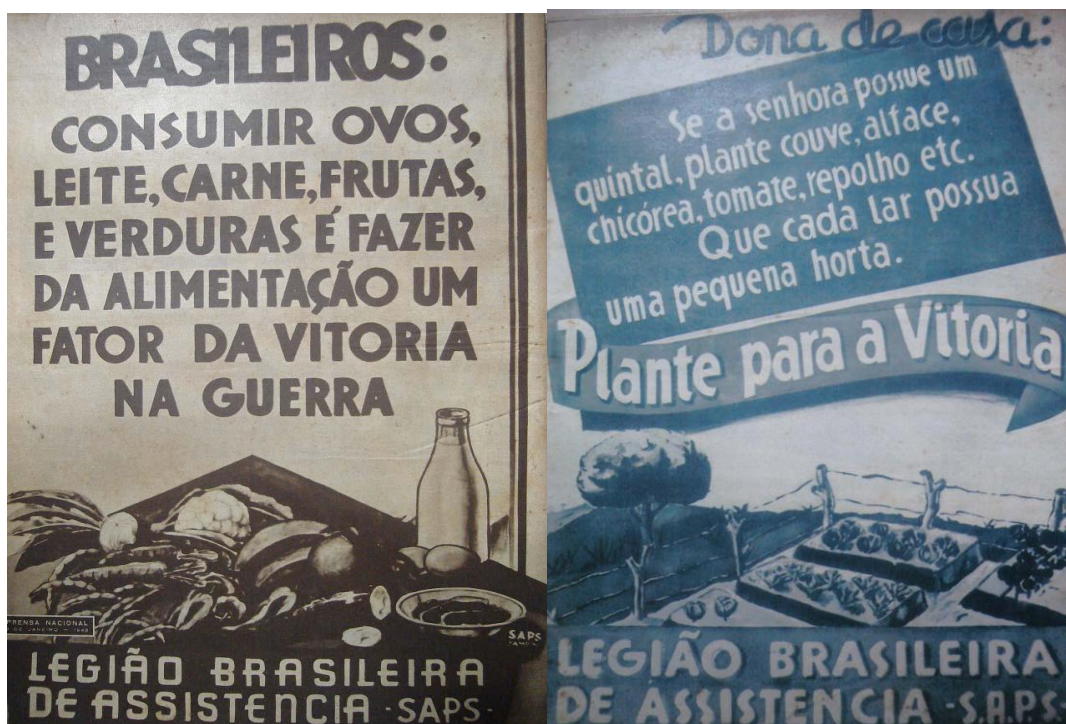


Figura 2: Cartazes da Legião Brasileira de Assistência (Revista *Riquezas da Nossa Terra* – Biblioteca Nacional).

Se alguns produtos de exportação, como a borracha, foram muito favorecidos pelo momento de guerra, outros que antes haviam se destacado no mercado externo sofreram bruscas quedas. A intervenção do Estado, princípio importante da ideologia estadonovista, foi o caminho escolhido para buscar soluções, propondo-se a “reorganização de mercados”. As iniciativas de reorganização permitiam à população ter maior acesso aos produtos agrícolas, e criavam mercados alternativos para aqueles produtos que perderam espaço nas exportações. Um dos casos em que essa reorganização se deu de forma mais bem sucedida foi o da citricultura (LINHARES, 1979). Essa atividade foi uma das que teve maior crescimento na pauta de exportações, mas sofreu um brusco choque com a concorrência internacional e com a eclosão da guerra. Para contornar a situação, o Ministério da Agricultura tomou medidas para proporcionar maior acesso da população ao produto, como a alternativa de promover a venda direta aos consumidores por meio de caminhões e quiosques, criando, assim, um mercado interno que minimizasse o prejuízo da atividade.

Apesar de todas as medidas tomadas no período para permitir a sustentação do mercado interno de gêneros alimentícios, elas não foram suficientes para superar os problemas estruturais da questão do abastecimento no Brasil. Estes problemas continuariam alvos dos debates e das medidas políticas nas décadas que se seguiram ao Estado Novo.

Além da diversificação da agricultura, a sua modernização era um fator fundamental para a transformação do campo. Trabalhos de autoras como Weltman (2008) e Rosana Temperini (2003) reforçam a perspectiva de continuidades entre as demandas elaboradas por setores agrícolas da Primeira República e as propostas estadonovistas para a modernização do campo. O ideal da modernização com base na cientificidade (entendida como a adoção de máquinas e técnicas modernas, aplicadas por cientistas / profissionais qualificados) começa a fazer parte da agenda política dos governos da Primeira República, mas se aprofundam com a Revolução de 1930 e, principalmente, com o Estado Novo. Estudando o discurso dos intelectuais da década de 1930, a partir da publicação agrícola *O Campo*, Temperini afirma a existência de continuidades e rupturas interessantes:

O sertão, antes sinônimo de doença, passa a ser encarado como sinônimo de mudanças e de uma natureza que poderia ser dominada pelo produtor. Essa ênfase caracterizou o ideário de construção de um novo homem do campo. [...] introduzo a idéia de que, dentro desse panorama geral, faz sentido dizer que nas décadas de 1910/1920 se falava mais em “sertões” e, agora, em 1930, se fala mais em “campo”, que seria o sertão mais integrado (TEMPERINI, 2003: 14).

A dominação da natureza pelo homem rural moderno se realizaria, entre outras coisas, a partir do uso de máquinas e de modernas técnicas agrícolas. Assim como era considerado importante, pelo governo, a conformação de parques industriais modernos no país, que contariam com as máquinas necessárias a essa modernização, a mudança prevista no caráter da agricultura existente demandava tanto o uso de máquinas nas atividades quanto a aplicação de técnicas racionais ao trabalho agrícola. A utilização de máquinas e instrumentos agrícolas como meios para a modernização é assunto recorrente nos artigos publicados nas revistas do Ministério da Agricultura, contendo, inclusive, títulos bastante sugestivos que demonstram a importância do tema, como, por exemplo, “*Somente a mecanização poderá evitar que os campos se despovoem*” (RRNT, nº. 21, 1945). Nestes artigos, o Ministério sustenta que, na fase econômica pela qual passava o mundo, a mecanização da lavoura era fundamental para permitir ao Brasil competir de forma eficiente no mercado internacional:

Não há de negar que a mecânica agrícola, auxiliada pelos métodos inteligentes da cultura, estará reservada à resolução de uma grande parte das nossas ambicionadas transformações, que poderão levar o Brasil a competir com os demais povos na conquista de mercados para seus produtos (RNT, nº. 1, 1938).

Ainda sobre o tema, em outra edição da Revista, afirmava-se que: “*Nossa produção agrícola valeria o dobro, se não o triplo do que hoje vale, se dispuséssemos de uma lavoura amplamente servida pelos préstimos da máquina, desde a semeadura até a colheita*” (RRNT, nº. 2, 1942).

O Ministério da Agricultura promovia eventos em todo o país com o objetivo de apresentar aos agricultores as vantagens da modernidade que acompanhava o uso das máquinas agrícolas. É o caso, por exemplo, de uma parada de aparelhos agrários, realizada na Paraíba com o objetivo de “*demonstrar ao homem do campo as inestimáveis vantagens que oferece a ampliação do moderno material agrícola no proveitoso rendimento da produção rural*” (RNT, nº. 15, 1941).

A contradição entre a agricultura moderna, que se objetivava constituir, e a atrasada, que se propunha superar, não ficava evidente apenas nos textos das reportagens das revistas. Muitas vezes as imagens utilizadas tinham uma enorme capacidade de sintetizar e/ou complementar as ideias trazidas no texto. Na reportagem: *A mecanização da lavoura* (RNT, nº. 15, 1941), as imagens utilizadas refletem de forma muito eficiente esta dualidade da modernização *versus* atraso. Na imagem que ilustra a parte superior, observamos uma cena representativa do que se considerava uma agricultura atrasada. O trabalho é realizado por dois homens, que fazem uso de um arado puxado por animais. Um conduz o arado, enquanto o outro guia os animais. Abaixo, vemos o retrato da agricultura moderna: apenas um homem é necessário para conduzir as máquinas que rasgam a terra. A máquina, em comparação ao animal, confere à segunda imagem a ideia de dinamismo e velocidade, em superação à lentidão dos bois que conduzem o arado.



Figura 3: Revista *Nossa Terra*, n. 15, jan-fev de 1941

A Revista *Cultura Política* também fornece fontes sobre o debate da importância do uso da máquina na modernização das atividades agrícolas. É o caso do artigo de Rômulo de Almeida (1943). Nele, o autor afirma que apenas com a mecanização seria possível o estabelecimento de colônias agrícolas sem promover um desfalque da massa demográfica das regiões mais populosas e produtivas. A eletrificação e o uso de máquinas permitiriam às zonas despovoadas produzir tanto ou mais com menos gente. Isso possibilitaria que o excesso de mão-de-obra fosse absorvido pelas necessidades da expansão industrial, inclusive no beneficiamento e transformação dos produtos agrícolas.

Pelo conteúdo dos outros artigos e reportagens presentes nas publicações analisadas, podemos afirmar que a modernização da agricultura, pelas próprias limitações econômicas da maioria dos produtores rurais, não poderia ser restrita à adoção de maquinário. Assim, se as políticas de incentivo à aquisição de máquinas estavam limitadas a alguns setores, como médios e grandes produtores rurais, o governo propagava a existência de outras políticas que poderiam atingir também os pequenos lavradores. É o caso, por exemplo, de uma reportagem de 1942 (RRNT, n.º. 4, 1942) sobre o fomento de emergência realizado no nordeste durante o período da Segunda Guerra Mundial. Esse fomento teve como principais ações a distribuição de sementes e cerca de vinte mil enxadas entre os “*sertanejos reconhecidamente pobres*”.

O trabalho de fomento agrícola realizado em diversas regiões do Brasil era amplamente divulgado nas edições das Revistas *Nossa Terra* e *Riquezas da Nossa Terra*. Estas publicações noticiavam as ações adotadas nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Amazonas e Piauí, entre outros:

A Divisão de Fomento da Produção Vegetal estende proficuamente sua ação por todos os Estados e Territórios, com agrônomos localizados nos principais centros de produção. Providos de um arsenal de máquinas

agrícolas, de boas sementes e de adubos, os agrônomos espalhados pelo interior fazem a propaganda de novos e melhores processos de cultura, valendo-se dos campos de cooperação, que são verdadeiros núcleos de demonstração das modernas práticas rurais (RRNT, nº. 18, 1944).

Os trabalhos de cooperação eram desenvolvidos pelo Estado de três modos distintos. O primeiro era a cooperação feita direta com o lavrador, em sua propriedade rural. A Seção de Fomento Agrícola forneceria maquinário, sementes e direção técnica, enquanto o lavrador entraria com o terreno, a mão-de-obra, combustíveis, adubos e inseticidas, quando necessário. O produto pertencia ao lavrador, exceto pela quantidade de sementes igual à cedida pela Seção. Já, nos campos de cooperação permanente, a Seção de Fomento Agrícola forneceria máquinas e organizaria a direção técnica, cederia sementes, adubos, inseticidas, etc. O terreno seria concedido pela prefeitura pelo prazo de cinco anos, e esta seria responsável pela construção de cercas, modestas edificações e benfeitorias. Metade da produção era vendida pela prefeitura, tendo o seu valor reinvestido em melhorias no campo, e a outra metade era distribuída pela Seção entre os lavradores. Por último, temos o caso da chamada “cooperação de rápida execução”, que consiste no empréstimo e no ensino do manejo de máquinas, e na execução de algumas operações agrárias.

Apesar dos valores informados pelo Ministério indicarem as limitações destas políticas — pois no universo brasileiro o número de hectares mobilizados pelos campos de cooperação era muito pequeno —, para nós, é importante ressaltar, principalmente, o caráter destas medidas, que demonstram a existência de um modelo de intervenção do governo, que tinha como principal característica a proposta de formação de uma “ilha”, de um “centro” de modernidade, responsável pela disseminação no nosso campo, marcado, até então, pelo primitivismo e pelo atraso, das “luzes” oriundas das técnicas de produção racional em nome do progresso e do desenvolvimento do país.

Além dos trabalhos dos campos de cooperação, as “ciências” e as “luzes” da modernidade na agricultura também contavam com os campos de experimentação e os institutos de pesquisas. É o caso, por exemplo, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, que tinha como principais atribuições “*o estudo de nossas plantas, do ponto de vista do seu melhoramento, por isolamento de novas linhagens ou criação de novas variedades quer por produtividade ou resistência a doenças, e a introdução, no país, de plantas alienígenas suscetíveis de adaptação e exploração rendosa*” (COSTA, 1940: 49).

Como anteriormente nos referimos, a criação de campos de semente foi muito divulgada pelas revistas do Ministério, aparecendo como uma das principais atividades de fomento agrícola junto aos pequenos lavradores. A distribuição de sementes de diferentes produtos, acompanhada do auxílio de técnicos para orientar as plantações, eram fatores considerados importantes para incentivar a policultura entre os pequenos produtores. Pelo teor dos artigos podemos concluir que iniciativas como as Seções de Fomento Agrícola, os trabalhos de distribuição de sementes e os campos de experimentação estavam destinadas, principalmente, aos pequenos e médios produtores, cujos frutos seriam direcionadas para o mercado local ou regional, principalmente os gêneros alimentícios.

Os campos de semente visavam à produção de sementes de qualidade e sua distribuição entre os lavradores. O campo de Guaiúba, no Ceará, por exemplo, produziu 115.253 Kg de sementes em 1935; 129.852 Kg em 1936 e 86.776 em 1937 (RNT, nº11, 1940). No Piauí foram distribuídas entre os trabalhadores pobres, pela Seção de Fomento Agrícola do estado, 74.403 Kg de sementes em 1943; 61.016 Kg em 1942 e 2.460 Kg em 1941 (RRNT, nº. 16, 1944).

Por fim, outra questão que está ligada à modernização da agricultura é a grande importância atribuída ao saber técnico, cujo principal reflexo era a valorização da figura do agrônomo. Desde a Primeira República é possível observar na fala dos representantes do setor

agronômico uma dupla luta: pela legitimação do seu saber e pela construção do seu prestígio social (MENDONÇA, 1990). É importante lembrar que, nesse período, vários setores agrícolas já defendiam a modernização da agricultura e, para tal, a presença do saber técnico na pessoa do agrônomo. Segundo Mendonça (1990), o discurso dos agrônomos nos permite perceber sua tentativa de constituir demandas para seus serviços, defendendo o seu espaço e buscando definir os seus papéis. Criava-se a imagem de uma agricultura que necessitava da presença desse agente; uma agricultura que era carente de tudo aquilo que os agrônomos poderiam oferecer: eficiência, racionalidade e progresso:

Fundadores da moderna agricultura, definida com base na utilização da técnica segundo princípios da ciência aplicada, os agrônomos e as escolas de agronomia veiculariam a autoimagem de “legítimos” portadores do dogma ruralista: a crença no destino grandioso do país através da agricultura (MENDONÇA, 1990: 240).

Os agrônomos percebiam a importância de terem acesso aos aparelhos de Estado, principalmente no âmbito do governo federal, não só para promover a nacionalização dos projetos para a agricultura que defendiam, mas também para reforçar o reconhecimento social da sua profissão.

Porém, as propostas de intervenção dos agrônomos na vida rural brasileira eram variadas. Esta variação era marcada, principalmente, pelas linhas constituídas pelas duas das mais importantes escolas de formação do país: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ (criada em 1901) e da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - ESAMV (criada em 1922).

Segundo Mendonça (1998), os agrônomos da ESALQ consideravam a educação como caminho para se realizar as transformações no campo, por meio da técnica do “aprender vendo ou fazendo”; já, os da ESAMV, pensavam a reorganização rural através da formação de cooperativas, atribuindo a elas uma função educativa, pois era a partir desta organização que os agrônomos ensinariam aos associados as técnicas agrícolas modernas. Outra diferença entre as escolas, destacada por Mendonça (1998), era a origem e o destino dos estudantes. Na ESALQ o corpo de alunos era oriundo do campo, formado pelos filhos dos grandes fazendeiros; recebendo o grau de agrônomos, estes regressavam para pôr em prática seus conhecimentos nas fazendas do seu grupo social de origem. Já, no caso da ESAMV, os alunos eram geralmente oriundos dos centros urbanos. Recebendo o grau de engenheiros-agrônomos, estes alunos eram formados com o objetivo de compor o quadro técnico da administração nacional para a realização das políticas agrícolas.

Em 1934, a ESAMV foi desmembrada, dando origem à Escola Nacional de Medicina Veterinária, à Escola Nacional de Química e à Escola Nacional de Agronomia, que passou a ser considerada como a “escola-modelo nacional”. Durante o Estado Novo, em 1938, a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agrônomicas, e neste mesmo ano foram iniciadas as obras de um local considerado mais apropriado para a localização da Escola, na Rodovia Rio-São Paulo, onde existe, atualmente, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O interesse dos agrônomos e dos setores que defendiam a sua presença nas políticas agrícolas encontrou eco nas premissas defendidas pelo Estado Novo. Como destacamos anteriormente, a valorização do saber técnico e de sua contribuição para a ação política racional estava presente nos discursos do Estado e teve importante reflexo nas reformas da máquina burocrática realizadas no período. Destacamos, também, que essas reformas atingiram o Ministério da Agricultura, e, neste âmbito, o papel do agrônomo foi enfatizado, com atribuição de importância à formação técnica e científica para a ocupação de cargos. As gestões Fernando Costa e Apolônio Sales, dois “ministros-agrônomos”, reforçam esta

perspectiva. O ministro Fernando Costa, em seu discurso de posse, já ressaltava a importância do agrônomo nos projetos do Estado Novo para o campo:

Estamos na época dos agrônomos, de espalhá-los por todos os recantos do país, na cruzada santa para fazer a terra produzir o quanto a nação necessita para restaurar suas finanças, para poder aumentar seu Exército e a sua Armada, para abastecer a sua população com gêneros bons e baratos, para melhorar a raça criando uma geração de homens sadios e forte, higienica e espiritualmente aptos para lutar contra as auguras da vida, de modo a colocar a pátria entre as mais consideradas do mundo (REVISTA A LAVOURA, Jan-Jun de 1938: 5).

Além destas referências diretas à importância do agrônomo, que podemos identificar nos discursos oficiais, é possível perceber a presença destes profissionais também nos discursos que fazem propaganda ou noticiam as ações do estado em relação às políticas para o campo. Tomemos, como exemplo, as realizações da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, nas quais ficam claros alguns aspectos sobre o papel dos agrônomos:

A Divisão de Fomento da Produção Vegetal estende proficuamente sua ação por todos os Estados e Territórios, com agrônomos localizados nos principais centros de produção. Providos de um arsenal de máquinas agrícolas, de boas sementes e de adubos, os agrônomos espalhados pelo interior fazem a propaganda de novos e melhores processos de cultura, valendo-se dos campos de cooperação, que são verdadeiros núcleos de demonstração das modernas práticas rurais (RRNT, nº. 18, 1944).

Dessa maneira, os agrônomos eram apontados pelo discurso oficial como a “encarnação” da ciência e das modernas técnicas. Atuavam como representantes do Estado nos mais longínquos pontos do país, assumindo o papel de disseminar a técnica entre as classes agrícolas, que, a partir dessa assistência e do conhecimento adquirido, tinham condições de praticar a moderna agricultura e contribuir, assim, para o desenvolvimento do país.

Nosso objetivo neste item foi apresentar, em linhas gerais, o projeto do Estado Novo para o campo brasileiro. Observamos que o lugar atribuído ao campo nos projetos de desenvolvimento então elaborados envolveu questões muito complexas, que tinham origem, na realidade, em contextos históricos anteriores. O desafio principal era o de promover a transição de uma economia de base agrária para outra de base industrial. Com a Revolução de 1930 e o posterior estabelecimento do Estado Novo, criou-se como proposta para a conquista deste desafio uma política global de desenvolvimento, que previa papéis de complementaridade entre as atividades agrícolas e industriais. Apontamos o fato de que esta proposta tinha como objetivo diminuir a dependência do país da economia externa, tanto na exportação quanto na importação, garantindo a criação de um mercado interno forte. Assim, a produção nacional tinha que se adequar aos padrões de preço e qualidade; as diversas regiões do país deveriam ser integradas, garantindo, também, a integração dos mercados; e as atividades econômicas deveriam permitir a incorporação da população para que esta pudesse se tornar consumidora. Assim, o campo precisava sofrer transformações que garantissem uma agricultura mais dinâmica e melhores condições de vida para as populações rurais. O governo propôs, portanto, transformações que respondiam aos antigos anseios de setores agrícolas, com a defesa da modernização técnica da atividade e da diversificação da produção. Estes princípios faziam parte da própria concepção de ação estatal, como mostra a reforma do Ministério da Agricultura sobre as bases de racionalização administrativa.

Concluimos que a modernização do campo era entendida a partir da adoção de máquinas (o que também servia como incentivo à indústria nacional) e de técnicas racionais

para as atividades rurais. Investiu-se, portanto, na criação de centros de pesquisa e na participação dos agrônomos nas políticas elaboradas pelo governo.

A diversificação produtiva tinha como principal objetivo superar a situação de dependência de um único produto (no caso, o café), que mostrou a fragilidade da economia nacional quando da crise de 1929. As principais medidas tomadas visavam aumentar o leque de produtos de exportação brasileiros, para que pudessem competir no mercado internacional, e também fortalecer o mercado interno, especialmente para a superação dos problemas de abastecimento.

Como abordado na introdução deste trabalho, a identificação dos traços gerais das propostas políticas e econômicas para o campo nos permite compreender melhor as representações sobre este espaço criadas pelo Estado Novo e por ele disseminadas por meio de diferentes aparatos de propaganda do regime. Em nosso próximo item, propomos analisar estas representações, construindo conexões entre as propostas políticas para o campo e as imagens sobre ele construídas, buscando, assim, entender os interesses que sustentavam a política da criação de um determinado imaginário sobre o espaço rural.

1.2 - Em Busca da Terra Abençoada: O Estado Novo e As Representações Sobre O Campo Brasileiro

No item anterior, analisamos as propostas e ações políticas que tinham como objetivo transformar o campo brasileiro em um espaço moderno e verdadeiramente integrado econômica e socialmente ao país. Neste item, pretendemos analisar as ações políticas “imaginárias” que acompanharam as ações políticas “reais” sobre as quais tratamos anteriormente. Trabalharemos, portanto, as representações elaboradas pelo Estado Novo sobre o campo/espaço rural.

Observamos que Governo Vargas elaborou projetos de desenvolvimento para o país que propunham a modernização do campo e a atribuição de importância às atividades ali realizadas para a economia nacional, ressaltando o seu papel complementar às atividades industriais. Vargas se referia ao Brasil como um grande arquipélago, onde existiam ilhas com alto grau de desenvolvimento econômico e industrial, mas entremeadas por espaços vazios. É recorrente a ideia de se promover o “imperialismo interno”, garantindo a incorporação econômica e social de diversas regiões do Brasil.

Durante o Estado Novo, as propostas de integração nacional foram agrupadas sob uma “bandeira política”, a da Marcha para Oeste. Como veremos no capítulo a seguir, os resultados da política de colonização elaborada sob a égide da Marcha para Oeste não corresponderam às propostas iniciais. Porém, se no ramo da ação política “real” a Marcha para Oeste não alcançou seus objetivos, enquanto ação política “imaginária” ela obteve sucesso, consolidando-se no imaginário social brasileiro e sendo constantemente resgatada em momentos históricos posteriores.

De acordo com Sérgio Lopes (2002: 41), *“É no que diz respeito ao discurso apregoado pelo Governo para despertar no povo o sentimento de brasilidade e de disposição para ocupar os espaços vazios do território brasileiro que surge uma das principais imagens criadas pelo Estado Novo: a Marcha para Oeste”*. O autor aponta, ainda, a estratégia utilizada pelo Estado, que, em seus discursos, buscava incluir a obra dos trabalhadores na conquista do oeste, fazendo com que todos *“se sentissem co-proprietários do território nacional”* (p. 42). Lenharo (1986b) afirma que o discurso e a propaganda criados em torno da Marcha tinham, entre outros objetivos, criar um clima de emoção nacional que levasse os brasileiros a se verem marchando juntos, conduzidos por um único chefe, consumando a conquista sobre o território e sentindo-se diretamente responsáveis por ela. Essa imagem foi moldada, essencialmente, pela perspectiva de retomada do ideal bandeirante, dos homens que desbravam, conquistam, exploram riquezas e civilizam os espaços em branco dos mapas. Este

ideal foi consolidado no imaginário social principalmente através da obra *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo. Em seus artigos presentes na Revista: *Cultura Política*, o autor retoma o tema do bandeirantismo, inicialmente trabalhado na *Marcha para Oeste*. Para Ricardo, diversos traços presentes na política do Estado Novo, como suas características institucionais, o regime de autoridade, o governo forte, o caráter popular e genuinamente brasileiro, tinham raízes históricas no movimento das bandeiras. O espírito das bandeiras estaria vivo na sociedade contemporânea e a impulsionava a retomar a *Marcha para Oeste*, entendida como sentido para a nacionalidade. Entre as heranças bandeirantes fortemente presentes na sociedade contemporânea, o autor enumera o amor à vida agrícola, o espírito de iniciativa e de respeito às leis, a sociedade que se fixou no interior do país e as próprias fronteiras nacionais. Ricardo falava também das bandeiras do século XX, que envolviam tanto as medidas políticas da *Marcha* quanto uma série de expedições científicas que desbravaram o interior do país no período tratado. Novos “bandeirantes” surgiram nestes movimentos, como é o caso do Marechal Rondon.

Mesmo não se concretizando, é importante observar, como destaca Otávio Velho (1976), que a *Marcha para Oeste* correspondia a uma série de necessidades políticas, sociais e econômicas sobre o campo, levantadas naquele momento:

- 1) Tentar recuperar a posição anterior do Brasil no mercado internacional da borracha.
- 2) Fixar, em zonas mais produtivas e menos propícias a “flagelos”, os excedentes populacionais de outras regiões do país.
- 3) Substituir a mão-de-obra oriunda da imigração estrangeira, que poderia trazer ao país “ideologias exóticas”, pela nacional, nos sistemas de colonização.
- 4) Evitar as consequências que poderiam advir do êxodo rural desordenado e do inchaço das cidades brasileiras.

Alguns dos fatores apontados por Velho estão presentes nos discursos da época, como podemos identificar nas colocações de Beneval de Oliveira (1943), para quem a *Marcha para Oeste* significava a valorização da terra e do homem. A valorização da terra implicava tanto no seu desenvolvimento e nas políticas para torná-la produtiva, quanto na construção de um discurso que tinha como objetivo consolidar imagens positivas sobre o espaço rural. Estas medidas serviam como fatores “atrativos”, como forma de “convencimento” e como “estímulo” para que os homens rumassem das cidades para o campo, fazendo o caminho contrário dos migrantes que procuravam no espaço urbano melhores condições de vida, e para garantir que o homem do campo lá permanecesse. Em alguns casos, previa-se o deslocamento de contingentes populacionais de regiões mais conflituosas, como o nordeste, para áreas estratégicas das políticas colonizadoras do Estado Novo, como a Amazônia, o centro-oeste e as áreas de fronteira.

A *Marcha para Oeste*, enquanto discurso que engloba a necessidade de ocupação dos espaços vazios e de integração entre as diferentes regiões do Brasil, pode ser sintetizada em um interessante cartaz divulgado pelo DIP. Nele é apresentado um mapa cortado por estradas, que ligam diversos pontos do litoral ao interior do país. É interessante observar nas estradas a existência de locomotivas, que se dirigem em direção ao oeste, e são seguidas por grandes grupos de pessoas. Essa imagem enfatiza a ideia de que era necessário criar condições estruturais no campo para que a população pudesse se instalar e trabalhar na terra, pois o abandono da gente no campo era, em grande parte, o responsável pelo êxodo rural. A imagem deixa claro o sentido que deve ser traçado pela *Marcha*, e reforça visualmente a perspectiva de conexão das diversas regiões brasileiras por meio do investimento em uma infraestrutura de estradas que garantiriam a real integração do país, criando um Brasil uno e superando a dualidade litoral X sertão.



Figura 4: Revista *Nosso Século*, fascículo 24, 1980.

A imagem, a seguir, foi retirada do opúsculo “Brasileiros Ouvi!”. A obra foi produzida em torno de 1940, e editada pela Pongetti, e não possui dados sobre autores, fotógrafos ou editores. É composta por poucas páginas (quinze), e a cada página, ou em folha dupla, são apresentados diferentes temas, elaborados em forma de montagens. É interessante observar, que todas as páginas apresentam um círculo vazado que permite visualizar fotografias, as na realidade, estão nas contracapas da obra, e que mostram o rosto de Getúlio Vargas (canto superior esquerdo e direito da imagem), fotografado enquanto discursava. Conforme as páginas são viradas, o círculo vazado permite que as imagens de Vargas estejam presentes em todas elas. Todas as páginas são compostas por imagens e um texto explicativo, entre aspas, que traz um trecho de um discurso do presidente. Assim, as fotografias que aparecem no círculo, aliadas ao texto, passam a impressão de que Vargas nos fala diretamente sobre cada um dos temas retratados, e que todos os brasileiros devem ouvi-lo. O fato de a imagem dominar as páginas da obra, dando ao texto uma função quase que complementar, pela forma como é disposto, reforça a perspectiva destacada por outras produções do Estado Novo sobre a importância da imagem, que destacamos na introdução deste trabalho. Essa importância é dada, em primeiro lugar, pelo fato da fotografia representar a idéia de verdade, de captura da realidade, diferente, por exemplo, do desenho e da pintura. Outro aspecto destacado é a sua capacidade de sintetizar idéias, como a velha máxima de que “uma imagem vale mais que mil palavras”.

Como descrevemos anteriormente, a obra apresenta diversos mosaicos formados por composições de imagens e pequenos textos. O mosaico era uma forma de representação bastante utilizada pelo Estado Novo, o que permitia a uma imagem reunir diversas ideias-chave, apresentar movimento e dinamismo, e dar um caráter “moderno” àquela representação, trabalhando-a a partir de um processo de “colagem”, de montagem. Como discutimos na introdução deste trabalho, acreditamos que a ideia de mosaico pode ser aplicada como uma metáfora à própria ideologia do Estado Novo, composta a partir de “recortes” que representam tanto o resgate de tradições e continuidades, quanto a ruptura e o momento novo.

Dessa maneira, o campo brasileiro também é apresentado em um mosaico nas páginas de “Brasileiros Ouvi!”. A página dupla que extraímos do opúsculo é uma montagem composta pelo desenho de um grande mapa do Brasil, sobreposto por uma série de fotografias, e todas têm como tema a atividade agrícola. Trabalhadores rurais são retratados derrubando a mata, arando a terra, plantando, colhendo, etc.

Apesar de ser possível notar a presença do tema da modernização, pois na página da direita observamos um sistema de engrenagem e as instalações de uma fábrica, a figura central, que mostra um arado movido por animais, acaba retratando que o campo daquele momento estava em um processo de transição rumo à modernidade.

A sobreposição do mapa do Brasil por uma série de imagens sobre as atividades rurais expressa a importância dessa atividade para a vida do país, como se o trabalho nos campos fosse representativo da nacionalidade, seguindo a perspectiva do discurso que assinala que a verdadeira brasilidade estava no oeste, no interior. Esse tema foi retratado no cartaz do DIP a que nos referimos anteriormente (figura 4), cujo lema aparece também no texto que acompanha a imagem do opúsculo:

O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa, e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

O texto retrata o interior do Brasil como um lugar repleto de riquezas, como os minérios e as terras férteis e abundantes capazes de fornecer ao homem que nelas trabalha produtos variados e fartos. O campo era, portanto, um espaço que deveria ser explorado nas suas diferentes facetas, tanto da agricultura diversificada quanto na complementaridade à atividade industrial, que destacamos no item anterior como características da agricultura moderna que se buscava consolidar no projeto de desenvolvimento nacional.

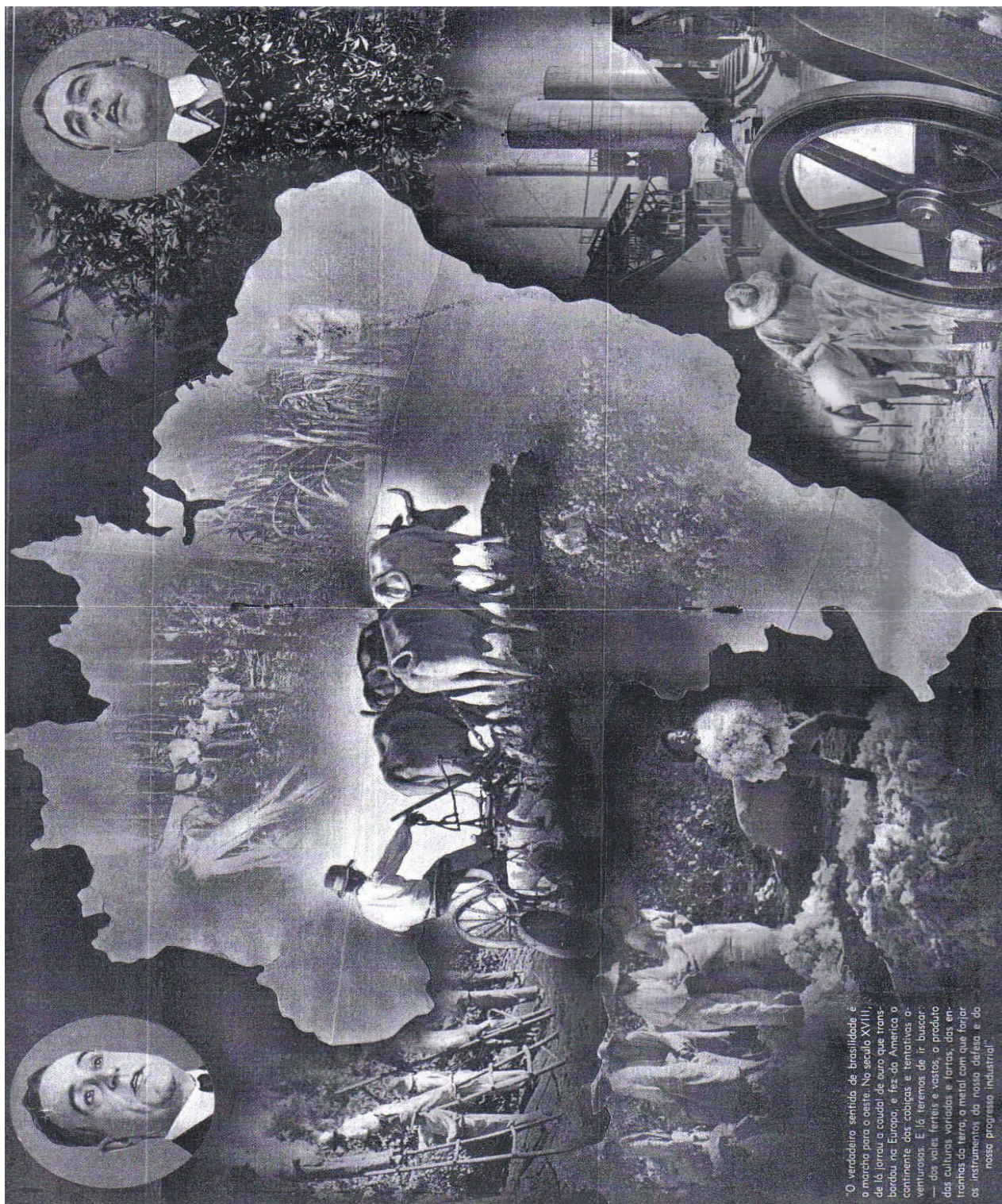


Figura 5: O campo retratado no opúsculo “Brasileiros Ouvii!”.

Outra fonte interessante de representações sobre o campo tem origem na literatura. Na prosa e na poesia o campo foi bastante retratado, principalmente com o predomínio da literatura regionalista. Nem sempre a imagem do campo apresentada nestas obras correspondia ao modelo idealizado pelo Estado Novo. Autores como Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e José Lins do Rego apresentavam um espaço rural marcado pela seca, pelo paternalismo, pela lei do mais forte, pelo conservadorismo. Porém, estas representações, em certo aspecto, não contradizem o modelo do Estado Novo, já que nas propostas do governo se afirmava, constantemente, o caráter transitório da situação do campo. O campo do Estado Novo vivia as contradições da modernidade e do atraso; os esforços políticos iam na direção da superação destes problemas. Mesmo no discurso do Estado, é preciso lembrar, muitas vezes as realizações se davam por etapas, eram apresentadas como projetos para o futuro, como o caso da extensão da legislação trabalhista para o homem rural, por exemplo.

Mas o discurso que apresentava imagens positivas do campo, em contraposição às apresentadas por muitos romances regionalistas, não se restringia ao âmbito oficial. Diversos autores, alguns ligados ao Estado, outros não, construíram imagens que valorizavam o espaço rural. Esta valorização, muitas vezes, foi feita por meio de representações que contrapunham o campo e a cidade. Frente à necessidade de fixar o homem no campo e conter o êxodo rural, imagens eram criadas invertendo a antiga posição de superioridade da cidade diante do campo, tema central no discurso característico da ordem modernizadora do início da República, que associava o espaço rural à barbárie e a cidade à civilização. Assim, as ações reais do Estado que visavam tornar o campo um espaço produtivo — como um elemento de importante contribuição para o desenvolvimento do Brasil —, e atraente — fixando a população —, encontravam correspondência em representações e imagens elaboradas sobre o espaço rural. O exemplo de uma representação envolvendo este tema é o poema de Cassiano Ricardo, *Café Expresso*:

[...]

E eu sinto o gosto, o aroma, o sangue quente de São Paulo
nesta pequena noite líquida e cheirosa
que é a minha xícara de café.
A minha xícara de café
é o resumo de todas as coisas que vi na fazenda e me vêm à memória
[apagada...]

Na minha memória anda um carro de bois a bater as porteiras da
[estrada...]

Na minha memória pousou um pinhé a gritar: crapinhé!
E passam uns homens
que levam às costas
jacás multicores
com grãos de café.

[...]

E uma casinha cor de luar na tarde roxo-rosa...
Um cuitelinho verde sussurrando enfiando o bico na catléia cor de
[sol que floriu no portão...]
E o fazendeiro, calculando a safra do espigão...

[...]

Mas eu não tenho tempo pra pensar nessas coisas!
Estou com pressa. Muita pressa.
A manhã já desceu do trigésimo andar
daquele arranha-céu colorido onde mora.
Ouço a vida gritando lá fora!
Duzentos réis, e saio. A rua é um vozerio.
Sobe-e-desce de gente que vai pras fábricas.

Pralapracá de automóveis. Buzinas. Letreiros.
Compro um jornal. O Estado! O Diário Nacional!
Levanto a gola do sobretudo, por causa do frio.
E lá me vou pro trabalho, pensando... [...]

(In: RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972).

Os versos de Cassiano Ricardo transmitem toda a nostalgia de um homem que passou a ser um cidadão, com relação às coisas do campo. Esta nostalgia é despertada a partir de diferentes sensações causadas por uma xícara de café. Este é apresentado como uma síntese de São Paulo, pois a “noite líquida e cheirosa” carrega em si “o gosto, o aroma e o sangue quente de São Paulo”. Mas, o que vemos é o retrato de “duas São Paulo” diferentes: a da cidade e a do campo.

As imagens suscitadas pelo poema de Cassiano Ricardo são construídas a partir de sons e cores. Na fazenda, os sons são os das porteiras que batem à passagem do carro de bois, o grito do pinhé, o sussurro do cuitelinho. As cores provêm dos jacás carregados de café, da “*casinha cor de luar na tarde roxo-rosa*” e da catlêia cor de sol. São sons e cores da natureza, que têm origem tanto nos animais quanto nas ações que o homem estabelece com ela. Homens e animais parecem seguir um ritmo imposto por esta mesma natureza.

Mas o poema ganha outra dinâmica quando o autor volta sua atenção para o tempo presente. O tempo da cidade é marcado por outro ritmo, o do “*sobe-e-desce de gente que vai pras fábricas*” e do “*Pralapracá de automóveis*”. Os sons da cidade não nascem dos animais, e os produzidos pelos homens têm muito pouco de “natural”: é o som do vozerio, das buzinas, da venda dos jornais. O carro de bois deu lugar ao automóvel. Os elementos da natureza, enfim, se “artificializam”, como a manhã que “*desceu do trigésimo andar daquele arranha-céu colorido onde mora*”.

Outra fonte que utilizaremos para a identificação das representações do campo são os livros de leituras escolares. Como destacamos na introdução, estas são fontes interessantes, pois tratam-se de importantes instrumentos de construção de valores, e que envolvem, também, um aspecto sentimental. Maria Helena Capelato (2009) afirma que um aspecto importante do estudo deste tipo de material é exatamente a percepção do seu controle por parte dos agentes do Estado. Aponta, ainda, o fato de a escolha e a aprovação deste material sofrer ainda maior interferência por parte do Estado no caso de regimes autoritários. Outro aspecto destacado por Capelato é a importância de estudar o material didático em sua conexão com o contexto cultural e com as estruturas políticas nas quais se insere. É exatamente sob estas perspectivas que propomos realizar a análise dos livros de leitura escolar: como instrumento do Estado Novo para inculcar seus valores nos jovens escolares; e a conexão entre estes valores e as propostas políticas que os conformam.

Apesar da impossibilidade de obter dados sobre a circulação das obras, nossa intenção é observar como o campo é nelas retratado, pois o fato de passarem por algum tipo de

avaliação e/ou censura pelos aparelhos do Estado confirmam o seu pertencimento à ideologia do regime.

Na obra: *Os serões na fazenda*, escrita por Guiomar Rinaldi, são apresentados, em meio à narrativa principal, alguns poemas e músicas de diversos autores que são utilizados para construir uma representação positiva do campo, que coincidia com o modelo proposto pelo Estado. Assim, o Estado Novo se apropriava de imagens construídas por autores externos a ele, e que, em muitos casos, poderiam não possuir as mesmas motivações, interesses e objetivos que o regime ao construir as “suas” representações do campo e do homem rural. Porém, independente destas motivações ou interesses, o fato é que o Estado identificou a presença de temas e de imagens que reforçavam o seu discurso, e por isso delas fez uso, ao aprovar a adoção do livro nas instituições escolares.

Entre estes poemas, destacamos os versos de Paulo Setúbal, poeta parnesiano que ficou associado ao regionalismo por ter como um de seus principais temas, a vida dos caboclos do interior de São Paulo. O poema a seguir, “*Tarde*”, marca as diferenças entre campo e cidade, assim como o poema de Cassiano Ricardo anteriormente citado.

Tarde

Paulo Setúbal

Oh! vós que respirais a poeira da cidade
Jamais entenderéis a doce suavidade
A música dolorida, a estranha nostalgia
Que vem da solidão quando desmaia o dia!

Vós nunca entenderéis essa rude grandeza,
Essa infinita paz, essa imensa tristeza,
Que sai do coração da mata bruta, quando
Resplandecem nos céus os astros, palpitando!

É preciso viver longe da turba humana,
Longe do mundo vão, longe da vida insana,
Para sentir, amar ouvir essa tristeza,
Que exala, ao pôr do sol, a maga Natureza!

(In: RINALDI, Guiomar R. *Os serões na fazenda*. Aprovado pela Diretoria Geral de Ensino para as Escolas Rurais e 3º. e 4º. graus dos Grupos Escolares. 1945)

O campo idealizado pelo autor é apresentado, assim como nos versos de Cassiano Ricardo, por meio de diferentes sentidos e sensações: a respiração, a audição, a excitação, a melancolia, a tristeza, a paz. Esse campo tem um quê de nostalgia, tristeza, dor e solidão. Os sentimentos despertados pelo campo são paradoxais: a música dolorida, a estranha nostalgia e a solidão são acompanhadas pela doce suavidade; infinita paz e imensa tristeza convivem nos versos. Dessa maneira, sentimentos que parecem negativos acabam não tendo este valor nos versos. As imagens da natureza “maga” são as do pôr-do-sol e do resplandecer dos astros nos céus. Esse campo paradoxo, mas, a nosso ver, positivo, é contraposto a uma representação negativa da cidade: “poeirenta”, onde vive a turba, e onde a vida é insana.

A ideia de um campo nostálgico, que desperta saudades frente à cidade, que é tão diferente, é tema dos versos de “*Luar do Sertão*”, também presente no livro *Os serões na fazenda*.

Luar do Sertão

Catulo Cearense

Oh! que saudade
Do luar da minha terra
Lá na serra prateando
Folhas secas pelo chão;
Este luar cá da cidade, tão escuro
Não tem aquela saudade
Do luar lá do sertão.

Se a lua nasce
Por detrás da verde mata,
Mais parece um sol de praia
Prateando a solidão.

A gente pega na viola que ponteia
E a canção da lua cheia
Nos nasce no coração.

[...]

Ai, quem me dera
Que eu morresse lá na serra,
Abraçado a minha terra
E dormindo de uma vez;
Ser enterrado numa gruta pequenininha
Onde à tarde a sarurinha
Chora a sua viuvez

Não há,
Oh! gente, oh! não,
Luar como esse do sertão.

(In: RINALDI, Guiomar R. *Os serões na fazenda*. Aprovado pela Diretoria Geral de Ensino para as Escolas Rurais e 3º. e 4º. graus dos Grupos Escolares. 1945)

“*Luar do Sertão*” é uma das mais famosas músicas caipiras brasileiras, e é interessante destacar que a autenticidade da autoria de Catulo Cearense é questionada por alguns estudiosos. Assim como os poemas de Paulo Setúbal e Cassiano Ricardo, os versos desta canção mostram a idealização do campo vista pelo sertanejo que está ou que conhece a vida na cidade. Novamente as imagens do sertão – neste caso, do luar – despertam no homem a saudade da sua terra. Em seus versos se reafirma a conexão entre o homem e a natureza, que não resiste em pegar na viola e cantar suas homenagens à paisagem do sertão brasileiro. Esta homenagem resgata elementos dessa natureza, como as verdes matas, as folhas secas, o sol, e, principalmente, a lua, que lança sua luz prateada pelos campos. Em sua penúltima estrofe, “*Luar do Sertão*” se mostra como uma canção de profundo amor ao espaço rural brasileiro, a terra, ao sertão, quando o autor afirma seu desejo de ser enterrado em comunhão com a natureza.

É importante destacarmos entre as estratégias de “convencimento” utilizadas pelo Estado Novo para construir sua base de apoio e legitimidade, e mesmo para a adesão de

diversos setores sociais à identidade coletiva que se buscava construir, a elaboração de representações e imagens com forte conteúdo emocional. Os exemplos acima citados são apropriados pelo Estado exatamente com este fim, o de mobilizar o leitor / receptor por meio das emoções suscitadas pelas imagens presentes nos textos. A nostalgia, a tristeza, a saudade despertadas pelo sertão / espaço rural, e a eterna esperança do retorno a sua terra são alguns dos sentimentos utilizados para reforçar a representação do campo como espaço idealizado, onde o homem brasileiro deveria se fixar para produzir, ou mesmo onde deveria buscar as raízes de sua brasilidade.

Os discursos oficiais também enfatizavam as diferenças entre o campo e a cidade. É o exemplo de uma palestra proferida pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, no programa *Hora do Brasil*, cujo título é bastante sugestivo: “*A vida no campo e a vida ilusória nas cidades*”. A cidade é retratada como sendo:

(...) clima da agitação, da pressa, da concorrência entre os homens, do embate dos interesses imediatos. A vida botânica desaparece, para dar lugar à floresta humana, à aridez dos asfaltos, ao mundo mecânico. Pode se transitar meses e meses sem percorrer um trecho de terra, pisando, apenas, cimento e pedra. Ninguém mais sabe da lua. O urbanismo padroniza as estações. O ruído não cessa. No jogo dos interesses, o salário é uma peleja de cada jornada. A cidade é um monstro moderno, devorando a energia e a saúde dos que não sabem defender-se. (...) Não se lida com o tempo, mas, com os contratemplos. A sofreguidão, a inventiva, a rapidez, a atenção, a resistência psíquica constituem elementos indispensáveis ao triunfo (MARCONDES FILHO, 1942: 358).

O objetivo principal do Ministro em sua palestra é alertar o homem do campo sobre os diversos pontos negativos que apresentava a vida nas cidades. O homem rural que pensava em migrar teria que ter em mente que os desafios das cidades requeriam um “*preparo prévio*”, para evitar “*as dolorosas surpresas e os enganos irreparáveis*”. Marcondes Filho chama a atenção para a existência de riquezas “*dormitando*” na solidão dos sertões, que deveriam ser conquistadas pelos brasileiros. Afirma que, se muitos dos homens rurais que partiram para as cidades atrás de riquezas tivessem optado por marchar para oeste em busca de terras virgens, encontrariam ali a fortuna procurada, aproveitando as oportunidades de aplicar sua experiência, conhecimentos e práticas adquiridas ao longo de sua existência rural. Em contraposição à cidade, o campo

é o clima da serenidade, das longas paciências, das alegrias bucólicas, das noites profundas e silenciosas. O homem é lidador do solo e do tempo, na imperturbável sucessão das colheitas e das luas. A terra, na maternidade interminável das searas, que há milênios sustentam as gerações, pode ser áspera, pode ser mansa, pode estar cansada. É indiferente. (...) Mas, a terra em amanhã, quando é dura, animada pelo adubo, quando é fraca, e assistida permanentemente, quando é rica, nunca falta à esperança dos homens, como se cumprisse uma palavra empenhada no começo dos séculos. Podem sobrevir anos maus; as estações nunca se alteram. A natureza é sócia, porque trabalha dia e noite. Há, sem dúvida, perigos e obstáculos: as pragas, as secas, as geadas, o granizo, as inundações. Mas, é justamente na luta contra estes elementos, que o homem se educa, dando estilo à sua capacidade de trabalho, adquirindo conhecimentos peculiares, formando hábitos de conduta, gerando mentalidade própria, enfim, criando o seu tipo agrário (MARCONDES FILHO, 1942: 357).

Assim, o campo é apresentado como um lugar de calma e serenidade, e profundamente marcado pelo ritmo da natureza, da mesma forma como apareceu nos poemas anteriormente

citados. A terra é descrita em sua complexidade, podendo ser áspera ou ser mansa, estar cansada, ser rica ou fraca. Mas, se cuidada pelo homem, nunca falta à esperança, cumprindo seu papel. A ligação entre homem e natureza, na palestra, pode ser sintetizada na passagem que afirma que ambos são sócios. A descrição de Marcondes Filho ressalta a bravura deste homem ao lidar com os desafios impostos pela natureza ao seu trabalho nos campos: as pragas, as secas, as geadas, o granizo e as inundações. Estes desafios naturais são capazes de moldar o homem e prepará-lo para enfrentar tudo aquilo que é característico da vida rural, permitindo a criação daquilo que, segundo o Ministro, seria o “tipo agrário”.

É fundamental destacar que a questão da valorização do interior do país pelo Estado Novo não significou a simples inversão da dicotomia litoral X sertão. Se em alguns momentos é possível observar essa inversão, em que a cidade e o litoral são apresentados de forma negativa— como profundamente influenciados pelo estrangeirismo e pela perda dos valores tradicionais —, e o campo e o sertão como positivos —, locais das verdadeiras raízes nacionais —, esta lógica não era única. Em vários momentos a ideologia estadonovista buscava positivar o espaço rural como sendo uma fonte da brasilidade de onde todos deveriam beber e valorizar, porém, minimizando as críticas e os rótulos negativos atribuídos ao espaço urbano. Como destacamos no item anterior, o projeto de desenvolvimento proposto pelo Estado Novo previa a valorização do campo e a fixação do homem rural neste espaço, mas sem esquecer que a modernidade do espaço urbano-industrial era fundamental no crescimento econômico do país e em sua luta por uma maior independência econômica com relação ao mercado internacional. Esta forma de encarar a diversidade entre litoral e sertão deu origem à ideia de que “a valorização dos particularismos e do rural podia ser vivida como uma celebração nostálgica, festiva e comunitária” (THIESSE, 1995: 12) em um cenário em que a modernidade urbana e industrial levava a uma uniformização dos modos de vida como um processo irreversível. Portanto, se a dicotomia entre litoral X sertão não foi inteiramente abandonada, ela não poderia se restringir aos parâmetros da modernidade X atraso, nem à perspectiva do estrangeirismo X nacionalismo.

Como já destacamos, a palestra reproduz uma imagem do campo em que este se desenvolve no ritmo da natureza. A idéia de tempo cíclico, natural, está presente nas afirmações de que a natureza trabalha dia e noite; ao falar que o trabalho do homem com a terra é constante na sucessão das colheitas e das luas; e ainda quando faz referência às estações. Esta ideia de um tempo da natureza, cíclico, como característico do campo, é recorrente nas representações construídas sobre este espaço. Talvez uma das que mais simbolize este aspecto da questão seja um calendário publicado na Revista *Riquezas da Nossa Terra* (no. 6, 1942). O calendário relativo ao ano de 1943 é dividido de forma bimestral. A cada bimestre é destinado o espaço de uma página da revista (ocupando a página em sentido horizontal, em estilo “paisagem”), sendo formado, portanto, por um total de seis páginas. Cada folha do calendário é composta por uma grande imagem de fundo, com diferentes temas. Apresenta, ainda, um quadro de fundo preto com textos, na lateral esquerda da página, e outros dois quadros com dois meses do ano, na parte inferior direita da página.

Sobre a questão dos calendários, Jacques Le Goff afirma que:

O tempo do calendário é totalmente social, mas submetido aos ritos do universo. Deriva de observações e de cálculos que dependem também do progresso da ciência e das técnicas (...). O calendário, objeto científico, é também um objeto cultural. Ligado a crenças, além de a observações astronômicas (as quais dependem mais das primeiras do que o contrário), e não obstante a laicização de muitas sociedades, ele é, manifestamente, um objeto religioso. Mas, enquanto organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana, o calendário é, sobretudo, um objeto social (LE GOFF, 1994: 478).

O projeto ideológico do Estado Novo buscou utilizar este aspecto social do calendário para fazer dele um objeto da política de propaganda do regime. Este uso aparece claramente no trabalho de Ângela de Castro Gomes “*Propaganda Política, construção do tempo e do mito Vargas. O calendário de 1940*”. Nele a autora analisa como este objeto científico, cultural e social – o calendário – foi utilizado pelo regime como veículo de propaganda das ações estatais quando do aniversário de 10 anos da Revolução de 1930. Apesar de o calendário utilizado por Gomes ter fonte, conteúdo, forma e fim diferentes daquele com o qual estamos trabalhando, alguns aspectos da análise da autora sobre as concepções que envolviam a propaganda estadonovista merecem nossa atenção:

A propaganda surge assim como discurso que trabalha tanto com a palavra escrita e os argumentos racionais de convencimento, quanto com uma linguagem imagética de forte conteúdo emocional e de leitura fácil, mas que precisava de divulgação para ser aprendida e apreendida pela população a que se destinava (GOMES, 2003: 114).

Dentre estes aspectos, a linguagem imagética de forte conteúdo emocional está claramente presente no calendário da Revista *Riquezas da Nossa Terra*, assim como em grande parte das representações sobre o campo e o homem rural retratadas nesta publicação.

As imagens que ilustram o calendário se alternam entre aquelas que mostram apenas o campo/plantação ou um determinado produto, e aquelas que mostram o trabalhador rural no trabalho com a terra, como exemplificamos com as imagens selecionadas.

A primeira imagem, correspondente à folha dos meses de março e abril do calendário, retrata homens e mulheres trabalhando na colheita do algodão. Na realidade, os homens parecem observar enquanto as mulheres colhem o produto. Algumas das pessoas olham para a câmera, enquanto outras se concentram no trabalho, e outras, ainda, parecem lançar um olhar a distância. Homens e mulheres parecem representar trabalhadores rurais idealizados, pois apesar de portarem elementos “típicos” como o chapéu de palha, ou lenços na cabeça, suas roupas parecem excessivamente “arrumadas”: os homens estão de ternos, e as mulheres com vestidos e aventais. A imagem, em certo aspecto, não se identifica com a ideia de dureza do trabalho com a terra, pois não transmite uma imagem dos trabalhadores “suados” e “sujos” pelo esforço realizado. Suas roupas parecem “imaculadas”, aparência reforçada pelo aspecto dos vestidos e aventais claros usados pelas mulheres. A imagem não nos permite visualizar os pés dos trabalhadores, passando a sensação de que na verdade seus pés e seus corpos são como continuidades das plantas que saem da terra, confundindo-se com estas plantas, o que reafirma a conexão que se buscava construir entre o homem rural e a natureza.



MARÇO
 No norte, plantam-se o algodão, milho, mandioca, batata doce, cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, abóbaca, etc.
 No centro, plantam-se cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, batata, araruta, cuminho, amendoim, algodão, feijão, milho, etc.
 No sul, é o melhor mês para a semeadura de milho e de outras espécies para o Nordeste. Colhem-se milho, arroz, amendoim, algodão, batata, etc.
 Colhem-se também a batata-doce. Continua a colheita de frutas. É a época principal da vindima e da colheita.

ABRIL
 No norte, continuam as plantações e as colheitas do mês precedente.
 No centro, continuam as colheitas de uma variedade de produtos. Colhem-se algodão, milho, amendoim, arroz, batata, etc. Continua a colheita de frutas. É a época principal da vindima e da colheita.

No sul, é o melhor tempo para a semeadura de milho, feijão, arroz e batata. Continua a colheita do mês anterior.

MARÇO						
Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
☆	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	☆	☆	☆

ABRIL						
Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
☆	☆	☆	☆	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	☆

Figura 6: meses de março e abril no calendário da Revista *Riquezas da Nossa Terra*

A imagem que acompanha a folha dos meses de julho e agosto não retrata nenhuma figura humana: apenas a paisagem rural é mostrada. Trata-se de uma paisagem que corresponde à imagem idealizada difundida no senso comum: uma grande plantação ocupa toda a parte baixa do local retratado, seguindo até quase o horizonte, “onde a vista alcança”, pois a paisagem do “fundo” da imagem aparece como uma sombra, com pouca definição; no alto dos pequenos morros que cercam a área plantada, a presença humana se revela nas casas e instalações da fazenda ou sítio, ali construídas. Nada na imagem transmite a ideia de movimento ou de dinamismo, pelo contrário. Esta rigidez parece reafirmar o campo como um lugar em que o tempo passa devagar, sem transformações bruscas, de acordo com o ritmo imposto pela natureza.

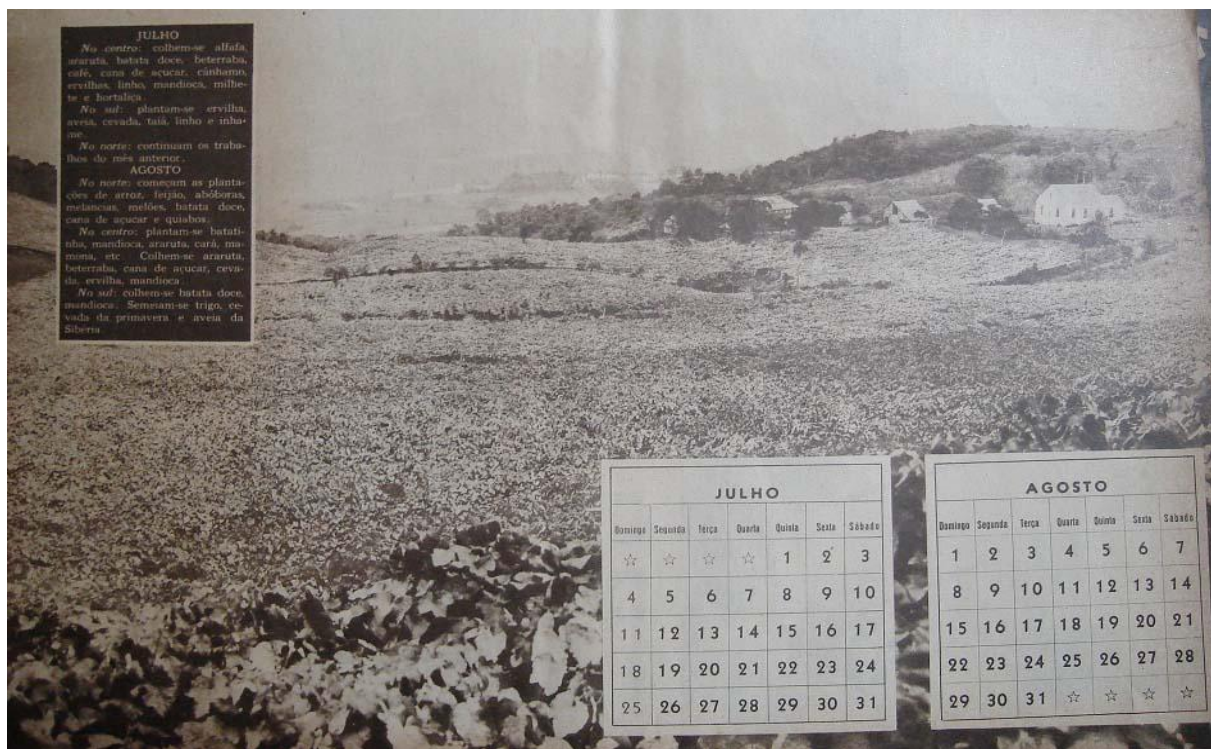


Figura 7: meses de julho e agosto no calendário da Revista *Riquezas da Nossa Terra*

A terceira imagem, correspondente à folha dos meses de novembro e dezembro, retrata uma mulher que posa junto a uma bananeira. A mulher, assim com as retratadas na primeira imagem, usa um vestido imaculadamente claro. Na imagem não é possível ver seus braços (a não ser um pequeno pedaço da mão) e pernas, o que reforça a sensação de que o seu corpo se confunde com a planta. A bananeira, exuberante com seus frutos, parece enfeitar a mulher que aparece entre seus galhos e folhas, seguindo a perspectiva retratada na primeira imagem que enfatiza a comunhão entre homem rural e natureza. É interessante pensarmos na imagem de Carmem Miranda, que naquele momento era uma das principais representações do que era o Brasil para o exterior. Os elementos decorativos da artista, principalmente o seu chapéu enfeitado com frutas, associam-se a esta imagem do Brasil como um país agrícola e rico em produtos tropicais, lembrança que nos é despertada pelos enfeites da camponesa retratada junto à bananeira na página do calendário.



Figura 8: meses de novembro e dezembro no calendário da Revista *Riquezas da Nossa Terra*

Segundo Le Goff, uma função essencial do calendário é a de ritmar a dialética do trabalho e do tempo livre. No caso do calendário em questão, parece que a ênfase recai sobre a questão do trabalho. Talvez nem tanto pelas imagens que o compõe, que poderiam ser interpretadas como alternando o tempo do trabalho humano com o tempo do “trabalho da natureza” (no caso das plantações retratadas, como se elas estivessem se desenvolvendo durante tempo necessário até a ação do homem, na colheita). A questão do trabalho aparece principalmente nos pequenos textos que acompanham os calendários, nos quadros de fundo preto na lateral esquerda das páginas. Estes quadros apresentam, mês a mês, os produtos que devem ser plantados ou colhidos naquele período em cada região do país. Como ilustração, tomemos a descrição correspondente ao mês de março quando, no norte, planta-se algodão e colhe-se mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho e abacaxi, entre outros; no centro planta-se cana-de-açúcar, milho, feijão do frio, alfafa, araruta, cânhamo, centeio, cevada, trigo, linho, etc., e tem início a colheita do algodão, arroz, anil, tabaco, alfafa, amendoim, soja, batata-doce e milho verde; e no sul é o melhor mês para a sementeira de alfafa e de maior atividade para a horticultura, além de dar continuidade à colheita de frutas, sendo a principal época da vindima e vinificação. Os outros meses do calendário são apresentados da mesma maneira.

Estas descrições das atividades agrícolas em todos os meses do ano e nas diversas regiões do país suscitam algumas questões interessantes. A primeira é que a enumeração das tarefas envolvendo a plantação e a colheita durante todo o ano parece enfatizar a ideia de um trabalho constante do homem rural, reforçando a perspectiva deste homem como trabalhador, em contraposição à imagem do Jeca preguiçoso. A enumeração das variedades produzidas nas diversas regiões também é capaz de ressaltar a riqueza que a agricultura produzia para o Brasil, lembrando a importância, no discurso estadonovista, da diversificação da produção nacional como superação de um passado monocultor. Outra questão que surge é a da conexão entre homem rural e a natureza, que impõe o seu ritmo por meio das diferentes estações do ano, obrigando o trabalhador a conhecer estas imposições e moldar seu trabalho de acordo

com elas. Por fim, ganha força a própria ideia de tempo da natureza, marcado pelo momento do plantio, o da espera e manutenção, e o da colheita. Este tempo, apesar de ser natural, cíclico, pode ser “traduzido” em um calendário. Segundo Le Goff, “*Este calendário do trabalho, em que predomina a economia rural, parece voltado ao tempo cíclico do eterno começo*” (1994: 511). Assim, o calendário rural, em que as diversas épocas do trabalho agrícola são mostradas, refletindo a perspectiva do tempo cíclico da natureza, acaba nos remetendo para diversas imagens sobre o campo, presentes no imaginário social, e destacadas nas diversas fontes que temos citado, especialmente, as que caracterizam o espaço e o trabalho rural como tendo um ritmo mais “lento” do que o imposto pela vida na cidade, ritmo imposto pela natureza, e que tem a capacidade de moldar o homem do campo, dando-lhe uma psicologia diferente da do citadino. O homem rural é paciente, persistente, tem um conhecimento com origem na experiência, é “simples”, por vezes “rude”, e de índole pacífica, apesar de ser, antes de tudo, um forte.

O tema da diversificação agrícola aparece também na representação da paisagem rural em versos citados na obra *Os serões na fazenda*, como os que se seguem:

Minha Terra

Olha!...

o milharal como ondeia,
como elegante se alteia
de flavo tom coroadado;
sua folha enrasta a lança
e a espiga desprende a trança
do seu cabelo dourado

Repara!...

o feijoal serpenteia;
nevado o algodão branqueia;
murmureja o bananal;
e, no pomar, assanhada,
vai cantando a passarada
as glórias do laranjal!

do arrozal, o cacho louro
parece feito de ouro...
farfalham os canaviais...
brilha o fruto coralino,
entre o verde esmeraldino
dos imensos cafezais!

Pensa!...

por toda a parte, o desejo
de progresso busca ensejo
para a batida do malho;
e por campos e cidades,
oficinas e herdades,
sob o canto do trabalho!

este é o meu torrão fecundo,
o mais formoso do mundo,

abençoado e pujante!
nele vive, heróico e artista,
o nobre povo paulista,
raça invicta bandeirante!

(In: RINALDI, Guiomar R. *Os serões na fazenda*. Aprovado pela Diretoria Geral de Ensino para as Escolas Rurais e 3°. e 4°. graus dos Grupos Escolares. 1945)

A obra: *Os serões na fazenda*, tem como cenário o estado de São Paulo, e diversas passagens deixam claro o sentido de exaltação da terra e do povo paulistas. Mesmo com esta ênfase dada no texto, a imagem do campo retratado nos versos se aproxima daquelas produzidas sobre o espaço rural produzidas pelo Estado com relação a um contexto mais “geral”, sem especificar a região do país. Nos versos são citados diversos produtos da lavoura – milho, arroz, feijão, algodão, o café, entre outros –, e estes são descritos por meio de cores e movimentos que dão dinamismo à natureza do campo. Assim, o milharal ondeia, com seu cabelo dourado; o feijão serpenteia; o algodão branqueia; o bananal murmureja; farfalham os canaviais, etc. Os versos afirmam o valor da terra – abençoada, pujante, fecunda, formosa – e do trabalhador – no caso, o paulista heróico, nobre, artista, herdeiro das bandeiras. As imagens retratadas pelos versos são construídas de forma muito viva, com suas cores e movimentos, o que nos permite visualizar e sentir, em nossa imaginação, como se pudéssemos nos transportar para este pedaço de terra “abençoada”, caminhando por entre as plantações descritas. Este tipo de sensação transmitida exemplifica a tentativa feita pelo governo de mobilizar o leitor / receptor por meio das emoções despertadas por imagens e palavras, à qual já fizemos referência anteriormente.

A obra: *Os serões na fazenda*, indicada para a adoção em escolas rurais, é composta por diferentes tipos de textos – poemas, fábulas, contos, lições morais, etc. – inseridos na narrativa do cotidiano da vida na fazenda. Já demonstramos como diversas diretrizes propostas pelo governo estão presentes neste livro de leitura, exemplificando-as principalmente por meio de alguns versos e canções retiradas desta obra. Agora, utilizaremos a narrativa principal da obra para exemplificar o tema da diversificação da produção agrícola.

Em *Os serões na fazenda*, a titia conta à criança a história de D. Café, que “*pensava que era um rei, só porque a sua cultura tem sido a principal fonte de renda de São Paulo*” (RINALDI, 1945:16). Por causa disso, o café lançava olhares de piedade para os outros produtos da roça, como o algodão, o milho, o feijão e a mandioca. D. Café vivia a se vangloriar das suas propriedades estimulantes e digestivas, e de seus múltiplos usos, como o da sua palha, que era considerada excelente adubo. Porém, um dia, a mandioca resolveu pôr fim na falação do café, ressaltando suas qualidades e as dos outros produtos: a mandioca era considerada como um dos alimentos mais nutritivos, além de fornecer polvilho e farinha, utilizados na produção de bolos, bijus, doces e pães; nutritivo é também o feijão, nunca dispensado da mesa do brasileiro; já o milho era considerado o “rei dos cereais”; e o algodão era o “ouro branco”, cultura que nenhum país produzia como o nosso. E concluiu: “*Deixe-se de vaidades. Todas as plantas, da mais humilde à mais gigantesca árvore da floresta, cada qual tem sua virtude particular; e grandes ou pequenas cooperam para a vida e bem-estar da humanidade*” (RINALDI, 1945: 18).

Por meio desta pequena história a autora procurava mostrar aos pequenos leitores que todas as plantas tinham sua importância na vida das pessoas e também para a riqueza do Brasil. Todas mereciam, portanto, serem reconhecidas, valorizadas e, principalmente, plantadas. É curioso que, em uma obra que tanto exalta as obras, as terras e os homens paulistas, o café, fruto maior da riqueza deste estado, seja retratado sendo colocado em seu “devido lugar” nos planos traçados para a agricultura brasileira. A história retratada no livro:

Os serões na fazenda, é um exemplo que nos permite perceber como os livros de leitura adotados nas escolas tinham o objetivo de inculcar valores e representações sobre o mundo rural, e nos fornecem ampla gama de informações sobre como o campo deveria ser retratado no imaginário e ser vivido na prática pelos alunos atingidos por essas leituras.

Outro livro que serve de fonte para nossa análise é a obra: *Terra Abençoada*, de autoria de Aristides Ávila. O nosso interesse por esta obra se dá, principalmente, pelo seu reconhecimento, como representativa da imagem do campo que o Estado Novo buscava construir, já que foi vencedora de um concurso promovido em 1939 pelo Ministério da Agricultura, para a eleição de livros de leitura a serem adotados nas escolas de rurais e aprendizados agrícolas.

Em *Terra Abençoada* fica clara a tentativa de valorização do campo e a perspectiva de que a riqueza que grande parte das pessoas buscava na cidade poderia ser alcançada nas atividades rurais, apresentando diversos pontos de semelhança com a palestra proferida pelo Ministro Marcondes Filho no programa *Hora do Brasil*. Esta perspectiva transparece no tema central da história narrada, que retrata a transformação de uma fazenda abandonada e praticamente improdutiva em um estabelecimento muito bem-sucedido, desenvolvido pelas técnicas da agricultura racional, e que incentivou os produtores vizinhos a também se desenvolverem, promovendo o progresso da região.

Terra Abençoada relata a transformação na vida do menino Renato e de sua mãe, que após a morte do pai deixam São Paulo para tentar encontrar seu sustento em uma propriedade deixada como herança, a fazenda Ouro Verde. A história se desenvolve na saga do menino em tornar a fazenda, antes abandonada, um grande empreendimento que gerou não apenas a fortuna da família, mas também a prosperidade da região em que viviam. É possível perceber na narrativa uma grande gama de elementos que se conectam ao projeto estadonovista para o campo brasileiro e o homem rural que tinha o papel de desenvolvê-lo.

A valorização do campo em relação à cidade é explícita em algumas das falas de Macário, encarregado da fazenda desde os tempos do pai de Renato (o menino protagonista da história). Por intermédio de Macário, os leitores tomam conhecimento do fato de que o Sr. Pinheiro, pai de Renato, não gostava da “vida sertaneja”, e que tinha o ideal de viver “nos grandes centros civilizados”. Por isso, não dava importância para a fazenda e não fornecia a Macário os recursos necessários para mantê-la. O encarregado afligia-se frente a este “desperdício”: “*Esta fazenda é ouro e pó! E o homem não enxerga a riqueza que Deus lhe pôs na mão!*” (ÁVILA, 1941: 20).

Outro ponto que merece nossa atenção é a importância dada à educação rural, não necessariamente à educação formal, na escola, apesar desta ser também abordada, mas também a ideia de “formação” do produtor rural, pela necessidade de se utilizar as modernas técnicas agrícolas no campo. A referência à educação aparece logo no início da obra, quando a história de Renato nos é apresentada a partir da sua despedida dos amigos na escola em que estudava, em São Paulo. Apesar de lamentar o fato de Renato ter de abandonar seus estudos, o professor Moraes valoriza a atitude do menino, declarando aos alunos que:

É lamentável perdermos a companhia de um rapaz tão inteligente e aplicado. É pena também que ele não possa concluir seus estudos nesta escola. Mas o que acabei de ouvir dele me enche de orgulho e deve servir como exemplo para muita gente. [...] Não devemos pensar que seja uma infelicidade o amiguinho Renato deixar a nossa convivência. Não é só nos livros que se aprende: na natureza também. E os homens do campo, como os da cidade, prestam serviço à pátria e fazem benefício à humanidade. Portanto, em vez de lastimar a saída de seu colega, quero que todos vocês lhes dêem o seu apoio, batendo palmas ao seu amor à terra e ao trabalho (ÁVILA, 1941: 10-11).

Dessa maneira, a escola, mesmo aquela localizada no espaço urbano, aparece como uma instituição legitimadora da importância do campo para a vida dos brasileiros. O professor ressalta, ainda, em suas falas, a complementaridade entre campo e cidade pregada pelo Estado:

Porém não seria acertado que toda a gente fosse trabalhar a terra. A vida nas cidades depende do campo. Mas o campo também precisa da atividade dos grandes centros.

[...] não se poderia lavrar o campo sem as indústrias de máquinas. E não adiantaria que a terra produzisse bastante, se as empresas de transporte não distribuíssem toda essa riqueza. Um trabalho completa o outro (ÁVILA, 1941: 76).

A perspectiva da defesa da policultura e da diversificação produtiva como caminho para o desenvolvimento agrícola aparece na maneira como Renato promove a transformação da propriedade. Incomodado com o fato de Macário e a mãe optarem por plantar apenas pés de café na propriedade, Renato resolve iniciar a sua própria produção com uma plantação de itens voltados, inicialmente, para o sustento da família. Eram produtos como feijão, milho, batata, ervilha e outros, considerados por Macário como “quitanda”: dá muito trabalho, ocupa muito camarada e muita terra, e o lucro é pequeno. “*O que enriquece a gente é o café. O resto é quitanda...*” (ÁVILA, 1941: 34). A obra mostra como Renato transformou a Fazenda Ouro Verde, por meio de conhecimentos adquiridos em livros, manuais, com assessoria de órgãos do governo e com o auxílio da experiência de vida de Macário. O sucesso de Renato não gerou apenas a sua prosperidade e a de seus trabalhadores, mas também impulsionou o desenvolvimento de toda a região, cujos produtores se espelharam no exemplo do menino. A história cristalizava, a partir desta iniciativa de sucesso, o modelo do campo “moderno” a ser atingido: trabalhado por meio de técnicas científicas, apostando na diversificação da produção, garantindo a fixação do homem à terra que aprendeu a desenvolver e amar, e sem esquecer a dedicação ao trabalho, característica do homem rural brasileiro.

Procuramos, neste item, analisar algumas das representações —, construídas, difundidas, influenciadas ou que dialogavam de alguma forma com as propostas do Estado Novo —, sobre o espaço rural brasileiro. Pudemos construir, ao longo de nossa análise, conexões entre as representações que serviram de fonte para este item e as propostas identificadas para o espaço rural expostas no item anterior. Entre os temas que fizeram parte desta conexão, destacamos a incorporação do interior ao projeto de desenvolvimento nacional, promovendo a unidade da nação; a valorização do campo frente à “vida ilusória” das cidades, contribuindo para a contenção do êxodo rural e para fixação do homem à terra; o incentivo à diversificação da agricultura, apostando na superação do passado monocultor brasileiro; e a promoção de uma agricultura de bases modernas, constituída pelo uso de máquinas e de técnicas racionais.

As representações mais “fortes” sobre o campo, no imaginário social brasileiro, talvez sejam aquelas ligadas aos discursos da Marcha para Oeste, que, como destacamos, correspondiam às ações políticas que apregoavam a necessidade de promover o imperialismo interno e, finalmente, garantir a coincidência entre nossas fronteiras políticas e econômicas, ou seja, de integrar o Brasil do litoral e do interior, base de legitimação destes discursos. Criava-se, assim, a imagem do Brasil como um grande mosaico, que passava a comungar as imagens das atividades rurais que contribuíam para a riqueza do país e as perspectivas de modernização industrial. O oeste tornava-se a terra prometida, que deveria ser ocupada, trabalhada e integrada ao país por meio da ação do Estado, que garantiria as condições

básicas de infraestrutura para a incorporação destas áreas, e pela ação do homem rural, que deveria desbravar e desenvolver estas novas terras.

Vimos que, em alguns discursos, o campo tinha suas representações construídas em oposição àquelas que se referiam ao espaço urbano. Em geral, estas representações buscavam consolidar uma imagem do campo idealizado como espaço da natureza, da paz, da paciência, em oposição ao ambiente barulhento, opressivo, da artificialidade, como era caracterizada a cidade. Este tipo de imagem sobre o campo buscava também transmitir um sentimento de nostalgia e saudade, transmitido pelo sertanejo que, da cidade, relembra a vida na roça, e afirmava o seu desejo de um dia regressar. Este tipo de discurso, que valorizava o espaço rural em oposição ao urbano, também pode ser identificado na palestra do Ministro Marcondes Filho, em que este descrevia o insucesso de muitos trabalhadores rurais que migraram para as cidades, iludidos com as promessas de uma vida confortável, sendo que a verdadeira prosperidade deveria ser atingida no uso dos seus conhecimentos no desenvolvimento das terras no oeste do Brasil. O livro de leitura: *Terra Abençoada*, também trabalha imagens positivas do campo, encarado como um espaço de renascimento, de novas oportunidades, como é o caso da mãe e do menino que fazem o caminho inverso, da cidade para o campo, buscando o seu sustento e bem-estar. O campo aparece como espaço de redenção, antes rejeitado pelo pai do protagonista em favor da vida urbana, mas que vai garantir a prosperidade de sua família e da população rural daquela região. O livro é um ótimo exemplo do modelo de campo moderno que o governo buscava difundir, que deveria se desenvolver sobre as bases da técnica, da diversificação da produção, e do esforço e dedicação do homem rural.

O calendário publicado na Revista *Riqueza da Nossa Terra* divulgava em suas páginas imagens que ajudavam a consolidar no imaginário social a ideia de uma paisagem rural bucólica, e que ressaltava a profunda conexão entre o homem e os elementos da natureza, conexão recorrente em diversas de nossas fontes. O calendário reforçava a imagem do campo como espaço de trabalho constante, marcado pelo ritmo da natureza, e também a ideia de ciclo, de eterno recomeço do trabalho rural, presentes na descrição das épocas de plantio e colheitas nas diferentes regiões do país. Esta descrição implicava também na valorização da diversificação agrícola brasileira, com a enumeração dos vários produtos produzidos nestas regiões.

A diversificação da produção é tema também do livro de leitura: *Os serões na fazenda*, onde a valorização dos diferentes produtos e a crítica à monocultura cafeeira é feita de forma lúdica, por meio de uma fábula em que os produtos, antes menosprezados pela valorização excessiva do café, mostram o seu valor na vida da humanidade e na produção de riquezas para o Brasil.

Da mesma maneira como buscamos conectar as imagens construídas sobre o campo às propostas para este espaço do ponto de vista social e econômico, acreditamos ser possível estabelecer as mesmas conexões entre as imagens construídas sobre o homem rural e o projeto de incorporação das classes trabalhadoras ao governo Vargas. Este será o tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO II – O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DO HOMEM RURAL COMO TRABALHADOR

2.1 - As Representações do Homem Rural: do Império à Revolução de 30

A construção de representações sobre o homem rural não foi uma exclusividade do Estado Novo. Assim como propomos para a análise das representações elaboradas durante este recorte histórico, acreditamos ser possível identificar, em outros momentos, profundas conexões entre as representações elaboradas e as propostas políticas e econômicas que envolviam o espaço rural e a população que nele vivia, influenciadas, também, pelas lutas de interesse dos diferentes setores sociais. Muitas vezes estas representações se consolidaram como “tipos” e “mitos” que fazem parte do imaginário social brasileiro.

Dessa maneira, antes de analisarmos as representações sobre o homem rural construídas pelo Estado Novo – tarefa a que nos dedicaremos nos próximos itens deste capítulo –, propomos, neste item, identificar os “tipos” e “mitos” elaborados durante o período que vai do Império à Revolução de 1930. Nosso objetivo é traçar possíveis continuidades, rupturas e diálogos entre estas representações e aquelas presentes no recorte proposto por este trabalho.

O Estado nacional brasileiro nasceu marcado por diversas continuidades com relação ao período colonial, especialmente no mundo rural. Segundo Lígia Osório (2002):

A formação do Estado Nacional e o ocaso do sistema sesmial poderiam ter ensejado uma mudança no padrão de apropriação territorial, caso as forças sociais que dirigiam o processo de independência não fossem exatamente aquelas interessadas na permanência dos elementos que alimentavam a recreação do latifúndio: a escravidão, a possibilidade da contínua incorporação de novas terras através da posse, e a não-criação de um imposto territorial. O Primeiro Império optou, portanto, pela não-regulamentação da propriedade da terra (OSÓRIO, 2002: 159).

Esse período foi caracterizado, ainda, segundo Osório, pelo aumento dos conflitos pela terra devido à falta de ordenamento jurídico e de uma política de ocupação do território.

Apesar do peso da escravidão, principalmente na economia de exportação, há muito a historiografia superou a ênfase no binômio senhor - escravo, explicitando a complexidade da sociedade rural colonial e imperial. O trabalho pioneiro nesta vertente é de Maria Sylvia de Carvalho Franco (cuja primeira edição é de 1969), onde afirma, a autora, que “*Esta situação – propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – permitiu e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse*” (FRANCO, 1997: 14). Assim, a grande quantidade de áreas de terra disponíveis e a falta de ordenamento jurídico permitiram a existência de diversos grupos sociais e o acesso destes à terra, grupos reunidos pela autora na categoria de “homens livres”. A abrangência desta categoria, que engloba tropeiros, sitiantes, vendeiros, agregados e camaradas, acabou por sofrer críticas de outros estudiosos, como Castro e Motta, por reunir atores sociais muito distintos.

Esta distinção dos atores sociais é ressaltada por Hebe Castro, que analisa a multiplicidade de relações travadas entre os grandes proprietários e os diferentes grupos de

homens livres. Estas relações passavam pela possibilidade de projeção política de alguns destes homens livres (como entre os tropeiros); a assistência econômica em troca da fidelidade política (como com os sitiantes); e a independência dos vendedores ou a dependência dos agregados (COUTINHO, 2005: 245).

Márcia Motta enfatiza a importância da liberdade destes homens, fator fundamental para sua mobilidade na busca por terras disponíveis. Nos casos de “fronteira aberta”, quando havia a disponibilidade de terras foi possível o processo de “caipirização” deste homem livre; porém, nas áreas de “fronteira fechada”, a condição de homem livre permitia a escolha entre permanecer em uma condição de submissão aos grandes proprietários ou migrar (COUTINHO, 2005: 247).

Mesmo com os avanços historiográficos na direção de um maior conhecimento sobre a complexidade social dos períodos colonial e imperial, o peso econômico e social da instituição escravista acabou estabelecendo a figura do escravo como “representante típico” do trabalhador no imaginário social relativo a este período. Alguns autores apontam para o fato de que, durante a vigência do modelo escravista no país, a ideia de trabalho esteve ligada principalmente a valores como dominação (em relação ao escravo) ou penúria (no caso dos brancos pobres livres), sendo o trabalho manual, tanto nas cidades quanto no campo, totalmente desmerecido (GOMES, 1981). Afirma María Emília da C. Prado (s.d.):

Afinal, não nos esqueçamos que a escravidão fazia com que a liberdade no Brasil tivesse um significado bastante específico, pois esta implicava a possibilidade do homem pobre não prestar serviços a outrem e dessa maneira o trabalho prestado a terceiros era tido como aviltante. Ser livre era, portanto, estar isento da condição de homem alugado e possuir um ou dois escravos mesmo que crianças ou velhos implicava em se estar dispensado do trabalho braçal. A existência da escravidão era decisiva para construção de uma concepção negativa do trabalho manual bem como do trabalho prestado a terceiros. (PRADO, s.d: s.p).

Apesar desta desvalorização do trabalho apontada pelas autoras, é preciso observar que era possível, na época, que alguns setores da sociedade tivessem uma visão diferenciada a respeito da questão. Afinal, a possibilidade da compra da alforria existia, e era o dinheiro oriundo principalmente do trabalho que permitia ao escravo alcançar a liberdade.

Apesar de prevalecer a imagem do escravo como trabalhador rural representativo deste período, é interessante lembrar que os homens do campo, em suas “variedades” regionais, foram retratados pela literatura romântica. Esta literatura foi marcada pela busca da construção de um tipo brasileiro ideal. Segundo Antonio Candido:

No Romantismo predomina a dimensão mais localista, com o esforço de ser diferente, afirmar a peculiaridade, criar uma expressão nova e se possível única, para manifestar a singularidade do país e do Eu. Daí o desenvolvimento da confissão e do pitoresco, bem como a transformação do tema indígena em símbolo nacional, considerado *conditio sine qua* para definir o caráter brasileiro e, portanto, legítimo do texto (CANDIDO, 1999: 38).

Além do índio e do negro, o brasileiro do interior também esteve presente no movimento romântico. Os autores dedicados a esta vertente literária tinham como objetivo valorizar as diferenças entre o homem brasileiro e o europeu, destacada a partir da etnicidade, da língua, da organização social e da cultura, ressaltando também as particularidades das diversas regiões do Brasil. Estes romances, ao apresentar os tipos e os cenários do interior do Brasil, refletiam valores e costumes identificados como representativos da nacionalidade

brasileira. Essa vertente literária era defendida em um contexto de constante penetração da cultura e dos indivíduos estrangeiros:

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul, abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro (TÁVORA, 1876: s.p).

A partir de meados do século XIX, a América Latina passou por uma série de reformas liberais que tinham como objetivo promover a modernização das estruturas econômicas e sociais, criando as condições necessárias para a inserção das jovens nações latino-americanas no sistema internacional. As medidas práticas tomadas para essa modernização foram acompanhadas de elaborações intelectuais que enfatizavam que:

As formas tradicionais de viver deveriam, assim, ceder lugar ao moderno, surgindo, então, a explicação tipicamente liberal do atraso latino – americano. Este seria, nesta visão, produto da colonização Ibérica, marcada pelo mito da preguiça, do conservadorismo católico e da desconfiança face às técnicas de qualidades tão opostas às dos povos anglo-saxões (LINHARES & SILVA, 1999: 61).

No Brasil, esse processo de modernização passou pela organização do mercado de terras e pela questão do trabalho.

Com o fim do tráfico negreiro, institucionalizado com a Lei Euzébio de Queiroz (1850), a questão da mão-de-obra agrícola tornou-se crucial. Até a década de 1870, o tema ficou restrito aos espaços parlamentares, mas, com as sociedades abolicionistas, tornou-se alvo também do debate popular. Esse processo de transição do sistema de mão-de-obra escrava para o de um mercado de trabalho livre, como afirma Ianni, demandou novas formas de organização técnica do trabalho e da produção, de organização social do trabalho, e de organização jurídico-política da sociedade, “*compreendendo a metamorfose do ‘trabalho escravo’ em ‘trabalho livre’, da população em ‘povo’ e do súdito em ‘cidadão’*” (IANNI, 2002: 186). A associação do trabalho a valores como dominação e penúria, predominantes até então, gerou dificuldades ideológicas nesse processo de metamorfose apontado por Ianni.

A Lei de Terras de 1850 procurou caracterizar o que seriam terras devolutas, e teve como objetivo ser um instrumento jurídico para a discriminação entre terras públicas e privadas. Determinava, ainda, que o acesso às terras devolutas se daria apenas pela compra (MOTTA, 2005: 279). Apesar de uma historiografia mais recente relativizar essa lei como um marco na institucionalização da propriedade privada no país, devido à existência anterior de um mercado de terras, a sua elaboração reflete o caráter das discussões sobre a modernização proposta para o Brasil neste momento, principalmente pela questão da criação de um mercado de trabalho livre. Segundo Osório (2002: 160), “*A introdução do trabalho livre obrigava à regularização da propriedade territorial, seu ordenamento jurídico, elementos garantidores do monopólio da terra. Disponibilidade de apropriação e trabalho livre são, em tese, incompatíveis*”. Temia-se, portanto, que a falta de regulação da questão fundiária compromettesse o mercado de mão-de-obra livre pela disponibilidade de terras passíveis de posse não apenas pelos grandes proprietários e os homens pobres até então existentes, mas também pelos ex-escravos. Na realidade, o que se observa é que a manutenção do latifúndio ou a sua recriação por meio da posse continuou ativamente no campo brasileiro, permanecendo em vigor a “lei do mais forte”: “*a produção da terra, para a enorme maioria dos ex-escravos [poderíamos acrescentar os brancos e mestiços pobres], continuou marcada pelas relações de mando e subordinação, pela atrelagem e pela dependência pessoal – elementos tão característicos da sociedade escravista*” (J. MENDONÇA, 2005: 15-16).

Diversas alternativas surgiram, então, para a conformação do mercado de trabalho livre no país. A imigração foi proposta tanto por setores economicamente predominantes (em especial os cafeicultores paulistas), quanto por grupos de classe média urbana⁴. A demanda pela utilização de mão-de-obra europeia levou a construção de uma série de mitos, como o de que o europeu era mais bem preparado para o trabalho do que o nacional. Para estes setores, a crise de mão-de-obra gerada pela abolição tinha caráter tanto quantitativo quanto qualitativo: o tipo de trabalhador resultante da escravidão era rotulado como ignorante, vadio e indisciplinado. É importante salientar que estes argumentos faziam parte de um projeto para "embranquecer" e europeizar a sociedade brasileira, de acordo com os parâmetros da modernidade então vigentes. Tais ideias eram baseadas nas teorias científicas que ganharam força no final do século XIX, as quais justificavam ideologicamente a tentativa de se construir uma nação ideal: "livre" e composta por "cidadãos brancos", em que os mestiços, negros, e mesmo os brancos pobres não possuíam as qualificações necessárias para contribuir com o crescimento do país.

Paralelamente ao discurso da modernização do país, observamos que as construções sobre o homem rural e sobre o campo foram marcadas fortemente pela dicotomia entre civilização e barbárie, entre o moderno e o atrasado. Carnevale (2000) destaca que esta dicotomia aparece fortemente no século XIX, imposta por Sarmiento e tomada como bandeira pelas elites para discutir os problemas das identidades nacionais. De meados do século XIX até a década de 1930, a barbárie esteve profundamente identificada com os espaços rurais, interiores, como o deserto argentino e o sertão brasileiro. Posteriormente, com a presença de novos atores sociais provenientes do meio rural e o crescimento da classe trabalhadora, os termos civilização e barbárie passaram a ter uma nova leitura, sendo associados também a personagens do espaço urbano, como as classes trabalhadoras que se organizavam no período, além de outros setores marginalizados.

Na Primeira República persistiu o adiamento da questão da determinação das terras públicas e privadas, prevista pela Lei de Terras de 1850. Neste momento, a passagem de terras devolutas para o domínio privado ocorreu com grande intensidade, marcada pelo rápido avanço da ocupação territorial. A responsabilidade pelas terras devolutas passou para o domínio de cada estado da União, o que permitiu que a questão agrária fosse ainda mais influenciada pelos interesses locais. Mesmo com o recrudescimento do latifúndio no período, é importante ressaltar que a possibilidade de ocupação pela posse permitiu o acesso à terra também ao pequeno possuidor, mesmo que em condições de instabilidade e insegurança (OSÓRIO, 2002).

Durante esse período

Dá-se, assim, uma perfeita conjunção do ideário liberal com as condições preconizadas pelo conservadorismo tradicional brasileiro na consolidação de uma ordem agrário-conservadora. Os pressupostos clássicos do liberalismo – constitucionalismo, representação, divisão de poderes, alternância política e inclusive o federalismo – são formalmente adotados. Entretanto, reforça-se a dominação sobre os grupos sociais subordinados e consolidam-se os instrumentos de exploração de grande massa de trabalhadores, predominantemente agrários, do país (LINHARES & SILVA, 1999: 79).

A dominação dos setores subordinados não era, porém, tarefa fácil. Especialmente para os grupos menos dinâmicos da agricultura brasileira, cuja produção voltava-se principalmente para o mercado interno ou cujos produtos entraram em declínio no exterior, e

⁴ Sobre os grupos de classe média urbana defensores da imigração, merece destaque o trabalho sobre a Sociedade Central de Imigração em HALL, Michael. Reformadores de classe média no Império: a Sociedade Central de Imigração. Revista de História, v. 105, p. 147-171, 1976.

que enfrentavam grandes dificuldades com relação à questão da mão-de-obra. Não podendo contar com os trabalhadores imigrantes, estes grupos tinham de “se contentar” com a mão-de-obra nacional. Essa

(...) ambígua situação – particularmente colocada por aqueles segmentos proprietários agrários que só poderiam contar com o trabalhador nacional – de temerem a espécie de homem egresso da escravidão e, ao mesmo tempo, dele necessitarem de modo a ter assegurado um suprimento de mão-de-obra barata e disponível, cedo consolidaria a ambiguidade nas formas de representar tal trabalhador (MENDONÇA, 1990: 288).

Estas imagens contraditórias mostravam, de um lado, uma visão em que o trabalhador nacional padecia de males orgânicos que o tornava acomodado à pobreza e amante do ócio. Por outro lado, reconheciam-se as vantagens deste mesmo homem, ligadas, especialmente, à adaptação aos ambientes hostis (como o sertão nordestino) e à resistência necessária para o trabalho.

Um aspecto recorrente no pensamento dos setores proprietários diz respeito à necessidade de intervenção na vida do homem rural, seja na promoção do saneamento de sua região, na melhoria de sua condição material, na sua formação para o trabalho, na sua valorização social e cultural. É fundamental ressaltar que esta intervenção significava não apenas a dignificação moral do homem do campo, mas, principalmente, a qualificação para o trabalho demandada pelas classes agrárias, além do controle desta mão-de-obra. Neste contexto, a fixação e mobilização da força de trabalho no espaço rural também eram fatores centrais para os setores proprietários, devido à sua intensa mobilidade espacial. Segundo dados apresentados por Linhares & Silva (1999), durante as grandes secas no Ceará, no final do século XIX, cerca de 120 mil pessoas tentaram abandonar o estado, das quais, aproximadamente 55 mil conseguiram, enquanto o restante morreu nas estradas ou abandonados nos subúrbios de Fortaleza. Até 1900, outros 300 mil trabalhadores – na maioria homens – dirigiram-se à Amazônia para trabalhar na exploração da borracha. Na seca de 1915, quase 40 mil cearenses deixaram o porto de Fortaleza: 30 mil dirigiram-se para a Amazônia e cerca de 8.500 para o sul do Brasil.

No campo brasileiro, diversos fatores influíam nesta mobilidade, podendo-se destacar duas causas principais:

A busca por melhores colocações e o abandono de áreas por demais vinculadas à antiga mentalidade escravocrata, por um lado; a fuga frente às adversidades naturais, como a seca, potencializadas pelo monopólio da terra, por outro, ameaçavam o latifúndio com a falta de mão-de-obra (LINHARES & SILVA, 1999: 82).

Podemos notar, portanto, que os setores menos dinâmicos da agricultura que dependiam da mão-de-obra nacional requeriam a intervenção do Estado para garantir seus interesses, principalmente com relação a políticas de mobilização e qualificação dos trabalhadores rurais brasileiros. Mas a demanda pela intervenção do Estado na questão do trabalho também era bandeira da própria classe trabalhadora brasileira. Esta era expressa em diversos movimentos ocorridos tanto no campo quanto na cidade, e contribuiu enormemente no processo de valorização social do trabalho e do trabalhador ao longo da Primeira República e após a Revolução de 1930.

Nas cidades desenvolviam-se os movimentos operários. A República foi encarada pelas organizações de trabalhadores como o início de uma nova era de direitos políticos e sociais. Segundo Batalha (2003), o número de associações operárias criadas tornava-se mais visível em momentos de ascensão do movimento, quando estes se encontravam com um maior poder de barganha ou conseguiam realizar as greves com mais sucesso devido a

condições econômicas favoráveis. A exclusão social e política das classes trabalhadoras, que levou à desilusão destes grupos com relação à jovem República brasileira, contribuiu para o crescimento destas organizações. Porém, a heterogeneidade da composição da classe trabalhadora urbana brasileira refletiu-se nas próprias formas de reação: enquanto alguns grupos privilegiaram a luta pelos direitos sociais (como a corrente sindicalista revolucionária), outros voltaram esforços para potencializar a capacidade de mobilização dos trabalhadores (como os anarquistas), e, por fim, temos aqueles que enfatizaram a ampliação dos direitos políticos (como os socialistas) (BATALHA, 2003).

É fundamental ressaltar que não foi apenas a cidade o cenário de mobilizações populares. No campo também ocorreram diversas revoltas de caráter popular, identificadas por Fausto (2007) como pertencentes a três categorias: as que combinaram conteúdo religioso com carência social (como Canudos e o movimento formado em torno de Padre Cícero); as que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social (como o Contestado); e as que expressavam reivindicações sociais sem cunho religioso (como as greves por melhores salários e condições de vida que tiveram lugar em diversas fazendas de café do interior de São Paulo). Esta tensão entre opressores e injustiçados gerava uma preocupação constante entre as elites agrárias, em especial entre os setores menos dinâmicos da agricultura nacional que só podiam contar com essa massa de “cidadãos em negativo” (CARVALHO, 2007). Tornava-se ainda mais necessária a intervenção do Estado nas questões do trabalho e da regulação da inclusão das classes trabalhadoras à sociedade brasileira.

Portanto, durante a Primeira República, a manutenção do controle da mão-de-obra teve como consequência uma constante tensão entre setores proprietários e os trabalhadores rurais. Apesar desta situação aparentemente contradizer os ideais republicanos, outros aspectos do pensamento da época levavam à interpretação de que o “povo”, principalmente a gente inculta dos sertões, precisava ser “adequada”, “preparada” para exercer sua cidadania.

O papel e o lugar do “povo” eram temas levantados em meio ao debate iniciado com estabelecimento da ordem republicana, cujo eixo central era a construção da nação brasileira. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2002):

Reconhecer nossa singularidade, nossas potencialidades e também nossas dificuldades era condição para construir uma nova nação, tarefa fundamental para o novo regime republicanos que se instaurava em 1889. Que nação seria essa? Quem seria o seu povo? E que aspectos culturais deveriam ser valorizados para a caracterização da nossa identidade nacional? (OLIVEIRA, 2002: 343)

Estes questionamentos foram elaborados à luz dos ideais positivistas. Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, o final do século XIX e o início do século XX foram marcados pelo pensamento de uma minoria ilustrada, influenciada pelos valores científicos e pela experiência dos países mais avançados. Tratava-se, em termos ideológicos, da crença na razão, na ciência, no progresso e no indivíduo; em termos políticos, traduzia-se no estabelecimento da ordem social (WASSERMAN, 2003). Como chamamos a atenção no capítulo anterior, a valorização da ciência levou à criação de diversas instituições com esse caráter e a uma maior atuação dos intelectuais “missionários”. Como destaca Velloso (2003):

De acordo com essa perspectiva [o paradigma cientificista], a nacionalidade passa a ser compreendida como matéria-prima, uma espécie de pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites intelectuais. Caberia a essas, portanto, a missão de revelar a nacionalidade e organizá-la de acordo com os parâmetros científicos (VELLOSO, 2003: 356).

O estabelecimento da ordem social parecia ameaçado tanto na cidade quanto no campo, pois, como citamos anteriormente, as classes trabalhadoras passaram a se mobilizar na

luta por melhores condições, ou frente a situações adversas. O debate em torno do episódio de Canudos, que teve lugar de destaque na imprensa da época, evidenciou os valores do positivismo que permeavam o pensamento republicano. Sobre este debate, observa Grynszpan que:

Seu extermínio [de Canudos] não se deu porque fosse identificado com o sertão, a barbárie, ou mesmo a monarquia, e sim, por representar um sertão que não se curvava diante da superioridade do litoral, uma barbárie que não somente não reconhecia, como punha em xeque a crença na inevitabilidade do avanço da civilização. Ameaçando a autoimagem que os intelectuais, as elites, os setores urbanos, faziam de si mesmos, e por extensão da própria nação, Canudos passou a ser visto como o oposto da nacionalidade e foi destruído em nome desta, em nome da razão, do progresso, da liberdade, da igualdade, da cidadania (GRYNSZPAN, 2002: 128).

A guerra de Canudos estabeleceu, assim, um marco no pensamento brasileiro, pois propiciou que o Brasil “moderno”, “cidadino”, “civilizado”, olhasse para si mesmo, para sua face “atrasada”, “sertaneja”, “primitiva”, buscando neste olhar algum traço de reconhecimento de uma realidade tão distante. A partir da obra de Euclides da Cunha, “*Os Sertões*”, abriu-se uma importante perspectiva para a análise dos problemas nacionais através do enfrentamento do abandono e da penúria dos sertanejos. É a partir desta obra que a realidade dos brasileiros do interior tomou lugar entre as reflexões dos intelectuais nacionais, em seus diagnósticos e propostas.

Segundo Velloso (2003), a chamada geração de 1870 teve uma enorme contribuição para o debate sobre a nacionalidade, a partir da perspectiva de que esta é formada de identidades múltiplas. Segundo a autora, mesmo que de forma “envergonhada”, reconhece-se uma identidade brasileira “mestiça”. Porém, predominava ainda a ideia de superioridade do que tinha origem na Europa e inferioridade do que era do Brasil, sendo reservada a cada etnia o seu respectivo espaço na construção da identidade nacional.

A abertura desta nova perspectiva de análise da questão nacional não impediu a persistência de uma visão negativa do homem do campo. A oposição entre litoral e sertão era ressaltada pela aceleração da modernização brasileira, que se refletiu, por exemplo, no processo de remodelação sofrido pelo Rio de Janeiro. Uma das principais características do espaço rural identificada pelos intelectuais da época foi a “tradicional preguiça”. Vista de uma perspectiva urbana e cosmopolita, “*em que o tempo é encarado sobretudo como um fator de produção e de acumulação de riquezas, seu juízo sobre aquela sociedade [do sertão] não poderia ser diferente*” (SEVCENKO, 2003: 45).

A preguiça é uma das características principais daquele que é, certamente, o mito mais marcante sobre o homem rural brasileiro construído ao longo de nossa história: o Jeca Tatu. Este personagem faz parte do imaginário social brasileiro até a atualidade, associado, por um lado, à ideia de abandono do campo brasileiro por parte do estado, e, por outro, como mito sintetizador do “caráter” do nosso homem do rural.

O Jeca teria nascido do contato de Monteiro Lobato com caboclos trabalhadores de sua fazenda no Vale do Paraíba. Sobre o início da vida da personagem, Ricardo Augusto dos Santos (s.d.) afirma que Lobato denunciava em seu texto uma determinada corrente de interpretação dos elementos nacionais, denominada por ele de “caboclisto”. Atribuía ao Jeca a responsabilidade pelos problemas do campo, considerando-o uma espécie degenerada em sua origem mestiça, e adaptada ao ambiente em que vivia. O personagem era descrito como um ser indolente, incapaz de participar da política e da produção de riquezas através do trabalho. Ao olhar para o caboclo, Lobato criticava duramente a postura de Jeca em relação à vida, pois este não busca atuar nela, produzir, evoluir culturalmente, implantar melhorias. Deixava-se estar lá, apático, enquanto “*seu cuidado é espremer todas as consequências da lei*

do menor esforço” (LOBATO, 1957), enfatizando seus defeitos da preguiça e da comodidade. Em comparação com os camponeses de outras civilizações, os caboclos brasileiros não teriam sido capazes de produzir uma cultura própria e rica, e suas credências ressaltam seu grau de atraso, segundo a ótica do autor.

Alguns anos após a criação do Jeca Tatu, Lobato entrou em contato com os debates dos médicos sanitaristas, o que o levou a passar da crítica ao que era o Jeca para a crítica à situação que o levou a tal estado de coisas: o abandono por parte do Estado e do restante da sociedade. Nascia, assim, uma nova perspectiva para a personagem: o Jeca não é assim, está assim. Segundo Monteiro Lobato, *“Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te fez papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não...”* (LOBATO, 1957).

Os defensores do sanitarismo foram responsáveis pelo início de uma nova etapa no debate sobre o processo de desenvolvimento brasileiro e sobre a incorporação real do campo e do homem rural a este processo:

Se a inexpressividade do País fora até então tida como resultado da incapacidade de um povo mestiço que, de acordo com as teorias raciais em voga, portava nas veias um sangue corrompido, graças às perspectivas abertas pela higiene agora era possível renovar a confiança no futuro. Os propugnadores do saneamento desde logo estabeleceram conexões entre o estado mórbido dos habitantes e os interesses econômicos da nação. Nada mais urgente, portanto, do que redimir a massa de impaludados e opilados, salvá-los das garras da fauna microbiana que lhes roubava o vigor e o viço (DE LUCA, 2004: 142).

Hochman (2001) afirma que a reforma da saúde pública no fim da Primeira República foi caracterizada como um dos elementos mais importantes no processo de construção de uma ideologia da nacionalidade. Se a primeira fase do movimento sanitarista da Primeira República, durante a primeira década do século XX, teve sua atuação restrita ao Rio de Janeiro (com a ênfase no saneamento da cidade e o combate às epidemias), na segunda fase, durante as décadas de 1910 e 1920, a questão central foi a do saneamento rural, especialmente o combate às grandes endemias (ancilostomíase, malária, esquistossomose e mal de Chagas). O objetivo dos sanitaristas era a cura dos habitantes dos sertões, abandonados e doentes. Afirma Hochman que:

O “saneamento dos sertões” que para Afrânio Peixoto começava na periferia dos centros urbanos, “no final da avenida Central”, não era apenas uma figura de retórica de um movimento que buscava a construção de uma identidade nacional, mas um projeto e um processo de construção do poder público e, através deste, de integração do interior do Brasil (HOCHMAN, 2001: 132).

O tipo de homem rural construído pelos defensores do sanitarismo, simbolizado pela imagem “regenerada” do Jeca Tatu, fazia a denúncia do abandono do campo e dos seus habitantes, afirmando a postura do litoral de virar as costas para o interior do Brasil. A ciência, que antes justificava a incapacidade do homem rural para o trabalho por sua conformação racial, a partir do sanitarismo apontava o caminho para o seu resgate. Ficava sob a responsabilidade do Estado a missão de incluir o homem rural no projeto da nação.

Outro mito presente no imaginário social brasileiro sobre o homem rural tem origem no modernismo da década de 1920. Em especial, as figuras dos trabalhadores rurais, com suas mãos e pés enormes, com sua pele morena, são referências centrais neste imaginário. Nas artes plásticas e na literatura, os artistas modernistas buscavam trazer à tona os “verdadeiros”

brasileiros, valorizando os diversos tipos físicos, as etnias, os resultados da fusão das diversas raças. Os brasileiros em seu cotidiano, em seu trabalho, em sua realidade, eram retratados nos quadros dos pintores e nas imagens construídas pelos escritores em suas obras. Com o modernismo, a crítica à desvalorização do homem brasileiro e a busca pela “verdadeira” nacionalidade atingiram também a dimensão da estética, sendo a nova “brasilidade” concebida pelos modernistas por meio de pinturas que ressaltavam de forma positiva aspectos como o da miscigenação do povo brasileiro.

Ao falarmos do movimento modernista devemos levar em conta a complexidade do termo. Como destaca Velloso (2003), o modernismo é geralmente associado à Semana de arte de 1922 e ao movimento paulista, mas é, na verdade, oriundo de um processo anterior de reflexões sobre a modernização técnica, artística, cultural e política do Brasil. Assim, o modernismo paulista da década de 1920 teria importantes conexões com as reflexões da geração de 1870, e com outros “modernismos” que ocorriam paralelamente no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil.

Mesmo o movimento modernista paulista não se apresentou de forma homogênea e coesa, dividindo-se em várias vertentes, que buscavam, de diferentes formas, afirmar o caminho para a representação e a expressão da nacionalidade. Dentre estas correntes podemos citar a de Oswald de Andrade (principalmente no “*Manifesto pau-brasil*” e no “*Manifesto antropofágico*”), em que a ideia de antropofagia era uma resposta à questão da absorção das idéias estrangeiras, propondo “devorar” todas as tendências e reelaborá-las, readaptá-las ao contexto nacional; e a corrente dos “verde-amarelos”, que valorizava o passado e as tradições como componentes centrais da alma nacional, sendo necessário recorrer-se à cultura popular como o cerne desta alma, e defender a cultura nacional frente à “invasão estrangeira”.

A vertente verde-amarelista, por exemplo, foi uma fonte de reflexões da qual bebeu o Estado Novo. Para os intelectuais dessa corrente, o passado era a chave explicadora da nacionalidade, onde eram encontradas as tradições “puras” e “verdadeiras”. A dimensão geográfica também tinha grande importância, e, inspirados na teoria dos dois Brasis (o legal e o real), os intelectuais verde-amarelistas identificavam o interior como espaço da verdadeira nacionalidade, e o litoral como lugar da artificialidade (VELLOSO, 2003).

O fim da Primeira República, em especial sua última década (1920), é marcado por movimentos de contestação tanto no cenário político (com destaque para o Tenentismo), quanto nos cenários artístico e intelectual (principalmente pelo modernismo). Nestes movimentos de contestação vinha à tona a já tão debatida questão da nação brasileira, Estado e povo. Os parâmetros que norteavam a construção daquilo que seria o povo brasileiro e a identidade brasileira, com a superação da barbárie pela civilização, eram questionados pelo Modernismo, propondo-se o “resgate” do “verdadeiro” brasileiro, procurado principalmente na figura do homem simples, do trabalhador. Já os parâmetros políticos, pensados a partir dos valores da democracia e da sociedade liberal, esbarravam na marginalização das classes populares, tanto do exercício da vida política quanto da garantia dos seus direitos sociais, e nos privilégios de uma pequena fração da sociedade nacional, que detinha os poderes políticos e econômicos.

É nesse contexto de questionamento da ordem que ocorre a Revolução de 1930. O período dos Governos Provisório e Constitucional foi caracterizado por uma situação política bastante complexa, em que os “antigos” grupos no poder buscavam espaço no novo momento político, e é quando várias propostas políticas estavam sendo negociadas. Como discutido na introdução deste trabalho, durante o Estado Novo um grande aparato de propaganda passou a funcionar para difundir os principais aspectos da ideologia do regime, buscando angariar adesões e construir legitimidade para o mesmo. Nesta ideologia, o Estado Novo se apresentava como imbuído da missão, antes proposta pelos intelectuais e políticos do início da República, de construir a nação brasileira, pensada como estado e como povo. É nesse

processo de construção da nação que encontraremos as representações sobre o homem rural e o campo que este trabalho propõe analisar. Para compreender estas representações é importante levar em consideração o fato de o Estado Novo ser concebido como um momento “novo”, mas cuja “novidade” mistura aspectos de ruptura com certos elementos do passado, considerados negativos, com continuidades consideradas positivas.

Propusemos, neste item, identificar as principais representações sobre o campo e o homem rural no período entre o Império e a Revolução de 1930. Esta identificação é importante para observarmos como a ideologia estadonovista estabeleceu contraposições ou continuidades com as representações construídas anteriormente. Assim, quando da instauração do Estado Novo, observamos que as representações sobre o homem rural até então construídas foram marcadas pela contradição: no Império, entre o regionalismo romântico e a identificação do trabalhador rural com o escravo; na transição do Império para a República, com a formação de um mercado de mão-de-obra livre, entre a incompetência do trabalhador nacional frente ao cobiçado trabalhador imigrante; e, na Primeira República, entre o “bárbaro” revoltoso dos vários “Canudos” do nosso sertão e o “verdadeiro” brasileiro retratado pelo modernismo, cujos males são oriundos do abandono pelo estado, denunciado por sanitaristas e nacionalistas. A imagem do campo era também marcada pela contradição: ao mesmo tempo em que abrigava a barbárie e a gente inculta, era o eixo da economia nacional, a fonte de nossas maiores riquezas, sejam elas naturais ou resultado do trabalho humano. Mesmo com a modernização sendo cada vez mais associada à indústria e ao espaço urbano, na prática a dependência da economia rural era uma situação inegável.

E o Estado Novo? Como as representações sobre o espaço e o homem rurais foram construídas? Como estas se conectavam à situação política e econômica do país? A busca por estas respostas está na proposta dos próximos itens.

2.2 – O Estado Novo e a Construção do Homem Rural Ideal

2.2.1 – “Trabalhador também tem seu lugar no Estado Novo”

Como apresentado na introdução deste trabalho, defendemos a hipótese de que uma das formas de representação do homem rural, durante o Estado Novo, era a partir de seu papel como trabalhador rural. Assim, acreditamos ser necessário identificar o papel atribuído ao trabalhador rural durante este período, que está diretamente relacionado ao lugar do campo nos projetos de desenvolvimento estadonovistas, apresentado no capítulo anterior. Antes, porém, de tratarmos especificamente do trabalhador rural, pretendemos identificar os parâmetros colocados para a incorporação dos trabalhadores, de maneira geral, pela ideologia do regime estadonovista.

Após a Revolução de 1930, e especialmente durante o Estado Novo, o novo modelo de desenvolvimento proposto pelo governo demandou uma nova definição da questão do trabalho. Esta definição envolvia a incorporação das classes trabalhadoras, realizada tanto com a regulação da questão trabalhista pelo Estado quanto com a sua valorização social. Destaca Ângela de Castro Gomes (1982) que o discurso da valorização do trabalho e do trabalhador voltou-se, então, para a legitimação de um modelo de desenvolvimento econômico tanto aos olhos dos detentores do poder quanto aos olhos das classes populares.

Ao observarmos os parâmetros de construção daquilo que seria o trabalhador ideal estadonovista, nossa intenção não é recapitular aqui os temas que envolvem o estudo da questão trabalhista durante o Primeiro Governo Vargas, como, por exemplo, a “ideologia da outorga”, as perspectivas de manipulação e cooptação da classe operária pelo governo, e a apropriação pelo Estado dos discursos das lutas operárias da Primeira República, entre

outros.⁵ O objetivo, ao abordarmos essa questão, é o de identificar, em linhas gerais, os principais elementos do discurso estadonovista sobre a valorização do trabalho e a formação do “homem novo”, que consideramos centrais no desenvolvimento da hipótese inicial proposta neste trabalho, que trata a questão do lugar ocupado pelo homem rural nos projetos de desenvolvimento do Estado Novo.

A ideologia estadonovista afirmava a Revolução de 1930 como um marco nas relações entre estado e classes trabalhadoras. A partir da instalação do Governo Provisório, propunha-se encarar uma série de problemas que se agravaram durante os governos anteriores, e entre eles aqueles que envolviam a regulação do trabalho. Por meio de seus discursos, intelectuais do regime e o próprio Vargas buscavam refoçar a ideia de que durante a Primeira República a questão trabalhista era tratada como “caso de polícia”, e de que o movimento de 1930 deu início a um período de transformações. Dirigindo-se aos trabalhadores, Vargas afirmava que:

Como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contrastes flagrantes com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram sequer ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia.

(...) Comparai, olhai esse passado bem próximo, e regozijai-vos de desempenhar, conscientes das vossas responsabilidades, o relevante papel da força construtora da nacionalidade, dentro do espírito de ordem, que é a garantia do vosso futuro e o engrandecimento do Brasil (VARGAS in: *Jornal do Brasil*, 03/05/1939).

A ênfase recai, nestes discursos, sobre a ideia de que foi a partir de 1930 que as classes trabalhadoras tiveram suas demandas reconhecidas e atendidas. Mais do que isso, foi a partir daí que essas classes foram efetivamente incorporadas aos projetos do governo para a sociedade brasileira. A afirmação de que o trabalhador tinha o seu lugar no Estado Novo era recorrente em discursos e imagens divulgadas pelo regime. É importante salientar que essa afirmação não fazia referência apenas à sua efetiva incorporação à sociedade, reforçando o princípio de que o progresso e o desenvolvimento do país só seriam possíveis em uma sociedade organizada, onde todas as classes teriam seus direitos assegurados ao mesmo tempo em que possuiriam, também, papéis específicos e deveres a serem cumpridos:

Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões e empregados, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria Brasileira (VARGAS apud LIMA, 1990: 81).

Esse ordenamento da sociedade não poderia ser subvertido, cabendo ao Estado funcionar como árbitro e conciliador no processo de construção de uma sociedade harmônica e coesa:

Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas (VARGAS, s.d– Vol I: 119).

Esses princípios foram elaborados discursivamente, principalmente a partir de uma ideologia corporativista de organização da sociedade. O modelo corporativo era apresentado pelo Estado Novo como diferenciado dos modelos de outros países, como a Alemanha, a

⁵ Para a discussão de tais temas, ver autores como GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002 e PARANHOS, Adalberto. *O roubo da Fala: Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Itália ou a Espanha. A estrutura organizativa do corporativismo brasileiro caracterizava-se por ser representativa, ou seja, era delegado aos setores da produção se organizarem em sindicatos. Estes funcionariam como órgãos consultivos do Estado, exercendo funções atribuídas pelo poder público (GOMES, 2005). Além dos sindicatos, o governo criou uma série de instâncias técnicas e órgãos consultivos relativos a diversos setores — políticos, sociais e econômicos —, o que garantiria uma nova forma de se promover o desenvolvimento do país. As ações do Estado, afirmavam os discursos oficiais, não eram mais resultantes das vontades políticas de momento. Com a instauração da ditadura em 1937, “*a política era eliminada, tudo se discutia como se se tratasse de assunto puramente técnico, a ser decidido por especialistas*” (CARVALHO, 2007: 110).

Carvalho (2007) ressalta que, se o período do primeiro governo Vargas deu grande ênfase à questão dos direitos sociais, os avanços políticos foram bastante limitados e sofreram, em alguns momentos, grandes recuos. Nos discursos do Estado Novo, ideias como as de democracia cidadania continuavam a serem utilizadas, mas carregadas de um conteúdo diferenciado que corresponderia à nova fase política do país, mais adequado à natureza desse regime político. Salientava-se que os parâmetros políticos a serem estabelecidos no país não poderiam ser resultados da adaptação de modelos “alienígenas” à nossa realidade, e sim, de fórmulas próprias, oriundas das condições colocadas por essa mesma realidade. A democracia, como participação e expressão de cada cidadão, foi substituída por um conceito de abrangência muito maior:

Para fundar uma democracia brasileira / uma democracia com raízes na cultura e na economia / uma democracia em que a liberdade tem um sentido de ordem e disciplina / uma democracia doutrinária, que afirma o princípio político do fortalecimento do Estado, pelo engrandecimento das massas — o povo / uma democracia orgânica, cuja centralização do poder só fortalece a autoridade e mantém o seu equilíbrio em um Brasil uno e indivisível, sem fronteiras estaduais, sem Estados ricos e Estados pobres / uma democracia que redime o trabalhador e o eleva à sua verdadeira expressão de criador de riquezas / uma democracia com raízes no sentimento popular, porque é a primeira vez que o povo é chamado a participar da vida do Estado, nos diversos organismos instituídos como pequenas assembleias de classe, que deliberam e opinam sobre o interesse das mesmas em favor da coletividade (MEDEIROS, 1941: 15).

A definição de Medeiros nos permite verificar a abrangência tomada pelo conceito de democracia utilizado pelo discurso estadonovista, englobando outros temas que careciam de legitimação, como a centralização do poder político, o fim das disputas estaduais, a autoridade, a unidade nacional e os princípios de ordem e disciplina. Mas queremos destacar os fatores que envolvem o trabalho e a produção, que merecem referência pela temática deste estudo. Segundo Gomes:

A verdadeira democracia encontrava-se no caráter realista e humano do novo Estado, que fecundava a natureza e a cultura brasileiras com o esforço do trabalho, protegido e amparado pelo governo. Estabelecer um novo começo, estabelecer a democracia no Brasil, era avançar em direção ao trabalhador que materializava por suas potencialidades e necessidades a finalidade orientadora do Estado Nacional (GOMES, 2005: 198).

Interessa-nos, particularmente, a tentativa de consolidar um novo conceito de cidadania. Se a ideia de democracia estava ligada ao amparo do trabalho por parte do Estado Novo, potencializando as qualidades humanas dos nacionais, a de cidadania atrelava-se não ao exercício político do voto, e sim, à contribuição que o cidadão poderia dar ao país — que,

no caso da maior parte do povo brasileiro, era o trabalho para a produção de riquezas e o desenvolvimento da nação: “*O povo do Estado Novo era um corpo político hierarquizado pelo trabalho. Assim se constituía um novo ator social, definido como cidadão de uma nova espécie de democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional*” (GOMES, 2005: 209). Assim, trabalho e cidadania foram ideias que apareceram atreladas no discurso do regime. Gomes (1982) afirma que o trabalho passou, neste momento, a ser entendido como um direito e um dever do homem e ao mesmo tempo uma obrigação deste com a sociedade e com o estado, além de uma necessidade do próprio indivíduo pensado como cidadão. Os discursos dos ideólogos do regime ressaltavam a transformação no conteúdo da categoria trabalho, pois, se em outros tempos o ato de trabalhar fora associado à falta de liberdade, com o Estado Novo o trabalho estava ligado à emancipação da personalidade humana e à valorização moral e social do trabalhador.

Almir de Andrade (1941), em artigo presente na Revista *Cultura Política*, afirmava a existência desse novo pensamento, que inspirava a sociedade naquele momento com a valorização do trabalho, pois era por meio dele que o homem conquistaria não apenas a prosperidade econômica, mas também a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado. O autor explicita em seu texto a conexão proposta entre trabalho e cidadania, afirmando que “*viver honestamente do trabalho, dar a cada um o que é seu, não prejudicar a ninguém, encontrar em seu próprio esforço esse sentido de utilidade social capaz de canalizá-lo para o bem comum – é o maior dever do cidadão e a mais alta virtude do Estado moderno*” (ANDRADE, 1941: 6). Ainda sobre a questão do valor do trabalho, sintetizava Severino Sombra (1941: 78) em outra edição da Revista: “*E todo o programa voltado para o mundo novo a constituir será contido na fórmula: defesa, representação e dignificação do trabalho*” (grifos do autor).

A ideologia de valorização do trabalho foi amplamente divulgada pelo regime, principalmente através da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Filmes, radiofusão, imprensa, educação: diversos meios de comunicação foram utilizados pelo DIP para a difusão dos princípios estadonovistas. A tentativa do governo de transformar o conteúdo da categoria trabalho no imaginário popular não se restringiu apenas aos discursos oficiais. Diversos estudiosos destacam a estratégia estadonovista de fazer uso da “cultura de massas” para difundir a perspectiva de valorização do trabalho, sendo a música, e em especial o samba, um dos meios utilizados que mais chama a atenção dos pesquisadores. Segundo Paranhos:

Nesse contexto, os compositores populares, em especial os sambistas, passaram a ser estrita e estreitamente vigiados. Paralelamente, buscava-se atrair os artistas para a área de influência governamental: usando a moeda de troca dos favores oficiais, tentava-se capturá-los na rede do culto ao trabalho. Escorada na atuação do DIP, a ditadura estadonovista procurava, desse modo, assegurar a instauração de um determinado tipo de sociedade disciplinar, simultaneamente à fabricação de um perfil identitário do trabalhador brasileiro dócil à dominação capitalista (PARANHOS, s.d: s.p).

Por um lado, o Estado Novo buscou censurar as músicas populares que divulgavam valores opostos ao da ideologia de valorização do trabalho e da disciplina, garantindo, em alguns casos, que modificações fossem feitas na música, adaptando-as aos preceitos do regime. Um dos casos mais conhecidos é o do samba: *O Bonde de São Januário*, de Wilson Batista. No samba original, o autor valorizava a figura do malandro:

Quem trabalha não tem razão
Eu digo, não tenho medo de errar
O bonde de São Januário

leva mais um sócio otário
Só eu não vou trabalhar...

O autor teve que mudar a palavra “otário”, utilizada na música em referência àqueles que se dirigiam ao trabalho, pela palavra “operário”:

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo, e não tenho medo de errar
O bonde de São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês:
Sou feliz vivo muito bem
A boêmia não dá camisa a ninguém
E digo bem.

Outro exemplo que podemos citar da divulgação dos valores da ideologia varguista é o dos materiais escolares, para os quais já chamamos a atenção para a sua importância como fontes no capítulo anterior. Na *Cartilha do povo: para ensinar a ler rapidamente* (LOURENÇO FILHO, 1943), a valorização do trabalho aparece retratada pela 31ª Lição, denominada: *O preguiçoso*:

1. Frederico era um bom menino, mas um tanto preguiçoso / 2. Certo dia não foi á escola para ficar brincando / 3. Brincado sozinho, logo se aborreceu / 4. procurou então um companheiro para brinca / 5. Mas todos os meninos da vizinhança tinham ido à aula / 6. Frederico pediu às formiguinhas que brincassem com êle / 7. Mas as formiguinhas lhe disseram que estavam trabalhando e não podiam brincar / 8. Frederico pediu às abelhinhas que brincassem com ele / 9. Mas as abelhinhas lhe disseram que estavam trabalhando e não podiam brincar / 10. Frederico chamou um passarinho para brinca com êle / 11. Mas o passarinho lhe disse que não podia, porque estava construindo o seu ninho / 12. O preguiçoso viu, assim, que todos trabalham e ficou envergonhado (LOURENÇO FILHO, 1943: 33-34).

Outra estratégia de valorização do trabalho e do trabalhador foi a comemoração do dia do trabalho. Gomes (2005) chama a atenção para a criação de um calendário festivo, a partir do Estado Novo, marcado por uma série de comemorações. Entre estas datas podemos destacar o aniversário de Vargas, o aniversário do regime, o Sete de Setembro, e, em especial, a comemoração do 1º de Maio, quando o destaque caberia à figura do trabalhador. A autora afirma que, a partir de 1939, esta data passou a assumir certos contornos rituais, com o contato entre o presidente e os trabalhadores, que passaram a aguardar com ansiedade esta data, pois nessa ocasião passou-se a anunciar novas iniciativas do governo no campo dos direitos sociais.

Do mesmo modo como no caso das demandas operárias da Primeira República e do uso do samba como meio de propaganda, o 1º de Maio também foi reapropriado pelo Estado Novo. A data, que antes era utilizada como momento de reflexão, reivindicações, mobilização e luta da classe operária, ganhou a conotação de uma festa, de um momento de celebração e confraternização, quando os trabalhadores brasileiros recebiam “presentes” – as leis sociais – do chefe da Nação. Nos discursos de Vargas, o passado de lutas era transformado em época de tensões e apreensões, cabendo ao Estado Novo garantir a paz e a harmonia social.

Antes do atual regime, a aproximação do primeiro de maio era motivo para apreensões e sobressaltos. Reforçavam-se as patrulhas da polícia.

Recolhiam-se as tropas aos quartéis na expectativa de desordens. Temia-se que aproveitasse os trabalhadores o dia que lhe é sagrado para reivindicar direitos. O Estado Nacional atendeu-lhes as justas aspirações. A data passou então, a ser comemorada com júbilo e a fraternidade que emprestam o esplendor a essa festa, na qual os soldados das Forças Armadas, cuja missão é manter a ordem e defender a integridade do solo pátrio, reúnem-se aos operários soldados das forças construtivas do nosso progresso e grandeza (VARGAS apud Jornal do Brasil, 03/05/1942).

Mas não apenas as instâncias do discurso e do imaginário eram alvos da política estadonovista de valorização do trabalho. O estado interventor, estabelecido a partir de 1930, mostrou uma de suas faces mais ativas na regulação desta questão. Além da legislação trabalhista, que estabelecia direitos e deveres nas relações entre patrões e empregados, o governo interveio, buscando formar, não apenas no discurso, mas também na prática, um trabalhador mais qualificado às demandas do contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro: “*tratava-se, de fato, de uma ‘concepção totalista de trabalho’, atenta às mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação, etc.*” (GOMES, 1982: 156).

Essa perspectiva da intervenção do estado nas diversas dimensões da vida do trabalhador é confirmada pela análise dos discursos produzidos no período, como o pronunciamento de Vargas e outros, disseminados, principalmente, através de publicações oficiais do Estado Novo. Nestas publicações encontramos diversas matérias que tratam de temas como a habitação rural, a medicina do trabalho, pesquisas sobre os hábitos alimentares dos trabalhadores brasileiros, entre outros. Segundo Sombra (1941):

Com efeito, ainda não se tentou, até hoje, objetivar as necessidades totais do homem. Do homem que precisa, para ser homem, desenvolver plenamente todas as suas faculdades; do homem que precisa, ao mesmo tempo, da lei, do pão, da higiene, do trabalho, do esporte, da religião, da arte, do amor, de Deus (SOMBRA, 1941: 137).

Os intelectuais apontavam para a nova fase que se estabeleceria com o Estado Novo, em que o Estado se humanizava, superando o individualismo característico do liberalismo por meio de uma intervenção nos diversos aspectos da vida dos cidadãos, de forma a permitir que estes desenvolvessem todas as suas potencialidades. No discurso da Esplanada do Castelo, durante a campanha presidencial de 1930, o então candidato Getúlio Vargas já salientava a necessidade da tutela do Estado como forma de garantir direitos básicos aos trabalhadores, nos diversos aspectos de sua vida:

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades.

Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e a cultura artística.

É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo, etc. (VARGAS, s.d.–Vol. I: 27).

A intervenção do estado no cotidiano dos cidadãos passava, no projeto estadonovista, tanto pelas dimensões sociais do indivíduo – seu ambiente de trabalho, saúde, educação, diversão –, por sua vida privada – diversão, modelo familiar –, quanto imaginárias –

percepções de mundo, valores, etc. Como afirma Silva (1998), tratava-se de um projeto de gestão de vida.

Por um lado, podemos compreender o discurso de valorização do trabalhador e do ato de trabalhar como uma das bases de legitimação ideológica do regime. A classe trabalhadora era incluída definitivamente à sociedade nacional, permitindo ao Estado Novo forjar uma identidade nacional coletiva e funcionando como uma importante base de apoio ao governo e, principalmente, ao próprio Vargas, como se comprovou nos anos posteriores com o movimento queremista, com a eleição do General Dutra para a presidência em 1945, e com o retorno de Vargas ao cargo em 1951. Por outro lado, tão importante quanto a questão ideológica era a necessidade de promover o desenvolvimento e a qualificação do trabalhador nacional, de modo a torná-lo apto às demandas da nova conjuntura econômica. No campo e na cidade, as propostas de desenvolvimento lançadas a partir de 1930 identificavam novos parâmetros de modernização exigidos pelo atual estágio do sistema capitalista, e que visavam atender a meta de maior independência do país com relação ao mercado externo. A implantação de uma indústria e de uma agricultura modernas demandava o estabelecimento de um novo modelo de trabalhador, adaptado às novas tecnologias e aos novos parâmetros de modernidade. Vale lembrar que esta demanda se intensifica com o novo modelo de desenvolvimento proposto, mas que ela já fazia parte do discurso de vários setores sociais em momentos anteriores. É o caso dos setores proprietários que desde a conformação do mercado de trabalho livre defendiam a intervenção do Estado na questão do trabalho. Porém, seus interesses giravam em torno da questão da mobilização e da qualificação da mão-de-obra. Assim, quando o governo propõe o estabelecimento não só de deveres, mas também de direitos dos trabalhadores, presencia-se o início de um longo processo de lutas e acordos entre Estado, trabalhadores e as classes patronais e proprietárias.

Apesar de o discurso varguista utilizar a ideia de trabalhadores em uma dimensão mais genérica, é importante destacar que, nas ações políticas, observa-se uma grande diferença nas propostas de incorporação do trabalhador urbano e do rural. Esta diferença foi justificada, principalmente, pela perspectiva de que estes espaços e suas atividades econômicas apresentavam circunstâncias particulares e complexas, exigindo, assim, medidas diferenciadas. A especificidade da proposta de incorporação do trabalhador rural ao projeto do Estado Novo é o tema do nosso próximo item.

2.2.2 – O papel do homem rural nos projetos do Estado Novo

A historiografia tem enfatizado, ao abordar o tema do trabalho durante o governo Vargas, as questões que envolvem os trabalhadores urbanos, alvos principais da legislação trabalhista então constituída. Os trabalhadores rurais permaneceram à margem destas abordagens, sob a justificativa de que estes foram excluídos da regulação trabalhista promovida pelo governo. A justificativa procede sob este ponto de vista, corroborada, em certos aspectos, por diversas fontes do período que apontam a existência de problemas como a dificuldade na fiscalização para garantir o cumprimento das leis (o que ocorria, inclusive, nas cidades), ou a necessidade de se produzir uma legislação adaptada às condições específicas do campo brasileiro. Nas palavras do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Filho:

País de imensa extensão territorial, com uma variedade incontável de riquezas naturais, não possui ainda população necessária à unidade dos elementos que labutam no interior, nem a especialização compatível com a subdivisão de categorias diferenciadas econômicas e profissionais. Era, pois, natural que a legislação de tutela do trabalho somente alcançasse o campo de modo mais lento, atendidas as peculiaridades deste e, sobretudo, o fizesse por etapas pois somente através de um demorado processo evolutivo poderia

apagar-se a concepção de trabalho doméstico ainda dominante em diversas regiões (MARCONDES FILHO, 1944: 329).

Na explicação elaborada pelo próprio governo para a exclusão do homem rural, é possível identificarmos a existência de uma perspectiva “etapista”: devido às especificidades do campo, o trabalho rural precisava passar por um processo “evolutivo”, mais lento, para que pudesse ser mais bem atendido pela legislação. Campo e cidade possuíam suas particularidades, e era necessário criar no espaço rural uma série de condições prévias para que o trabalhador pudesse ser incluído em uma legislação de caráter universal.

Porém, nas últimas décadas, diversos estudiosos lançaram novas luzes sobre o tema, apontando em uma direção alternativa para a abordagem da problemática do homem rural durante o governo Vargas. Uma das principais referências nesse sentido é o trabalho de Linhares & Silva, *Terra Prometida* (1999: 103), onde estes afirmam que, apesar da pertinente ênfase das pesquisas nos temas referentes ao trabalho urbano, seria um erro esquecer ou negar “*toda uma face varguista voltada para o campo e seus trabalhadores*”.

Entre os diversos pontos observados por estes autores, nos chama especialmente a atenção a justificativa elaborada para afirmar a inclusão do homem rural nos projetos varguistas. Segundo Linhares & Silva, a perspectiva que afirma a exclusão do camponês / trabalhador rural das considerações políticas do período, influenciada pelo tema da reorganização dos mecanismos de participação do trabalhador urbano, se limita a pensar a questão a partir do

domínio da participação formal do indivíduo na política, em especial num quadro de referências do mundo liberal, e se mostra incapaz de perceber outros mecanismos de incorporação, mesmo que passivos, em um Estado que não tinha qualquer compromisso com as formas liberais-representativas clássicas (LINHARES & SILVA, 1999: 109)

Para os autores, operou-se uma concomitância entre a “ação política real” e “ação política imaginária”. Com relação à ação política real, afirmam os autores que dentro da política global de desenvolvimento proposta para o país (discutida no capítulo I) seria impossível ao Estado Novo promover o desenvolvimento industrial sem respostas efetivas no campo. Mas, se a incorporação do homem rural nos mesmos moldes da ocorrida com o urbano não era possível, o regime, num primeiro momento, optou pela sua incorporação *imaginária*. Essa impossibilidade advinha, principalmente, da tentativa do governo em não se chocar com os interesses das classes oligárquicas, o que era um grande desafio a ser enfrentado no processo de modernização econômica do país. Assim, o homem rural foi incorporado à política nacional por meio de imagens positivadas deste homem e do seu trabalho, fazendo uso da música, da literatura, das artes de um modo geral. Isso não significa que em outros momentos o governo não tenha optado também por ações políticas reais, mesmo com grandes restrições, como veremos ao longo da discussão proposta neste item.

Outros autores merecem destaque por apontarem novas perspectivas de abordagem sobre as políticas varguistas voltadas para o homem e o universo rural. É o caso do trabalho de Verônica Secreto (2007) sobre os “soldados da borracha”. Logo no início do seu livro a autora chama a atenção para a existência de projetos envolvendo o campo neste período, ao contrário da ênfase dada ao mundo urbano por parte não apenas dos estudiosos, mas também do senso comum:

Sempre que pensamos nesse período [Era Vargas] vêm a nossa memória imagens urbanas, de trabalhadores industriais, de operários da construção civil. Parece que o Brasil deixou de ser agrário em 1930. É verdade que o processo de industrialização se aprofundou e o de urbanização se acelerou de forma inédita, mas muitas pessoas continuaram a trabalhar e morar no

campo. O que aconteceu com essas pessoas? Todos migraram para os centros urbanos? Evidentemente, não.

O governo Vargas tinha planos para os habitantes do campo. O principal deles: que eles lá ficassem (SECRETO, 2007: 7).

Em seu trabalho, Secreto relata a história dos “soldados da borracha” – nordestinos recrutados para trabalhar nos seringais amazônicos na conjuntura dos acordos com os Estados Unidos realizados durante a Segunda Guerra Mundial – e de suas famílias. A autora avança pela perspectiva apontada por Linhares & Silva, mostrando que a exclusão do trabalhador rural da legislação trabalhista não significou sua ausência nos projetos de desenvolvimento estadonovistas, fazendo parte, no caso analisado pela autora, das políticas de colonização da Amazônia e do esforço de guerra. Em sua análise, alguns pontos merecem destaque por corroborarem algumas das perspectivas propostas neste trabalho.

Segundo Secreto, o contrato de encaminhamento firmado entre o Estado Novo e o trabalhador rural previa que o primeiro asseguraria ao outro assistência médica, transporte, alimentação e vestuário até a sua colocação no seringal, e, em caso de opção por parte do trabalhador, sua família seria também assistida. Mas as cartas enviadas pelas esposas e outras parentas dos soldados da borracha ao presidente Vargas deixavam clara a sua indignação com o descumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos de trabalho — como no caso do não-pagamento da assistência às famílias —, e apelavam ao chefe de Estado pela resolução de seus problemas. Essas cartas nos permitem observar como a população do campo entendia a sua inclusão nos projetos do governo, mostrando também a diferença que se estabeleceu entre o discurso e a prática desta inclusão.

Como exemplo, destacamos um telegrama analisado por Secreto. Nele as mulheres de Mossoró (RN), sem notícias de seus maridos, filhos, noivos e irmãos, relatam que é grande o número dos casos de viuvez na cidade e em outras do estado, apelando a Vargas que ouça o seu “*grito de angústia*”. Em seu texto, as mulheres de Mossoró constroem um discurso baseado, por um lado, no conhecimento dos seus direitos – nos casos de viuvez “*por lei cabia indenização de dez mil e oitocentos cruzeiros de acordo com o código trabalhista do Brasil*” (p. 107) —, e, por outro, recorrendo à representação de Vargas como guardião dos interesses dos pobres e de promotor das melhorias no país – “*(...) V. Ex. que tantos benefícios vem prestando ao Brasil, não poderá [deixar] de (...) resolve-la de maneira que mais tarde saibamos agradecer-vos, como muitas outras que já recebemos de V. Ex. em horas tão críticas para o nordeste brasileiro*” (p. 107).

Outro estudioso que abordou a questão do campo durante o governo Vargas foi Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2006). Em sua tese de doutorado, Ribeiro realiza um estudo comparativo entre Brasil e Argentina, buscando analisar as propostas de inclusão dos trabalhadores rurais nos projetos de modernização elaborados durante os governos de Vargas e Perón. Assim como Secreto, Ribeiro também faz uso de correspondências enviadas ao presidente Vargas como fonte, tendo como recorte aquelas escritas por trabalhadores rurais. Segundo o autor, entre os temas constantes das cartas enviadas ao presidente estavam, principalmente, os pedidos de terras e de instrumentos agrícolas e o auxílio contra a sua expulsão da terra em que vivia o trabalhador.

Entre as cartas utilizadas por Ribeiro, acreditamos ser interessante citar a de Joel Claudino Pereira, de Londrina, no Paraná, datada de 1940. Nela, Joel relata a Vargas sua expulsão de uma posse que tentava tornar produtiva. Merece destaque a elaboração feita pelo agricultor, que afirmava que sua expulsão não era apenas uma ação prejudicial a ele, um “*pobre colono do Paraná*”, mas à própria nação, pois se tratava do caso de mais um brasileiro impedido de produzir para o país, de trabalhar pelo bem da Pátria.

Outra carta que nos chamou a atenção foi a de autoria de José Afonso da Silva, em que este relata a sua expulsão da terra em que vivia, localizada em área de fronteira no Mato Grosso, que havia sido arrendada à Companhia Mate Laranjeira. Obrigado a deixar sua terra por um sírio, que apresentou um título de propriedade contestável, José resolveu escrever ao presidente. Sua argumentação gira em torno do fato de sua expulsão não se limitar a um caso de violência pessoal, sendo também cometida uma violência contra a nação. Na carta, José se colocava como um guardião da fronteira do país, região que o regime estadonovista buscava resguardar, e que acabou na posse de um estrangeiro.

As cartas enviadas a Vargas pelos trabalhadores foram alvos da pesquisa de outros estudiosos, com destaque para os trabalhos de Jorge Ferreira. Segundo o autor:

(...) quando os trabalhadores manipulavam todo o arcabouço doutrinário e prático do Estado varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los - a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso, o bem-estar, etc. - e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente. Não é casual que em seus escritos não fizessem referências à repressão política, às prisões arbitrárias, à tortura policial, etc. E não por desconhecimento, pois sabiam o que se passava, apenas omitiam por estratégia. (...) Percebendo os limites impostos e selecionando a legislação e a doutrina estadonovista em benefício próprio, ao mesmo tempo que deixavam de lado todo o aparato coercitivo e excludente, os personagens criavam estratégias de vida que as usavam para avançar. O que procuravam, na verdade, era “se virarem” num quadro de dificuldades provenientes de um modelo de dominação social que lhes negava os direitos mais elementares à vida (FERREIRA, 1990: 188).

Os exemplos trazidos por Secreto e Ribeiro são fundamentais para o fortalecimento desta abordagem historiográfica alternativa, que afirma não só a existência de um projeto varguista para o campo, mas, principalmente, que afirma que o homem rural não foi apenas objeto desta política, buscando também participar dela de forma efetiva. As correspondências demonstram que, além de buscarem canais de comunicação com o governo em busca de benefícios, pelo menos em alguma medida o homem rural era atingido pelo discurso sobre o campo produzido pelo Estado Novo. As cartas nos permitem perceber que seus autores fazem uso das ideias, princípios, imagens e representações presentes nos discursos do Estado para elaborar e justificar suas demandas. Assim, as mulheres de Mossoró demandam o cumprimento de seus direitos relativos a indenizações asseguradas pelo código trabalhista; Joel Claudino Pereira afirma sua condição de cidadão como produtor de riquezas para o país; e José Afonso da Silva se identifica com a representação do homem rural como guardião da nacionalidade e das fronteiras do Brasil. Sobre esse processo de apropriação e reelaboração do discurso estatal, concordamos com a interpretação desenvolvida por Reis (2002), segundo o qual:

Ao “manusearem” o projeto de organização e controle da sociedade elaborada pelo poder varguista, ao contrário de uma postura resignada e passiva, trabalhadores e populares interpretaram-na segundo um código cultural próprio, buscando alcançar seus propósitos de obtenção e vantagens, direitos e realização de justiça, gerando a situação paradoxal de simultaneamente ratificarem e confrontarem os rituais de dominação do regime (REIS, 2002: 6).

A partir destas colocações, defenderemos aqui a hipótese de que o homem rural foi incluído nos projetos de desenvolvimento varguistas. Por um lado, por meio do imaginário e das representações, como nos apontam Linhares & Silva, que são o objeto central de estudo dessa tese e que exploraremos nos capítulos que se seguem. Por outro lado, por meio de ações

políticas reais que não constituíram uma legislação de caráter universal como a que atingiu os trabalhadores urbanos, mas que se traduziram por uma *série de políticas públicas pontuais*. Assim, é possível afirmar a incorporação do homem rural aos projetos do Estado Novo a partir do pressuposto de que ela se deu *de forma e intensidade diferenciadas da inserção do homem urbano*. Com ênfase nas áreas mais gerais de saúde e educação, diversas políticas foram promovidas para a formação do homem / trabalhador rural ideal que deveria assumir o seu papel de destaque nas propostas do regime para o desenvolvimento do campo. A natureza destas políticas é apontada pelo próprio Vargas, em discurso sobre as realizações do Governo Provisório:

Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente.

(...) Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. (...) Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.

Povoar não é, (...) atrair imigrantes e localizá-los, empiricamente, no território do país. (...) Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país (VARGAS, s.d-Vol. III: 246).

Propomos, a partir da colocação de Vargas sobre os principais problemas a serem superados para o desenvolvimento do país, apontar algumas questões principais sobre a maneira como a população rural foi incorporada por meio das políticas pontuais promovidas no âmbito da saúde, da educação e da colonização.

Desde a Primeira República a ideologia sanitarista ganhou força nos meios intelectuais e políticos. Um grande defensor destas políticas foi Monteiro Lobato, utilizando, muitas vezes, o seu personagem Jeca Tatu. Ao afirmar que “*O Jeca não é assim: ele está assim*”, Lobato mudou a direção das suas críticas, que da “natureza” do Jeca passaram para o Estado que o colocou em tal situação de abandono. Segundo o autor, a resolução dos problemas não só do Jeca, mas do Brasil, estava em uma iniciativa: sanear o país.

Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.

E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta própria e proveito próprios ... (LOBATO apud N. LIMA, 1999: 146).

Pela presença do tema nos discursos do Estado Novo, é possível identificar aspectos de continuidade entre as ideias sanitaristas e a proposta de melhoria das condições de vida do homem rural colocada por Vargas. Esta proposta não era defendida apenas pelos intelectuais do regime. Temperini (2003) mostra, em seu trabalho, que a década de 1930 contou também

com a presença de intelectuais “missionários”, como aqueles que atuaram no período da Primeira República. Desde o período anterior, estes intelectuais defendiam uma maior presença do Estado na elaboração de soluções e na realização de políticas para a superação dos problemas nacionais. Segundo a autora:

Para os intelectuais da década de 1930, o Estado deveria, além de fornecer ações de saúde, garantir a educação da população do sertão, a fim de que a mesma pudesse acompanhar a modernização do país. Assumindo uma vocação nacional, a atividade intelectual esteve associada à crença de que através da ciência se poderia fundamentar uma administração racional da sociedade. Muitos intelectuais buscaram se inserir na máquina burocrática do Estado, tornando pública sua “missão” e deixando claro que sua tarefa era promover a organização nacional. (TEMPERINI, 2003: 27)

Como destacamos no capítulo anterior, Temperini analisa a revista agrícola: *O Campo*, e observa nesta publicação a defesa da incorporação e modernização do espaço rural a partir de parâmetros de cientificidade. Se o cientista era apontado como o reformista encarregado de pensar a modernização do campo, o Estado era encarado como a instância responsável pela dinamização entre ciência e modernidade no espaço rural.

Portanto, assim como no pensamento sanitário, o discurso do Estado Novo afirmava que, para se concretizar a valorização e o fortalecimento do homem rural e para a transformação do campo em um espaço moderno e adaptado à nova dinâmica do desenvolvimento proposto para o país, era preciso promover o saneamento do interior brasileiro e combater as verminoses e endemias que ameaçavam o homem que ali vivia. Essa promoção se daria através da ação conjunta de diversos órgãos, e não apenas do Ministério da Educação e Saúde Pública. Segundo um relatório da época:

Reconhecendo o governo que o amparo ao trabalhador rural exige em primeiro plano a segurança de um elevado índice de salubridade e de fertilidade das terras, resolveu atribuir ao Ministério da Agricultura o exame de todos os problemas econômicos e sociais dos campos e ao Ministério da Viação e Obras Públicas subordinou o plano de saneamento e contra as secas (SCHWARTZMAN, 1983).

Como Secreto nos chama a atenção, o principal plano do Estado Novo para os trabalhadores do campo era o de que eles ali permanecessem. Porém, essa permanência demandava, em primeiro lugar, o saneamento dos campos, para que se pudesse garantir um ambiente salubre para as populações rurais, dando fim às doenças que tanto debilitaram o Jeca no passado. Segundo o discurso dos intelectuais estadonovistas, a política social e sanitária caminhavam lado a lado para atingir objetivos comuns: “*lutar contra as doenças que minam a saúde e a capacidade do trabalho do povo, e ao mesmo tempo evitar estas moléstias que ocasionam a invalidez e as perdas prematuras, e, portanto, evitáveis, de valiosas forças aquisitivas e produtivas da nação*” (RCP, 1943-no.24:14). Buscava-se enfatizar que o combate às doenças e as obras de saneamento não se limitavam às questões de saúde pública, estando também no cerne das questões econômicas nacionais: “*E, assim, os problemas sanitários se tornam a parte mais importante dos problemas econômicos, porque não se compreende solução alguma destes sem que primeiro se dêem condições de viabilidade ao homem, que é seu elemento dinâmico*”. E ainda: “*O progresso econômico das Nações dependem essencialmente da higidez dos povos, isto é, da saúde dos homens. Sem ela, nenhum trabalho é fecundo, porque a produção se torna precária ou impossível quando processada por doentes ou inválidos*” (RCP, 1943-nº.31:254).

Durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública, duas reformas foram importantes para a definição da estrutura da saúde. A primeira foi a

Reforma de 1937 (Lei n. 378, de 13/01/1937), responsável por adequar a estrutura administrativa do órgão aos princípios da política social estadonovista. Nela, o território nacional foi dividido em oito regiões, e em cada uma haveria uma Delegacia Federal de Saúde, que tinha a função de supervisionar as atividades necessárias à colaboração da União com os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social e com instituições privadas, além da inspeção dos serviços federais de saúde. Posteriormente, em 1941, esta estrutura foi alterada, com a criação dos Serviços Nacionais, visando uma atuação mais centralizada dos órgãos federais de saúde nos estados. Estes Serviços atenderiam a doenças específicas – peste, tuberculose, febre amarela, câncer, lepra, malária, doenças mentais, educação sanitária, fiscalização da medicina, saúde dos portos, Serviço Federal de Bio-Estatística e Serviço Federal de Águas e Esgotos –, verticalizando as ações federais.

Hoschman (2001), ao estudar as políticas de saúde desenvolvidas durante o governo Vargas, afirma uma conexão entre os objetivos dos sanitaristas das décadas de 1910 e 1920 e as políticas dirigidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública durante o governo Vargas. A interiorização da saúde pública parecia possível graças às iniciativas do Ministério de aumentar sua presença nos diversos estados. Segundo o autor, essa interiorização seguiu os padrões centralizadores da política estadonovista, com um núcleo central no Ministério, e implementadas de modo hierárquico nos estados e municípios. Por meio desta estrutura, acreditava-se ser possível remover os principais obstáculos para realizar o ideal sanitarista de centralização das ações de saúde.

O autor destaca, ainda, que, com relação ao homem rural, as principais preocupações estavam vinculadas às doenças infecto-contagiosas, já que estas implicavam em riscos para a coletividade. Assim, as ações da saúde pública tiveram como prioridade o combate a estas doenças, expressas principalmente na constituição dos Serviços Nacionais anteriormente citados, voltados às principais endemias rurais.

Entre as políticas de saúde públicas dirigidas ao espaço rural, vale destacar aquelas ligadas à criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 1942. O órgão era financiado por fontes nacionais e internacionais, e possuía autonomias jurídica, administrativa e financeira com relação ao Ministério da Saúde. A criação do SESP deve ser entendida no contexto dos acordos estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Campos (2006), o objetivo central das ações do SESP, para os norte-americanos, era garantir as condições sanitárias necessárias para a exploração das matérias-primas prioritárias ao esforço de guerra, nas regiões da Amazônia e do Rio Doce. O autor propõe uma nova visão para os estudos sobre o SESP, afirmando que, apesar das acusações que rotulam a atuação deste órgão como elitista, imperialista e belicista, esta atuação esteve bastante integrada com as diretrizes estratégicas propostas pelo governo, tanto no que diz respeito às políticas sanitárias quanto ao alargamento e interiorização das ações federais. Desse modo, apesar de ser possível identificar o direcionamento dado pelos Estados Unidos às pesquisas sobre as condições brasileiras e às políticas elaboradas para solucionar os problemas por elas detectadas, em diversos momentos estas propostas coincidiram com os interesses do Estado brasileiro com relação às suas diretrizes para a saúde. Como exemplo, podemos citar as pesquisas que apontavam a malária como um dos principais problemas a serem enfrentados pelos norte-americanos, não apenas no Brasil, mas em outros continentes, durante a guerra. Campos afirma que, a partir deste prognóstico, foram desenvolvidas as atividades do SESP, em alguns casos com parcerias com outros órgãos, para o controle da doença na área das principais bases norte-americanas no país (Belém, Natal e Recife). Assim, as prioridades do SESP coincidiram com a agenda das políticas sanitárias brasileiras, constituída desde o início do século. Conclui o autor que as ações do SESP não foram meros reflexos da importação e reprodução de um modelo norte-americano, pois a própria tradição

sanitarista e a diversidade política e cultural do Brasil determinaram uma transação de mão dupla.

A partir da leitura dos autores acima citados, observamos que a questão do saneamento do interior e o combate às endemias eram os pontos principais das propostas para a saúde durante o Primeiro Governo Vargas. Essas medidas visavam, principalmente, criar um ambiente favorável à exploração econômica e preparar, em parte, o trabalhador “ideal” para promover essa exploração. Como apontam os discursos do governo, a salubridade do ambiente e do homem rural eram fundamentais para o progresso econômico do país. Os objetivos das políticas econômicas e de saúde se confundiam, nesse sentido. Através do combate às grandes epidemias que assolavam o campo brasileiro, o estado, finalmente, cumpria o seu papel de oferecer ao homem rural as condições necessárias à sua produtividade, transformando o Jeca Tatu, cujo cuidado era espremer todas as consequências da lei do menor esforço, no trabalhador rural “ideal”. Porém, como o próprio discurso de Vargas afirmava, a regeneração do homem brasileiro dependia ainda da sua formação, por meio da educação, e da sua oportunidade de contribuir para o progresso da nação, por meio dos processos de ocupação e exploração dos espaços “vazios” do Brasil.

A educação era pensada como um meio de transformação do homem, como fator que o possibilitaria superar as dificuldades. Vargas, em seus discursos, denunciava o estado de decadência e atraso em que se encontrava o homem rural de diversas regiões do país, cujos problemas eram causados pela imprevidência do estado. Mas o presidente valorizava a alma daqueles que, apesar da fragilidade física, desbravaram importantes regiões como a Amazônia. A solução para a realização do potencial destes homens, apontava Vargas, estava na educação:

Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fosse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; cria-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, há uma só terapêutica, uma só providência: é preciso que todos os brasileiros recebam educação (SILVA, 1940: 20-21).

No caso do nosso trabalho, abordaremos a questão da educação agrícola, e este tema torna-se um desafio, pois é muito pouco levantado pelos pesquisadores da educação, e mesmo pelos historiadores. Tentaremos enfrentar este desafio, mas é importante salientar que nosso objetivo aqui não é fazer um levantamento das políticas do Estado Novo com relação à educação agrícola, e sim, destacarmos os principais pontos do debate sobre o tema no período, buscando identificar que tipo de homem se pretendia formar a partir das propostas elaboradas para este ramo da educação.

Optamos por tratar a educação agrícola compreendendo-a a partir de um conceito amplo, abrangendo a instrução fornecida por diferentes instituições: escolas, clubes agrícolas, e aprendizados agrícolas, entre outros. A nosso ver, essa instrução visava atingir dois objetivos principais: o de inculcar o amor à terra (a valorização ideológica do campo e do trabalho agrícola), e o da formação de crianças e adultos para o trabalho na terra.

Assim como diversas outras questões abordadas anteriormente, o tema da educação agrícola era mais um desafio colocado perante o Estado Novo, que tinha profundas raízes no passado. Em períodos anteriores já se discutia entre políticos, educadores, intelectuais e os setores agrícolas, a necessidade de capacitação do homem rural, que podemos exemplificar com a passagem de autoria de Fidélis Reis, presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, de 1919:

(...) pela impossibilidade atual do elemento povoador, impõe-se-nos, então, com a força de uma necessidade instantânea, a melhoria do homem existente pelo revigoramento de suas energias e melhor aproveitamento da sua capacidade, transformando-o, pela instrução técnica de que carece, um fator mais útil ao progresso do país (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2006).

Os debates sobre a abolição da escravatura deram impulso ao tema do ensino agrícola, pensado, durante as décadas seguintes, tanto como possibilidade de capacitação e melhoramento do trabalhador nacional, a partir dos modelos europeus, quanto como instituição capaz de garantir ocupação aos menores desvalidos, desviando-os da vadiagem. Durante a Primeira República, duas foram as principais instituições criadas para a formação dos trabalhadores agrícolas: os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2006 e MENDONÇA, 2006).

Os Aprendizados estavam voltados para o ensino das lides do campo (métodos racionais para o trato, noções de higiene e de criação animal, e o uso de máquinas e implementos agrícolas), dentro da perspectiva de capacitação do trabalhador nacional, além de ensinarem as primeiras letras. Seu público-alvo eram os jovens entre 14 e 18 anos, filhos de pequenos agricultores, que ficavam em regime de internato e recebiam remuneração. Estas instituições foram estabelecidas principalmente nas áreas ligadas à produção de açúcar e algodão, no norte e nordeste, que, ao contrário dos fazendeiros paulistas com sua mão-de-obra imigrante, precisavam fazer uso do trabalhador nacional (MENDONÇA, 2006).

Já os Patronatos Agrícolas eram núcleos de ensino profissional que cumpriam uma função de “contenção social”. Segundo Mendonça (2006), estas instituições serviam como paliativo à questão social urbana, destinadas à infância desamparada dos centros urbanos, servindo como alternativa aos órgãos prisionais. Ainda segundo a autora, os Patronatos habilitavam seus internos em horticultura, jardinagem e pecuária, entre outros ensinamentos, e estavam voltados para os menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos Chefes de Polícia e Juizes da Capital Federal.

As políticas voltadas para a educação agrícola após a Revolução de 1930 apresentaram muitas continuidades em relação àquelas elaboradas no período anterior. Entre as correntes intelectuais predominantes no debate da época, Prado (1995) destaca a do ruralismo pedagógico,

caracterizado como uma corrente de pensamento articulada por alguns intelectuais que (...) formulavam idéias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas (PRADO, 1995: 6).

Entre os interesses e necessidades hegemônicas, destacamos os temas da fixação do homem rural ao campo, com a contenção do êxodo rural, o incentivo ao retorno aos campos, e a qualificação do homem rural para o trabalho, o que reafirma a continuidade apontada por Mendonça. Em sua principal publicação, a Revista *A Lavoura*, membros da Sociedade Nacional de Agricultura afirmam a necessidade de criar braços para os trabalhos no campo brasileiro:

Uma vez que os obreiros são poucos para a execução dos trabalhos, em tempo razoável, só resta ao Brasil aperfeiçoar estes obreiros, mobilizando-os e orientando-os para as atividades agro-pecuárias, com o devido adiestramento no manejo das máquinas agrícolas e demais práticas racionais que duplicam e barateiam a produção agropecuária.

(...) Não é pequeno o número destes obreiros que por injunções alheias à sua vontade, mourejam nas cidades, onde, dispendo de um conforto aparente,

não conseguem, sequer, o necessário para o sustento de sua família. (MIRANDA, 1940: s.p).

Segundo Prado:

Não só se argumentava no sentido de proporcionar ao homem habilitações adequadas à sua utilização produtiva no trabalho rural, como pretendia-se que esse fator (humano) de produção fosse retido em seu lócus de origem, para que não houvesse escassez de mão-de-obra rural e, ao mesmo tempo, o êxodo não provocasse outra ordem de conseqüências (...) (PRADO, 1995: 15).

A tentativa do Estado Novo de incentivar a permanência do homem no campo, é preciso lembrar, era parte fundamental do modelo de desenvolvimento elaborado pelo governo que propunha a manutenção de um lugar de destaque para produção agrícola no cenário econômico nacional. Além destes fatores, a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, por sua inserção na vida econômica do país, permitiria a formação de um mercado interno mais sólido para a produção industrial que se procurava fortalecer. Assim, afirmava, Vargas, que:

tínhamos de enfrentar corajosamente o serio problema de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não se tornasse privilegio de regiões ou de zonas. Os benefícios que os trabalhadores urbanos haviam conquistado deviam ser distribuídos também aos trabalhadores rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distante das vantagens do mundo civilizado. Se o não fizermos, correremos o risco de assistir à fuga dos campos e ao super-povoamento das cidades, desequilíbrio de conseqüências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva. É necessário à riqueza publica que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial. É imprescindível elevar a capacidade produtiva de todos os brasileiros, o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, apud MARCONDES FILHO, 1944: s.p).

A questão central que permeava o modelo de educação agrícola a que se referem os discursos produzidos no período estava voltada para a valorização do homem associada ao ato de trabalhar. Tratava-se não somente da educação básica, da alfabetização, mas principalmente da educação profissional e técnica. As reformas educacionais realizadas enfatizavam essa perspectiva, já que a educação secundária e superior seriam voltadas para a formação das elites condutoras do país, enquanto a educação básica e profissionalizante seria dirigida para a maioria da população brasileira.

Um dos modelos propostos para a formação de trabalhadores no campo é o dos Aprendizados Agrícolas que, como destacamos, existiam desde a Primeira República, mas que durante o governo Vargas sofreram reformulações. Eram instituições voltadas para a formação de trabalhadores qualificados para as atividades rurais modernas, e tinham por finalidade,

a instrução profissional agrícola dos filhos dos pequenos e médios proprietários rurais, dos trabalhadores da gleba e dos operários da indústria agrícola, de forma a preparar os futuros capatazes e operários necessários no progresso e no desenvolvimento da agricultura nacional (RRNT, nº. 8, 1944).

Os Aprendizados instituídos durante o governo Vargas eram compostos por três cursos: o Ensino Agrícola Básico, com três anos de duração, voltado para a formação de capatazes, abrigoando jovens a partir de 14 anos com primário completo e destinado à preparação para o trabalho; o Ensino Rural, com duração de dois anos, destinava-se à formação de trabalhadores rurais, composto por crianças a partir de 12 anos que já tivessem recebido alguma instrução primária; e o Curso de Adaptação, voltado para o trabalhador em geral, adulto em sua maioria, e sem qualquer diploma ou qualificação profissional prévia (MENDONÇA, s.d.). Na formação destes trabalhadores, enfatizava-se o ensino prático que tinha, em geral, o dobro da carga horária das disciplinas teóricas. Faziam parte dos currículos disciplinas como língua-pátria, aritmética, história-pátria, português, noções de ciências físicas e naturais, olericultura, fruticultura, noções de criação de animais domésticos, entre outras (MENDONÇA, s.d.). Era ministrada também a educação higiênica, e era fornecida assistência médica aos alunos. Em todo o país estavam em funcionamento, no ano de 1944, nove Aprendizados Agrícolas em estados como Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo.

De um modo geral, a ideia disseminada por diferentes grupos apontava para a necessidade de reformas no modelo educacional brasileiro, pois a instrução convencional então existente falhava ao não preparar o homem para a vida, para agir em sociedade. A educação superior e universitária, segundo afirmavam, existia em excesso, sendo necessário dirigir o foco para a educação primária e profissional. Uma das propostas mais recorrentes era a de que, sobre a base homogênea da educação primária, se construísse uma “superestrutura”, que levaria em conta as especificidades geográficas, econômicas e culturais de cada região. Essa base homogênea definia como objetivos da escola primária:

- 1) O desenvolvimento da personalidade (objetivo individual);
- 2) A integração do educando na sociedade brasileira em geral (objetivo nacionalista);
- 3) Formação do sentimento de solidariedade humana (objetivo humano);
- 4) O ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolve a vida do educando (objetivo vocacional) (BITTENCOURT, 1944: 92).

É importante observar que as propostas de educação profissional elaboradas pelo Estado visavam preparar tecnicamente o trabalhador para assumir um papel bastante específico que seria determinado pelo seu ambiente, pelo meio onde vivia. O modelo a ser implementado não poderia ser único para todo o país, pois tinha que levar em consideração as características regionais particulares, em especial o caráter urbano ou rural. Portanto:

De acôrdo com as tendências de cada região e regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar tipos de ensino que lhe convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais – o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior – rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente de seu valor moral (VARGAS, s.d–Vol II: 121–122).

Se o modelo único de educação para todo o país não era o recomendado, alguns intelectuais chamam a atenção em seus trabalhos para a impossibilidade também de se consolidar um único modelo de escola rural, já que as especificidades geográficas, culturais e econômicas definiriam as ênfases a serem dadas nos currículos escolares a determinadas atividades.

Não hão de ser as mesmas, mas diferentes, embora todas rurais, as escolas localizadas em seringais amazônicos, nas várzeas pastoris e nas encostas

vinhateiras do Rio Grande do Sul, em cafezais paulistas, em canaviais pernambucanos, nas clareiras das caatingas do Ceará, nos campos altos de Goiás (BITTENCOURT, 1944: 91).

Assim como se propunha uma visão totalista do trabalho, pensava-se a escola com o objetivo de desenvolver os indivíduos em suas diversas dimensões: moral, espiritual, física e cidadã. O Estado Novo, por meio da educação, buscava “moldar” o homem ideal em suas diversas facetas. Estes objetivos acentuam o caráter dado à educação como um instrumento para a formação do tipo ideal brasileiro, o cidadão-trabalhador valorizado na ideologia estadonovista, base humana sobre a qual se consolidaria o engrandecimento da nação. Era uma questão que se colocava tanto no âmbito das cidades quanto do campo, englobando ambos os trabalhadores ao modelo de desenvolvimento. No campo, afirmava-se a necessidade de superar a imagem de um homem incapaz, doente, preguiçoso e indolente; enfim: “exterminar” o Jeca Tatu da realidade brasileira:

Compreendam, portanto, os governos a necessidade de educar o homem, abrir-lhe ensanchas ao trabalho, ligar a fonte de seus productos aos meios consumidores; tirem-no do analfabetismo, eduquem-lhe a energia, preparem-lhe o typo, purifiquem-lhe a raça; dêem-lhe a precisa hygiene, folguedos para o espírito, trabalho para os braços, luzes para a intelligencia – que esse homem deixará de ser um elemento de juxtaposição, relativamente ao seu semelhante, esquecido, para ser uma unidade sadia, alegre, trabalhadora, em uma palavra – educada (MANGARINOS, 1935: s.p).

Os intelectuais da época viam a importância de preparar as crianças do campo para o futuro. Por meio da educação agrícola pretendia-se despertar o gosto pelo trabalho nos campos, preparando futuros trabalhadores e buscando garantir sua fixação à terra. Com este fim foram criados os Clubes Agrícolas, pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Inspirados em instituições semelhantes existentes nos Estados Unidos – os chamados Clubes 4-H (head, heart, hands and health – cabeça, coração, mãos e saúde) -, tinham como objetivo a dignificação do trabalho manual e a valorização do trabalho agrícola, o incentivo à policultura e à criação de hábitos de economia, além de buscar fortalecer a organização de cooperativas para a venda da produção dos sócios. Enfatizava-se a necessidade de fazer com que as crianças tomassem gosto pelas atividades do campo, com o objetivo de formar estes “cidadãos do amanhã” para “*desempenharem papel útil e indispensável no progresso do Brasil*” (RRNT, nº. 17, 1944).

Além de incentivar o apego às atividades do campo, os Clubes Agrícolas tinham outros fins apontados pelo Ministério da Agricultura: mostrar os perigos do urbanismo, formar e cultivar hábitos de economia, trabalhar pelo reflorestamento, etc. Outros objetivos nos remetem à formação do tipo “ideal” de homem rural almejado pelo Estado, preparado para trabalhar com as técnicas da agricultura moderna que se buscava estabelecer:

Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica, e demonstrando os rendimentos das lavouras e criações bem tratadas;

(...)

Ministrar informações estatísticas e outras relacionadas com a produção, indústria, e comércio e o transporte;

(...)

Combater a erosão e as pragas das lavouras e criações (RNT, nº. 15, 1941).

Outro tema de importância é a identificação dos principais problemas no caminho da consolidação dos programas da educação rural e a proposição de soluções. Entre os problemas abordados no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação – realizado em Goiânia, em 1944 –,

podemos destacar como os mais recorrentes: a importância da formação de um professorado preparado para lidar com a especificidade da educação rural; a necessidade do Estado fornecer a estes professores não só a preparação necessária, mas condições atraentes de trabalho; e as grandes distâncias, que, aliadas à falta de vias de comunicação, geravam o isolamento de determinadas regiões (IBGE, 1944). Todos estes empecilhos demandavam soluções pela ação do Estado que, em primeiro lugar, tinha que promover a construção de vias de comunicação e o saneamento do campo, criando, assim, as condições necessárias para a chegada da escola a todos os cantos do país, proporcionando um ambiente mais atrativo para os professores. O isolamento e o vazio demográfico deveriam ser combatidos: de acordo com dados levantados no período, o espaço efetivamente ocupado e povoado do país era de 1.324.380 quilômetros quadrados, enquanto os outros 7.186.809 quilômetros quadrados eram ocupados por 1.432.840 habitantes – cerca de 3,29% da população total do país. A promoção de cursos normais voltados à capacitação do professor para o trabalho no meio rural deveria também ser feita pelo Estado.

Em síntese, podemos afirmar que os objetivos principais da educação agrícola eram a formação de uma mão-de-obra qualificada e a garantia da permanência desta mão-de-obra no campo. Propunha-se, assim, que o ensino preparasse o homem para atuar profissionalmente de acordo com o meio em que vivia, sendo o ensino vocacional instituído desde a educação básica, de acordo com algumas propostas. A fixação do homem à terra seria promovida não apenas pela escola, mas também por outros órgãos e instituições voltados para a educação agrícola, como ilustra o caso dos Clubes Agrícolas. Estes órgãos e instituições estavam voltados não apenas para a formação das crianças, pretendendo disseminar entre a sociedade rural o “amor à terra” e conhecimentos racionais e modernos sobre o trabalho e a economia rurais. Era discurso recorrente entre os intelectuais, que não apenas a educação rural, mas a educação brasileira de modo geral, deveria ter como missão a transformação do homem nacional, agregando-lhes valores morais, patrióticos, hábitos de saúde e higiene, além, é claro, da formação profissional, resultando, daí, um homem forte e apto para contribuir com o desenvolvimento do país. Tratava-se, no campo, de superar a “síndrome” de Jeca Tatu. Segundo Vargas: *“Só um povo forte, instruído e consciente de suas enormes responsabilidades poderá conduzir este vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes, é digno do berço em que nasceu”* (Vargas, s.d–Vol. III: 247).

Resta-nos discutir aquilo que é, talvez, a face mais conhecida e discutida das políticas estadonovistas voltadas para o homem do campo: as políticas de interiorização, difundidas ideologicamente através do discurso da Marcha para Oeste, e cristalizadas por meio dos projetos de colonização.

Desde a Revolução de 1930, os discursos estatais apontavam para a necessidade da criação de classe de proprietários através da disseminação da pequena propriedade. Intelectuais e o próprio Getúlio Vargas faziam a crítica ao latifúndio e propunham a sua desagregação:

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de servo da gleba.

Nessas regiões, seria conveniente, para seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes (VARGAS, s.d–Vol I: 39).

O apoio à pequena propriedade baseava-se na perspectiva de que esta, lentamente, levaria à desagregação do latifúndio, instaurando, aos poucos, uma nova realidade agrícola exigida pelo desenvolvimento industrial (LENHARO, 1986b). De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (1998), um primeiro passo no sentido de incorporar o interior ao processo produtivo nacional é dado com o decreto assinado por Getúlio Vargas em 1932, proposto por Lindolfo Collor, então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e autor da Plataforma da Aliança Liberal. O Decreto nº 22.239 (Decreto Sobre Terras Públicas), em seu artigo 6º, abria as terras públicas do Estado do Piauí para o assentamento de trabalhadores “*na qualidade de arrendatários mediante módica contribuição*”.

A questão da difusão da pequena propriedade foi levantada também nos debates para a elaboração da Constituição de 1934. A emenda 1104, à qual aderiram deputados classistas, foi rejeitada pela Comissão Constitucional. Nela, propunha-se a desapropriação dos grandes latifúndios não utilizados, cujas terras seriam repartidas entre trabalhadores rurais, da forma mais conveniente e de acordo com a capacidade de utilização de cada trabalhador (LENHARO, 1986b).

A questão do combate ao latifúndio e a sua desagregação como forma de disseminação da pequena propriedade foi paulatinamente substituída, nas falas do Estado Novo, por um discurso de incentivo à ocupação de áreas “vazias” através de projetos de colonização. Essa mudança pode ser compreendida na perspectiva de que a instauração do regime proporcionou um contexto favorável à formação de um sistema de alianças mais estável do que os constantes rearranjos do período anterior, e cujos interesses colidiam com a intenção de pôr fim à grande propriedade.

A enorme quantidade de terras livres e as diversas fontes de riqueza levaram o governo a promover a ocupação e a exploração do interior do país. A ocupação e distribuição dessas terras se deram, principalmente, por meio dos projetos de colonização empreendidos pelo governo. Os projetos tinham como objetivo a transferência de grandes massas demográficas para o interior, o que, além da ocupação dessas regiões, promoveria um “desafogamento” dos centros urbanos litorâneos. Esses contingentes populacionais deveriam ser racionalizados, utilizando-se, em um primeiro momento, a população de “desajustados” – mendigos, desocupados – assegurando a revalorização desses indivíduos através da promoção de sua dignidade e garantia de sua assistência sanitária e educativa. Estes pontos são abordados por Vargas em discurso que enfatiza a necessidade de fixação do homem rural à terra e a extensão dos benefícios alcançados pelos trabalhadores urbanos ao campo, sob o risco de que o êxodo desordenado e os desequilíbrios por este causados impedissem o processo de valorização integral do trabalhador brasileiro.

Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, s.d–Vol III: 261).

Para Ribeiro (2006), as propostas de colonização visavam atingir três objetivos: aumentar o número de proprietários, criando um setor dependente do poder central também nas zonas rurais; a expansão da produção; e o “desafogamento” das cidades – tudo isso sem entrar em confronto direto com os setores latifundiários. Como já destacamos, estas políticas foram organizadas sob a bandeira política da Marcha para Oeste, à qual nos referimos no capítulo anterior.

Em termos das políticas colonizadoras, os discursos estadonovistas colocam a Revolução de 1930 como um marco divisor: até então, a colonização era realizada por meio da localização de trabalhadores imigrantes em núcleos distribuídos pelas regiões mais férteis do país; posteriormente, a colonização passou a ser concebida como a “*arregimentação dos elementos nacionais em núcleos onde o trabalho, o cooperativismo e o amparo oficial formam um conjunto, valioso para a economia pública e particular*” (RNT, nº. 18, 1944).

A colonização foi concebida a partir de diferentes modalidades. Uma delas era a das colônias localizadas nas faixas de fronteira, consideradas estratégicas na defesa do território nacional. Segundo o determinado na Constituição de 1937, em uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras não poderiam ser realizadas concessões de terras ou de vias de comunicação sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional. A lei providenciaria, ainda, para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominassem os capitais e trabalhadores de origem nacional. A concessão nestas áreas seria feita de forma preferencial aos brasileiros, e, excepcionalmente, aos estrangeiros integrados “*no seio da família brasileira*” (RNT, nº. 18, 1944). Os latifúndios na região seriam extintos com a limitação das propriedades fixada em dois mil hectares, no máximo. Estas terras poderiam ser distribuídas, quando de propriedade da União, de forma gratuita aos reservistas de primeira categoria, aos militares reformados, aos funcionários públicos aposentados e aos retirantes de áreas que, porventura, sofressem por qualquer calamidade pública.

O Decreto nº 4.504 dispôs sobre a criação de núcleos coloniais agroindustriais, em 22 de julho de 1942. Esta modalidade promoveria o beneficiamento dos produtos oriundos da lavoura brasileira. Segundo o Ministério da Agricultura (RRNT, nº. 20, 1945), era comum que os núcleos coloniais vendessem seus produtos “*in natura*”, sem uma transformação que os valorizasse. Essa modalidade não aplicava a distribuição de terra e habitação aos colonos, mas entregava aos mesmos, para pagamento em longo prazo (treze anos), um aviário industrial e um pomar com instalações técnicas completas. Outras indústrias seriam fomentadas, também com pagamento em longo prazo, cujo êxito passava, então, a depender da aptidão de cada trabalhador. Após os três primeiros anos em que a exploração se faria de forma gratuita, os colonos reembolsariam o governo em dez prestações anuais e de mesmo valor. A proposta do governo envolvia, assim, o incentivo à utilização de máquinas no beneficiamento da produção, de forma a agregar valor às matérias-primas produzidas.

As colônias agrícolas nacionais eram a “menina dos olhos” da política de colonização do Estado Novo (LENHARO, 1986b). Na Constituição de 1937, a política oficial de colonização foi regulada pelo Decreto-lei nº 3. 069 de 14/02/1941, que dispõe sobre a criação de colônias agrícolas nacionais promovidas pelo Ministério da Agricultura. Esta modalidade estava submetida a uma administração centralizada, subordinada diretamente ao Ministério. Os lotes das colônias tinham uma área que variava de vinte a cinquenta hectares. Estes lotes e as casas e as benfeitorias neles existentes eram concedidos gratuitamente. O colono recebia, para a exploração da terra, sementes e material agrário mais urgentes. Porém, a propriedade dos lotes e dos outros benefícios só se efetuaria com o atendimento de certos requisitos. De acordo com a região e a forma de escoamento da produção, era determinado um prazo para que o trabalhador fizesse a terra produzir de forma satisfatória: apenas com o alcance das metas estabelecidas é que o trabalhador se tornaria proprietário do seu pedaço de terra. Tinham acesso à terra, preferencialmente, os trabalhadores nacionais que mostrassem aptidão para os trabalhos agrícolas e se comprometessem a residir nos lotes. Os estrangeiros qualificados poderiam ser beneficiados, servindo como exemplo aos trabalhadores nacionais. Este ponto revela a existência de uma continuidade da antiga visão de que o estrangeiro possuía características positivas em seu papel de trabalhador, e que os nacionais deveriam se inspirar nestes parâmetros de qualificação.

Visando a constituição de um futuro núcleo de “civilização” no interior do país, fundar-se-iam, nas colônias, aprendizados agrícolas e uma infraestrutura para beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e animais. A produção, venda e consumo dos produtos seriam realizados através de cooperativas formadas pelos colonos com o objetivo de tirar o maior proveito possível de seu trabalho.

As colônias de Dourados (Mato Grosso) e a de Goiás (nos municípios de Jaraguá e Goiás, a 130 km de Anápolis) visavam o atendimento ao mercado paulista, e as do Piauí, General Osório (na divisa do Paraná com Santa Catarina), Maranhão (no município de Barra da Corda), Boa Vista (no Amazonas, localizada a 60 Km de Manaus) e Pará (no município de Alcobça) estavam voltadas, principalmente, para o abastecimento de suas capitais, com o objetivo de contribuir para a superação dos problemas de abastecimento dos centros urbanos, para os quais chamamos a atenção no capítulo anterior. Eram compostas por pequenas propriedades cujos lotes eram distribuídos, de forma preferencial, aos trabalhadores nacionais sem-terra.

O modelo de ocupação dos “espaços vazios” estabelecido pelas colônias agrícolas nacionais recebeu críticas de intelectuais que propunham outras formas de promoção da colonização no Brasil. É o caso do artigo de Caio Prado Jr. (1944), no qual o autor propõe uma reflexão que se desenvolve a partir da história do povoamento do país. O autor considera a Marcha para Oeste uma das “fórmulas vazias” que se produzia no período, e enfatizava a necessidade de uma ação política bem orientada para a distribuição da população. Retomando a história das políticas nacionais de povoamento, Caio Prado Jr. afirma que, até a alguns anos, elas eram bem definidas, condicionadas principalmente pela necessidade de mão-de-obra nas grandes lavouras e propriedades agrícolas. Esta política fora abandonada com a crise do café. Por meio da análise do passado e do presente, o autor formula sua crítica à atual política colonizadora: a fundação de núcleos e colônias em áreas de “vazio” demográfico era insistir nos erros anteriores. A nova colonização não deveria ter por objetivo povoar desertos, e sim corrigir as falhas existentes no povoamento: *“não há pois de realizar em zonas pouco povoadas obras de vulto necessário à subsistência e à prosperidade humanas (...) não se podem construir e manter aí, senão à custa de grandes sacrifícios, estradas de ferro e de rodagem”* (PRADO JR, 1944: 202-203).

A dispersão e a mobilidade da população eram fatores prejudiciais. O autor acreditava na necessidade do contato entre as pessoas para o desenvolvimento da personalidade humana e suas expressões culturais. O típico caboclo brasileiro *“com todos os seus consideráveis e reconhecidos defeitos”* era o símbolo dessa situação demográfica.

A proposta de Caio Prado Jr. era a de redistribuição de terras já exploradas, com o retalhamento das grandes propriedades e fazendas, que seriam adquiridas pelo governo e vendidas a condições acessíveis aos trabalhadores rurais. Essas áreas já contavam com infraestrutura necessária, como transportes e acesso à indústria e ao comércio. Os “desertos” serviriam como reservas futuras a serem utilizadas com a saturação das áreas inicialmente ocupadas, o que possibilitaria o acesso à infraestrutura já estabelecida. A ausência dessa infraestrutura dificultava muito a implantação concreta da política de colônias agrícolas nacionais, como é possível identificar na fala de outros autores e técnicos ligados ao Estado Novo, apesar de toda a propaganda que vinculava esta modalidade à Marcha para Oeste, já que:

Ela implica toda uma seqüência de problemas da mais alta significação moral e material. Problemas da escolha das melhores terras condicionadas aos fatores climáticos e aos recursos naturais, problemas de saneamento e de geografia médica, problemas de formação de colônias agrícolas, de assistência rural, de propriedade, de regime de trabalho, de assistência médica e social, de educação, de abertura de estradas, de transportes, de

construção de pequenas cidades, de formação de centros de consumo, um mundo grandioso de ações e realizações que demanda longa preparação técnica e uma soma gigantesca de capitais (OLIVEIRA, 1943: 63).

Oliveira aponta para importância de se fornecer uma estrutura básica que permitisse a real fixação do homem à terra nos programas de ocupação dos “espaços vazios”, em especial, a população que fazia o movimento das cidades para o campo:

Sem preparo rural, sem assistência de espécie alguma ou, o que é pior, sem assistência material capaz de oferecer-lhes uma garantia para que se fixassem em novo ambiente não podiam indivíduos urbanizados, desajeitados aos segredos do campo, permanecer em condições inseguras, quando tudo lhes faltava para a satisfação de todas as suas necessidades (OLIVEIRA, 1943: 66-67).

Américo Barreiros é outro autor que aborda a necessidade de uma infraestrutura que deveria ser promovida pelo governo, para que o trabalhador rural pudesse ter condições de cumprir o papel que lhe era destinado nos projetos de desenvolvimento brasileiro:

O “rumo ao campo” não é uma frase, deve ser antes uma atitude política dos que governam. O homem recambiado à terra sem o interesse que a ela o prendia, de lá voltaria, mal chegado. Do que ele precisa é de “terra” onde trabalhar, de “material” com que trabalhar, de “assistência técnica” para que o trabalho renda, economicamente, de “meios” com que aguardar o resultado do trabalho (BARREIROS, 1944: 558).

Assim, o resultado destas empreitadas, segundo Lenharo (1986b), não corresponderam às pretensões do Estado Novo. O autor afirma que, ao fim do regime, os trabalhos de implantação das colônias avançaram pouco, devido, principalmente, às enormes dificuldades materiais para o seu preparo e para a instalação dos trabalhadores. No Amazonas houve falta de trabalhadores especializados e o transporte elevava muito o preço da produção. A colônia do Pará obteve certo êxito, mas, principalmente, pelo fato de ser uma região onde o terreno anteriormente fora preparado por imigrantes japoneses que haviam formado um núcleo colonial na região. A do Maranhão, à época da elaboração de um relatório sobre as políticas coloniais que serve de fonte para Lenharo, ainda encontrava-se em trabalhos preliminares, e as do Piauí e a General Osório não são mencionadas. Dourados, apresentada como colônia-modelo na propaganda do governo, funcionou apenas simbolicamente, sendo apenas em 1948 demarcada a área da sua futura instalação. Em Goiás ocorreu uma série de problemas, como a venda indireta de terras, a transferência e a alienação de lotes e o fracasso das tentativas de implantação de cooperativas.

Uma outra modalidade de colonização parecia tomar a direção da solução das dificuldades apontadas para o caso das colônias agrícolas nacionais. O Decreto nº 4.504 (que regulava os núcleos agroindustriais) foi complementado em 10 de novembro de 1943 pelo Decreto-lei nº 6117, que regulamentava a fundação de núcleos coloniais. Segundo definição do Ministério da Agricultura, os núcleos coloniais eram compreendidos como “*uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um conjunto de pequenas propriedades rurais*” (RNT, nº. 18, 1944). Para o estabelecimento do núcleo eram necessárias algumas condições, como estar localizado em uma zona saudável e de terras férteis, ter transportes econômicos, além de água boa e abundante e uma área superior a mil hectares de terras para as culturas. Os colonos seriam assistidos pelo governo, recebendo alimentação gratuita nos primeiros dias de sua instalação, trabalho remunerado durante o primeiro ano, assistência médica e medicamentos, e os meios necessários para a produção: sementes, adubos, inseticidas, empréstimos de máquinas e instrumentos agrícolas, além de animais para o trabalho.

Segundo dados do “Ministério da Produção”, no ano de 1941 existiam, no país, nove núcleos coloniais, onde viviam 40.564 pessoas, das quais 29.254 eram brasileiras. Como exemplo desta modalidade de colonização, podemos citar a criação do Núcleo Colonial de Santa Cruz — localizado nas terras da antiga Fazenda Imperial, em uma área de aproximadamente 37.000 alqueires e distante da capital 70 quilômetros —, cuja iniciativa visava solucionar o já referido problema de abastecimento que assolava a capital federal. As reportagens das Revistas do Ministério da Agricultura mostram o sucesso da empreitada, levada à frente, em grande parte, pela ação dos migrantes japoneses, oriundos do interior de São Paulo, que implementaram uma produção bastante diversificada no núcleo colonial. Porém, anos depois, a região acabou sendo englobada a zona industrial que ali se instalou.

Lenharo (1986b) destaca em seu trabalho as implicações da política colonizadora na vida do trabalhador rural. Como anteriormente salientado, e como demonstram as falas de autores citados ao longo deste capítulo, o Estado Novo propunha a intervenção nos diversos aspectos da vida do trabalhador, afirmando que buscava, assim, garantir as condições necessárias à sua valorização. Segundo o autor, o projeto do regime visava à “*colonização de espaços, corpos e mentes*”. Uma de suas preocupações foi mostrar

Como são multiplicadas as estratégias de poder e disciplinamento sobre o trabalhador rural. Segurá-lo à terra, como objeto de ganância dos proprietários; arrancá-lo de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isso se fazia necessário; orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas; impedir o livre movimento dos sem terra, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo, criar o “novo” trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, de sua tradição e do seu passado (LENHARO, 1986b: 14).

As colocações de Lenharo nos remeterem a uma importante questão, que é a consciência de que o “molde” do trabalhador ideal estabelecido pelo Estado Novo atendia, de certa forma, aos interesses dos proprietários que necessitavam de uma mão-de-obra ordeira e qualificada. Porém, como destaca Ribeiro (2006), as políticas de colonização varguista também iam, em certos aspectos, contra as aspirações dos setores proprietários, já que pretendiam a formação de uma classe de pequenos proprietários no âmbito de influência do governo, “minando” as relações de subordinação que davam poder político às elites agrárias.

Outro ponto em que apresentamos uma visão diferenciada da de Lenharo é sobre a questão das tradições e do passado do homem rural. A intervenção do governo se faz sentir nestes aspectos, mas acreditamos que não para destruí-los completamente. Na realidade houve uma manipulação e uma reconstrução do passado e das tradições do homem rural, com a ênfase em alguns elementos e o “esquecimento” de outros, busando construir um imaginário social atrelado à ideologia estadonovista..

Por fim, vale salientar, novamente, que, apesar da força simbólica que a Marcha para Oeste apresenta neste período, os resultados práticos desta política foram bastante limitados, principalmente devido a fatores como a complexidade das propostas defendidas pelos interesses políticos contrários e pela falta de recursos do governo. Porém, é possível identificar algumas consequências importantes desta política. Otávio Velho (1976) chama a atenção para fatos como a migração, que já vinha aumentando no pós-1930, tornar-se algo evidente neste período (só que do campo para cidade) e o incremento demográfico da Amazônia na década de 1940 (principalmente por causa da borracha). Em relação ao tema aqui destacado, Velho afirma a ocorrência de um relativo desenvolvimento do Centro-Oeste (com a abertura de estradas de ferro e construção de Goiânia) e a existência de fluxos migratórios apoiados pelo governo com sucesso de São Paulo e Minas Gerais para o sul do Mato Grosso e Goiás.

2.2.3 – As representações do homem rural construídas pelo Estado Novo

Como apresentamos no item anterior, algumas representações sobre o trabalhador, elaboradas no período anterior à Revolução de 1930, enfatizavam a incapacidade do homem brasileiro. Porém, no período posterior, e, especialmente, no Estado Novo, estas representações foram reformuladas a partir da criação de um novo mito —, o do trabalho com fonte privilegiada para a ascensão social e para a produção de riquezas para o país —, e de um novo tipo —, o modelo ideal de trabalhador brasileiro. Este modelo seria forjado através de uma forte intervenção nos diversos aspectos da vida do trabalhador, afirmando o rompimento com a perspectiva anterior de abandono do trabalhador pelo estado, amplamente criticada pelos intelectuais da Primeira República. Assim, os mitos da preguiça e da indolência do homem brasileiro, expressos, por exemplo, na figura do Jeca Tatu, eram apontados como algo a ser superado. O novo regime proporcionaria aos trabalhadores as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento: a legislação que o amparava, garantia seus direitos; e a ação do Estado em diversos aspectos da vida deste trabalhador, proporcionando qualidade de vida e qualificação para o trabalho.

Além do mito do Jeca Tatu, outros tipos brasileiros consolidados em nosso imaginário deveriam ser superados. O homem / trabalhador brasileiro do discurso do Estado Novo era retratado, como enfatizaremos em outro momento deste trabalho, em sua diversidade cultural e racial, apresentando, em parte, continuidade com os valores e aspectos ressaltados pelo modernismo. Velloso (1988) ressalta a existência de afinidades entre o movimento modernista e a ideologia estadonovista em questões como a defesa da literatura como veículo da nação, o papel do escritor engajado ou inspirado na temática nacionalista e projetos culturais centrados na idéia de brasilidade. Porém, o discurso do Estado Novo minimizava as contribuições do período modernista, apresentado apenas como um “anúncio” do período glorioso que se seguiria. Os intelectuais modernistas, afirma a autora, eram considerados, em parte, desqualificados para a interpretação da nacionalidade, pois eram avessos aos ideais de objetividade científica.

Como destacamos anteriormente, a incorporação dos setores até então marginalizados da sociedade brasileira foi feita, pelo Estado Novo, por meio das ações no campo do trabalho. Criou-se um discurso de valorização do trabalhador e do ato de trabalhar que acompanhou uma série de medidas, tanto de caráter regulador (por meio da legislação que determinava os direitos e deveres dos trabalhadores, que atingiu, especialmente, o espaço urbano), quanto de caráter formador (ações na área de educação e saúde, que atingiram tanto o espaço urbano como o rural, visando formar um trabalhador mais adaptado às transformações propostas para a economia nacional). Vimos, ainda, que o regime buscou fazer destes setores uma importante base de apoio, que se refletiu, por exemplo, na difusão de um discurso que associava trabalho e cidadania. Dessa maneira, sustentamos aqui a hipótese de que uma das principais formas de representação destes setores marginalizados, seja no campo ou nas cidades, era construída identificando os homens, mulheres e crianças como trabalhadores. Nessas representações as pessoas retratadas eram valorizadas e tinham reconhecido o seu papel social como produtores de riquezas para o país, impulsionando o almejado desenvolvimento da nação.

No capítulo anterior, ao falarmos sobre os projetos para a modernização do campo, salientamos que estes previam a racionalização dos processos agrícolas, cuja maior expressão era o uso de maquinários e de técnicas agrícolas modernas, transmitidas por profissionais qualificados (principalmente os agrônomos). Destacamos também que essa modernização implicava na preparação do homem rural para lidar com estas técnicas modernas. Apesar destas considerações, é interessante observarmos que muitas das representações construídas sobre o homem rural não incluíam a presença de máquinas ou outras referências a este campo

“moderno”. Na maioria das imagens elaboradas o trabalhador rural aparece com instrumentos agrícolas “simples” ou “rudimentares”, como enxadas, ancinhos, carrinhos de mão, foices, etc. Nas imagens pesquisadas esses elementos são recorrentes, e funcionam, acreditamos, como um elemento identificador, como se o fato de portar uma enxada ou outro instrumento nos permitisse identificar a figura retratada como trabalhador rural.

Entre as fontes escolhidas para esta análise, optamos pelo uso de muitas imagens fotográficas extraídas das Revistas *Nossa Terra* e *Riquezas da Nossa Terra*, publicações do Ministério da Agricultura, que, acreditamos, sejam capazes de refletir o que seriam as imagens “oficiais” do homem rural. Por meio destas imagens, o governo tinha como objetivo consolidar no imaginário social a representação do homem rural que correspondia aos anseios dos projetos de desenvolvimento propostos.

É interessante que muitas das fotografias divulgadas pelas publicações do Ministério da Agricultura apresentam os retratados posando para a foto, ou em cenas que transmitem a impressão de serem “montadas”, como a imagens presentes no calendário que destacamos no capítulo anterior, e como outras que apresentaremos neste item. Poucas imagens buscam transmitir a impressão de espontaneidade, dando a impressão de “surpreender” o trabalhador em meio a suas atividades, apresentando-o de maneira mais “natural”. Selecionamos um exemplo deste último caso, nas imagens que ilustram uma reportagem sobre a carnaúba. Uma das páginas desta reportagem é constituída por diversas fotografias que retratam diferentes momentos do corte do produto: na primeira (na parte superior da página), vemos uma criança reunindo as palhas cortadas; na segunda, (no centro da página) dois homens fazem a separação das folhas dos pecíolos; e na terceira (na parte inferior da página) outro homem porta seu instrumento de trabalho, uma foice.

As fotografias mostram pessoas que aparentam simplicidade, fazendo uso de elementos considerados típicos do homem do campo, como a foice e o chapéu de palha. Suas roupas também são simples. Aparentemente, na primeira foto, a criança é surpreendida em meio à tarefa, mas tem tempo de lançar um olhar para a câmera. As outras duas fotografias fazem parecer que os trabalhadores sequer notaram a atividade do fotógrafo, entretidos com suas atividades, passando uma maior impressão de maior naturalidade e espontaneidade.

Na terceira fotografia, que mostra o trabalhador olhando para a foice, seu instrumento de trabalho, o homem é retratado usando seu “típico” chapéu de palha, e sua camisa está aberta, mostrando o peito e permitindo ver uma faca que carrega na cintura. A possibilidade de ver o peito nu do trabalhador, forte, nos desperta a lembrança dos quadros modernistas que retratam trabalhadores, como o *Mestiço*, pintado por Portinari.

É importante também destacar o *layout* da reportagem. As fotografias são cortadas e sobrepostas em uma montagem, recurso muito utilizado nas matérias das revistas e nas publicações oficiais, de um modo geral. Elas reforçam a ideia de mosaico que temos destacado neste trabalho. Assim, as diversas imagens sobrepostas mostram diferentes perspectivas de um tema, que compõe partes de um todo, como em um mosaico.



Figura 9: Trabalhadores na exploração da carnaúba. Revista *Nossa Terra*, número 14, novembro – dezembro de 1940.

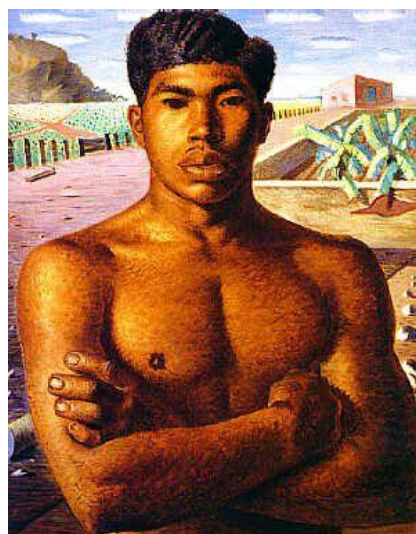


Figura 10: Candido Portinari. *Mestiço*, 1934.

Outra questão interessante que surge da observação das fotografias das revistas do Ministério diz respeito à diversidade dos tipos rurais brasileiros que são apresentados nas

imagens. Nas fotografias acima citadas podemos visualizar o que seria o “tipo nordestino” ou sertanejo, mestiço. O belo tipo da sertaneja também ganha destaque, na capa de uma das edições da Revista *Nossa Terra*, carregando algodão em um cesto na cabeça. Também nos é apresentada uma menina, na contracapa de outra edição, carregando um cesto com ovos. Vale destacar que nestas últimas duas imagens, as retratadas contrastam com as figuras apresentadas no corte da carnaúba. Ambas estão posando para a câmara, e apesar das roupas não serem muito elaboradas, são mais “arrumadas” do que as dos trabalhadores da exploração da carnaúba.

A sertaneja traça um vestido florido, leva o cabelo penteado, preso, e usa brincos. Já a menina posa no que parece ser um celeiro, ao lado de um monte de feno. Tem no rosto um sorriso e um olhar distante, sob uma luz que a ilumina. Usa vestido e um lenço na cabeça. A sertaneja e a menina com a cesta parecem representar uma imagem “idealizada” dos trabalhadores do campo, em que, mesmo realizando tarefas, eles aparecem “arrumados”, “limpos”, transmitindo a ideia de asseio, e, em certo sentido, de pureza. Aparece, assim, o contraste entre as “modelos” com suas roupas limpas e cabelos penteados, posando, e a realidade das condições impostas pelo trabalho braçal realizado no campo.

As imagens contrastam, ainda, pelos tipos físicos das retratadas. No período do Estado Novo identificamos um elemento do discurso oficial que é o da valorização do tipo humano brasileiro. Como anteriormente colocado, essa não é uma novidade do período, estando presente também na fala de intelectuais da Primeira República e do modernismo. Dessa maneira, a maior parte das imagens produzidas sobre o homem rural no Estado Novo apresentava figuras de pessoas mestiças. A imagem da menina contrasta com essa perspectiva. Nossa observação se propõe a chamar a atenção não apenas para o tipo físico, mas também para roupas e a composição da imagem, que parece retratar uma menina camponesa “típica” da Europa. A legenda da figura não faz nenhum tipo de identificação da menina, como no caso da “bela sertaneja”. Uma possibilidade é a de que faça referência aos descendentes de imigrantes, buscando, talvez, representar a diversidade do povo brasileiro.

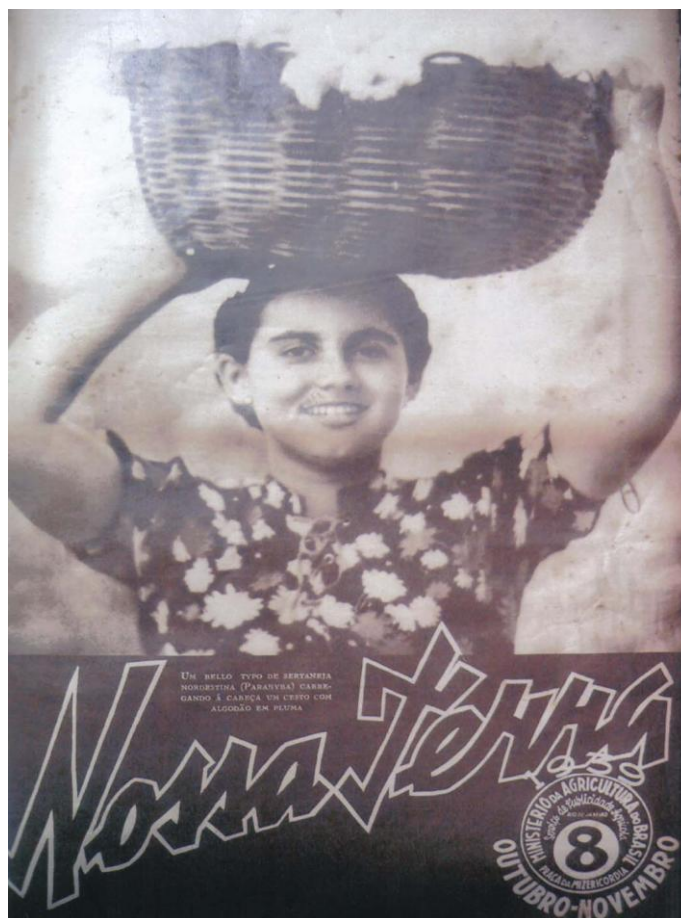


Figura 11: Revista *Nossa Terra*, número 8, outubro – novembro de 1939.



Figura 12: Revista *Riquezas da Nossa Terra*, número 7, janeiro – fevereiro de 1943.

As crianças rurais e sua iniciação nas fainas do campo são temas recorrentes nas revistas do Ministério da Agricultura e em outras publicações oficiais. Nos arquivos do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, também é possível encontrar muitas fotografias que retratam as escolas rurais e outras iniciativas de instrução agrícola em diferentes regiões do país. As imagens destes arquivos e as que acompanham os textos das revistas e obras do Ministério enfatizam a prática do trabalho com a terra, com muitas ilustrações em que as crianças são retratadas com seus instrumentos agrícolas, trabalhando na horta, e sendo orientadas por seus professores / instrutores. É interessante observar a “fragilidade” das crianças, tão pequeninas, carregando instrumentos de trabalho tão grandes e pesados, como observamos na Figura 13.



Figura 13: As crianças recebem instrumentos agrícolas (Arquivo Gustavo Capanema - CPDOC/FGV).

As crianças aparecem, em sua maioria, sorridentes e alegres, o que é reforçado pelas legendas que acompanham as fotografias a seguir (“alegremente... rumo ao campo!”), transmitindo um sentimento de satisfação ao trabalharem juntas na terra. Em uma das fotografias, um grupo de meninos posa caminhando em direção ao fotógrafo – inclusive com um deles apontando para a câmera – carregando suas ferramentas e com sorrisos nos lábios. Pode ser que esses sorrisos tenham origem mais no entusiasmo com a presença do fotógrafo do que com a atividade que realizam, mas o fato é que a forma como eles são retratados transmite as ideias de excitação e valorização do trabalho em equipe. A aparente alegria apresentada pelas crianças na maior parte das fotografias reforça a perspectiva propagada nos textos de que a formação da juventude rural passa não só pelo ensinamento das atividades agrícolas, mas também por “incutir o amor à terra”, valorizando o trabalho produtivo. A tentativa de se expor a alegria e o entusiasmo das crianças com o trabalho rural tem força na fotografia do menino em destaque na parte superior da página. Seu sorriso, sua pose com a enxada nos ombros, e a forma como o menino parece lançar um olhar aos céus, despertam o sentimento de que aquele menino está sonhando, aparentemente com algo feliz e especial.



Alegremente...

É bem conhecida no Brasil o quadro das escolas rurais traçadas pelo urbanismo absorvente, funcionando em flagrante desarmonia com os interesses e tendências do meio social a que devem servir. Este é um dos fatores mais ponderáveis do desequilíbrio entre o campo e a cidade, fenômeno que já chega a causar inquietação pública

e que só tende a agravar-se enquanto não for adotada uma política agrária que venha estancar a evasão para os centros urbanos e restabelecer aquele equilíbrio perdido. Nenhuma instituição educacional poderá ignorar este problema, porque cada uma delas deve ser instrumento de uma política assim orientada. Não estamos dizendo que lhes cabe a responsabilidade exclusiva da sua execução. Mas, se a escola deve integrar o aluno no ambiente regional, o ensino em zonas rurais terá que se adaptar a esta finalidade, terá que se identificar com os interesses locais, sem que isso importe em prejuízo dos fins gerais da educação.

Para as escolas primárias e os colégios das zonas rurais brasileiras assumirem o verdadeiro papel que lhes cabe, de agentes locais do progresso social, mister se faz que incluam entre suas cogitações a de formar nos educandos uma mentalidade ruralista.

...rurais do campo



Figura 14: Página do livro: *Clubes Agrícolas*, produzido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.





Figuras 15 e 16: Harmonia, organização, uniformização, afinco no trabalho: as crianças e jovens desenvolvem o amor à terra por meio da educação rural em Areal, RJ (Arquivo Ernani do Amaral Peixoto - CPDOC/FGV).

Outras fotografias feitas em escolas ou instituições de instrução rural, como as apresentadas acima, transmitem a ideia de ordem e harmonia que o Estado Novo procurava enfatizar em seus discursos sobre a organização da “nova” sociedade brasileira. Algumas fotos retratam as crianças sendo orientadas pelos instrutores, ou realizando atividades de forma conjunta, mas sempre com afinco e organização. Geralmente, as crianças são fotografadas usando uniformes, o que corrobora a impressão de organização e harmonia, de homogeneidade. A questão do uniforme reforça a ideia de “igualdade”, mas as fotografias mostram que, apesar de serem todos “iguais”, cada grupo é encarregado de uma tarefa diferente, todos contribuindo, à sua maneira, mas com o mesmo valor, para o trabalho conjunto.

A importância da instrução agrícola na formação das futuras gerações de trabalhadores rurais é sintetizada em uma composição que reúne uma imagem e sua legenda. A imagem é a de uma criança rural, um menino com chapéu de palha, que lança um profundo olhar para a enxada que carrega consigo. A legenda afirma, simplesmente, que “isso é também material escolar”.



Isto é também material escolar.

Figura 17: O menino e o seu material escolar: a escola rural formando o trabalhador dos campos do futuro.
Página do livro: *Clubes Agrícolas*, produzido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Esta composição reforça o discurso do Estado de que era necessário garantir aos habitantes do campo uma formação mais completa, que não se limitaria à alfabetização e aos conhecimentos da educação “tradicional”, atingindo o ideal de construção do cidadão-trabalhador preparado para lidar com os desafios colocados pelo ambiente em que vive, encontrando nele condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Em outra legenda que acompanha a imagem de um menino da roça, na mesma publicação, afirmava-se que: “*desde pequenino nas lides do campo, tens o direito de encontrar na escola um ambiente onde aprendas, ao lado do ABC, técnicas para o domínio da natureza e a exploração dos produtos regionais*”.

A representação do trabalho agrícola realizado pelas crianças reafirmava o discurso que apresentava o campo brasileiro como em um momento de transição rumo à modernidade que se concretizaria em um futuro próximo. Com a educação rural superava-se a figura do caboclo abandonado à própria sorte, sem qualificação, inadequado para promover o desenvolvimento do campo, cuja imagem se veiculava no final do Império e durante a Primeira República.

A ideologia de valorização do homem rural como trabalhador foi expressa também por meio de representações que apresentavam, de forma positiva, diversos aspectos de sua vida e de sua figura. O homem da cidade vivia um cotidiano caracterizado por um ambiente mais agitado, mais barulhento, com horários diferentes do homem rural, e com um ritmo de trabalho mais acelerado, como vimos nas representações construídas sobre o campo, no capítulo anterior. Em contraste, o homem rural tinha sua vida moldada pelo ritmo da natureza, como enfatizam os versos de Cornélio Pires:

O sol e o caboclo

Cornélio Pires

Quando os raios desenfeixa
o sol, e as luzes derrama:
o caboclo logo deixa
a cama

Quando o sol, do alto, orgulhoso
as luzes na roça espalha:
o caboclo, vagaroso,
trabalha

Quando, a pino, o sol atira
seus raios: sob uma frança
deitado, o nosso caipira
descansa

e quando no poente rola,
o bom sol, depois da janta,
ponteia o caboclo a viola
e canta.

(In: RINALDI, Guiomar R. *Os serões na fazenda*. Aprovado pela Diretoria Geral de Ensino para as Escolas Rurais e 3º. e 4º. graus dos Grupos Escolares. 1945)

Cornélio Pires era um escritor popular de temas caipiras. Tratava em suas obras especialmente dos caipiras paulistas (mesma região em que se passa a história narrada no livro de leitura que traz os versos do autor). Este tipo social, segundo Bertolli Filho (2009: 20), em alguns momentos era representado por Cornélio Pires sob a influência de Monteiro Lobato, aspirando a itens “*que potencialmente o afastava do trabalho segundo as regras capitalistas*”, mas em outros momentos “*Tais tipos só se postavam de cócoras para contar suas estórias depois de um estafante dia de trabalho*”, como no caso dos versos citados. “*O sol e o caboclo*” é um exemplo das representações que enfatizam a ligação entre homem rural e natureza. O caboclo de Cornélio Pires realiza suas atividades diárias de acordo com o tempo da natureza: levanta com o sol e trabalha; descansa quando o sol está a pino; e termina suas atividades, dedicando-se ao lazer, quando o sol se vai. O homem rural é representado positivamente, como dedicado ao trabalho, de sol a sol. A referência ao fato de que o caboclo trabalha vagarosamente, não é um aspecto necessariamente negativo, pois este segue o ritmo da natureza, diferente do tempo “acelerado” da vida na cidade. Percebemos, também, a valorização das suas tradições, como no caso da viola. O exemplo dos versos de Cornélio Pires, assim como outras fontes apresentadas neste trabalho, mostram como o Estado não só construía, através de seus intelectuais, as representações do homem rural ideal, mas também se apropriava de outras representações que servissem a seu propósito.

Entre os intelectuais que contribuía com a ideologia estadonovista, destaca-se a figura de Cassiano Ricardo. Entre os seus poemas que têm o homem rural como tema, analisaremos passagens de “*O Lavrador*”. Nas palavras de Ricardo:

A tua mão é dura como casca de árvore / Ríspida e grossa como um cacto. /
Teu aperto de mão machuca a mão celeste, / de tão agreste - e naturalmente
por falta de tacto / (...) Mão aumentada pela santidade do trabalho / Suja de

terra e enorme, mas principalmente enorme / (...) Se Cristo regressar, ó lavrador, não é preciso que lhe mostres / como eu, as feridas do corpo e do pensamento. / Nem as condecorações faiscantes que os outros ostentam no peito / Mostra-lhe a mão calejada. // Mostra-lhe a mão calejada, / enorme, a escorrer seiva, sol e orvalho (RICARDO apud LINHARES E SILVA, 1999: 119-120)

As imagens despertadas pelo poema de Ricardo nos remetem às pinturas modernistas de Portinari, que representam os trabalhadores com suas mãos e pés enormes. Estas mãos enormes são apresentadas de forma integrada com a natureza e seus elementos – a casca de árvore, a terra, a seiva, o sol e o orvalho –, elementos recorrente nas imagens construídas por outros artistas e intelectuais, como a referência ao sol presente no poema de Cornélio Pires. Outro ponto que merece ser citado é o da valorização do trabalho, associado à santidade. As mãos calejadas seriam, segundo Ricardo, a comprovação da dedicação do homem rural ao trabalho, o que lhe garantia um lugar no céu.

A referência à mão calejada do homem rural como uma imagem positiva e como comprovação da sua dedicação ao trabalho também aparece em uma reportagem da revista *Cultura Política* (nº. 35, 1943). Esta reportagem trazia uma série de informações sobre a organização dos núcleos coloniais promovidos pelo governo. Ao tratar das condições colocadas para uma pessoa que pleiteasse um lote em um núcleo, o agrônomo Otávio Rodrigues da Cunha afirmava que “*um cidadão de anel de grau, bem trajado, de mãos delicadas*” não atenderia às condições, pois dificilmente trocava sua profissão pela agricultura, pleiteando o lote para o turismo ou para valorizá-lo com obras e repassá-lo a outro “capitalista”. Aparece, na fala do agrônomo, uma imagem poética do colono ideal: “*As referências que pedimos a um pretendente a colono que nos aparece são as suas mãos, o seu aspecto geral. Se aquelas são calejadas e as feições são de um trabalhador, ele terá o lote*” (RCP, nº. 35, 1943: 191). A fala do agrônomo reforça a idealização de que o homem rural traz no corpo, especialmente no rosto e nas mãos, as provas da sua dedicação ao trabalho. Tanto o poema de Cassiano Ricardo quanto o depoimento fornecido pela reportagem da *Cultura Política* corroboram uma imagem do trabalhador rural em sua conexão com a natureza, pois as “marcas” deixadas em seu corpo (feições de um homem que trabalha de sol a sol e as mãos calejadas) atestam também a bravura deste trabalhador em domar o ambiente e suas difíceis condições.

Uma importante questão a ser levantada é a da dimensão histórica que vai ser dada às representações contruídas sobre o homem rural em seu papel como trabalhador. Gomes (1998: 123) afirma que, durante o Estado Novo, se construíram duas concepções de passado: a de um passado ligado à cultura popular, a-histórico e referindo-se a uma idéia de tempo não-datado; e a de um passado histórico, ligado a uma ideia de tempo linear, cronológico, referido à memória dos fatos e personagens que marcaram esse passado.

A ideia de um passado linear está presente nas concepções que nortearam a série de pinturas: *Os Ciclos Econômicos*, de Candido Portinari. O pintor trabalhou entre 1936 e 1945 nos painéis, encomendados pelo Ministro Gustavo Capanema para o edifício do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, hoje Palácio da Cultura. A obra “Café” (1934), de Portinari, foi considerada como símbolo da brasilidade durante o Estado Novo, constando de diversas exposições organizadas pelo Governo no Brasil e no exterior. Segundo Piazza (2003: s.p), a obra “*permitiu apontar para aspectos da formação da nacionalidade brasileira: o trabalhador braçal representado pelo negro e pelo mestiço; para o campo em oposição à cidade, com a valorização do trabalhador nacional e do café como principal produto de exportação*”. Este prestígio desfrutado pelo artista junto ao Estado Novo foi determinante para sua escolha, pelo Ministro Capanema, para atender à encomenda de uma série de quadros que

tinham como objetivo retratar os diversos ciclos econômicos brasileiros desde o descobrimento. Os quadros representavam as seguintes atividades: a extração de pau-brasil, a cultura da cana, a criação de gado, o garimpo, a plantação de fumo, a do algodão, a da erva-mate, a do café, a do cacau, a fundição de ferro, a extração de borracha e de cera de carnaúba. Totalizam doze afrescos, com 2,80 metros de altura, por 2,5 a 3 metros de largura. Segundo Piazza (2003), a orientação bibliográfica dada para a elaboração dos afrescos apontava para as seguintes obras: Francisco Adolfo de Varnhagen: “*História Geral do Brasil*” (1854-1857); Capistrano de Abreu: “*Capítulos de História Colonial (1500-1800)*” (1907); André João Antonil: “*Cultura e Opulência do Brasil*” (1711); e Henry Koster: “*Travels in Brazil*” (1816). Apesar dessas indicações, é importante lembrar que o debate em torno dos ciclos econômicos estava em vigor no período, aparecendo em obras importantes como “*História econômica do Brasil*”, de Roberto Simonsen (1937) e “*Formação do Brasil contemporâneo*”, de Caio Prado Jr. (1942), além de ter ganhado maior visibilidade quando incorporado ao programa escolar de 1945 do ensino secundário brasileiro, na disciplina de História do Brasil.

Por meio dos painéis, era possível identificar as idéias de riqueza e grandeza do país propostas pelos discursos de valorização da nacionalidade e enfatizadas pelo Estado Novo. A proposta de retratar os ciclos econômicos era perpassada pela perspectiva de um passado marcado pelo tempo linear e cronológico, etapista, em que uma determinada atividade econômica teve início, meio e fim, dando lugar a outra atividade. Procurava-se ressaltar a evolução das atividades econômicas brasileiras, como ressaltou Capanema em carta a Portinari: “*No salão de audiências, haverá os 12 quadros dos ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica*” (Piazza, 2003: s.p).



Figura 18: Do pau-brasil...

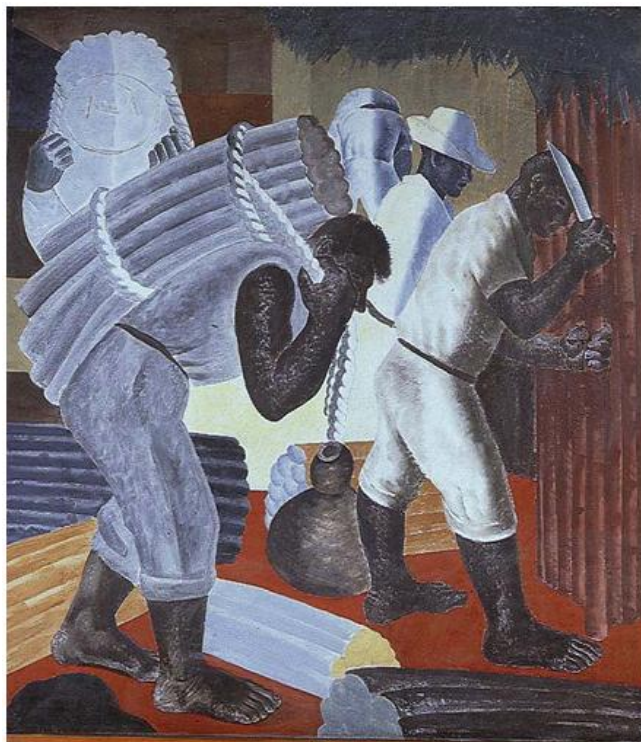


Figura 19: Passando pela cana-de-açúcar...

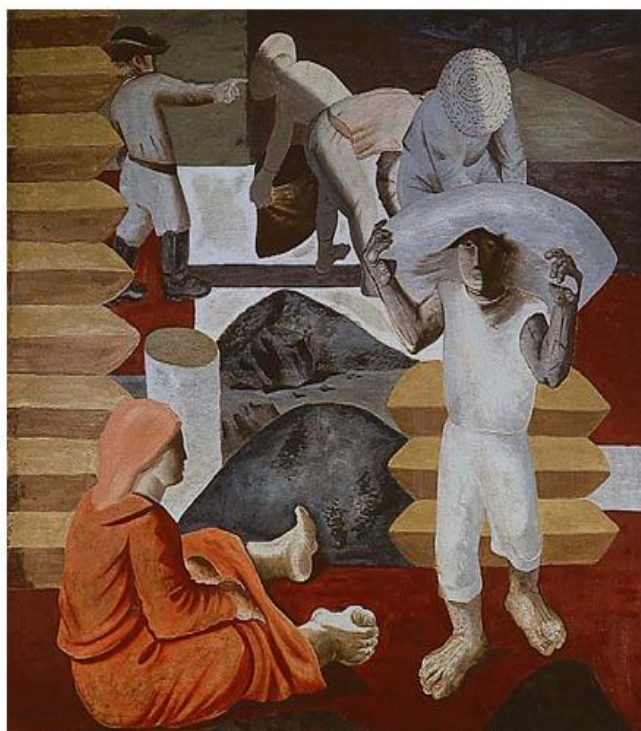


Figura 20: E o café: os “ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica”.

Esse resgate do passado econômico do país acabava por reforçar a importância do homem rural como grande produtor das riquezas brasileiras ao longo de sua história. Na obra dos *Ciclos Econômicos* o pintor deu continuidade às suas concepções, retratando o Brasil a partir dos trabalhadores, dos homens comuns, com suas grandes mãos e pés que tanto marcaram as imagens modernistas. Esse homem, anônimo, muitas vezes representado sem

que pudéssemos ver seu rosto, poderia ser de uma ou outra raça, ou de várias, mestiço; poderia ser livre ou cativo; poderia estar no interior do nordeste, na região das minas ou no sul do país. Não importa: trata-se sempre do trabalhador rural, enfrentando a natureza e as adversidades, desbravando as terras e promovendo o alargamento das fronteiras e a ocupação do território. Valorizava-se o trabalhador rural do presente por meio da exaltação das atividades econômicas do passado. Portinari destacou, assim, o trabalhador braçal, com pés e mãos agigantadas, reafirmando sua importância como protagonista no desenvolvimento do país.

Outra representação interessante do homem rural como trabalhador é aquela que o identifica como um soldado da batalha da produção no contexto do esforço de guerra. Em seu estudo sobre o recrutamento dos “soldados da borracha”, durante a Segunda Guerra Mundial, Secreto (2007) reproduz uma imagem presente em material de divulgação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia em que, sob o mapa do Brasil, são representados os soldados, no litoral, e os seringueiros, na região amazônica, contendo, ainda, os seguintes dizeres: “*Cada um no seu lugar!*”. Em sua análise, a autora conclui que esta colocação não se referia apenas ao contexto, quando os soldados se dedicavam à defesa do litoral enquanto os seringueiros cuidavam da extração do látex; dizia respeito, também, às afirmações do Estado Novo de que havia o lugar dos homens do litoral, nas cidades, e dos homens do sertão, no campo. Esse lugar não era apenas físico; significava, também, um papel específico a ser cumprido, premissa prevista na construção da sociedade harmônica proposta pelo governo. Isso se tornava ainda mais importante para o país naquele momento pois, em um cenário de conflito, era necessário que cada brasileiro cumprisse seu papel no esforço de guerra. Mesmo sem pegar em armas o papel do trabalhador rural era fundamental na produção de alimentos e de matérias-primas: “*O exército sois vós, obreiros do Brasil!*” (RCP, n. 16, 1942).

As revistas do Ministério da Agricultura divulgavam uma série de cartazes e reportagens chamando a atenção da população para a importância da sua participação na batalha da produção. Por meio destes cartazes (Figura 2 do capítulo I) e das reportagens publicadas na Revista *Riquezas da Nossa Terra* podemos verificar a importância dada às atividades agrícolas no contexto de guerra. A Amazônia, pela importância estratégica da produção do látex, era um dos principais cenários em que se destacava a participação dos soldados da produção nos campos brasileiros. Porém, mesmo nas cidades, todos os cidadãos eram convocados para participar da batalha da produção dedicando-se à agricultura, transformando seus quintais em hortas, para contribuir na manutenção do abastecimento, como destacamos no capítulo anterior, ao tratarmos do tema do abastecimento. Até mesmo as crianças eram convocadas para essa missão:

Mãos à obra, crianças do Brasil! O momento é de vocês. O exército de crianças, já organizado, empenha-se na batalha da produção. O governo precisa de víveres para os soldados e vocês, crianças do Brasil, plantando muito, se elevam e se engrandecem, e elevam e engrandecem a nossa terra (RRNT, n.º. 7, 1943).

Diversos slogans como “*Todo brasileiro dará seu sangue e suor*” e “*Não é somente de material bélico que se vencem as batalhas*” eram divulgados na Revista do Ministério para enfatizar a importância de homens, mulheres e crianças que, envolvidos no trabalho agrícola, tornavam-se soldados da produção.

A representação do homem rural como soldado da batalha da produção está presente em fotografias divulgadas na Revista *Riquezas da Nossa Terra*, algumas das quais apresentamos a seguir. Na primeira delas, os soldados da batalha da produção na Amazônia

são retratados em grupo, caminhando, formados, em direção à câmera. A impressão que se procura transmitir é a de que se trata de um batalhão de soldados, rumando em direção ao campo de batalha. Estes soldados, porém, não vestiam fardas. Seus uniformes são as roupas “típicas” do trabalhador rural: roupas simples e chapéu para proteger do sol. Suas armas não eram fuzis ou metralhadoras, e sim os instrumentos agrícolas com os quais trabalhariam no solo, contribuindo, dessa maneira, para a vitória brasileira e de seus aliados na guerra. Muitos deles olham diretamente para a câmera, e suas faces revelam expressões de seriedade e comprometimento com sua “missão”. Acima, à esquerda da página, é possível ver uma outra arma importante para a vitória nesta batalha: as modernas máquinas agrícolas.

A segunda imagem, capa de uma das edições da Revista, retrata mais um soldado na batalha da produção. Assim como os apresentados na imagem anterior, este trabalhador rural porta sua arma (um ancinho) e seu uniforme (roupa simples e chapéu de palha). Sério, ele olha para o horizonte, consciente de seu papel na batalha. O ângulo em que a foto foi retirada, de baixo para cima, causa o engrandecimento da figura retratada, que reflete a grandeza de seu papel no momento pelo qual passava o país. Dessa forma, por meio das imagens, textos e slogans com referências militares – “exército”, “batalha” e “soldados” –, homens, mulheres e crianças foram “convocados” a exercer ou assumir o papel de trabalhadores rurais, visando suprir as necessidades do país. Essas imagens refletem mais uma dimensão do mosaico de representações positivas construídas sobre o homem rural durante o Estado Novo.





Figuras 21 e 22: Os soldados da produção, com suas armas, no campo de batalha: produção agrícola era fundamental para o abastecimento e a produção de matérias-primas para o esforço de guerra.

Até o momento, as representações do homem rural analisadas apresentaram a figura do trabalhador “romântico”, “idealizado”, com sua enxada e seu chapéu de palha, representação comum no imaginário popular. Porém, como chamamos a atenção no capítulo anterior, ao falar do projeto de modernização do campo, o Estado construiu um discurso sobre a necessidade de se formar um “novo” homem rural adaptado a este “novo” campo. Certamente, uma das mais importantes vias para a reprodução e difusão deste discurso era o espaço escolar, a educação. Retomamos, assim, os livros de leitura escolar, utilizados anteriormente para analisar as representações construídas sobre o espaço rural.

Tomemos, inicialmente, a obra: *Terra Prometida*, que conta a história do menino Renato e sua mãe que, após a morte do pai, vão viver no campo tendo como desafio tornar produtiva a propriedade deixada como herança. Como vimos, Renato não se conforma com a dedicação à monocultura cafeeira, e tenta empreender a diversificação da produção da fazenda. Graças ao grau de educação que já possuía, o menino resolve estudar livros e manuais de agricultura com o objetivo de aprender mais sobre a atividade a que pretendia se dedicar. É interessante ressaltar que o conhecimento acumulado por Renato, ao longo da história, vai ser constituído por duas fontes principais: os livros, manuais técnicos e as instituições técnicas promovidas pelo governo; e a experiência de vida passada por Macário, o encarregado da fazenda desde os tempos do pai de Renato. Macário representava o homem rural brasileiro “do passado”, cujas características positivas eram ressaltadas (dedicado ao trabalho e sonhador com um futuro próspero na agricultura), mas que seguia preceitos considerados “ultrapassados”, pois insistia no plantio do café e considerava que a “quitanda” do menino dava muito trabalho e pouco lucro. Mesmo assim, é interessante chamar a atenção para os aspectos valorizados no personagem:

Como fora educado no trabalho, tinha muita confiança em si mesmo. Era filho, neto e bisneto de gente que nunca se atemorizou com as enchentes, nem com as secas, nem com as doenças. Não podia, portanto, degenerar, desmentir a sua raça, e viver como um vagabundo, indolentemente, pelas estradas, igual a um beduíno qualquer. Era da opinião de que todo o brasileiro tem obrigação de ficar rico ou, pelo menos, viver independente e com fartura. É só gostar do trabalho (ÁVILA, 1941: 18).

A passagem nos permite identificar os elementos positivos que constituem a representação do trabalhador rural: tratava-se de um homem forte, que enfrentava as intempéries da natureza (enchentes, secas, doenças); valorizava a raça, ressaltando a imagem do brasileiro como um povo trabalhador; valorizava o ato de trabalhar, preceito central na ideologia estadonovista; e, por fim, consolidava o mito do Brasil em que “se plantando tudo dá”: bastava o homem ser trabalhador para retirar das terras as riquezas que esta oferecia.

As duas fontes de conhecimento utilizadas por Renato – os manuais técnicos e órgãos do governo e a experiência de Macário – refletem a valorização promovida pelo governo tanto do saber técnico – oriundo do próprio Estado organizado, sob o Estado Novo, a partir dos princípios racionais – quanto do conhecimento tradicional do homem do campo – oriundo da sua experiência e da tradição passada pelas gerações.

A fazenda Ouro Verde há muito se dedicava à plantação de café. Mas Renato resolve apostar na diversificação da produção, voltada, inicialmente, para o sustento da família. A história segue descrevendo os insucessos iniciais de Renato, o aprendizado que adquire com as experiências mal-sucedidas, com as bem-sucedidas, e com o conhecimento adquirido nos livros e manuais técnicos. Outro exemplo da valorização dada ao conhecimento técnico na obra vem de uma história contada por Macário, que apesar de representar o trabalhador “do passado”, oferece o relato sobre um antigo patrão que sempre cuidou de sua produção a partir de métodos científicos:

Só punha na terra semente escolhida. Não começava uma lavoura qualquer sem mandar um saco de terra para ser examinada num laboratório em São Paulo. Se não era boa, primeiro preparava a terra com o adubo necessário. E, depois de tudo isso, não plantava um grão sem olhar uma porção de livros. Até na lua ele prestava atenção, antes de fazer a sementeira. Gastava um dinheirão com adubos, drogas para matar as pragas e as formigas, e até com viagem para São Paulo e para o Rio, por qualquer dúvida (ÁVILA, 1941: 56).

E o patrão de Macário sempre destacava a importância do governo, por desenvolver órgãos de pesquisas técnicas para a assistência aos lavradores: “*Pois não é sem necessidade que o governo sustenta um exército de gente que estuda as questões de agricultura, escreve livros, faz experiências, inventa sistemas e fiscaliza a produção de todo o país*” (idem).

A produção de Renato, que inicialmente proveu produtos apenas para o consumo da família, cresceu e permitiu a venda dos mesmos na vila em que viviam. Com o lucro, pôde adquirir novos livros e diversificou sua produção, investindo também na criação de animais.

O ápice da história se dá com dois acontecimentos. O primeiro é a perda de grande parte da produção de café devido a uma geada, quando graças à “quitanda” do menino a fazenda pôde sustentar-se, e muito bem. O segundo ocorreu com o início da competição por parte das fazendas vizinhas. Vendo o crescimento da Ouro Verde, os produtores da região passaram a competir com ela na produção de gêneros alimentícios. Renato conseguiu superar a competição negociando seus produtos em outras cidades, principalmente a produção de ovos que iniciou com a criação de animais.

A trajetória de Renato expressa, assim, diversos pontos da ideologia estadonovista de valorização do homem rural. Graças a muito trabalho e aos conhecimentos adquiridos (com a tradição transmitida por Macário e com os livros, manuais e a assistência fornecida pelo governo), Renato representava o ideal de homem rural a constituir-se no Brasil do Estado Novo. No fim da obra, o personagem principal é chamado para ministrar uma palestra na aula inaugural de um aprendizado agrícola. O seu depoimento é uma síntese do discurso do Estado Novo:

O Brasil é uma terra abençoada. (...) Só nos resta a nós, brasileiros, utilizar com inteligência as próprias riquezas, para fazer do Brasil um país forte, que não tema ser conquistado.

(...) O lavrador de hoje não pode ser um inconsciente ou ignorante, esperando que a terra lhe dê um tesouro por acaso.

A terra é fecunda, porém, sua generosidade é prêmio de um trabalho inteligente.

O agricultor instruído e bem orientado não espera da terra senão o que ela pode dar. E, quando confia na fertilidade da terra e empenha na sementeira o suor do seu rosto, deve saber que na terra se encontra aquilo que se vai buscar (ÁVILA, 1941: 56-57).

Outro livro de leitura escolar que utilizamos como fonte é a obra: *Os serões na fazenda* (RINALDI, 1945). Na história, os leitores são convidados a conhecer o cotidiano da vida na fazenda adquirida pelo vovô com a colaboração de seus netos, meninos e meninas que trabalham ativamente, seja em tarefas domésticas ou na produção da propriedade. A narrativa é permeada por pequenas histórias e fábulas contadas pelas tias ou pela avó, além de relatar fatos acontecidos no dia-a-dia da família. Por meio destas histórias, fábulas e relatos são transmitidas uma série de ensinamentos sobre o campo e sobre o homem rural “ideal”, desde conhecimentos sobre animais e sobre particularidades da vida no campo, até o ensinamento de hábitos saudáveis, todos carregados de forte cunho “formador”. É o exemplo dado pela lição da vovó:

Lavai-vos, diariamente, meus meninos: lavai-vos com água fria, se quiserdes ter saúde. É pelo asseio que poderemos estar livres de moléstias. Fugi do álcool e do fumo. Eles são nossos inimigos, pois produzem doenças sérias e mortais. Abstende-vos das frutas verdes, das balas coloridas e, quando suados, da água gelada.

Deitai-vos cedo. A criança necessita de repouso. Levantai-vos, porém, bem cedo, abrindo a janela para que o ar se renove. O quarto precisa ser arejado e limpo, para termos saúde.

Evitai o frio, a humidade e a poeira. Êles nos fazem mal. Procurai cobrir pouco o corpo e abrigai a cabeça do calor do sol.

Seguindo estes conselhos, tereis sempre saúde e sereis felizes (RINALDI, 1945: 11-12).

Os conselhos da vovó contribuem não apenas para formar um homem rural com hábitos saudáveis; eles implicam também em um “saneamento” moral desse homem, na formação de um trabalhador ordeiro e disciplinado. Estes aspectos estão destacados nas passagens que aconselham as crianças a se afastar do álcool e do fumo, além da ideia de que é preciso deitar e acordar cedo, hábito que deve ser cultivado por quem trabalha. Assim, percebemos que o livro contém lições de forte cunho moral, além de educacional.

Um bom exemplo que podemos retirar deste livro sobre a valorização do trabalho rural é uma história contada às crianças que é uma releitura do “filho pródigo”. Dois irmãos haviam herdado uma propriedade, mas precisavam de grande esforço e dedicação para superar as dificuldades financeiras e fazer a terra prosperar. Um dos irmãos, porém, resolveu abandonar

o campo e migrar em busca de melhores condições de vida. Passou anos vagando pelo mundo, mas não conseguiu obter o que procurava, e regressou à fazenda. Lá chegando, constatou que graças a muito trabalho o seu irmão conseguiu prosperar: “*É verdade! Seu irmão enriquecera ali no trabalho humilde do campo. A terra, boa mãe que recompensa a quem lhe dá, recompensa generosamente o trabalho do honesto lavrador*” (RINALDI, 1945:81). O “irmão pródigo” é recebido por aquele que enriquecera e passa também a trabalhar com a terra. No livro é reforçado o aspecto de que o trabalho rural recompensa não apenas com o enriquecimento pessoal, mas, principalmente, com o enriquecimento da pátria: “*Abençoada lavoura! Trouxe, com a abundância, saúde e bem-estar, e todas as alegrias de uma vida proveitosa. E, mais que tudo, a justa satisfação do lavrador em contribuir para o progresso e felicidade da Pátria*” (RINALDI, 1945: 120).

Tradições do passado brasileiro, perspectivas para importantes mudanças no futuro. Diferentes momentos históricos se constituem na ideologia do Estado Novo; as representações construídas sobre o homem rural não são diferentes. Os veículos de difusão destas representações eram muitos, e resultantes não apenas de elaborações “próprias”, mas também de apropriações. Como podemos, então, definir as características principais destas representações? Que mitos foram elaborados? Qual o tipo rural ideal construído pelo Estado Novo?

A construção de representações sobre o homem rural não foram exclusividade do Estado Novo, como buscamos destacar na parte inicial deste capítulo. Tipos e mitos sobre este homem povoaram o imaginário popular brasileiro, associado tanto a valores negativos - a figura do escravo; ao trabalhador livre incapaz frente ao imigrante; ao bárbaro ou fanático dos sertões; o preguiçoso Jeca Tatu – quanto positivos – o sertanejo como homem forte; o trabalhador que precisava receber apoio do governo para se desenvolver plenamente; o representante da mestiçagem nacional, síntese da raça, portador da brasilidade. Negativo ou positivo, este homem era representado, na maioria das vezes, associado à sua condição de trabalhador.

O discurso do Estado Novo vai dialogar com todas estas representações. Afirmando a chegada de um novo momento histórico, marcado pela construção de uma nova sociedade, tornava-se necessária a incorporação do trabalhador ao projeto nacional, necessidade colocada pela própria regulação do trabalho prevista pela atual etapa do capitalismo. A construção do trabalhador ideal, moderno, técnico, produtor das riquezas nacionais, não podia estar limitada ao espaço urbano; o espaço rural, como vimos no capítulo anterior, também precisava ser definitivamente incorporado nas propostas políticas, econômicas e sociais.

Defendemos a hipótese de que houve, sim, a incorporação do trabalhador rural; porém, de maneira diferenciada do urbano. O espaço rural ainda não oferecia os pré-requisitos necessários à incorporação do trabalhador rural na legislação trabalhista, que pretendia ter caráter universal. Estes pré-requisitos seriam criados pelas ações do governo, que se traduziram em políticas pontuais nas áreas da saúde, educação e povoamento/colonização. Procuramos mostrar essas ações em suas linhas mais gerais, pois nosso objetivo neste trabalho não envolve o aprofundamento destes temas. Nossa intenção era mostrar que as políticas do Estado Novo nestas áreas tinham como fim “moldar” o homem do campo ideal para os projetos de desenvolvimento do país: um trabalhador forte, livre das doenças que assolaram o Jeca Tatu no passado brasileiro; educado e capacitado com técnicas modernas para aumentar a produtividade do ambiente saneado em que ele, a partir de então, viveria; desbravando e ocupando novas terras que seriam definitivamente incorporadas ao projeto nacional.

Nossas análises nos levam a apontar que as representações construídas sobre o homem rural estavam profundamente ligadas aos objetivos que se buscavam atingir nas

políticas elaboradas. Dessa maneira, o homem rural ideal é marcado pelas características que seriam necessárias para promover a transformação do campo brasileiro, que atingiria os patamares da modernidade almejados. O passado de abandono e ignorância ao qual o homem rural foi renegado aparecia como algo a ser superado com a valorização e formação do homem novo promovidas pelo novo regime que inaugurara um novo tempo.

Utilizando diferentes tipos de fontes – imagens, poemas, reportagens, pinturas, livros de leitura escolar – enfatizamos, no último item, o discurso elaborado e disseminado pelo Estado Novo, procurando, também, trazer exemplos de produções “externas” ao âmbito oficial, mas que apresentavam representações ou referências semelhantes. Optamos, neste trabalho, por não abordar representações diferenciadas daquelas construídas pelo regime, que, como aponta Chartier (1985), poderiam estar “competindo” com as oficiais naquele momento, expressando as posições e os interesses de outros setores da sociedade. Partindo da análise das representações construídas sobre o homem rural, pudemos observar a conexão feita a todo o momento entre homem e a terra, a natureza, por meio do seu trabalho. Na verdade, não apenas o homem rural no trabalho com a terra, mas em suas forma de trabalhar, em que se misturavam representações “tradicionais” (como o homem rural e sua enxada), e modernas (o uso das técnicas científicas no campo). Como destaca Lacerda (1994), o trabalho rural é idealizado na presença de homens fortes, dignos, ordenados, satisfeitos em trabalhar a terra. Assim são representadas as crianças, o futuro do campo; a bela sertaneja, carregando seu cesto de algodão; o caboclo que trabalha de acordo com o ciclo da natureza, com seus pés e mão enormes, carregando as marcas da dureza do trabalho no campo; o soldado da produção, cumprindo seu papel no esforço de guerra; e o menino que aprende nos livros e na prática, transformando a mentalidade das pessoas e o próprio espaço em que vive, valorizando a sua terra abençoada. Em seu diálogo com o passado, o Estado Novo recuperava a imagem do trabalhador rural como um homem forte; fazia referência às imagens modernistas do homem em seu trabalho com a terra; dava valor ao discurso que apontava a necessidade de superação de abandono do homem rural; retomava as premissas do sanitarismo. Superava-se a imagem do Jeca, preguiçoso e indolente; do bárbaro do sertão; do trabalhador incapaz.

A dimensão do trabalho é, portanto, fundamental na compreensão das representações construídas. Mas, como destacamos na introdução desta pesquisa, este não é o único eixo que embasa estas representações. O homem rural em suas variações regionais – os “tipos regionais brasileiros” fora, talvez, as imagens construídas no período que foram fixadas de forma mais permanente no imaginário social brasileiro. Este é o tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO III – “A PÁTRIA É A TERRA”: OS TIPOS REGIONAIS NO IMAGINÁRIO SOBRE A NACIONALIDADE BRASILEIRA

3.1 – Alguns Aspectos da Construção da Identidade Nacional na Ideologia do Estado Novo

A construção das representações sobre o homem rural, como afirmamos no capítulo anterior, não foram uma exclusividade do Estado Novo. Em muitos momentos históricos, tipos e mitos sobre o campo e o homem rural foram criados, cujas representações eram marcadas pelos interesses dos setores políticos, pelo papel econômico do campo e pela questão da mão-de-obra. Durante o Estado Novo, recorte proposto por este trabalho, estas representações foram formuladas com o objetivo de reforçar a perspectiva da incorporação deste setor à identidade nacional brasileira, forjada como forma de atribuir legitimidade ao regime autoritário e as transformações por ele promovidas. Nesse mesmo capítulo, destacamos a questão da incorporação do homem rural como trabalhador, dentro de um projeto mais abrangente produzido pelo governo, que previa regulação da questão trabalhista e a valorização social do ato de trabalhar, sendo o trabalho associado, ainda, ao exercício da cidadania em um momento político caracterizado por uma ditadura. No caso do homem rural, o tipo trabalhador ideal era aquele adaptado às transformações que visavam à modernização da agricultura brasileira (como analisado no capítulo I), e resultante das ações do governo, principalmente nas áreas da saúde, educação e políticas de colonização.

Como já destacamos em outros momentos deste trabalho, o interior do Brasil, o sertão, foi muitas vezes retratado pelo discurso estadonovista como repositório da verdadeira nacionalidade. É neste sentido que se criaram legendas (“o sentido da brasilidade está no oeste”) e políticas (como a Marcha para Oeste). Como observamos, o retorno para o Oeste sintetizava o projeto de incorporação dos espaços interiores ao processo de desenvolvimento do país, cujos objetivos principais eram a criação de um mercado consumidor nacional forte e a modernização da agricultura e sua integração às atividades industriais, que deveria ser a nova locomotiva da economia nacional. Porém, se em termos econômicos o sertão era alvo da modernização, em termos culturais a proposta seguia o sentido da valorização das tradições. O processo iminente de modernização e de transformações da vida social foi acompanhado do incentivo ao registro e inventário das tradições e dos costumes do interior do Brasil, em uma espécie de “celebração nostálgica” (THIESSE, 1995). Assim, o Estado Novo construía, paralelamente, uma imagem da nação que deveria ser buscada no passado, e outra projetada para o futuro.

Lúcia Lippi Oliveira (2008) afirma a existência de dois “tipos” de discurso que elaboraram a questão do nacionalismo brasileiro ao longo de nossa história intelectual: um de base geográfica, e outro de base histórica. Estas fontes explicativas não eram excludentes, e em muitos casos, combinadas. No período do Estado Novo estes discursos foram mais uma vez mobilizados no processo de elaboração de nossa identidade.

Ao analisar as construções do Estado Novo sobre a história, Ângela de Castro (1998) ressalta que o período em questão não se destaca por uma produção significativa de textos históricos; porém, o regime soube elaborar e executar um projeto ideológico que difundiu certa visão de passado e de história. Em seu trabalho, Gomes diferencia a ideia de conhecimento/ saber histórico da de cultura histórica. No caso do saber histórico, a disciplina era utilizada, principalmente, para apresentar continuidades entre a política estadonovista e outros importantes eventos ocorridos no passado, com a valorização dos processos de

interiorização que tiveram lugar no período colonial, e que permitiram a configuração do território nacional. Neste discurso ganha destaque, por exemplo, a figura do bandeirante.

A cultura histórica deve ser entendida como a relação que uma sociedade mantém com seu passado (GOMES, 1998: 122). No caso do Estado Novo, a história e outras áreas do conhecimento foram utilizadas na construção de uma cultura histórica com o objetivo principal de criar legitimidade para o regime pela mobilização de valores culturais da sociedade, principalmente aqueles que se referem às ideias de herança, tradição e passado comuns. Dessa maneira, o governo procurou criar suas raízes de legitimidade nas tradições do passado brasileiro, tradições resgatadas ou mesmo “inventadas”, pois, como afirma Eric Hobsbawm (1997: 10) ao referir-se às últimas, estas “*são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória*”.

Voltando ao trabalho de Gomes, um outro conceito importante a ser destacado é o de espírito nacional. Segundo a análise dos discursos estadonovistas, uma das grandes missões do regime era encontrar ou criar este espírito nacional, que teria raízes nos costumes da tradição, da religião, da raça, da língua e da memória do passado do povo (GOMES, 1998: 127). Sendo o Estado Novo definido como o momento de realização das potencialidades brasileiras e do reencontro do Brasil com suas origens, a nação e o povo que se buscavam consolidar eram resultado da valorização das tradições do nosso passado e a efetivação das mudanças necessárias para a modernização do país. Passado, presente e futuro eram assim acionados na ideologia de legitimação do regime.

A busca da construção de uma visão de passado e de uma relação com este passado durante o período pode ser mais bem compreendida quando observamos o processo de constituição do Serviço Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. A criação deste órgão já aponta para a existência de uma preocupação do governo com a construção de um passado e de uma memória nacional. Porém, é preciso lembrar que a definição do que constitui o patrimônio nacional e do que deve fazer parte ou não da memória do país, são escolhas políticas e refletem o tipo de relação com o passado que se buscou construir.

No processo de estabelecimento do SPHAN podemos apontar para a existência de duas vertentes principais no que diz respeito às concepções de monumento e patrimônio. A primeira foi explicitada no anteprojeto para a constituição do órgão, elaborado por Mário de Andrade. O autor privilegiava em sua proposta a questão da diversidade cultural, evitando estabelecer critérios rígidos para a atribuição de valor artístico. Esta percepção da diversidade cultural brasileira nasceu das diversas viagens etnográficas pelo país, realizadas por Mário em vários momentos de sua vida, que lhe permitiram formar uma visão de uma cultura múltipla, e a sua defesa “por inteiro” – ou seja, nos seus mais diferentes tipos de expressão: música, lendas, contos populares, etc (LONDRES, 2001).

Porém, a visão que prevaleceu na ação do SPHAN foi aquela do grupo representado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Esta visão compreendia uma noção de monumento histórico em que os valores artísticos da arquitetura moderna (predominantes no ministério de Capanema e cujo símbolo maior era o prédio do Palácio da Cultura, então em construção) inspiravam a leitura dos documentos do passado. Segundo Londres (2001), essa orientação teve como principais consequências a exclusão de estilos artísticos importantes e a exclusão do patrimônio cultural não-monumental, cuja incorporação havia sido proposta por Mário de Andrade. Um dos aspectos que influenciou nesta opção foi a dificuldade percebida por Rodrigo de Melo Franco em criar instrumentos de ação legal aplicáveis na proteção de bens imateriais.

Se a visão de multiplicidade do patrimônio defendida por Mário de Andrade, que abrangia bens materiais e imateriais, não foi a que pautou as ações do SPHAN, não podemos dizer que no plano do discurso ideológico do regime estes bens imateriais foram deixados de

fora na construção do espírito nacional. Os principais aspectos que apontamos para defender esta perspectiva são a valorização e divulgação dos costumes, tradições, e especialmente do folclore, pelos intelectuais do regime. Ganha destaque, então, a figura do folclorista, entendido como o

[...] estudioso do folclore, devia coletar e traduzir as histórias das populações rústicas, camponesas, isoladas, que conservavam histórias do passado, as sobrevivências. Foi definido como critério para identificar o folclore o comportamento coletivo, tradicional, espontâneo, anônimo, regional que se mantinha pela tradição oral. Em seu trabalho, os folcloristas lutavam para criar museus de tradições populares, para proteger a literatura de cordel, para proteger o passado, que se encontrava em vias de extinção. Nesse sentido, para o folclorista, cultura popular era entendida como cultura do passado (OLIVEIRA, 2008: 89).

Esta definição dada pela autora corrobora a observação que fizemos anteriormente, sobre a importância de se preservar os costumes característicos da nacionalidade, pois muitos estavam em vias de extinção frente ao processo de modernização. Um exemplo do uso da questão do folclore pelo regime pode ser identificado na elaboração da seção *O Povo Brasileiro Através do Folclore*, presente em uma revista de divulgação da ideologia estadonovista de grande circulação. A importância do folclore é destacada por Basílio de Magalhães no número de abertura da seção, afirmando que “*não poderia faltar nela [Revista Cultura Política] uma seção de folclore, reflexo profundo da alma e da cultura nacionais, nas suas mais genuínas fontes populares*” (MAGALHÃES, 1941 – nº 1: 238). Apesar da seção de não se restringir ao espaço rural, este é predominante na série, sendo possível associar, assim, essas genuínas fontes populares à cultura do homem rural. Vários são os temas abordados, como os mitos, as brincadeiras de roda, as superstições, as danças e festas populares, e as credences religiosas, que são as que ocupam maior espaço na publicação. A série representa a ideia de um “inventário” das tradições populares representativas da cultura nacional, para a qual chamamos a atenção anteriormente.

Nos discursos da época, podemos observar que, na verdade, os discursos histórico e geográfico sobre a nação são, praticamente, indissociáveis. O sentimento nacional se construiria a partir da identificação com a terra, mas também como herança, como tradição recebida dos ancestrais e que deveria ser passada aos descendentes. Terra e homem, antes abandonados pelo estado em momentos históricos anteriores, seriam resgatados e valorizados pelo Estado Novo, consolidando as potencialidades nacionais e permitindo a realização plena dos brasileiros.

Apesar de afirmarmos a existência dessa associação entre os discursos histórico e geográfico, propomos enfatizar neste trabalho o eixo geográfico, pois nossa análise estará centrada no aspecto do discurso nacionalista que valorizava a identificação entre o homem e a terra, entendida como natureza e ambiente; ou seja, analisaremos a construção de uma identidade territorializada. Diniz Filho (1994) afirma que a nação, no discurso estadonovista, era pensada como um conjunto de valores morais transmitidos através das gerações, e que manifestava-se concretamente por meio do território, da cultura, da história e da formação étnica do país, corroborando a perspectiva da construção de um espírito nacional já ressaltada anteriormente. Porém, ficava claro pelo discurso do regime que não se poderia falar em uma cultura ou um grupo étnico único, sendo necessário construir um imaginário coletivo que abrangesse a diversidade natural e humana do país. Essa variedade certamente era fruto de um passado, ligado às formas de colonização. Mas é também resultado da diversidade natural do

país, que levou os grupos humanos a se adaptarem ao ambiente de maneiras diferenciadas, o que influenciou a sua cultura e sua maneira de viver.

A diversidade natural, social, étnica e econômica do país reforçou, em alguns momentos de nossa história, legitimou um discurso que defendia a descentralização política e o regionalismo. Cabia, então, ao projeto centralizador do Estado Novo a criação de um imaginário nacional que reconhecesse a diversidade, mas que a apresentasse como uma identidade “menor”, como um componente da identidade nacional brasileira. Assim, estratégias foram criadas pelo regime para afirmar a criação de uma identidade única, mas formada por diversos componentes regionais, valorizadora das tradições e dos costumes nacionais – encontrados principalmente no interior – , e que reforçava a perspectiva da territorialidade, da conexão entre homem e meio. Para o estudo destas estratégias, escolhemos como fonte de análise as representações sobre os tipos regionais brasileiros da série *Tipos e Aspectos do Brasil*. Estas fontes são compostas por imagens e textos, publicados em livro de mesmo nome e que teve várias edições ao longo das décadas seguintes⁶, e também divulgados pela *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) e pela *Revista Nossa Terra* (nesta última, apenas alguns poucos itens). A RBG era publicada em quatro volumes anuais pelo Conselho Nacional de Geografia do IBGE a partir de 1938, e contava com a contribuição dos técnicos do órgão e de outras instituições nacionais e internacionais para a divulgação de artigos e comunicações sobre o conhecimento geocientífico, econômico e social. Além das imagens e textos dos *Tipos e Aspectos*, utilizaremos também algumas outras fontes oriundas da mesma Revista, principalmente aquelas que nos permitem identificar as tendências da geografia do período, buscando compreender como o homem e sua relação com o meio eram pensados a partir destas tendências.

Tipos e Aspectos do Brasil é formada por um conjunto de textos e imagens a eles referentes que, como o próprio nome indica, tratavam sobre um determinado tipo humano, aspecto natural ou cultura de alguma região do país. Os textos foram produzidos por diferentes autores, muitos dos quais contribuintes constantes de outras seções da *Revista Brasileira de Geografia*. Já, as imagens, produzidas a partir da técnica de desenho a bico-de-pena, eram, em sua grande maioria, de autoria de Percy Lau, desenhista peruano contratado pelo IBGE. Para a elaboração das imagens, o desenhista viajou por todo o país buscando “inventariar” os tipos regionais, retratando-os em suas principais características, seu modo de vida, as paisagens onde viviam. Porém, é importante destacar que muitas vezes os desenhos não eram frutos da observação direta do autor, que fez uso também de fotografias e do estudo de pinturas de artistas como Portinari (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005).

Já, os textos da série foram realizados por diversos geógrafos do IBGE, muitos dos quais estiveram diretamente envolvidos na constituição do órgão. Segundo Miguel Alves de Lima (2003), enquanto os recém-criados cursos de geografia brasileira formavam professores de geografia, o IBGE treinava e formava geógrafos especializados. Para o aperfeiçoamento dos seus quadros, o órgão enviou seus técnicos para universidades dos Estados Unidos e Europa. Entre estes podemos destacar os autores que mais aparecem na série *Tipos e Aspectos*: José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra dos Santos e Elza Coelho de Sousa.

Daou (2001) afirma que a publicação dos *Tipos e Aspectos*, tanto na RBG quanto em volume à parte, constituiu uma grande estratégia de divulgação, e as várias edições do livro mostram a consagração alcançada pela série: “*Os quadros de ‘Tipos e Aspectos’ ganharam*

⁶ É importante destacar que a série continuou a ser produzida pelo IBGE mesmo após a queda do Estado Novo. Portanto, destacamos na tabela, em anexo, as principais informações sobre os itens da série publicados entre 1939 (início da publicação da RBG) e 1945 (novembro, fim do Estado Novo).

vida própria, tornando-se um sucesso editorial no Brasil e no exterior” (2001: 145-146). Ainda segundo a autora,

A identificação de pessoas com uma determinada área ou região operada nos quadros dos “Tipos e Aspectos do Brasil” constituiu valorosa estratégia em direção à construção da unidade perseguida pelo ideário nacional do Estado Novo, elegendo tipos humanos fixados a determinados lugares como manifestações concretas de variedade étnica e cultural (DAOU, 2001: 147).

Tomamos, assim, estas imagens como peças significativas do mosaico formado pelas representações do homem e do espaço rurais. Esta escolha reforça a perspectiva de que os discursos sobre a nacionalidade brasileira construídos no Estado Novo davam grande peso à identificação desse homem e desse espaço como elementos “típicos” e “verdadeiramente nacionais”. Essa forma de associação promovia o retorno, em alguns aspectos, de um discurso que se propagava desde o início dos debates sobre a nacionalidade e o povo brasileiro, que afirmava uma ruptura entre o Brasil do litoral — influenciado pela cultura, pelos valores e pelo modismo estrangeiro — e o Brasil do “sertão” — que conseguiu manter as raízes da brasilidade. Podemos citar, como exemplo, algumas análises de Monteiro Lobato, em que o autor ressalta a descoberta do Brasil dos sertões por Euclides da Cunha. Segundo o renomado escritor,

[...] Euclides da Cunha entreabriu nos *Sertões* as portas interiores do país. O brasileiro galicismado do litoral: pois há tanta coisa inédita e forte e heróica e formidável lá dentro?

Revelou-nos a nós mesmos. Vimos que o Brasil não é São Paulo, enxerto de garfo italiano, nem Rio, alporque português. [...]

É preciso frisar que o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem abaçanado pelo sol; nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja; nas cochilas onde se domam poldros; por esses campos rechinantes de carros de bois; nos ermos que sulcam tropas aligeiradas pelo tilintar do cincerro.

Está nas “fazendas de ferro”, onde uma metalurgia semi-bárbara revive um passado morto.

Está nas caatingas estorricadas pela seca, onde o bochorno cria dramas, angústias e dores inimagináveis da gente litorânea.

Está na palhoça de sapê e barro, está nas vendolas das encruzilhadas, onde, ao calor da pinga, se enredam romances e se liquidam pendengas com argumentos de gatambu chumbado.

É desse filão de aspectos que há de sair o punhado de obras afirmativas da nossa individualidade racial (LOBATO, 1957: 49–50).

Assim como de outros aspectos aos quais já nos referimos anteriormente, e como mostra as colocações de Lobato, a perspectiva do sertão como espaço das verdadeiras tradições nacionais e do verdadeiro tipo humano nacional foram ideias retomadas, reformuladas e utilizadas de acordo com os interesses e necessidades do Estado Novo. Já ressaltamos, anteriormente, que a ideologia do regime pode ser entendida como um grande mosaico que, apesar de enfatizar o caráter de ruptura e “novidade” do período, era, em grande parte, construído a partir de ideias pré-existentes que ganharam novas roupagens. Assim, o discurso estadonovista trabalhou constantemente com a perspectiva de continuidade — com a ideia de um passado retomado no sentido de raízes e tradições — e também de ruptura — com um presente marcado pelo tempo “novo”, início de um futuro promissor.

Ressalta Diniz Filho (1994) que as razões apontadas por Vargas para que o interior do país mantivesse os elementos do caráter nacional “íntactos”, diferentemente das cidades cuja mentalidade foi mais influenciada pelos padrões culturais vindos do exterior, foram a debilidade econômica e o isolamento comercial. Esse isolamento não ocorreu apenas entre litoral e sertão, mas também entre as diversas regiões do interior do país. O discurso estadonovista corroborava o princípio de que o caldeamento de raças e a multiplicidade de paisagens às quais o homem precisou se adaptar resultaram não em um tipo brasileiro único, mas em uma série de tipos. Estes, devido às suas condições ambientais, criaram culturas próprias, que passaram pelas gerações. Observa Angotti-Salgueiro que:

[...] de um lado, há o Estado que busca modernizar a sociedade por uma série de medidas e as cidades que se industrializam; de outro, um Brasil profundo – é desse Brasil que tratam os tipos e aspectos na descrição da distribuição no interior do habitat, dos utensílios, da rusticidade dos homens do mundo rural; não se tem mais vergonha, como no século XIX, de se parecer “atrasado”, de “estar longe da civilização”, ao contrário. [...] No naturalismo que define os tipos regionais, não se trata de geopolítica, mas de geografia humana, de uma geografia da vida no seu sentido mais próprio, com enfoques fitogeográficos, biogeográficos, econômico, descrevendo-se as particularidades da relação homem / ambiente / região (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005: 47).

Ao observarmos os *Tipos e Aspectos* da série da Revista Brasileira de Geografia, podemos encará-la sob a ótica de uma celebração da nostalgia ligada a este Brasil rural, a essas peculiaridades da relação entre homem e ambiente, que resultaram na criação de tipos humanos tão diversos. Como ressaltava os próprios editores da série, em uma das edições do livro dos *Tipos e Aspectos do Brasil*, as imagens retratavam

Flagrantes característicos do homem e da paisagem do Brasil ainda não tocados pelo mecanicismo do progresso e, por consequência, constituidores de memórias que o tempo vai esmaecendo, têm sido objeto dos comentários inseridos na Revista Brasileira de Geografia – seção Tipos e Aspectos do Brasil [...] (IBGE, 1975).

Dessa maneira, os tipos eram identificados como característicos das condições naturais, raciais e sociais das várias regiões do Brasil naquele momento, mas seriam alvos das mudanças que se promoviam no espaço nacional. Se eles representavam a diversidade brasileira em vários sentidos, contribuindo para a criação da identidade nacional pautada na multiplicidade, eles eram, também, parte das raízes e das tradições nacionais que precisavam ser registradas frente ao processo de transformação que estava por vir.

A partir destas colocações, podemos desenvolver os temas mais pertinentes para a análise dos *Tipos e Aspectos do Brasil*. No próximo item deste capítulo, discutiremos o desafio colocado ao Estado Novo de construir uma identidade única, que se atrelava ao processo de centralização política realizado no período. No item que se segue, identificaremos a forma como a relação homem e ambiente/natureza era pensada, ponto que consideramos fundamental para a compreensão das representações do homem rural na série *Tipos e Aspectos*. Para aprofundarmos esta perspectiva propomos, de maneira breve, identificar as principais tendências, princípios e conceitos da geografia no período estudado. Por fim, nos debruçaremos sobre os textos e imagens da série, analisando, tanto a questão dos tipos humanos retratados, quanto a das paisagens brasileiras e os aspectos característicos do nosso

Brasil, elaborados pelos intelectuais envolvidos na construção deste discurso de identidade territorializada.

3.2 – Região e Regionalismo no Estado Novo

Segundo Moraes (1991), muitos países de formação colonial se originaram de processos de expansão territorial e ocupação de espaços, e conheceram certa centralidade da dimensão espacial na construção de sua sociabilidade. Afirma, o autor, que “*a situação colonial trazia em si uma acentuação dos processos referidos ao espaço, um quadro onde a espacialidade era essencial na dinâmica da vida social*” (MORAES, 1991: 168). O Brasil foi um dos países em que a noção de conquista dos territórios ainda não-povoados foi tomada como elemento fundamental na busca pela construção da unidade nacional, que se consolidaria pelo impulso do estado nesta conquista. Moraes vê o período de transição entre a Monarquia e a República como importante neste sentido, já que foi marcado pelo dinamismo nas frentes pioneiras (na Amazônia, e no sudeste — com o café —, por exemplo). Nesse momento os setores intelectuais se questionavam sobre o povo e a sua contribuição na formação do país, que estaria ligada à conquista dos espaços “vazios”. Assim como o espaço “despovoado” do interior brasileiro era apresentado como algo a ser conquistado e integrado ao território, a natureza era vista como algo a ser domado, explorando-se as possibilidades econômicas oferecidas pelas riquezas do país.

Durante o Estado Novo, o discurso de base geográfica embasava a perspectiva da conquista dos “espaços vazios”, que continua a existir fortemente, vinculada, especialmente, à Marcha para Oeste, onde a ênfase recaía na necessidade de se promover a efetiva integração nacional. Como apontamos no primeiro capítulo deste trabalho, o lema desse discurso afirmava que “O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste”. Ou seja, além de identificar a importância econômica do campo para a economia nacional e a necessidade de promover a sua real integração, o discurso estadonovista afirmava o caráter nacionalista da política, como se as verdadeiras raízes da brasilidade estivessem no interior do país. Mais uma vez recorremos a uma obra de cunho didático produzida no período para ilustrar como essa perspectiva era defendida no discurso oficial. A obra: *Quem foi que disse? Quem foi que fez?*, publicada pelo DIP durante o Estado Novo, consistia em uma série de perguntas sobre determinadas frases (quem foi que disse?) ou ações (quem foi que fez?), que eram acompanhadas de textos que as respondiam, e retratavam momentos e personagens considerados importantes na vida nacional — com destaque, é claro, para a figura do presidente Vargas. A apresentação da obra deixa claro que ela não tinha um caráter erudito, e seu objetivo era atingir a população de um modo geral:

(...) essas perguntas e as respostas que as elucidam não são dirigidas aos eruditos, nem aos sabedores de história, mas ao homem do povo, ao trabalhador, ao menino pobre, que não pode comprar livros, ao soldado e ao marinheiro que, por defenderem a Pátria, nos momentos de perigo, e garantirem a paz para o trabalho, devem saber quem foram os grandes homens do Brasil que todos nós devemos amar com a mesma força, o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo com que todos eles a amaram.

Na obra, levanta-se a questão sobre quem proferiu a frase acima destacada: “o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste”. O texto identifica, então, os principais pontos da política defendida pelo presidente Getúlio Vargas, e reafirma a conexão desta política com a construção da nacionalidade brasileira:

A civilização brasileira — diz o Chefe do Governo — mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral,

onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação (...)

É fundamental observar que a geografia não foi usada pelo governo apenas como um importante instrumento para o estabelecimento de políticas públicas de integração e conquista, mas também como legitimadora da opção do regime pela centralização do poder político. Defendia-se que, em um país de tão grandes dimensões, a opção pela descentralização e por uma excessiva autonomia dos poderes estaduais poderia gerar riscos à unidade nacional. O discurso estadonovista teria que elaborar a almejada identidade nacional coletiva enfrentando o desafio de englobar a diversidade brasileira, destacando-a como algo positivo, ao mesmo tempo em que reforçava o centralismo do poder. Antes, porém, de aprofundar o debate em torno da questão da unidade e da diversidade na ideologia estadonovista, acreditamos ser necessário discutirmos brevemente um conceito essencial para este debate, o regionalismo. Isso se deve ao fato de que neste contexto as perspectivas do regional e do nacional são fundamentais, pois estavam profundamente ligadas ao debate entre as propostas de descentralização X centralização do poder, tão presentes na história política brasileira.

O conceito de regionalismo apresenta definições bastante amplas. Essas possibilidades advêm tanto do âmbito no qual ele pode ser utilizado – na literatura, na política, na geografia – quanto do conteúdo que lhe é atribuído – que varia de acordo com o momento histórico –, além, é claro, dos interesses dos grupos que o utilizam.

No caso da literatura, Lígia Chiappini Leite (1995) define regionalismo como a corrente que permeia “qualquer livro que, intencionalmente ou não, traduza as peculiaridades locais”, na qual, historicamente, a tendência predominante é a que expressa as regiões rurais. Essa definição ligada ao campo literário é bastante abrangente, mas não livre de debates e polêmicas, principalmente, segundo a autora, no que diz respeito aos limites entre o caráter regionalista ou universalista de uma obra, como por exemplo, em torno de *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa.

Com relação a outras áreas, como a das propostas políticas, o regionalismo é, em muitos casos, atrelado ao conservadorismo. Tomemos como exemplo uma das possíveis leituras apontadas por Ruben George Oliven (2004) para o *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, de 1926. Segundo o autor, o *Manifesto* se desenvolve a partir de dois temas principais: a defesa do regionalismo enquanto unidade de organização nacional, e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, em geral, e do nordeste, em particular. Nesta interpretação sobre o conservadorismo da proposta de Freyre, o *Manifesto* retrataria o momento de transformações pelo qual passava a aristocracia rural nordestina, que colocavam em cheque os padrões tradicionais de dominação social. Outro exemplo que podemos destacar é o uso do regionalismo em políticas nacionalistas estreitas e totalitárias, como à do *Sangue e Solo* de Hitler ou à da *França Profunda* de Vichy (LEITE, 1995).

Aparece como ponto comum entre diversos autores que discutiram o conceito ao longo da história que, devido à grande extensão do território e ao caráter da colonização, o Brasil apresenta fortes tendências regionalistas, e que em diversos momentos estas tendências se exacerbaram. A fragilidade do estado unitário ficou clara especialmente nas diversas revoltas ocorridas nos primeiros anos da jovem nação, o que tornava ainda mais urgente a criação e a

consolidação de uma identidade nacional que superasse a identidade regional, ou que permitisse um mínimo sentido de coesão. Segundo Moraes (1991), a repressão a estas revoltas e tentativas separatistas atuou no reforço da tese da unidade nacional, que foi veiculada na defesa da integridade territorial do país. Afirma, o autor, que o espaço funcionava como cimento de um bloco dominante, “*composto essencialmente de oligarquias locais e regionais — a escala do nacional atuando não apenas na agregação dos interesses dessas oligarquias, como servindo também de legitimação da repressão popular nestas outras escalas*” (MORAES, 1991: 5). O autor aponta, ainda, para o fato de que a existência de uma monarquia “amenizava” a questão da identidade nacional, pois a figura do Imperador servia como base aglutinadora para a construção de um estado e a legitimação de sua soberania.

Podemos considerar que o regionalismo brasileiro na Primeira República era em grande parte alimentado pela crítica ao excessivo centralismo do Império. A defesa do regionalismo estava presente no seio do federalismo da República brasileira, substituto do sistema centralizador imperial, que era constituído a partir da divisão entre União e estados de um conjunto considerável de atribuições político-administrativas. As oligarquias da Primeira República buscaram legitimar a autonomia estadual por meio de um discurso que enfatizava as diferenças culturais, econômicas e geográficas de cada região. Nesse contexto, a descentralização foi apontada como um modelo de organização capaz de impedir o separatismo, justamente porque respeitaria a diversidade regional, sendo o sistema adotado a melhor forma de conciliar as particularidades regionais com os interesses da nação.

Porém, apesar da elaboração de um discurso de respeito à diversidade regional e de conciliação entre os diversos interesses do país, uma das principais consequências do novo sistema foi o fortalecimento do núcleo formado por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O grande número de eleitores destes estados fazia com que se tornassem peças-chave na dinâmica do sistema político nacional. As desigualdades regionais eram ainda aprofundadas por um modelo tributário que concentrava a arrecadação de impostos dos estados nas atividades exportadoras, o que gerou um grande desequilíbrio econômico entre eles. Assim, estados economicamente frágeis tornavam-se “satélites” da União ou de alguns dos estados mais fortes (FREIRE & CASTRO, 2002). É nesse contexto que encontramos o regionalismo proposto por Freire, de defesa dos valores do nordeste oligarca que perdia espaço para o centro-sul do país.

Segundo Wasserman (2002), a plataforma da Aliança Liberal, de 1930, foi mais longe do que outros movimentos da época nas críticas ao esquema político-eleitoral da Primeira República, questionando a própria organização nacional e os verdadeiros objetivos do federalismo. Os primeiros anos do governo Vargas, até a decretação do Estado Novo, foram marcados pelos conflitos entre distintos setores que buscavam imprimir novas diretrizes ou retomar as antigas posições oligárquicas. No primeiro caso encontravam-se os grupos tenentistas, que atribuíam ao Estado uma dimensão centralizadora e interventora, intervenção baseada em padrões técnicos e na garantia dada por um regime forte. Os setores oligárquicos buscavam manter as prerrogativas de autonomia estadual e a limitação dos poderes centrais, defendendo a organização federativa / descentralizada do país.

Em meio a estes conflitos, Vargas buscava se equilibrar politicamente, fortalecido pela capacidade de explorar as divergências entre os grupos, mas ao mesmo tempo enfraquecido pela dificuldade de encontrar uma sólida base de apoio. Mesmo com estas dificuldades, o presidente afirmava em seus discursos a necessidade de romper com os erros do passado de uma república que não atingiu os sonhos de seus idealizadores:

A nossa organização republicana (...) deixava passar pelas malhas frouxas das suas leis os germes dissolventes que haveriam de enfraquecer e perturbar o processo evolutivo da nacionalidade. À sobra de tal regime, que alheava o Estado dos problemas básicos da sociedade, a política perdeu toda

significação ideológica e, em pouco, se tornou simples atividade eleitoral, sujeita a fases cíclicas e circunscrita, exclusiva e incondicionalmente, à conquista e manutenção do poder. Na mentalidade partidária, desaparecera o espírito público, substituído pelas propensões egoístas. (VARGAS, s.d -Vol. 1: 26)

Com a decretação do Estado Novo, os ideólogos do novo regime justificavam a necessidade de um Estado forte e autoritário que garantisse a unidade nacional e o bem da coletividade. Afirmava-se que governo implantado a partir de 1930 não teria conseguido pôr em prática seus programas devido à grande preocupação oriunda dos distúrbios internos pelos quais passava o país. No novo quadro do país, após 1937, a almejada garantia de unidade seria concretizada.

Se durante a Primeira República o discurso da oligarquia enfatizava as particularidades regionais como justificativa para a autonomia estadual, no período pós-30, e principalmente durante o Estado Novo, o discurso estatal utilizaria esta mesma ênfase para justificar a centralização do poder. Daou (2001) destaca como representativo desta perspectiva o ritual de queima das bandeiras estaduais, realizado em 27 de novembro de 1937, que tinha como objetivo fazer prevalecer o pavilhão nacional como emblema do Estado unitário. Nesta cerimônia foram hasteadas vinte e uma bandeiras nacionais em substituição às vinte e uma bandeiras estaduais, que foram incineradas em uma grande pira, ao som do hino nacional. Na cerimônia, discursou Francisco Campos, Ministro da Justiça:

Bandeira do Brasil, és hoje a única. (...) Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram, desta vez com a determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-la, que o Brasil é uma só Pátria e que não há lugar para outro pensamento que não seja o pensamento do Brasil, nem espaço e devoção para outra bandeira que não seja esta, hoje hasteada por entre as bênçãos da Igreja e a continência das espadas e a veneração do povo e os cantos da juventude. Tu és a única, porque só há um Brasil; em torno de ti se refaz de novo a unidade do Brasil, a unidade de pensamento e de ação, a unidade que se conquista pela vontade e pelo coração, a unidade que somente pode reinar quando se instaura pelas decisões históricas, por entre as discórdias e as inimizades públicas, uma só ordem moral e política, a ordem soberana, feita de força e de ideal, a ordem de um único pensamento e de uma só autoridade, o pensamento e a autoridade do Brasil. (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA, s.d.: s.p).

A ideia de unidade, tão cara ao discurso estadonovista, estava mergulhada na defesa de uma ruptura com o período anterior. Afirmava-se que, com o regime, era inaugurada uma nova etapa no processo de consolidação da nacionalidade brasileira, na qual se superaria definitivamente os males gerados pelo federalismo da Primeira República. Esses males se traduziam na existência de ameaças reais de separatismo do estado brasileiro, fragilizado pela descentralização política, pela falta de integração entre as diversas regiões do país (expressa, inclusive, na falta de vias de comunicação ligando estas regiões), pela existência de diversos núcleos estrangeiros que não tinham sido incorporados à sociedade nacional, e pelo excessivo regionalismo. Segundo o discurso do Estado Novo estes fatores resultariam em caos social, no crescimento da luta de classes e no desperdício da energia do país, que deveria ser concentrada na sociedade e na produção de riquezas. Segundo Diniz Filho (1994), o federalismo exacerbado era colocado como uma ameaça de separatismo, devido ao reforço dos sentimentos regionalistas. Aponta o autor que o novo regime reclamava legitimidade, pois era capaz de promover o reencontro do Brasil com o seu destino a partir da junção de dois fatores fundamentais da tradição histórica brasileira: a natureza e a cultura. Tornava-se

necessária uma política de construção da unidade nacional pela integração e homogeneização do território, tanto econômica quanto cultural. O incentivo à industrialização e ao desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes, como já destacamos, era visto pelo governo como uma maneira de garantir um nivelamento socioeconômico entre as diversas regiões. Prover-se-ia a consolidação de um mercado interno, criando interesses comuns entre as regiões, abafando o localismo e as tendências separatistas. Por fim, era necessário promover também uma política de distribuição da população pelo território, povoando os “espaços vazios”, e privilegiando os trabalhadores nacionais, evitando assim a difusão de pensamentos exóticos (DINIZ FILHO, 1994).

Nas publicações oficiais do regime é evidente a ênfase à necessidade de se conhecer o Brasil como requisito básico para a construção de políticas efetivas visando à solução dos problemas nacionais. Este conhecimento era produzido de diferentes maneiras, merecendo destaque a ação dos intelectuais das ciências sociais, da geografia humana e dos literatos, que divulgavam em seus trabalhos, muitas vezes difundidos pelos próprios meios de propaganda do Estado Novo, uma série de aspectos culturais, econômicos e sociais relativos às diferentes regiões de Brasil. Grande importância adquiriu também os conhecimentos técnicos, produzidos nos diversos órgãos criados para este fim. Por meio do trabalho de seus especialistas e técnicos, estes órgãos geravam informações que serviam de subsídio para a elaboração de políticas econômicas, educacionais, trabalhistas, entre outras. A criação deste conjunto de dados e informações permitia a construção de um discurso que legitimava o regime como um momento em que o país “descobria a si mesmo”, ao mesmo tempo em que forjava um imaginário sobre a nacionalidade brasileira. Reforçando a importância da geografia como instrumento de legitimidade e criação de identidade, Moraes identifica o período como de “*intensa formulação oficial de políticas territoriais explícitas*” podendo-se “*dizer que nesse período foi criado (e territorializado) o próprio aparelho de Estado brasileiro*” (MORAES, 1991: 8). Diniz Filho (1994) identifica a construção de ideologias geográficas, campo do pensamento geográfico em que os discursos abordam a questão do espaço e da sua relação com a sociedade, permitindo ao pesquisador avaliar como estes discursos legitimam as formas de intervenção do estado sobre o território por meio de suas políticas territoriais.

Porém, assim como já observamos com relação a outras idéias consagradas na ideologia estadonovista, o discurso que apontava a construção de conhecimentos técnicos como caminho para a promoção do desenvolvimento nacional não era nenhuma “novidade”. Segundo Gomes (2002), desde as primeiras décadas da República ganhou força a ideia de que a conquista efetiva do território só poderia se dar a partir do seu conhecimento real e científico: “*Conquistar e ocupar era, antes de tudo, estudar e planejar o que se desejava que o povo e o território viessem a ser no futuro*” (GOMES, 2002: 169). O conhecimento do espaço geográfico seria feito por meio de medidas como viagens científicas de reconhecimento, estudos históricos, etnográficos e geográficos, com ampla divulgação dos resultados obtidos.

Se a perspectiva da construção de um conhecimento real e científico como base para as ações promovidas pelo Estado não era novidade no Estado Novo, uma ruptura a ser assinalada é a concretização destes conhecimentos por meio dos órgãos técnicos criados para esse fim. É fundamental lembrarmos que nesse período o governo realiza um tríplice movimento de centralização, burocratização e racionalização administrativa, no bojo do qual os órgãos técnicos trabalharam e produziram expressivos resultados (PENHA, 1993). Entre os órgãos criados, merece destaque a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta instituição foi a responsável não apenas pelo levantamento e organização de conhecimentos sobre o território brasileiro, sendo também seu encargo

intervir, através de métodos racionais e científicos, na elaboração de ações que promovessem a integração nacional (PENHA, 1993). Segundo Magnago (1995):

A discussão sobre a organização do espaço brasileiro, diante do esforço do governo em modernizar e integrar o País, levantou, também, as questões do planejamento e da administração, deixando clara a necessidade de maior e mais aprofundado conhecimento sobre o Território Nacional. É dentro desse espírito de “redescobrimto” que foram criados o *Conselho Nacional de Estatística* (1936) e o *Conselho Nacional de Geografia* (1937), ligados, efetivamente, em 1938, para a formação do IBGE (MAGNAGO, 1995: 66).

A tentativa de promover a integração nacional e combater os males do federalismo da Primeira República teve como reflexo, por exemplo, as propostas para o estabelecimento de novas divisões estaduais e regionais do país. Os debates sobre estas divisões estavam profundamente “impregnados” pelas questões que envolviam a Marcha para Oeste e a centralização político-administrativa. Podemos perceber pontos em comum entre as propostas elaboradas neste período, como, por exemplo, a tentativa de consolidar uma divisão territorial que minimizasse as diferenças de interesses e a força dos grandes e populosos estados, questão profundamente ligada à disputa entre centralismo e federalismo; uma nova divisão que alcançasse o objetivo de resolver o problema dos vazios demográficos e a falta de dinamismo de extensas áreas; e a perspectiva de que a nova divisão criaria condições para estudos sistemáticos e uma melhor administração pública.

Penha (1993) observa que o discurso oficial apresentava o período anterior ao Estado Novo como marcado pelo caos, desordem e confusão, e que a implantação do IBGE representaria um verdadeiro marco nas relações entre Estado e território. Esta relação se daria, a partir de então, de forma mais abrangente, com o levantamento de informações sobre os diversos aspectos da vida nacional; de forma mais moderna, devido às inovações técnicas e científicas; e de forma mais racionalizada, como elemento ordenador do quadro territorial do país. É importante destacarmos que o território era compreendido como base e fundamento do Estado-Nação, desde o seu processo de formação.

Porém, se a criação do IBGE pode e deve ser reconhecida como um marco, Gomes (2002) nos recorda que o órgão se beneficiou de inúmeros levantamentos estatísticos e dados sistematizados nas décadas anteriores. Mas a autora concorda que a atuação do IBGE seria diferenciada, baseada em uma orientação técnica mais precisa e unificada em todo país, resultante da política centralizadora do Estado Novo.

A análise do discurso estadonovista nos permite constatar que as políticas de integração nacional, no plano prático, e a construção de uma identidade nacional coletiva, no plano do imaginário, trabalhavam com duas idéias centrais: unidade e diversidade. Daou (2001: 138) destaca que as representações sobre a nacionalidade reafirmavam a questão da unidade: “*Desdobra-se daí a forte ênfase no território que se depreende do nacionalismo do período, onde a unidade é tecida sobre um mapa do Brasil em que estão subtraídas as unidades da federação e banidos todos os sinais de fragmentação*”. Apesar da ênfase na questão da unidade, é fundamental observar que essa perspectiva de coesão nacional não significava uma “homogeneização” do país. Isso é perceptível no plano das ações políticas, quando se enfatizava que estas deveriam se planejadas de acordo com as demandas e condições locais / regionais, e também nas representações do imaginário nacional. Em ambos os casos se reconheciam e valorizavam a diversidade nacional.

Mesmo com a centralização promovida pelo Estado Novo, as ideias de região ou de regionalismo não foram banidas da ideologia nacional, sendo, porém, pensadas sobre novas bases. Segundo Diniz Filho (1994), propunha-se um combate ao regionalismo *enquanto*

sentimento, entendido como exacerbação dos vínculos afetivos com a realidade local, mas valorizava-se o regionalismo enquanto um conjunto de formas culturais específicas, que apesar de se manifestar regionalmente, representavam expressões do caráter nacional. Se o mapa do Brasil, como destacou Daou, é apresentado sem os estados da federação como forma de se destacar a unidade e a coesão, *a região não foi apresentada como um elemento fragmentador*, ganhando duas dimensões principais.

A primeira dimensão dada à região esteve ligada, principalmente, às ações do IBGE. Nela a região era pensada a partir de critérios técnicos e científicos, como base para a atuação do governo. Essa perspectiva fica clara ao observarmos os critérios utilizados na divisão regional oficial adotada pelo IBGE em 1942.

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL 1942



Fonte: Guimarães, Fábio M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 152, jan./mar. 1942.
Nota: Cartograma da divisão regional do Brasil para fins práticos, aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Figura 23: A Divisão Regional do Brasil de 1942. In: MAGNAGO, 1995.

A possibilidade de que as regiões pudessem ser organizadas a partir de critérios como a economia, que refletiria um grande desequilíbrio entre as diferentes áreas do país, deveria ser evitada, pois reproduziria os parâmetros do federalismo da Primeira República. Tornava-se necessário criar critérios mais igualitários, e mesmo mais estáveis. A proposta apresentada por Fábio de Macedo Soares Guimarães possuía pontos em comum com a de Delgado de Carvalho (de 1913), que utilizava a posição geográfica para nomear as regiões e tinha como principais critérios para a divisão as questões naturais, físicas. Vargas solicitou que a proposta fosse analisada pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, que concluiu pela sua adoção, já que esta *“foi moldada em princípios científico-geográficos, apresentando a grande vantagem de ser mais estável”* (MAGNAGO, 1995: 68), porque baseada nos fatores

naturais. Gomes (2002) chama a atenção para a mudança sofrida na concepção de região, que passou a ser encarada como um grupamento de estados e territórios, cuja organização levava em consideração fatores da geografia física e humana, mas respeitando os limites político-administrativos então existentes.

Esta concepção de região, que ressaltava os aspectos físicos e naturais das diversas unidades do país como critérios para a sua organização regional, ficava evidente no próprio ensino da geografia. O livro *Geografia do Brasil – 4ª Série*, de Moisés Gicovate, pode ser utilizado como exemplo. O Prefácio da obra nos permite perceber a importância dada à ideia da região no conhecimento organizado do território nacional, salientando-se que “*No exame das regiões naturais, apresenta-se a geografia de maneira completa*” (GICOVATE, 1944: 5). Ainda no Prefácio, os editores chamam a atenção para um ponto que enfatizaremos no desenvolvimento deste capítulo: a relação entre homem e espaço/terra. Segundo os editores da obra, “*(...) o estudo das regiões naturais, no Brasil, resulta numa confortadora demonstração do valor do homem brasileiro e das grandes forças naturais, que trabalham para a unidade geral da Nação*” (idem). O programa da disciplina proposto pelo livro é o estudo da geografia regional do Brasil. O primeiro item identifica a perspectiva de região que norteará a obra: a ideia de região natural, que pode ser entendida como espaços que apresentavam os mesmos recursos da natureza, como a mesma flora e fauna, etc. A partir daí, as diversas regiões brasileiras – norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste – eram apresentadas por meio dos seguintes aspectos: 1 - descrição física; 2 - povoamento, população; 3 – divisões, cidades; 4 – a vida cultural; e 5 – recursos econômicos. Observamos, portanto, que na concepção de geografia proposta pela obra, e que se identifica com a concepção do Estado, é como se a análise de cada região, com suas particularidades naturais, humanas, econômicas, etc., permitisse o conhecimento das “partes” que formavam o “todo” nacional.

A segunda dimensão dada à região no período era constituída pela perspectiva de que a diversidade regional, em seus aspectos naturais e culturais, eram os “tons” que davam vida à nacionalidade brasileira. Do mesmo modo que a dimensão técnica e científica, essas diversas partes naturais e culturais identificadas nas diferentes regiões compunham, somadas, o “todo” nacional. Esta construção discursiva era importante elemento no processo de elaboração de um imaginário nacional e de uma identidade nacional coletiva. A perspectiva da diversidade regional era frequentemente associada à ideia de riqueza: riqueza de paisagens, riquezas naturais, potencialidades econômicas e riquezas culturais. Nesta perspectiva, cada região era apresentada com suas paisagens, atividades econômicas, hábitos, culturas, fatores físicos e psicológicos como aspectos “típicos”. Segundo Gomes (2002: 180), o regionalismo do Estado Novo “*era a base de um novo nacionalismo que compreendia o Brasil como formado de uma multiplicidade de elementos naturais, étnicos, econômicos e culturais que constituíam a sua grandeza*”.

A forma como as ideias de região e regionalismo foi elaborada durante o Estado Novo reforçam a concepção levantada por Milton Santos de que a categoria região é, na realidade, uma construção: “*O símbolo da geografia unitária – aquela que não separa o físico do social, o natural do humano, o ecológico do cultural - é a região. Ora, o conceito de região foi vendido como algo estável. Só que não é*” (Apud MAGNAGO, 1995: 67). Vanderlinde (2005) nos chama a atenção para a complexidade do termo, destacada por diferentes autores como Marcel Roncayolo, que afirma que ele pode ser aplicado tanto a

uma porção de um Estado ou de uma nação, quanto a um grupamento de Estados ou Nações, que poderão estar próximos pelas suas características econômicas, políticas ou culturais, e, geralmente, pela sua situação geográfica, Região poderá estar associada a idéia de um espaço complexo de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, construído historicamente,

modelado por situações, debates e conflitos que caracterizam um período e um lugar (RONCAYOLO, 1997 *Apud* VANDERLINDE, 2005: 392).

Myskiw afirma que este conceito pode “*personificar as necessidades estratégicas elaboradas por determinado grupo de pessoas, grupo político ou órgão governamental que, após serem fundamentados através de discursos e representações, constroem identidades nacionais e regionais*” (*Apud* VANDERLINE, 2005: 392).

As perspectivas trazidas pelos autores reafirmam que a região e o regionalismo devem ser analisados, em suas concepções e definições, de forma bastante cuidadosa. Sendo construções, como enfatizam os autores, são elementos que refletem e direcionam, ao mesmo tempo, as estratégias e os interesses dos grupos que os elaboram. A partir das duas dimensões apresentadas, procuramos mostrar que estes conceitos eram referências fundamentais para a criação de um imaginário nacional do Estado Novo que buscava dar conta de legitimar a centralização do poder e a unidade brasileira a partir da soma das diferenças e variedades regionais. Estas questões são centrais para compreendermos e analisarmos algumas das peças principais que fazem parte do mosaico de representações sobre o homem rural: a construção dos tipos regionais brasileiros.

3.3 – Os tipos regionais brasileiros e a relação entre homem e espaço

A tentativa de se elaborar um tipo representativo da nacionalidade brasileira ou da brasilidade não é tarefa fácil, e, analisando o imaginário social brasileiro, observamos que essa tentativa foi feita em diversos momentos históricos. Segundo Octavio Ianni (s.d), esses tipos representativos ganharam força com o desenvolvimento das ciências sociais e em sua conexão com o pensamento da modernidade. A proposta de centralização da análise no indivíduo, em seus aspectos individuais ou coletivos levou, segundo o autor, à construção de tipos e configurações típicas, “*vistos como polarizações significativas da realidade social, compreendendo suas implicações políticas, econômicas e culturais, ainda que em diferentes gradações e combinações*” (IANNI, s.d: s.p). Ianni afirma que a presença destas construções é tão forte nas ciências sociais que “*a história dos dilemas e perspectivas do mundo moderno, em âmbito local, nacional, regional e mundial, frequentemente parece uma história de ‘tipos e tipologias’, como se a realidade estivesse sempre tentando conformar-se ao conceito, à idéia ou ao arquétipo*” (IANNI, s.d: s.p).

Devido à própria complexidade das condições brasileiras – principalmente com relação às dimensões do país e às diferentes formas de ocupação e colonização do território, que criaram paisagens culturais tão diversas –, a tarefa de criar um tipo único, representativo da nacionalidade, não alcançou êxito pelos pensadores brasileiros. É possível identificar, em nosso imaginário, diversos exemplos de construções sobre a nacionalidade que enfatizam os tipos regionais na sua composição. Podemos citar o caso dos escritores românticos José de Alencar (em *O sertanejo* e *O Gaúcho*) e Franklin Távora (em *O cabeleira* e *O matuto*), que, como destacamos no capítulo anterior, identificavam os elementos (tipos, valores, costumes e cenários) do interior do país como verdadeiros representantes da nossa nacionalidade, e cujas características permitiam diferenciar-nos das outras nacionalidades.

Um exemplo das dificuldades de estabelecer uma caracterização do brasileiro “típico” pode ser identificado nas análises de Oliveira Vianna. Em texto publicado no *Diccionario Histórico, Geographico e Etnographico Brasileiro*, o autor reconhecia como árdua a tarefa de fixar um tipo nacional brasileiro devido à existência de múltiplos tipos étnicos regionais que refletiam a diversidade da mistura de raças, concluindo que “*o brasileiro é todos e nenhum deles*” (DAOU, 2001: 139). Em outros trabalhos de Oliveira Vianna, sua análise aponta para a existência de três grupos regionais, resultantes das diferenças locais do processo de

caldeamento das raças, da história e das questões sociais, que seriam o sertanejo do norte, o matuto do centro-sul (de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro) e o gaúcho.

Vale destacar que, desde o final do século XIX, com a consolidação dos Estados Nacionais na América Latina, a região passa por um processo de busca por identidades que combatam a constante influência estrangeira exercida nestes países, devido, principalmente, a sua subordinação econômica. Da crítica ao imperialismo norte-americano, em José Martí e José Enrique Rodo, chegamos à recuperação das raízes nacionais em busca da redefinição da identidade. Nos quadros de Diogo Rivera e nas obras de José de Mariátegui, ganham importância a figura do indígena, em cujas civilizações deveriam ser encontrados os exemplos e os elementos que compõem a identidade. É também no nosso passado que o Estado Novo vai buscar redefinir as raízes da nossa identidade, afirmando os diversos tipos brasileiros como resultantes da mistura de raças e da adaptação do homem às diferentes condições naturais de cada região.

Mesmo que a ideia dos tipos regionais não fosse criação do Estado Novo, ela foi uma das estratégias adotadas para suprir a necessidade do regime de obter legitimidade. A utilização de meios como a propaganda e a educação na difusão das representações da nacionalidade, propiciou que os tipos regionais ficassem “gravados” de forma duradoura no imaginário brasileiro. Como observamos na introdução deste trabalho, foi necessário ao governo criar discursos capazes de difundir um imaginário legitimador de sua existência. Observamos, então, que uma das principais bases de legitimidade seria a capacidade do regime de construir uma identidade nacional coletiva. É nesta perspectiva que os tipos regionais foram elaborados, como peças dessa identidade nacional que, como vimos no item anterior, foi pensada a partir das perspectivas de unidade e diversidade. Diniz Filho (1994) aponta para o fato de que os aparelhos de propaganda do Estado Novo percebiam que o regional era uma mediação inevitável entre o nacional e o popular, o que favorecia a comunicação do Estado com as massas letradas do país. O governo buscava apoio nas massas populares, e o regionalismo cultural foi o caminho adotado para criar uma identificação entre o povo e a nação, e também entre esta e o estado. É importante lembrar que ao mesmo tempo em que o discurso estadonovista valorizava a diversidade regional, buscava também definir o que seria o caráter nacional brasileiro, ao qual eram atribuídas características como a bondade, a ausência de preconceito racial, o espírito pacífico e a obediência, entre outros.

No item anterior, salientamos a importância dada à geografia durante este período. Através de órgãos como o IBGE, valorizava-se este ramo do saber como capaz de gerar os dados e informações preciosas para o real conhecimento do país. A geografia foi utilizada também como fonte legitimadora de ações políticas que buscavam consolidar um novo cenário de conformação do poder no país, com a sobreposição do centralismo à descentralização característica da Primeira República. Neste item, enfatizaremos uma outra faceta atribuída à geografia, que foi utilizada também na construção do discurso da nacionalidade. Por um lado, este uso se dava pela relação construída entre estado e território e o entendimento da geografia como o estudo deste território. Por outro lado, a geografia não se limita à questão física, natural, abordando também a relação entre homem e espaço, sendo este o ponto central para este trabalho. Assim, nossa proposta é analisar um tipo de representação elaborada sobre o homem rural que diz respeito à construção de uma *identidade territorializada*, lembrando que, no imaginário nacional estadonovista, são as partes (regiões) que compõem o todo (a identidade) nacional.

Não apenas no caso brasileiro é possível fazer esta conexão entre a geografia e a construção de um discurso e de um imaginário nacionais. A geografia moderna teve origem no contexto de formação e consolidação dos estados nacionais europeus, e ganhou grande importância nos países passaram por maiores dificuldades nesse processo. Em muitos casos, as teorias dessa disciplina funcionaram como veículos de legitimação das nacionalidades e

dos projetos nacionais destes países, tornando-se o discurso geográfico um elemento central na consolidação do sentimento de pátria (MORAES, 1991).

A geografia foi uma disciplina que se organizou e se renovou nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Esta organização foi marcada, especialmente, pela instalação dos primeiros cursos universitários, em São Paulo e no Rio de Janeiro (1934). Uma marca do impulso à disciplina foi a edição de manuais escolares destinados à rede nacional de escolas públicas, recém-criada. A fundação de associações, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros (1931), a criação de órgãos como o Conselho Nacional de Geografia (1937) e o IBGE (1939), além da circulação de periódicos da área, contribuíram para a formação de uma comunidade de especialistas e estudiosos da geografia no Brasil (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005).

A influência do pensamento geográfico francês é marcante nesse período de fortalecimento da disciplina no Brasil. Segundo Angotti-Salgueiro (2005), essa influência pode ser entendida em meio a uma série de fatores: a tendência à internacionalização dos debates intelectuais, típica do período entreguerras; a participação brasileira no Congresso Internacional de Geografia em Paris, no ano de 1931; e, um dos principais fatores, a presença de jovens professores universitários franceses, como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, que criaram a Associação dos Geógrafos Brasileiros. Esses intelectuais franceses se uniram aos brasileiros *“empenhados em uma verdadeira redescoberta do Brasil, a partir do conhecimento vivido, baseado nas viagens pelo interior do país: excursões geográficas e trabalhos de campo passam a ser o ponto alto das novas orientações didáticas”* (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005: 25).

A construção do imaginário da nacionalidade brasileira fazia uso da geografia como base devido ao fato de esta área do conhecimento fornecer elementos que permitiam “pintar” os cenários e paisagens típicas do Brasil (o território brasileiro), além de identificar como o homem nacional aparecia neste cenário, destacando a construção de laços entre o homem brasileiro e a terra brasileira. É esta a concepção que emerge da análise do imaginário sobre os tipos regionais brasileiros. Estes tipos, construídos como sintetizadores dos diversos aspectos que compõem o imaginário da nacionalidade brasileira, não eram elaborados, levando-se em conta apenas elementos físicos e/ou étnicos das várias regiões do país; os tipos eram profundamente marcados, como poderemos perceber, pelas condições naturais colocadas pelo meio em que viviam.

Este processo não pode ser encarado como estritamente brasileiro. *“A geografia e a etnologia parecem ter sido convocadas pelas políticas culturais em prol dos movimentos regionalistas. Esses movimentos, diga-se de antemão, são internacionais, mais ou menos sincrônicos, no final do século XIX e no período entre guerras (...)”* (ANGOTTI-SALGUEIRO 2005: 22). Tratava-se de uma iniciativa que encontrava semelhanças com outras realizadas em diversos países ocidentais naquele momento histórico, inclusive na França, cujas correntes intelectuais influenciaram fortemente a produção brasileira sobre o tema. Autoras como Angotti-Salgueiro (2005) e Anne Marie Thiesse (1995) analisam a ocorrência deste fenômeno no caso francês, no qual se observa um fortalecimento da representação regionalista como elemento da identidade nacional, sendo que a valorização da diversidade do território aparece em complementaridade à representação do país como *“uno e indivisível”*. A partir daí, desenvolveu-se o regionalismo como forma consensual de reunião nacional, o que apresenta algumas similaridades com o fenômeno do regionalismo estadonovista (THIESSE, 1995).

Ao longo da história do pensamento geográfico, a relação entre homem e natureza tem sofrido transformações. Durante o período de consolidação da disciplina a influência do determinismo teve força, período de predominância do pensamento positivista, o que gerou reflexões que situavam a vida das sociedades de acordo com suas condições ambientais. Posteriormente, ao longo do século XX, a tendência do pensamento geográfico recaiu na a

minimização dos condicionantes naturais, que passaram para um plano secundário, enfatizando-se a liberdade de ação e as possibilidades de intervenção humana. Na atualidade, questiona-se, inclusive, a perspectiva da relação homem e natureza em que cada um dos termos é pensado como algo a parte um do outro, pois, na realidade, trata-se de pensar o homem *na* natureza, encarando, assim, as partes como indissociáveis.

Um dos conceitos da geografia que apresenta grande poder de síntese, como um reflexo da forma como a relação entre homem e natureza é pensada, é o conceito de paisagem. Este conceito é central para nossa análise, pois, como temos salientado, a construção de um imaginário nacional criou a demanda de se identificar, descrever e rotular as diversas paisagens encaradas como cenários típicos do Brasil. E, como discutiremos adiante, o pensamento geográfico da época dava grande importância aos condicionantes ambientais para o desenvolvimento cultural e material dos grupos sociais. A paisagem deve ser entendida como um conceito histórico e ideologicamente construído.

Inicialmente, é preciso deixar claro que a paisagem é aqui compreendida como uma representação. Segundo Edvânia Gomes (2001):

A paisagem como representação resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da lembrança e da lembrança recorrente. A paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e forma dos elementos e processos, num jogo de mosaicos (E. GOMES, 2001: 56).

Portanto, a forma como a paisagem foi representada pelos homens esteve condicionada a diversos fatores específicos de cada momento histórico, e de acordo com os interesses dos grupos que promoviam a construção desta representação. A autora ressalta que, mesmo com a pluralidade semântica associada ao conceito, em qualquer circunstância etimológica ele sempre foi associado à ideia de um recorte espacial, como terra, província, país, região e território.

E. Gomes (2001) identifica as variadas possibilidades de representação do conceito de paisagem ao longo da história. Entre os significados a ele atribuídos, a autora destaca:

1 – Paisagem pensada como uma representação na arte por meio de um quadro (uma simbologia) de uma parcela da superfície da Terra.

2 – Paisagem como impressão dos sentidos sobre o meio ambiente da Terra (paisagem como impressão subjetiva de espaços).

3 – Paisagem como formas externas de surgimento de fenômenos de uma parcela da superfície da Terra (como fisionomia de partes da Terra).

4 – Condição, propriedade natural de uma região (compreendendo relevo, clima, água, e meio natural).

5 – Marcas culturais de uma região (natureza “pura” não é paisagem; essa se produz num diálogo entre homem e natureza – “paisagem cultural”).

6 – Características genéricas de uma parcela da Terra (conjunto geral, grandes biomas, grandes formas da Terra).

7 – Espaço delimitado (recorte ou delimitação de um espaço, como região, província, território, etc.).

8 – Corporação político-legal ou organização (paisagem como substituta da ideia de território ou unidade de habitantes de uma determinada região).

9 – Área ou expansão de uma determinada categoria de objeto que constitui sequências topológicas.

Generalizando, podemos identificar dois traços principais nestes entendimentos da paisagem. O primeiro diz respeito à questão do aspecto físico da geografia, que leva em conta

fatores naturais, como o relevo e o clima, que “moldam” ou dão certas características a um determinado espaço, que criam um cenário – a paisagem – “típico”. O segundo envolve a questão humana, tanto com referência à população que vive em uma determinada área (um Estado, um território), quanto à própria ação do homem como interventor no espaço, e, portanto, modelador da paisagem. Não que estes traços signifiquem uma oposição; em muitas das concepções de paisagem estes traços são pensados em uma perspectiva de complementaridade. Assim, se as representações da paisagem construídas ao longo da história tiveram como base os “filtros” (interesses, mentalidade, necessidades, etc.) por meio dos quais os contemporâneos as elaboraram, um outro fator fundamental para compreendê-las é o peso atribuído ou ao traço físico ou ao traço humano da paisagem, que tem origem na forma como se concebia a relação homem – natureza.

Entre as principais influências sobre o pensamento geográfico brasileiro do período, é importante apontarmos a figura de Ratzel. Este autor sempre deu ênfase à questão do estado e seu território, apontando a necessidade de consolidar a ocupação e a integração deste território. O solo seria não apenas propriedade, mas também essência da nação. Muitos estudiosos, inclusive ideólogos do regime estadonovista, realizaram leituras de Ratzel em que enfatizaram a questão do determinismo ambiental. Porém, outros autores questionam essa postura determinista atribuída a Ratzel. Segundo Diniz Filho (1994), embora este tenha postulado as influências das condições naturais sobre a história dos povos como objeto da Geografia Humana, não é correto reduzir o seu pensamento à perspectiva que concebe o homem como “produto do meio”. Ratzel percebia essa influência, mas apenas como uma das mediações que deveriam ser levadas em conta no estudo das sociedades. Porém, ao elaborar uma associação entre este pensamento e os parâmetros metodológicos do positivismo, Ratzel foi levado a estabelecer procedimentos de análise e princípios interpretativos de cunho determinista, baseados no empirismo, na indução e na idéia de causa e efeito. Mesmo assim, ressalta Diniz Filho (1994), suas considerações sobre a influência dos condicionantes ambientais sobre o homem não permitem que ele seja apontado como um autor realmente determinista.

Outra corrente do pensamento geográfico que teve grande influência foi a da Geografia Cultural, e em especial os trabalhos de Vidal de La Blache. Diniz Filho (1994), ao apresentar uma periodização dos estudos da Geografia Cultural, afirma que a fase entre os anos de 1890 e 1940 (período que nos interessa neste trabalho) caracterizou-se pelo estudo das paisagens culturais e dos gêneros de vida, que foram ferramentas de análise de Vidal de La Blache. O pensamento do autor francês foi identificado com a linha “possibilista”, em que se relativizava a influência do ambiente na forma de viver dos indivíduos apesar de não deixar de levá-la em consideração. Para compreendermos como a relação homem – natureza era expressa nas representações dos tipos regionais da série *Tipos e Aspectos do Brasil*, é necessário nos determos na identificação das principais linhas do pensamento deste autor, pois foi possível comprovar, na análise das fontes, uma maior influência desta corrente geográfica na concepção do material da série e nos artigos produzidos pela Revista Brasileira de Geografia.

A geografia vidaliana dedicou-se à relação entre homem e meio, e foi importante como ponto de ruptura com relação às perspectivas deterministas, que tiveram grande influência através do pensamento cientificista. Nas reflexões promovidas por Vidal de La Blache, propunha-se uma alternativa à perspectiva que colocava o homem como fruto do meio, a partir da ideia de uma “via de mão dupla”: o homem agia sobre o meio, ao mesmo tempo em que sofria sua ação. Segundo o autor, “*O homem faz parte desta cadeia [que une as coisas e os seres] e, em suas relações com o que o cerca, ele é ao mesmo tempo ativo e passivo, sem que seja fácil determinar na maioria dos casos até que ponto ele é um ou o outro*” (VIDAL DE LA BLACHE, Apud P. C. GOMES, 2000: 200).

Por um lado, nas análises de Vidal de La Blache, o homem teria a capacidade virtual de se opor à natureza parcialmente, e sua adaptação ao meio dependeria de sua herança cultural e instrumental. Por outro, é importante ressaltar que o meio tem movimento próprio, regras e conexões que escapam às possibilidades de intervenção do homem. Assim, para Vidal, o meio é entendido como a manifestação da ação humana sobre o conjunto das possibilidades propostas pela natureza.

O método vidaliano, segundo P. C. Gomes (2000), é caracterizado em três proposições: observação (descrição), comparação e conclusão. A observação deveria ser realizada por meio do contato direto do pesquisador com a realidade estudada. Certamente este princípio teve grande influência nas atividades dos técnicos do Estado Novo, que proclamavam a importância das viagens e dos trabalhos de campo para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o Brasil.

O estudo sobre as ideologias geográficas do Estado Novo realizado por Diniz Filho (1994) nos fornece algumas indicações importantes sobre a forma como o pensamento geográfico foi utilizado nas construções discursivas legitimadoras do regime. Ao analisar o trabalho dos ideólogos do Estado Novo, o autor destaca que é marcante a presença do evolucionismo social no pensamento destes intelectuais. Diniz Filho afirma que a adoção de uma postura que atribuía ao determinismo “natural” o papel de “causador” das condições do país levaria os intelectuais brasileiros a um dilema, pois tomar as questões ambientais como dado capaz de determinar o progresso do país implicava em “fechar os olhos” para a grande distância que separava o Brasil das sociedades mais desenvolvidas, apesar de seu rico território. Por outro lado, entender os fatores naturais, como o clima e o relevo, como centrais na explicação dos problemas nacionais, significava atribuir ao país a condição de um atraso insuperável, já condições naturais são virtualmente imutáveis. A solução encontrada foi criar um discurso em que se afirmava que, na nova etapa histórica em que o país ingressava – o Estado Novo –, o regime cumpriria a tarefa de conduzir o Brasil de volta à sua “rota de evolução histórica”, o que ocorreria pela recuperação das origens da nacionalidade, do resgate do verdadeiro caráter nacional brasileiro. Dessa maneira, o estudo dos diversos aspectos da realidade nacional (ambiente, economia, instituições públicas, etc.) adquiriria sentido na medida em que permitiam identificar as peculiaridades nacionais, às quais o estado deveria se moldar.

O peso da questão ambiental na definição e caracterização dos tipos regionais fica claro nas análises elaboradas por alguns geógrafos do período. É o caso, por exemplo, de Pierre Deffontaines, geógrafo francês que trabalhou por muitos anos no Brasil e que foi um dos principais expoentes durante o período de consolidação desta área do conhecimento no país. Em uma série de artigos da *Revista Brasileira de Geografia*, intitulados “*Geografia Humana do Brasil*” (RBG, Vol. 1, nº. 1: 19), Deffontaines propõe estudar como os homens vão “*utilizar e explorar este país desmesurado*”. A influência do ambiente na maneira como estes homens exploram o território é clara na proposta inicial de abordagem do tema, quando o autor afirma a importância de se conhecer “*o quadro físico em que se vai exercer a atividade humana, reproduzir-lhe os grandes traços característicos e mostrar a luta que os homens ali sustentam contra os diferentes elementos da natureza*”. Assim, no primeiro capítulo da série o geógrafo francês se dedica à descrição de elementos como o clima, os rios e as florestas.

Em outro artigo da série (RBG, Vol 1, nº. 2: 22), Deffontaines expõe dois conceitos fundamentais para a análise que propomos: o primeiro é o de tipo regional, que é exatamente o nosso objeto de análise; e o segundo é o de gêneros de vida. O tipo seria “*um personagem dominante que determina na região toda a série das ocupações e o regime de trabalho, e cujos hábitos e necessidades se inscrevem na própria paisagem*”. Assim, podemos notar que os tipos regionais são entendidos em uma relação com a natureza que se construía em uma via

de mão dupla. Por um lado, como a descrição de Deffontaines afirma, o tipo tem seus hábitos e necessidades se inscrevendo na paisagem, modelando-a com suas ações e com seu trabalho. Porém, a definição humana de uma região é dada pelo *gênero de vida*. Este conceito foi elaborado por Vidal de La Blache, o que mais uma vez nos mostra a influência das suas propostas de abordagem da geografia humana na consolidação desta disciplina no Brasil. Segundo P. C. Gomes (2000) os gêneros de vida

(...) compõem um conjunto particular de atitudes que tira sua significação do interior do próprio grupo, seja pela maneira de vestir, de falar, de habitar, em suma, por sua maneira de ser. Ao mesmo tempo, os gêneros de vida revelam os meios desenvolvidos por uma coletividade para sua sobrevivência, superando, em diversos níveis, o desafio da natureza em um meio concreto e imediato (P. C. GOMES, 2000: 205).

Vidal de La Blache considerava o gênero de vida como resultado, poderíamos dizer, de um conhecimento acumulado ao longo do tempo e transmitido através das gerações. Segundo o autor, as formas atuais de gênero de vida só são inteligíveis se as entendermos dentro de um processo, de uma sucessão da qual fazem parte:

O homem criou para si gêneros de vida. Com a ajuda de materiais e elementos tomados da natureza ambiente, ele conseguiu, não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir alguma coisa de metódico que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso (VIDAL DE LA BLACHE, Apud P. C. GOMES, 2000: 203).

A perspectiva de uma “via de mão dupla” na relação homem e natureza, que ressaltamos na análise de Deffontaines, aparece de forma clara nas propostas de Vidal de La Blache, e pode ser expressa no entendimento da própria ideia de região trabalhada pelo autor:

É preciso partir desta ideia de que uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem. É ele quem, ao submetê-las ao seu uso, dá luz à sua individualidade (VIDAL DE LA BLACHE, Apud P. C. GOMES, 2000: 203).

É importante observar que na descrição dos tipos regionais proposta pela série *Tipos e Aspectos* cada diferente paisagem do país serviu como cenário para o desenvolvimento de uma identidade territorializada, marcada pela forma de exploração e adaptação do homem à natureza. Em muitos casos, notamos o mesmo tipo de atividade sendo desenvolvida em diferentes áreas (como a criação de gado, que é a mais citada); porém, os tipos se diferenciam pela influência da natureza da região em que vivem. Nas análises de Deffontaines, na série de artigos anteriormente citada, o autor propõe a identificação tipos maneira mais “genérica”. Apesar de identificar em quais regiões do país estes tipos apareceriam, o autor não se preocupa na descrição de suas especificidades locais, nem se limita à enumeração de tipos rurais, fazendo referência, também, àqueles que vivem nos espaços urbanos. O geógrafo francês aponta, assim, como tipos principais, o fazendeiro (fazendo diferenciação entre a ligada à agricultura e à pecuária), o colono, o caboclo, o caçara, os trabalhadores das fábricas, e as “gentes das favelas”.

Acreditamos que a identificação de linhas de pensamento da geografia (em especial o pensamento de Vidal de La Blache), e dos principais conceitos utilizados pelos pensadores nos fornece, portanto, elementos fundamentais para a análise das imagens da série *Tipos e Aspectos do Brasil*, que é o objetivo do item que segue. Entre os conceitos relevantes para nossa proposta, apontamos, inicialmente, o de paisagem, entendida como representação. Este

conceito é central, pois a série *Tipos e Aspectos* enfatiza a questão da paisagem regional, identificando as paisagens “típicas” do espaço rural brasileiro. Observamos, também, que a construção das representações de paisagem tem origem nas concepções da relação homem – natureza. Para compreendermos como essa relação foi pensada no período analisado em nosso estudo, identificamos os aspectos principais das linhas francesas do pensamento geográfico, que tiveram grande influência na consolidação da disciplina no cenário brasileiro. Nesta identificação, apresentamos como aspectos principais as perspectivas determinista e possibilista. Concluímos que a principal influência que permeia a construção da série *Tipos e Aspectos* é o pensamento de Vidal de La Blache, que trabalha a perspectiva de uma “via de mão dupla” na relação homem – natureza: a paisagem influencia a vida humana, da mesma forma que o homem molda a paisagem. Dessa perspectiva nasce o conceito de gênero de vida, que são as “estratégias” criadas pelo homem, e transmitidas pelas gerações, para se adaptar a um determinado espaço, sem, porém, deixar de modificar esse espaço.

A partir destas colocações e reflexões, partimos, portanto, para a análise do material da série *Tipos e Aspectos do Brasil*.

3.4 – As Representações do Homem Rural em *Tipos e Aspectos do Brasil*.

Para a análise da série a partir da proposta deste trabalho, optamos por dividir as imagens que a compõem em três grupos principais: os tipos humanos, as paisagens e os elementos “típicos”, todos característicos de determinadas regiões do país. Apesar desta divisão, veremos como são estabelecidas, na série, as conexões entre essas várias imagens.

O primeiro grupo analisado é o dos elementos “típicos” de certas regiões do Brasil. Dos grupos cuja análise propomos, este é o que aparece em menor número na série, e fazem referência a meios de transporte típicos de cada região, dissertando, principalmente, sobre suas adaptações às condições da natureza local. As variedades de meios de transporte, segundo apontam os autores da série, é resultado da grande extensão do território e a diversidade de regiões naturais que dele fazem parte. Nos rios, na terra ou no lombo de animais, os homens foram capazes de superar os obstáculos colocados pela natureza, utilizando-se dos materiais existentes em cada região e conseguindo, assim, adaptar-se. Destacaremos, entre os elementos retratados pela série, o “Carro de Boi” (RBG, Vol. 3, no. 3); as “Carroças Coloniais do Sul” (RBG, Vol. 4, no. 1); as “Gaiolas e Vaticanos” (RBG, Vol. 4, no. 2); e as “Balsas” (RBG, Vol. 6, no. 4).

Lúcio de Castro Soares inicia o texto sobre o carro de boi afirmando a importância deste elemento para o progresso rural do país, como meio de transporte fundamental, e mesmo único em determinadas regiões e em certos períodos históricos. O carro de boi é descrito como rústico, modesto e vagaroso. A importância desse meio de transporte não foi diminuída pelo progresso tecnológico, como ressalta o autor por meio de uma citação de Calógeras (sem referência): “*a via férrea não extinguiu, apenas encurtou os percursos do carro de boi*” (SOARES, 1941: 667). A idéia de que este é um elemento típico da paisagem e da cultura brasileira é salientado por Soares, que afirma que tanto o carro de boi quanto o carreiro que o conduz têm enriquecido o folclore, fornecendo temas variados e interessantes para as “*pitorescas e expressivas toadas sertanejas*” (SOARES, 1941: 667). A força do carro de boi como um elemento da nossa cultura, segundo o autor, é demonstrado, inclusive, por sua presença no quadro de Pedro Américo que retrata a proclamação da independência brasileira.

Como observamos na imagem, a técnica do desenho em bico de pena utilizada por Percy Lau ajuda a promover um clima de harmonia entre homem, seus instrumentos e a natureza, pois, em uma visão geral, estes elementos chegam a se confundir uns com os outros. Tanto os pés do homem que guia os bois, quanto as patas dos próprios animais, se confundem com o solo e a vegetação, por exemplo. É também interessante notar que, como neste caso o

elemento destacado na representação é o carro de boi, quando nos detemos nas imagens dos dois homens que aparecem retratados observamos que seus rostos aparecem como poucos detalhes; é quase impossível identificar seus olhos e seus traços. Essas representações contrastam com aquelas em que o tipo humano é a figura central do texto e da análise, em que vai imperar a riqueza de detalhes tanto dos aspectos físicos quanto das roupas e adereços.

As carroças coloniais aparecem como um elemento típico da região sul do Brasil, apesar de sua origem ser as planícies centroeuropeias, como aponta Lúcio de Castro Soares. Este meio de transporte também é identificado como elemento de relevância no folclore dessa região. Por ser utilizada em viagens de longo percurso, a carroça acabava se tornando uma casa para aqueles que com ela trabalhavam. Destaca Soares que a carroça, por sua utilidade, estava intimamente ligada aos hábitos e costumes do homem do sertão, e, assim como o carro de boi, continuava a ser um elemento de civilização e de progresso.

Em seu texto, Soares ressalta a importância deste meio de transporte que, em um passado próximo, era o único elo entre os pontos extremos ocidentais e os centros industriais do leste do Paraná. Essa importância não se perdera na atualidade, quando este meio de transporte ainda fazia parte da paisagem local, cortando matas e campos do estado.

A análise da imagem de Percy Lau é bastante próxima à que apresentamos em relação ao carro de boi, principalmente no que diz respeito à ausência de detalhes das figuras humanas retratadas. A carroça em seus detalhes, seu carro, sua cobertura, seu animais, emoldurada pela paisagem característica da região sul do Brasil (identificada principalmente pela vegetação), ocupa o centro da cena retratada pelo artista.

Algumas questões chamam nossa atenção na comparação das duas imagens, especialmente com relação aos elementos que mostram as especificidades locais. No texto sobre os carros de boi o autor não estabelece uma conexão mais específica entre este elemento e uma determinada região do país, como faz no caso das carroças coloniais. Porém, através da observação da paisagem e dos tipos humanos presentes nas imagens, é possível perceber que elas retratam diferentes regiões do país. No caso das paisagens, a identificação das regiões fica por conta da vegetação: na do carro de boi predomina a vegetação rasteira, com algumas árvores ao fundo, entre as quais identificamos algumas parecidas com palmeiras, indicando, possivelmente, uma região de clima mais quente, enquanto a das carroças coloniais representa as araucárias, típicas da região sul. Também os tipos humanos retratados são diferentes, pois enquanto o que aparece na imagem do carro de boi é mestiço / negro, o do sul é branco. Estas referências reforçam a perspectiva de que as imagens utilizadas tinham a capacidade de sintetizar e fazer referência ao que seria típico ou característico de cada região. Assim, por exemplo, como o sul foi uma área de intensa imigração estrangeira, o tipo humano a ser destacado é o branco.



Figura 24: Carro de Boi, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 3, no. 3.



Figura 25: Carroças Coloniais do Sul, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 4, no. 1.

No item sobre “Gaiolas e Vaticanos”, José Veríssimo da Costa Pereira apresenta uma detalhada descrição de diversas embarcações, procurando mostrar como estas foram construídas adaptadas às necessidades da região amazônica, dando maior ênfase nas citadas no título do item. As gaiolas são vistas pelo autor como um dos fatores de maior influência política, social e econômica na vida da Amazônia, por permitir a comunicação entre cidades, vilas, povoados e barracões situados à beira do rio. Já, os vaticanos são embarcações maiores e mais suntuosas, que oferecem um maior conforto aos passageiros. Na imagem observamos a “convivência” das embarcações mais modernas e de maior porte (o vaticano está ao fundo, com duas chaminés, e a gaiola no centro da imagem, com apenas uma chaminé) com diferentes tipos de embarcações menores, como canoas, entre as quais algumas possuem algum tipo de cobertura.

A imagem de autoria de Percy Lau permite perceber que o interesse em destacar as gaiolas e vaticanos não é apenas o de assinalar a existência e a importância destes meios de transporte. Ela nos possibilita perceber a inserção destas embarcações no cenário de vida das populações ribeirinhas. À margem do rio, a população leva sua vida sob os olhos dos observadores da gaiola: dois homens desembarcam de sua canoa, uma mulher, levando aparentemente) uma trouxa de roupas na cabeça, está com uma criança, e, no canto inferior direito da imagem, um homem (que parece estar pescando), uma mulher e um cachorro parecem observar a movimentação do rio que, como chamou a atenção o autor do texto, é por onde se desenvolve a vida local. Chega a ser contrastante a presença de embarcações com chaminés e fumaça em um espaço dominado pelo verde, pela floresta, em que a vida humana parece tão pequena na imensidão, que os personagens retratados quase se confundem com a paisagem. Talvez esta aparente contradição possa ser entendida na perspectiva da própria Marcha para Oeste, já que a Amazônia aparece como um dos espaços a serem ocupados na convocação feita por Vargas aos brasileiros. Assim, a chegada do progresso, mesmo que lenta, é destacada, ao mesmo tempo em que se valoriza a potencial riqueza natural da região.

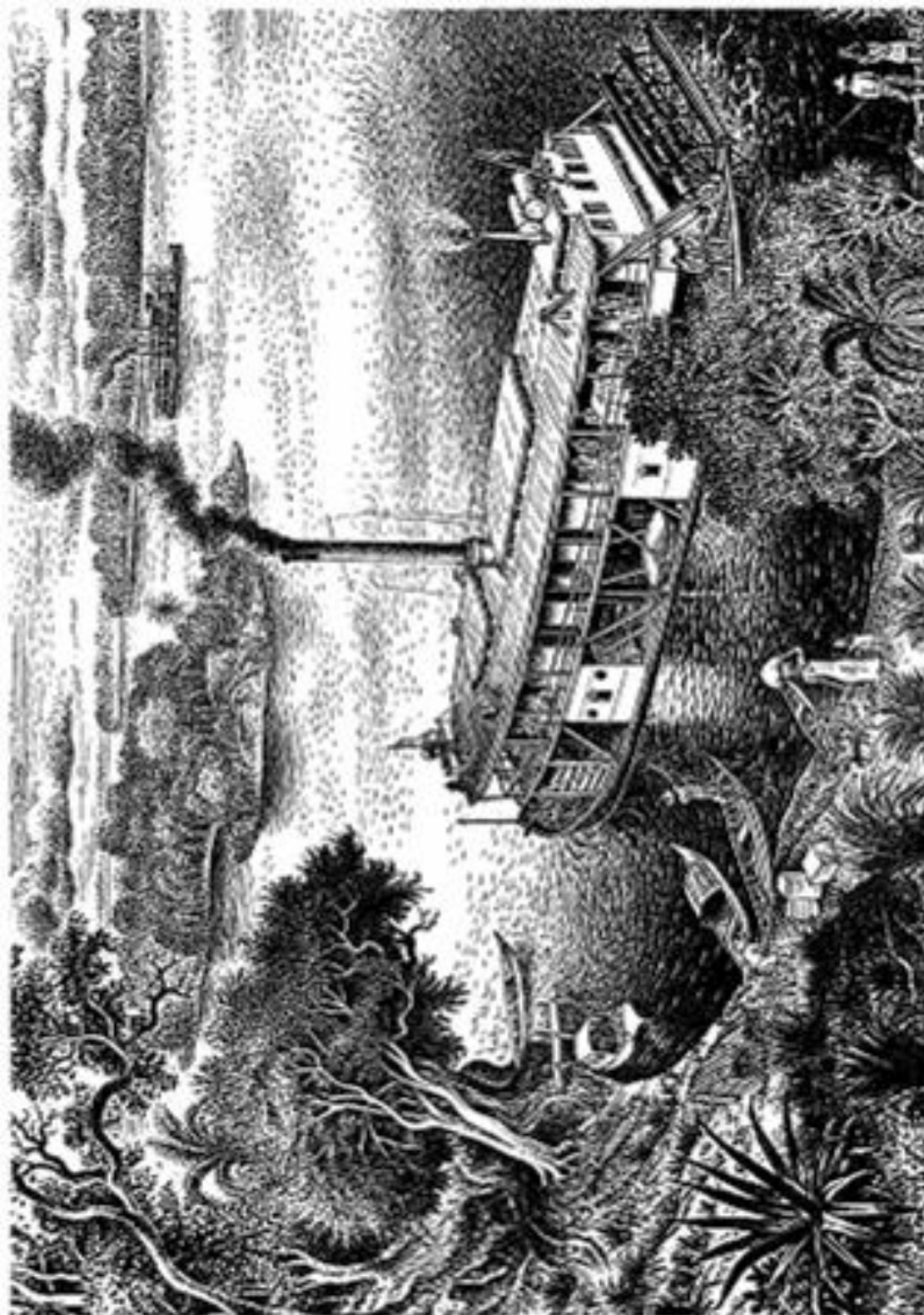


Figura 26: Gaiolas e Vaticanos, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 4, no. 2.

As balsas também foram retratadas em *Tipos e Aspectos do Brasil*, ficando mais uma vez o texto a cargo de José Veríssimo da Costa Pereira. Assim como as gaiolas e vaticanos, no cenário amazônico, as balsas aparecem como meios de transporte fundamentais em regiões do interior do Brasil, principalmente nas que possuem grandes rios navegáveis. Segundo o autor, “*As balsas sintetizam, geograficamente, uma forma de colaboração entre o homem e a natureza. Refletem no aspecto, na segurança para os fins a que se destinam e no modo porque são impulsionadas, também, o grau de civilização. E, sem dúvida, as tradições culturais conservadas através dos tempos (...)*” (PEREIRA, 1942: 385). Tanto o texto quanto a imagem de Percy Lau, assim como no caso da imagem das embarcações amazônicas, vêm reforçar a perspectiva de que estes aspectos típicos são pensados como instrumentos do homem para se adaptar ou “vencer” as condições naturais.

É descrito na imagem e no texto o cotidiano não só da população que utiliza a balsa, mas daqueles que participam do cenário em que este meio de transporte se faz presente. Podemos, assim, identificar uma série de personagens que realizam suas tarefas cotidianas dentro da balsa (o homem cozinhando, a mulher estendendo a roupa, a menina tomando conta do bebê, homens descarregando produtos e até um cachorro observando o movimento ao seu redor), e no caminho por onde a balsa passa (um homem pegando água em um balde e, ao fundo, outro que banha sua montaria no rio).

Concluimos a análise do grupo de imagens relativas aos elementos “típicos” retratados nos *Tipos e Aspectos*, salientando que a identificação e descrição destes elementos devem ser compreendidas a partir das perspectivas colocadas pela geografia humana do período, e no seu uso como instrumento de criação de identidades territorializadas. Esses elementos podem ser identificados, por exemplo, com a ideia de gêneros de vida, tanto como expressões de hábitos, culturas, enfim, formas de vida de uma determinada população, quanto como instrumentos ou meios desenvolvidos por essa população para sua sobrevivência, adaptando-se e vencendo a natureza. Por sua funcionalidade, passaram de geração para geração, tornando-se, assim, aspectos típicos de determinados grupos humanos e regiões, o que permitiu a esses elementos tornarem-se parte de um imaginário, do folclore e da cultura popular, como ressaltam os autores nos textos analisados.

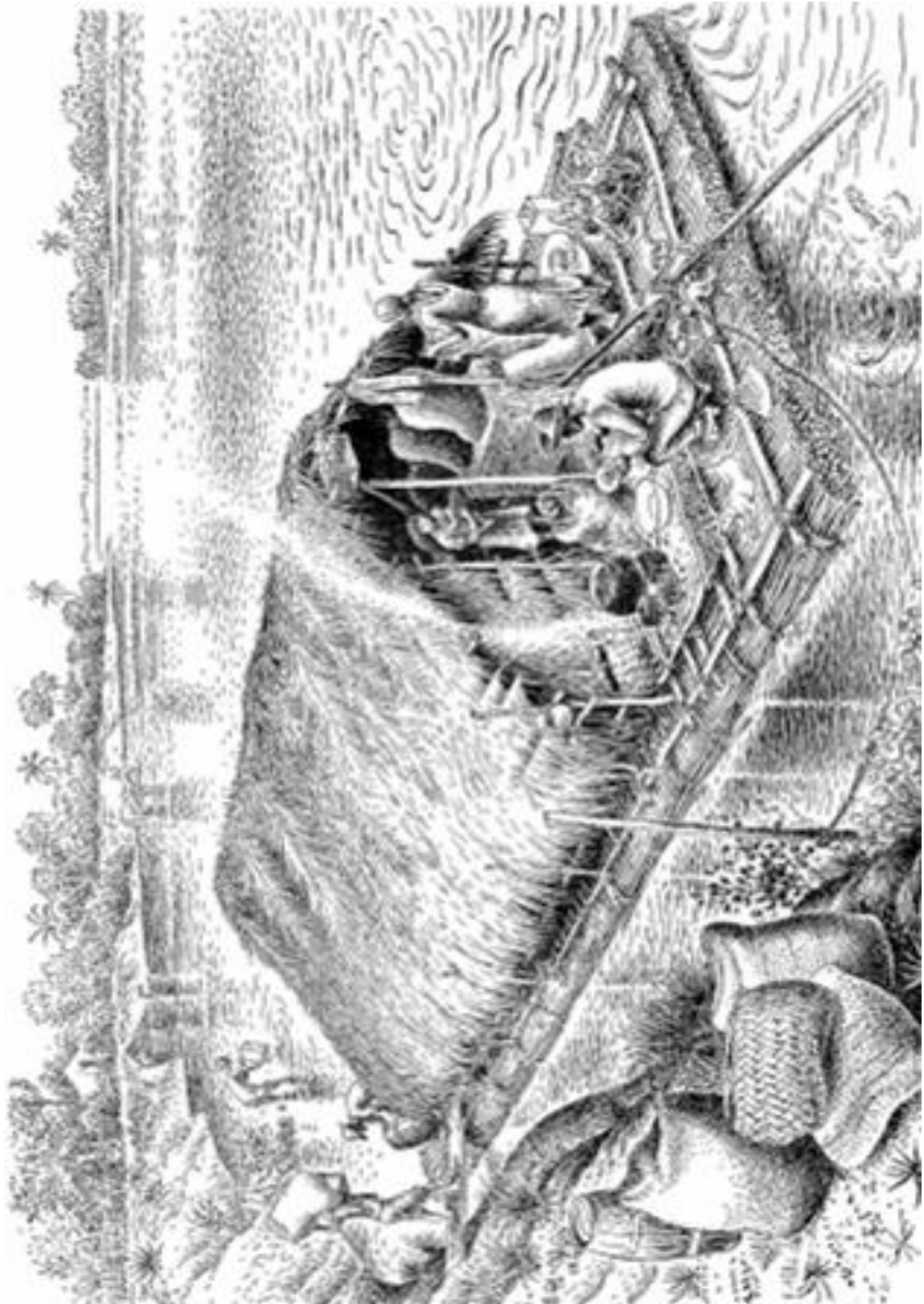


Figura 27: Balsas, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 6, no. 4.

O segundo grupo de imagens que propusemos analisar é o das paisagens. Reproduzindo cenários de diferentes regiões do país, o retrato das paisagens em *Tipos e Aspectos* vem reforçar a questão da diversidade natural como uma riqueza para o país. Ressaltam, os autores, que o país não é, como há muito se imaginava, um país formado “somente” por florestas, mas que possuía uma grande variedade de formações naturais. Observamos que na apresentação destas paisagens predomina a referência ao tipo de vegetação ou de uma árvore específica. Temos, assim, a caatinga (RBG, Vol. 2, no. 1), o campo cerrado (RBG), restingas (RBG, Vol. 7, no. 4), e também o pinhal (RBG Vol. 4, no. 1), o buritizal (RBG, Vol. 4, no. 4), o cacau (RBG, Vol. 3, no. 4), e floresta da encosta oriental (RBG, Vol. 2, no. 4), entre outros.

A apresentação de um país rico em paisagens aparece conjugada à proposta em voga no período de se construir um conhecimento mais aprofundado do país, como base para as ações e direcionamentos do Estado. Buscava-se constituir um conjunto de informações técnicas que, como já chamamos a atenção anteriormente, caracterizam o processo de racionalização promovido pelo Estado. Essa perspectiva se reflete, por exemplo, na forma como a descrição das paisagens é feita nos textos da série. Além do detalhamento, predominam referências a uma série de dados técnicos, principalmente sobre botânica, morfologia das plantas, nomenclaturas científicas, localização geográfica, clima, etc.

A ideia de riqueza presente nos textos e imagens não é expressa somente na questão da diversidade, mas também na descrição das potencialidades econômicas destas regiões. Principalmente nos textos que descrevem paisagens a partir de certa espécie predominante, os dados econômicos, o atual estágio de exploração e as medidas futuras para o impulso a produção aparecem como aspectos significativos, pois se apresentam não apenas como legitimadores da representação das riquezas naturais do Brasil, mas, mais especificamente, como potencialidades econômicas do espaço rural brasileiro.

Com relação à questão econômica, podemos citar exemplos de produtos que já apresentavam grande importância e já eram bastante explorados, e outros cujo futuro sucesso se anunciava. No primeiro caso, podemos citar o café (RBG, Vol. 7, no. 3), apresentado como o principal produto de exportação e esteio da economia brasileira. Segundo Elza Coelho de Souza, “*a despeito das crises de superprodução, dos graves erros cometidos na política do café, da proibição de novas plantações em vigor por alguns anos, do impulso dado à policultura, o café tem sido e continua a ser o eixo da economia brasileira, repercutindo profundamente, as suas crises, no organismo político e econômico do Brasil*” (SOUZA, 1945: 500). É interessante como o texto mostra uma ruptura entre a Primeira e a Segunda República no que diz respeito às políticas do café, chamando a atenção para o fato de que os erros das políticas anteriores foram superados e afirmando que, apesar de continuar a ter peso fundamental na economia brasileira, o café estava lado a lado com novas produções estimuladas pelo governo, o que nos recorda o discurso de combate aos males da monocultura, analisado no capítulo I.

Diversos produtos são apresentados como potenciais econômicos, que precisavam apenas de estímulo e orientação técnica. É o caso, por exemplo, do cacau (RBG, Vol. 3, no. 4), citado como um dos exemplos de esperança para o soerguimento econômico da Amazônia; são citados, também, os coqueirais das praias do nordeste (RBG, Vol. 3, no. 1), cujo cultivo racional e combate às pragas poderia levar a um grande aumento da produtividade. No texto sobre os babaçuais (RBG, Vol. 6, no. 1), José Veríssimo da Costa afirma que a exploração do babaçu não pode ser pensada como um “gênero de vida” típico do Brasil, pois os trabalhadores rurais dedicavam-se apenas à quebra dos cocos, e não ao beneficiamento do produto; além disso, dedicavam-se ao babaçu apenas em momentos de carestia, de forma a complementar outras produções, sendo considerado, portanto, como um “gênero de vida complementar”. O autor lamenta a inexistência de uma educação industrial que contribuísse

para a transformação dos hábitos e para a valorização do babaçu. Essa discussão nos permite delimitar ainda melhor o conceito de gênero de vida, pois o autor afirma que, se uma determinada tarefa não apresenta papel central na economia de um grupo ou não é uma atividade realizada de forma constante, ela é compreendida apenas como algo complementar no âmbito do conceito.

É interessante comparar as imagens da exploração de um produto já consolidado, como o café, e a de uma produção secundária, como a dos babaçuais. Na imagem da colheita de café (RBG, Vol. 7, no. 3) observamos a presença de homens e mulheres no trabalho, com seus instrumentos, e com uma carroça que leva a produção. A ideia transmitida pela imagem é de que se trata de uma atividade mais “desenvolvida” do que no caso dos babaçuais, já que, no caso da exploração deste produto, é apresentado um grupo formado somente por mulheres, que está sentado, retratado apenas com o material necessário para a quebra dos cocos do babaçu e seu armazenamento. Esta imagem é uma das poucas em que só aparecem mulheres, e mais, em que as mulheres são retratadas de forma mais ativa, lidando diretamente com a produção citada. Assim, enquanto o café ocupa de forma constante todo o grupo social que vive da sua produção, o babaçu mobiliza apenas uma parte do grupo. Esse fato parece reforçar o que o texto aponta, sobre o fato da exploração do babaçu ser considerada complementar ou secundária ao modo de vida da população local, mais do que uma possível interpretação de que seria uma atividade típica das mulheres, o que não é registrado no texto.

A perspectiva defendida no texto de que a produção de babaçu necessita de maiores investimentos é também reforçada se compararmos as duas imagens. A exploração do café é retratada de forma muito mais dinâmica, em que os personagens apresentados realizam diferentes “etapas” do processo produtivo: alguns tiram os frutos da planta; outros os recolhem do chão; alguns fazem a separação nas peneiras; outros ensacam os frutos que, por fim, são conduzidos à carroça para o transporte. A cena contrasta bastante com a da exploração do babaçu, em que todas as mulheres da cena realizam a mesma tarefa: quebrar o coco e separar as sementes. Transmite, assim, a impressão de uma atividade mais rudimentar.



Figura 28: Colheita de café, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 7, no. 3.



Figura 29: Babaçuais, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 6, no. 1.

É possível afirmarmos que, como no caso do primeiro grupo de imagens analisado (os elementos “típicos”), um grande número de imagens vinculava a paisagem ao homem, procurando mostrar como este cenário é ou deveria ser utilizado pelo homem, mais uma vez reforçando a ideia da descrição do conceito vidaliano de gêneros de vida. Um dos exemplos em que a questão do gênero de vida aparece mais destacada é o caso dos carnaubais (RBG, Vol. 5, no. 2). José Veríssimo da Costa Pereira afirma em seu texto que toda a atividade humana regional gira em torno desta exploração. Estas atividades não se limitam à

industrialização e comercialização dos produtos da carnaúba, como velas, cera, madeira, lubrificantes e outros – na opinião do autor, era necessária, inclusive, uma maior difusão destas atividades; os produtos oriundos da carnaúba estavam presentes também em diversos aspectos do cotidiano da população local: em materiais utilizados na construção de casas, na confecção de chapéus, de bolsas, de cercas, de rolhas de garrafa, de pilares de pontes, entre outros. Assim, o gênero de vida refletiria não apenas a realização de uma atividade econômica possível à determinada região pelas riquezas naturais ali existentes. O conceito espelha, também, o aspecto cultural, em que as condições oferecidas pela natureza levam os homens a utilizarem-na em vários elementos do seu cotidiano, o que, muitas vezes, tem como consequência a formação de elementos típicos daquele grupo social e daquele espaço regional (por exemplo, uma casa típica de determinada região por conter em sua construção certo elemento da natureza local).

Outra questão que merece destaque é a perspectiva da via de mão dupla da relação entre homem e paisagem que aparece neste grupo de imagens. A atenção dada ao gênero de vida, como já colocamos, reforça esta perspectiva. Mostramos, com os exemplos citados, como o homem era retratado fazendo uso dos recursos do ambiente para se adaptar e vencer a natureza, modificando o espaço e a paisagem em que vive. Porém, algumas passagens reforçam também a ideia de que o modo de ocupação humana e os diversos aspectos da atividade econômica são efeitos do solo, do relevo, e de outros aspectos naturais. Uma síntese da perspectiva de via de mão dupla na relação entre homem e paisagem é fornecida pelo próprio Vidal de La Blache, que considerava a “*terra como a cena na qual a atividade do homem se desenvolve, sem refletir que essa cena é ela mesma viva*” (VIDAL DE LA BLACHE apud SAUER, 1998:22).

Até o momento, analisamos paisagens características de certas regiões brasileiras, apresentadas de forma a enfatizar a relação entre homem e paisagem / natureza. As imagens mostravam como se cristalizava o conceito de gênero de vida, como um determinado grupo social se adaptava às condições impostas pela natureza e a utilizava no seu cotidiano, econômica e culturalmente. Porém, é possível observar que, em alguns casos, as imagens de Percy Lau retratam a natureza “pura”, “intocada”, sem a presença do homem, em oposição aos textos que as acompanham, onde existem referências à sua presença naquele determinado ambiente. É o caso da imagem da caatinga, onde a ausência da figura humana no desenho parece demonstrar toda a dureza imposta pela natureza neste cenário. Apesar da variedade vegetal retratada na imagem, o texto destaca suas difíceis condições: trata-se do “*vasto, monótono e heróico teatro do clássico flagelo: a seca*”(CÂMARA, 1940:92). O texto segue descrevendo as características daquela região, onde as estações do ano são apenas duas: o inverno (estação de chuvas) e verão.

Apesar de a imagem e o texto, até este momento, ressaltarem as dificuldades colocadas pelo ambiente e transmitirem a sensação de um espaço despovoado, em suas considerações finais o autor, Eduardo Pessoa Câmara, ressalta que as variedades vegetais, aparentemente tão impróprias para a vida humana, são, na realidade, o que a tornam possível: “*Vegetação espinhosa, agressiva mesmo, guarda, entretanto, em suas folhas, em seus caules e suas raízes, a água e o alimento com que irá socorrer, nos dias de sofrimento, os animais e, até mesmo, o homem*” (CÂMARA, 1940:92). Termina afirmando que o tipo humano ali existente – o sertanejo, sobre o qual nos debruçaremos adiante – e a natureza formam uma só entidade. O exemplo nos mostra a importância de considerar a imagem e o texto como um conjunto a ser interpretado em sua totalidade, pois a análise da imagem, em separado, poderia nos fornecer uma impressão diferente daquela proposta.

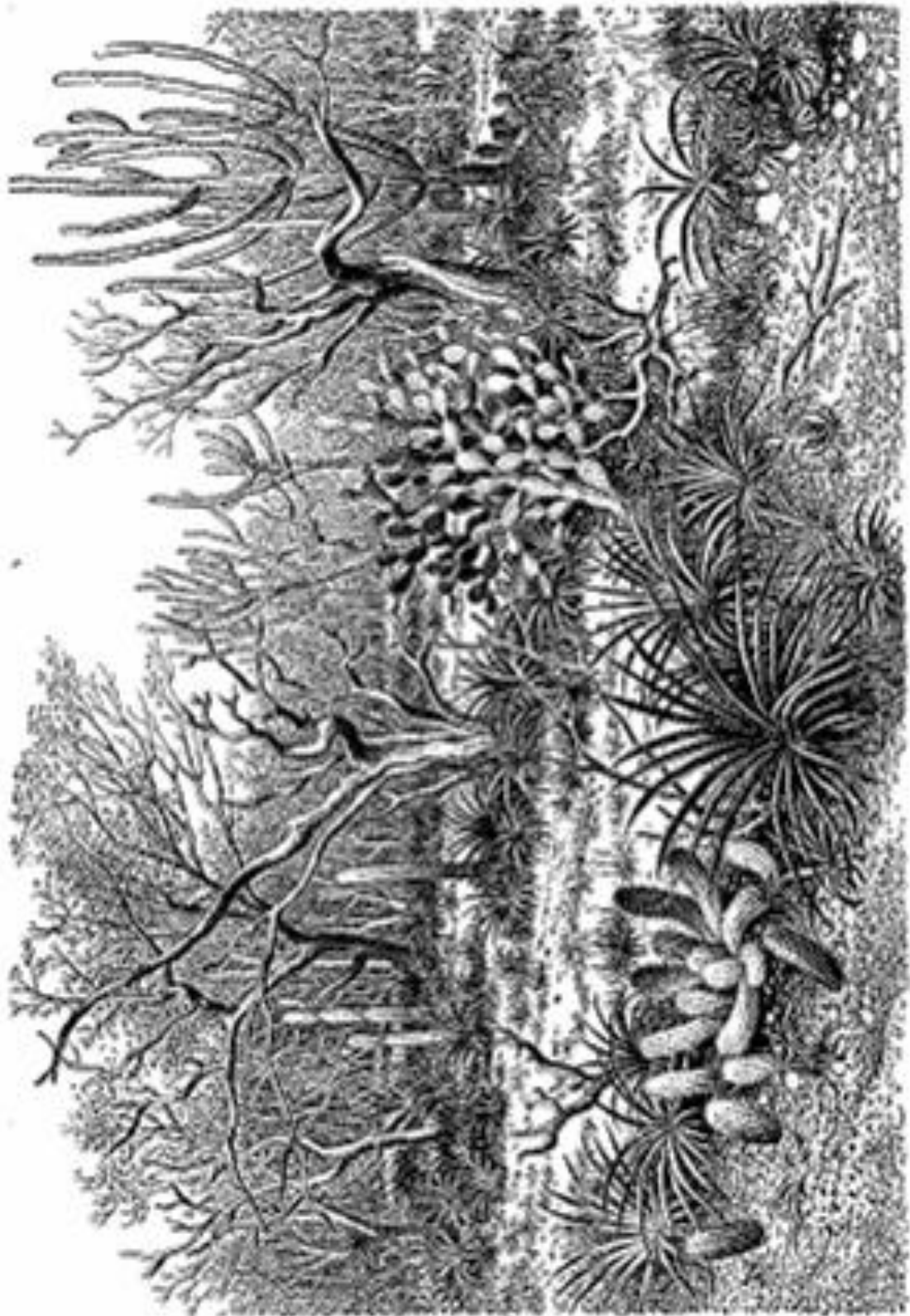


Figura 30: Caatinga, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 2, no. 1.

Quanto à análise dos tipos regionais, devemos iniciá-la apontando que estes são rotulados e tratados na série não apenas em função do lugar no qual vivem, mas também pelo seu trabalho, ou melhor, pela forma como o homem se relaciona ou explora o meio em que vive. Esta observação é fundamental para as propostas e hipóteses levantadas por este trabalho, pois observamos que as representações de identidades territorializadas do homem rural não estão desconectadas das representações deste como trabalhador e da sua valorização como produtor de riquezas para o país, como destacamos no segundo capítulo. Desta maneira, os textos e representações da série não se propunham a tratar do “homem da Amazônia”, por exemplo. Encontramos diversos tipos característicos desta região, que são identificados e rotulados não apenas pelo fato de viver nela, mas, em primeiro lugar, pela atividade que realizam, como, por exemplo, os tipos do seringueiro ou do vaqueiro de Marajó. Por meio desta forma de representação podemos observar a ênfase nas proposições já apontadas de que o homem, sua cultura e seu estilo de vida, estão profundamente ligados às condições colocadas pelo meio e às diferentes formas que esse homem encontra para se adaptar e explorar. Por isso, cada região, com suas características específicas, abrigariam tipos tão diferentes, origem da diversidade humana e cultural brasileira.

As questões da diversidade do homem nacional e das especificidades regionais são centrais na série – são sua essência. A relação dos tipos funciona quase como um inventário de peças que se juntam e formam o mosaico da identidade nacional. E, como temos ressaltado e daremos destaque nas análises que se seguem, a perspectiva da influência do meio / natureza também aparece como eixo fundamental nessa construção. Os textos de “*Tipos e Aspectos do Brasil*” se dedicam a uma série de descrições dos aspectos físicos e psicológicos do homem típico das diversas regiões: a questão étnica, influenciada pela forma de colonização, e os aspectos materiais e os gêneros de vida, pelas condições ambientais. É importante notar como a construção de um tipo capaz de sintetizar o que seria o homem de cada região, seus aspectos físicos e psicológicos, estão, nas descrições, profundamente “emaranhados” às condicionantes ambientais.

Ruy Moreira (2007), ao analisar diversas obras literárias, afirma que existem duas formas de intervenção do espaço numa obra de arte: o espaço “real” – o meio físico que existe “de verdade”, onde a cena se passa – e o espaço simbólico – marcado pelos significados a ele atribuídos pelos homens. As observações feitas pelo autor sobre aspectos da obra de Graciliano Ramos oferecem atraentes possibilidades de leitura das representações oferecidas pela série “*Tipos e Aspectos...*”. Para Moreira, Graciliano constrói uma narrativa na qual se realiza uma unidade entre espaço interno (do personagem) e externo (do ambiente), na qual a paisagem “de fora” – a paisagem real – se confunde com o “*sentir-se no mundo da paisagem de dentro*” (p. 158) – processo em que se cria uma série de significados para a paisagem real. Em suas obras, a fala sobre a interioridade subjetiva dos personagens faz referência à paisagem árida onde se desenvolvem as histórias: “*espaços internos e externos se fundem e se confundem, porque se leem mutuamente, identificando a unidade objetivo-subjetiva das contradições da existência (des)humana do sertanejo*”. (MOREIRA, 2007: 145).

Essa perspectiva de uma continuidade entre o espaço interno do homem e o ambiente em que vive pode ser identificada nas representações dos tipos elaboradas na série e que, como vimos, seguem uma tendência da geografia humana em voga no período, na forma como esta concebia a relação entre homem e natureza. Lembrando, é claro, da percepção da existência de uma “via de mão dupla”: não se trata de um determinismo do meio sobre o homem, pois este tem a capacidade de, em certa medida, vencê-lo e moldá-lo.

Se a análise de Ruy Moreira nos permite construir uma conexão entre a ideia de paisagem interna (a psicologia e o sentimento dos personagens) e externa (a natureza, o ambiente), que, como veremos, se evidenciará nas descrições dos tipos feitas pelos diversos autores, é possível identificar, na análise das imagens da série, uma conexão “física” entre

homem e natureza. É o que aponta Ana Daou, ao chamar a atenção para a recorrência de imagens de homens “enraizados”, “fincados ao chão”, no conjunto de autoria de Percy Lau. É o caso da imagem dos “Arpoadores de Jacaré” (RBG, Vol. 1 no. 4), sobre a qual Daou observa que:

Os pés não estão desenhados e o “tipo” emerge do solo, das entranhas do território pátrio (...). Seu corpo parece enraizado no território pátrio que aproxima todos os tipos do Brasil. O enraizamento do corpo fornece, por meio do solo comum, a continuidade sobre a qual se tece, acima da diversidade dos tipos, aspectos e paisagens, a identidade nacional (DAOU, 2001, p. 149).

Vale a pena recordar que, em outras representações do homem rural, já analisadas neste trabalho, identificamos essa mesma característica, como nas fotografias que ilustram o calendário produzido pelo Ministério da Agricultura, utilizado como fonte no primeiro capítulo. Em ambas as representações identificamos essa “sensação” de que homem e solo – natureza se misturam, sendo quase impossível dissociá-los, reafirmando, assim, a conexão entre povo e terra, esta última entendida como materialização da nação. Outro aspecto desta imagem, para o qual já havíamos chamado a atenção em representações analisadas anteriormente, é a perspectiva utilizada para a representação do personagem em destaque, em que a sua figura, no plano principal, parece “agigantada”, fazendo um paralelo com a ideia de grandeza de valor, de grandeza moral do homem do campo, valorizada pelo Estado Novo.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL



Figura 31: Arpoadores de Jacaré, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 1 no. 4.

Como identificamos no primeiro item deste capítulo, vários são os tipos retratados na série. A escolha daqueles que seriam analisados se deu pela perspectiva da comparação: a partir de uma atividade “típica” do homem rural, o pastoreio, nossa proposta é comparar os tipos dedicados a esta atividade em diferentes regiões do país. Acreditamos que essa comparação nos possibilitará observar, de forma mais aprofundada, a ideia da diversidade cultural, humana e material, e a sua ligação com a questão do meio ambiente. Assim, os tipos escolhidos para a nossa análise são o vaqueiro de Marajó, o vaqueiro do Rio Branco, o vaqueiro do nordeste e o gaúcho.

Na imagem do vaqueiro de Marajó (RBG, Vol. 1, no. 2) observamos, ao fundo, um peão montado a cavalo e fazendo uso do seu laço, retratando alguns aspectos da atividade cotidiana deste tipo. Grande parte do texto sobre o tipo é, na verdade, dedicado à descrição do meio onde vive, a Ilha de Marajó. Ressalta Lúcio de Castro Soares que se trata de uma região muito fértil, e que apresenta excepcionais pastagens, na parte oriental da ilha. A principal característica natural da região são as frequentes inundações, que influenciam, sobremaneira, o modo de viver da população local. As cheias fazem com que os seus habitantes construam casas suspensas, acima do nível máximo das inundações, e obrigam os vaqueiros a recolher o gado às “marombas” (estrados elevados sobre estacas), onde o rebanho passa a estação das chuvas.

Como no caso da imagem dos arpoadores de jacaré, no primeiro plano ganha destaque a figura “agigantada” do vaqueiro de Marajó. Este é representado em detalhes que acompanham a descrição do texto: seu tipo mestiço, oriundo do cruzamento de brancos e índios, com a predominância dos últimos; e suas roupas, com destaque para o chapéu. Esse acessório “típico” do homem rural, presente em várias outras representações, é mais uma indicação da necessidade de adaptação do homem ao meio. Diferente dos trabalhadores das cidades, geralmente concentrados em espaço fechados, o homem rural vive em contato com a natureza; sua “fábrica” são os campos, os espaços abertos, precisando, assim, se proteger do sol e da chuva. O chapéu também apresenta características regionais, sendo fabricado com diferentes materiais, de acordo com a disponibilidade local. No caso do vaqueiro de Marajó, o chapéu acaba se destacando na imagem pela sua beleza, pela complexidade do seu trançado, e pela grande quantidade de detalhes, que são reproduzidos por Percy Lau. O rosto do vaqueiro, marcado pelos sinais do tempo; o olhar, fixado em algo longe. A figura transmite sensações de força e serenidade. A expressão serena do personagem principal apresenta um interessante contraste com as ações que se desenrolam no cenário ao fundo. Esse dinamismo apresentado na imagem representa a superação das representações anteriormente construídas sobre o homem rural, que enfatizavam a preguiça, a indolência e a ignorância deste homem. A serenidade e a tranquilidade, e também a paciência do homem do campo, não são mais associadas à preguiça, e sim, valorizadas como algo característico daquele que vive em um ritmo que não é o da cidade, é o da natureza.

O vaqueiro de Marajó é etnicamente definido como caboclo. Sua vida estaria intimamente ligada à da fazenda, trabalhando unicamente para o fazendeiro que lhe paga o salário, e lhe fornece casa e alimentação. Sua vestimenta é sóbria, com camisa e calça de pano claro, que lhe dá liberdade de movimento e conforto em um clima quente e úmido. O texto chama a atenção para o seu chapéu de palha, ao qual já nos referimos anteriormente, e que tem como característica o fato de possuir, entre o forro e a copa, várias folhas secas que protegem dos raios solares e impermeabilizam quanto à água da chuva. Assim, suas vestes estariam adaptadas ao clima da região em que vive e seriam propícias à realização da sua atividade. O uso do boi-de-sela também é característico deste vaqueiro, usado para enfrentar as cheias dos rios.



Figura 32: Vaqueiro de Marajó, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 1, no. 2.

Também do norte do Brasil, o vaqueiro do Rio Branco é outro tipo apresentado na série. Neste caso, alguns aspectos merecem ser citados com relação à imagem que acompanha o texto. Em primeiro lugar, ela é de autoria de Percy Lau, mas é baseada em uma fotografia de George Huebner, apresentada em obra de Jacques Ourique, de 1906. O que mais desperta a curiosidade em relação ao uso desta imagem é o fato de José Veríssimo da Costa Pereira afirmar que esta difere bastante do vaqueiro “real”, destacando-se o fato da imagem mostrar um tipo que apresenta uma vasta barba, o que não corresponde às características mais usuais do vaqueiro, cujas origens são indígenas.

Segundo o autor, este vaqueiro apresentaria características que o diferenciavam do gaúcho e do nordestino. O vaqueiro do Rio Branco imprimiria um traço de “*indiscutível personalidade*” à paisagem cultural do estado do Amazonas. Na descrição deste tipo, o autor ressalta a relação harmoniosa que se estabelece entre homem e natureza, em que ele se ajusta às condições naturais, o que influenciaria, por exemplo, na forma de povoamento disperso que diferenciava os vaqueiros da população ribeirinha, mais comum na região. Assim como o vaqueiro de Marajó, o do Rio Branco é, usualmente, peão de uma fazenda, subordinado, ao “capataz”, que a administra em nome do dono.

Ressalta Costa Pereira que, pela ausência de um meio tão hostil como o do nordeste, poderia, o vaqueiro do Rio Branco, usar não uma “armadura” de couro, mas roupas leves de algodão, mais adaptadas ao clima quente e úmido, semelhantes às do vaqueiro de Marajó. De

couro usa apenas as sandálias e polainas, ambas de pele de veado. O seu chapéu de palha é “ordinário”, menos elaborado do que o ostentado pelo vaqueiro de Marajó.

Descritos como honestos, bons, prestativos e hospitaleiros, os vaqueiros do Rio Branco são valorizados pelo autor por promoverem “*o milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos grandes focos de civilização nacional*” (PEREIRA. 1942: 607). No texto, o autor nos fornece um bom exemplo da representação dos tipos regionais como tipos síntese que integram o “mosaico” da identidade nacional, afirmando que:

A paisagem, que do ponto de vista físico já se integra nos 60% do nosso território de flora geral, quanto ao aspecto humano e político é 100% brasileira, de vez em que as características de brasilidade apresentadas pelos humildes vaqueiros do Rio Branco, aliadas ao seu gênero de vida e seu regime de trabalho, são de molde a se poder afirmar que eles atuam no seu quadro geográfico como se o acaso estivessem cumprindo, exclusivamente por educação, o significado do lema nacionalidade (PEREIRA. 1942: 607).

Não fica muito claro no texto o que seriam as “características de brasilidade”, pois o autor não diferencia, na descrição dos vaqueiros, o que são marcas próprias deste tipo e quais permitem sua identificação com a brasilidade. Acreditamos que estas características envolvam pontos como a bondade e a hospitalidade, além da harmonia com a natureza, que, se avaliarmos com atenção, fazem parte do imaginário sobre o que é “ser brasileiro” até a atualidade. Já, sobre a idéia de nacionalidade, podemos notar que esta está conectada ao tema da Marcha para Oeste. Levando humanização a este “vazio demográfico”, através da ocupação / povoamento, e produzindo riquezas por meio da sua atividade, contribuiria o vaqueiro, na lógica da Marcha, para promover a integração desta região ao mapa nacional.



Figura 33: Vaqueiro do Rio Branco, reprodução de uma imagem apresentada por Jacques Ourique.
RBG, Vol. 4, no. 3.

A continuidade entre espaço interno e externo, entre psicológico e ambiente, à qual nos referimos anteriormente, se evidencia na descrição do vaqueiro do nordeste (RBG, vol. 3, no. 2). Segundo Maria Fagundes de Souza Doca, o tipo humano que vive na paisagem dominada pela caatinga ressequida e espinhenta tem em suas características somáticas e psicológicas um “*espelho fiel do meio que habita*” (DOCA, 1941: 432). Descreve-o a autora como “*pequeno no porte, magro e sóbrio nos músculos; taciturno e desajeitado em descanso, intrépido e vibrátil quando solicitado para a ação. É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito e interpretado pelo gênio imortal de Euclides da Cunha*” (idem). O discurso busca em Euclides da Cunha a ideia de força do sertanejo brasileiro, e afirma, a autora, que o vaqueiro nordestino é o mais forte e bravo dos filhos do sertão, “*por cuja fortaleza física e moral bem merece se lhe eduque a terra, a fim de que ele se possa integrar no concerto da civilização brasileira*” (idem).

Seu tipo étnico é caboclo, como no caso vaqueiros até agora citados, com uma maior influência do elemento indígena. Segundo a descrição do tipo, o sangue indígena se refletia no espírito aventureiro e no sentimento de liberdade que influenciaram para que o vaqueiro não se tornasse sedentário e dedicado às atividades agrícolas.

Na descrição de suas atividades a figura do vaqueiro parece moldada pelo ambiente e reagindo de acordo com os desafios por este colocado. Enquanto o gado pasta “*molemente*”, o vaqueiro permanece “*montado em seu cavalo pequeno, magro e resistente como ele próprio fica horas a fio imóvel, desajeitado e recurvo sobre a alimária, olhando a paisagem cinzenta e monótona*”. Porém, “*toda a sua habilidade se transmuda em atividade, energia, ação*” (idem) quando, reconduzindo o gado à fazenda, alguma rês escapa, o que o obriga a agir rapidamente:

resta-se rápido o deselegante cavalheiro e dispara caatinga a dentro, numa correria desenfreada (...) Deitado rente ao dorso da cavalgadura e protegido, da cabeça aos pés, pela sua roupa de couro, lá se vai o bravo vaqueiro, quebrando e estalando a seca e contorcida galharia na perseguição tenaz ao animal desgarrado (idem).

Confunde-se a postura do vaqueiro nordestino com as condições da caatinga em que vive: imóvel, monótona, opressiva, em alguns momentos; dura, forte, “*espinhenta*”, em outros. A ideia de que a roupa do vaqueiro se assemelha a uma “*armadura*”, presente no texto, reforça a impressão de que se trata de um guerreiro, de um valente, de um forte.



Figura 34: Vaqueiro do nordeste, desenho de Pety Lau. RBG, vol. 3, no. 2.

Citando Euclides a autora descreve as vestes: “*Esta armadura, porém, de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, não tem cintilação, não rebrilha, ferida pelo sol. É fosca e poenta. Envolve o combatente de uma batalha sem vitória...*” (idem). Trata-se, assim, de um valente cuja coragem não é objeto da admiração dos outros, colocando-a em prática nas atividades de sobrevivência da batalha cotidiana da vida no sertão.

A conexão entre o sertanejo e seu ambiente também é retratada na descrição da caatinga (RBG, Vol. 2, no. 1). Afirma Eduardo Pessoa da Câmara que a caatinga é o cenário principal em que vive e do qual vive o “*bom gigante*”, o vaqueiro nordestino. Mais uma vez se recorre a Euclides para afirmar este tipo como “*o cerne da nacionalidade brasileira*”. Por fim, afirma o autor que “*caatinga e vaqueiro compreendem-se e formam, numa associação fantástica, um só corpo, prenhe de estoicismo e de brasilidade*” (CÂMARA, 1940:92).

Encerrando seu texto, a autora faz uma comparação entre o vaqueiro nordestino e o seu “irmão do sul”: o gaúcho. Este é combativo, impulsivo e exuberante, enquanto o nordestino não é combativo, mas sim combatente; não é impulsivo, e sim calculista; não tem

palavras e gestos largos, é lacônico e retraído. Mas se assemelham quanto aos gêneros de vida, aos sentimentos de liberdade e honra.

O último vaqueiro que citamos nesta comparação entre os tipos regionais é o gaúcho, correspondente ao quadro típico da campanha sul-rio-grandense. O cavalo do gaúcho (ou “pingo”) é historicamente fundamental em suas atividades, não apenas relacionadas à criação de gado, mas também pelas necessidades dos combates nesta região de fronteira. Lindalvo Bezerra dos Santos chama a atenção para uma série de aspectos da vida do gaúcho, como a alimentação (caracterizada pelo churrasco), e destacando o chimarrão como um de seus elementos mais representativos. Suas roupas típicas são o chapéu de couro ou feltro de abas largas, o poncho, um lenço no pescoço, camisa de lã ou pano grosso, que, assim como a dos outros vaqueiros, é adaptada às condições climáticas (no caso do sul, uma região com épocas extremamente frias), as bombachas, as botas chilenas, a “guaiaca” (largo cinto) onde leva a faca numa bainha e a garrucha no coldre, e a presilha do rebenque de várias tiras no pulso.

O autor aponta algumas de suas características psicológicas, tendo ânimo belicoso, exuberante e cavalheiresco, figura varonil que, apesar dos sentimentos de honra e lealdade comuns ao seu “irmão” sertanejo, foi considerado por outros autores (cita-se Saint-Hilaire) como “*pouco afável, talvez rude*”. É importante ressaltar que estas características podem ser associadas ao fato, já levantado no texto, de os gaúchos viverem em uma região de fronteira. Este tipo de área é, historicamente, marcado pelo conflito; por isso, o seu caráter mais combativo.



Figura 35: O Gaúcho, desenho de Percy Lau. RBG, Vol. 2, no. 2.

Uma breve comparação entre as representações imagéticas dos vaqueiros, em suas especificidades regionais, mostra que estas acompanham as descrições feitas nos textos (com exceção da imagem do vaqueiro do Rio Branco, que não é de autoria de Percy Lau, e cuja diferença da “realidade” é marcada pelo próprio autor do texto). Vemos, assim, o vaqueiro de Marajó, com seu olhar ao longe que transmite um sentimento de serenidade, e o vaqueiro do Rio Branco, figura humilde e hospitaleira, que representa as populações que vivem distante dos grandes focos de “civilização”. Já o vaqueiro do nordeste é apresentado com uma postura retraída em cima de seu cavalo, imobilizado por sua armadura de couro que lhe permite enfrentar a espinhenta caatinga. Está retratado em seus momentos de passividade, e seu semblante, que demonstra seriedade, parece reproduzir a monotonia e a crueza da paisagem. O gaúcho aparece ativo, em seu cavalo, fazendo uso do laço, vestido com suas roupas típicas.

Das imagens retratadas é a que representa uma cena mais ativa, transmitindo a ideia de espírito aventureiro.

As imagens e texto da série *Tipos e Aspectos*, como chamamos a atenção anteriormente, além de expressarem a diversidade (entendida como riqueza) dos tipos humanos, das paisagens e das atividades econômicas, carregam consigo uma sensação de nostalgia, pois o desenvolvimento e o progresso cada vez mais modificavam as paisagens e os gêneros de vida das populações. Tratava-se, sob certo prisma, de se construir um inventário dos tipos “originais” de brasileiros, em suas vertentes regionais, criando identidades territorializadas que, “somadas” e “encaixadas” em um grande quebra-cabeça, formavam a identidade nacional, a identidade coletiva que o Estado Novo buscava sedimentar. Vaqueiros, garimpeiros, boiadeiros, faiscaidores, seringueiros, uma série de homens exercia atividades que, historicamente, foram fundamentais para a redefinição das fronteiras do país e para a ocupação de áreas do oeste brasileiro. Esses personagens eram transformados em heróis, eram encarados como cerne da nacionalidade, pois garantiam, até a atualidade, a “brasilidade” daquelas áreas tão distantes da nação, onde o próprio Estado não “alcançava”.

Salientamos a importância das principais vertentes geográficas em voga no período para a compreensão da “essência” das representações construídas na série. A geografia humana, e a influência de Vidal de La Blache e de seus discípulos que trabalhavam no Brasil, difundindo conceitos importantes como o de gêneros de vida, são fundamentais para apontar certos aspectos da construção das representações dos tipos regionais. Angotti-Salgueiro fornece uma interessante síntese dos elementos que envolvem essas construções. Segundo a autora, na série *Tipos e Aspectos do Brasil* existiria

(...) um gesto de mapear os tipos sociais no trabalho, na sua maneira de viver, trabalhar, se alimentar e transformar as paisagens. O conhecimento do território humanizado, da etnologia, da natureza psicológica dos tipos, da mistura de raças, da ligação tipo e lugar, enfim, da territorialização das identidades que compõem o conjunto de regiões da nação, explica a série, dentro da linha descritiva vidaliana: “solo-cultura-ocupação dos lugares-habitações-traços psicológicos” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005: 30).

Observando alguns pontos de análise destacados por Angotti-Salgueiro, é importante ressaltarmos que as imagens de autoria de Percy Lau são parte de um grande conjunto de obras iconográficas realizadas no período por diferentes autores, e que se inserem na perspectiva da representação de identidades territorializadas que se tornaram “*emblemas autorizados ou ícones nacionais*” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005: 26).

O material iconográfico apresentado pela autora traduz perfeitamente esta ideia de um contexto marcado por ideias-força sobre a relação entre identidade, cultura e território que perpassa as obras de diversos artistas e intelectuais. Segundo Angotti-Salgueiro:

Os desenhos de Percy Lau fazem parte de uma visão iconográfica do Brasil (...), de tipos e cenas emblemáticas, na linha de uma *imagerie* regionalista ancorada na paisagem, *imagerie* que se constitui na longa duração em circuitos que passam pelo Estado, intelectuais, artistas, viajantes (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005: 27).

Como exemplo, podemos citar uma série de fotografias apresentadas por Angotti-Salgueiro em seu trabalho. Estas fotografias são utilizadas pela autora para comprovar que as imagens de Percy Lau não representam uma perspectiva inédita ou única. Elas se inserem em um movimento muito mais amplo de intelectuais e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que participavam do esforço de construção de representações sobre o que era Brasil e como eram os brasileiros, esforço este que também estava nos planos do Estado Novo.

Destacaremos as fotografias do vaqueiro do nordeste, de autoria de Pierre Monbeig, de 1944, e as de arpoadores de Jacaré, de Marcel Gautherot, de 1943.



Figura 36: Fotografia de Pierre Monbeig encontrada em Angotti-Salgueiro, 2005. Copyright PRODIG / CNRS, Paris.



Figura 37: Fotografia de Marcel Gautherot encontrada em Angotti-Salgueiro, 2005. Acervo do Instituto Moreira Salles.

O exame das fotografias nos permite identificar uma grande semelhança entre os elementos nela retratados e as imagens de Percy Lau. Esta semelhança não é apenas visual, identificável nas vestes dos personagens, nas suas ações, nas suas posturas. A semelhança está, principalmente, no olhar dos autores das imagens. Os autores buscam transmitir o sentimento de realidade, de retrato do cotidiano real destes tipos, da sua interação com o meio em que vivem, dos seus gêneros de vida. Inserem-se no contexto do período e nos objetivos comuns de construir representações em que o tipo, o ambiente e a cultura se mesclam, forjando uma identidade territorializada do homem brasileiro.

Angotti-Salgueiro afirma que *“o país nunca viveu uma época tão marcante de voluntarismo de auto-representação, de política cultural e pedagógica consciente e organizada em várias frentes do conhecimento e da construção de imagens emblemáticas”* (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005:26). Esta construção de imagens emblemáticas não era exclusiva do Estado Novo, mas era parte fundamental do seu projeto de criação de legitimidade e de elaboração de uma identidade nacional coletiva.

A proposta de uma metodologia de análise das imagens de Percy Lau por meio da divisão destas em três grupos – que retratavam os elementos “típicos”, as paisagens e os tipos – busca refletir os elementos que estão na base “ideológica” da elaboração destas representações: a trinca homem – meio – cultura (no caso dos elementos “típicos”, a cultura material). Como buscamos demonstrar, estes três elementos não formam três universos distintos e estanques. Um deles pode ser identificado como aspecto central em uma ou outra imagem, mas os outros dois estão sempre presentes, se confundem, se fundem, pois o tipo não pode ser compreendido a não ser por esta fusão, como resultado e efeito dela.

A elaboração dos tipos regionais brasileiros e sua expressão imagética, aqui analisadas, davam conta de várias demandas ideológicas do regime estadonovista. A primeira a ser destacada é a valorização do homem rural como cerne da nacionalidade. Desvinculando este homem rural das ideias de atraso e preguiça, associadas ao campo por diversas correntes intelectuais e políticas, as imagens dos tipos forneciam a ideia de um homem forte, que participou da construção da nação brasileira ao longo do seu processo histórico, por meio do trabalho, da produção de riquezas e da ocupação da terra. O homem rural, em seu isolamento, manteve as características culturais mais “puras” da brasilidade. Outro aspecto é a questão da criação de um discurso impulsionador da política da Marcha para Oeste. O relato do cotidiano e do gênero de vida dos tipos busca reforçar que o interior do país é rico, com inúmeras potencialidades econômicas que contribuiriam para o desenvolvimento nacional. O homem rural aparecia como modelo a ser seguido, como exemplo na exploração das riquezas brasileiras, apesar de ficar claro que era necessário fornecer a este homem rural meios, com técnicas e equipamentos modernos que o auxiliassem em sua tarefa “cidadã”.

Por último, o discurso dos tipos regionais estava na base do discurso de elaboração de uma identidade nacional coletiva. Em meio aos debates acerca do regionalismo / federalismo X centralismo, a ideia de que a unidade nacional brasileira era resultado da soma das pequenas partes regionais. Assim, o que era ressaltado entre as regiões não era a questão da diferença, mas sim, da diversidade de tipos, paisagens e culturas. A questão da diversidade aparecia como um aspecto positivo, como uma das riquezas do Brasil.

Que balanço podemos fazer, enfim, sobre a questão do campo e do homem rural durante o Estado Novo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uma notícia tá chegando lá do interior
não deu no rádio, no jornal ou na televisão
ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil,
não vai fazer desse lugar um bom país
(Milton Nascimento & Fernando Brant,
Notícias do Brasil (os pássaros trazem))*

Atualmente, no Brasil, o universo rural está na agenda de debates de intelectuais, movimentos sociais e setores políticos, principalmente frente à indefinição da questão agrária no país. Preocupações antigas, como a reforma agrária, a legislação trabalhista e o investimento nas atividades rurais, têm sido acompanhadas de temáticas mais recentes e cada vez mais importantes como a questão do consumo, da defesa alimentar e, principalmente, o problema ambiental. Porém, o desafio de tratar estas questões do ponto de vista da História tem sido grande, principalmente em relação a períodos como o abordado neste estudo. Fizemos referência a uma série de trabalhos importantes; porém, ainda são poucos os pesquisadores envolvidos e a abrangência das pesquisas realizadas. Com a crise cafeeira e o processo de industrialização, acelerados na década de 1930, parece que o homem do campo e o espaço rural “sumiram” da narrativa histórica. É na tentativa de promover uma maior compreensão destes temas que o presente estudo visa contribuir.

Partimos da hipótese de que, apesar do impulso dado ao universo urbano-industrial no cenário brasileiro após 1930, o espaço e o homem rural não estavam excluídos dos projetos de desenvolvimento então elaborados. Para comprovar tal hipótese identificamos as propostas presentes nestes projetos e concluímos que seus pontos principais eram: a complementaridade entre as atividades industriais e agrícolas; a ocupação dos “espaços vazios” e a sua integração ao restante do país; a modernização das atividades econômicas no campo; e a formação de um homem rural ideal, qualificado para o trabalho, educado e livre de doenças.

Vimos que estas políticas encontraram correspondência nas propagandas do Estado Novo. Criaram-se discursos que valorizavam o campo não apenas em seu aspecto econômico, como fonte de riquezas para o Brasil: os espaços interiores foram retratados como reservas de nacionalidade, como o lugar em que as nossas raízes culturais permaneciam “puras”. O homem rural era retratado como o guardião das nossas tradições e portador de elementos “típicos” da nacionalidade brasileira.

Porém, a falta de resolução dos problemas agrários e a incapacidade do Estado Novo em concretizar seus projetos para o campo tiveram como consequência uma leitura do período marcada pela exclusão do universo rural. Esperamos que este trabalho tenha alcançado o objetivo de colaborar com os estudos que o precederam na afirmação da relevância do tema. Afinal, mesmo na atualidade, podemos questionar o real avanço no processo de incorporação do homem rural à sociedade brasileira. De acordo com as premissas do ideário liberal, esta incorporação teria sido efetivada com a concessão dos direitos políticos e sociais. Mas a cidadania não prevê o efetivo exercício destes direitos? Terá a população rural, hoje, acesso à educação, à saúde, à representatividade política, à terra? E se concluímos que a cidadania plena não se realizou, podemos então afirmar que o universo rural está excluído dos projetos do estado, hoje? Compreendemos que se tratam dos mesmos questionamentos e da mesma forma de pensar a situação no passado.

Essas reflexões não significam que devemos olhar para os projetos do Estado Novo de maneira a-crítica. Avançou-se pouco, tanto pelas dificuldades estruturais de se realizar um projeto nacional de tal dimensão, quanto, principalmente, pelas limitações colocadas pelos interesses dos setores agrários com os quais o regime buscou, em alguma medida, conciliação.

Após séculos de isolamento e falta de uma rede de comunicação ágil entre as diferentes regiões do país, a proposta de ocupar os espaços vazios e integrar fisicamente a nação era um projeto grandioso demais pelas condições que se colocavam. Os projetos de colonização, que, como vimos, foram políticas elaboradas no contexto da Marcha para Oeste, acabaram esbarrando em impasses financeiros que impediam a consolidação da infraestrutura necessária para que os núcleos coloniais prosperassem. A saúde, no combate às endemias que prejudicavam o homem do campo, e a educação, que não permitia apenas a alfabetização e a formação formal, mas também a preparação para o trabalho, não chegaram aos recantos do país como se propunha.

A construção de um campo moderno e dinâmico, como vimos, fazia parte da agenda política de diversos setores agrícolas em períodos anteriores ao Estado Novo. As transformações políticas e econômicas que tomaram o mundo na década de 1930 só reforçaram a necessidade de transformações, levadas a diante pelo estado a partir de um projeto modernizador e interventor. Assim, as propostas de diversificação produtiva, de modernização técnica e de qualificação da mão-de-obra foram bem recebidas por parte destes setores. Como procuramos destacar, apesar da incorporação do trabalhador rural não se efetivar em termos de regulação trabalhista, ela foi proposta no sentido de preparar o homem rural para as transformações advindas da modernização. Saúde, educação e a concessão de terras para pequenos proprietários eram medidas que visavam à criação do homem rural ideal: trabalhador, adaptado às técnicas modernas, e produtor de riquezas para o país. Porém, essa convergência de interesses entre estado e setores agrícolas não significou consenso sobre a questão. O projeto centralizador propunha intervir na questão trabalhista também no campo, o que permitiria pôr fim ao controle econômico, social e político dos grandes fazendeiros sobre o trabalhador rural pobre, que poderia ser incorporado à base de apoio ao regime. Se setores agrícolas apoiavam projetos de modernização, ao mesmo tempo preferiam a conservação de aspectos tradicionais de mando e controle sobre a mão-de-obra rural. É importante lembrar que, após um tenso período de confronto político durante os governos provisório e constitucional, o Estado Novo caracterizou-se pela predominância do projeto centralizador, porém, sustentado pelo consenso e uma relativa harmonia entre as facções políticas e os interesses divergentes.

Na verdade, os desafios da integração real – integração tanto física quanto em termos de direitos e cidadania da população rural — se colocam até hoje, esperando ainda soluções efetivas. Portanto, acreditamos que as possíveis críticas aos projetos do Estado Novo não são motivos para excluirmos o homem rural do seu lugar na história, tenha sido este qual for.

É interessante observar a complexidade de maneiras como este homem rural foi representado pela ideologia estadonovista. Em alguns momentos com o ideal do homem moderno, técnico; em outros, retratado em todo o seu tradicionalismo, com a enxada trabalhando a terra, cantando com a viola ao luar, interagindo com a natureza. Ao construir-se uma identidade nacional, que era composta pela diversidade regional, as paisagens e os tipos humanos característicos das diversas regiões do país representavam, também, o espaço e o homem rurais. Fazendo uso da história e da geografia (esta privilegiada em nosso estudo), o Estado Novo construiu imagens de identidades territorializadas que seriam incorporadas ao imaginário nacional a partir de elaborações como a série *Tipos e Aspectos do Brasil*. Na série, como o próprio nome ressalta, os tipos humanos, as paisagens e os aspectos característicos da identidade brasileira são apresentados em sua variedade. Vimos, assim, que o homem rural do Estado Novo não era apenas aquele com chapéu de palha e enxada na mão; era também o

vaqueiro, o sertanejo, o colhedor de café, as extratoras do babaçu, etc. E o espaço rural não era apenas o verde campo de plantações; era, também, a caatinga, as planícies amazônicas, as fronteiras do sul do país. Estes são, provavelmente, alguns dos tipos e mitos sobre o povo brasileiro mais cristalizados no imaginário nacional até a atualidade, sendo a ideia de diversidade cultural e racial um dos aspectos mais destacados em propagandas, campanhas políticas e diversas formas de expressão midiáticas.

Mas, se por um lado a variedade racial, cultural e profissional dos tipos regionais é valorizada na construção da identidade nacional, por outro, o discurso oficial “mascara” os conflitos ao falar do homem rural como alvo das ações políticas estatais. Ao retratar o modelo de homem ideal, o Estado Novo diluiu todas as tensões sociais (seja da luta pela terra, seja das relações de dominação estabelecidas no campo) ao referir-se ao homem rural sempre como de maneira genérica. Seja proprietário ou empregado, a categoria homem rural é utilizada sempre em referência àquele que trabalhava seu ambiente para a produção de riquezas para o país. É possível perceber que o modelo principal é o do proprietário, e o melhor exemplo é o personagem Renato, do livro: *Terra Abençoada*. Mesmo sendo o dono da propriedade, Renato não a deixou nas mãos dos empregados, estando diretamente envolvido nas atividades da fazenda. Isso não significa que todas as políticas do regime estavam voltadas apenas para os projetos de difusão da pequena propriedade. Principalmente ao tratarmos da questão da educação rural, pudemos identificar uma série de políticas destinadas à formação do trabalhador qualificado que não seria, necessariamente, o proprietário da terra. Apesar desta possível distinção entre trabalhadores e proprietários, existente nas políticas e nos discursos do Estado Novo, é preciso afirmar a generalidade com que o termo, homem rural, foi utilizado, estando ausentes da fala oficial categorias importantes como parceiro, agregado e outras que nos permitem compreender a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas e dos conflitos existentes no campo.

Esperamos que este trabalho seja apenas um primeiro passo na trilha de um caminho profícuo. Não apenas o tema geral, mas também o objeto aqui proposto, têm muito mais a oferecer do que o que pode ser por nós explorado. Acredito, por exemplo, na potencialidade de se estudar as formas como as representações construídas pelo estado foram recebidas e utilizadas por diferentes grupos sociais. Abrem-se, assim, novas possibilidades de estudos no futuro. Desejamos, assim, que seja dado ao homem rural o seu lugar de importância na historiografia, e que estas reflexões se desdobrem em possibilidades para lidarmos com a questão também no mundo presente.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Consultadas

Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas/FGV – Rio de Janeiro

- COSTA, Fernando. *Realizações do Presidente Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura. Conferência realizada no Palácio Tiradentes, em 20 de Dezembro de 1940*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, s.d.

Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura/SNA

- *A Lavoura* - Revista da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira - Artigos:

MIRANDA, Tasso de. Braços para o Brasil. In: *A Lavoura*. Ano XLIV. julho – setembro de 1940.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas/FGV - Rio de Janeiro

- VARGAS, Getúlio. Coleção *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. *Cartilha do povo: para ensinar a ler rapidamente*. São Paulo: Melhoramentos, 1943.
- Opúsculo “*Brasileiros Ouvi!*”: Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1940.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstron. *Cartilha do povo: para ensinar a ler rapidamente*. São Paulo: Melhoramentos, 1943.
- Revista Cultura Política – Artigos:

A colonização agrícola – Reportagem especial de Cultura política. In: *Revista Cultura Política*. Ano III, nº. 35. Rio de Janeiro: DIP, Dezembro de 1943. p. 184-195.

ALMEIDA, Rômulo de. A mobilização econômica e o planejamento da expansão do país. In: *Revista Cultura Política*. Ano III, Número 27. Rio de Janeiro: DIP, Maio de 1943.

ANDRADE, Almir de. A evolução política e social do Brasil. In: *Revista Cultura Política*. Ano I, nº. 1. Rio de Janeiro: DIP, Março de 1941. p. 5–8.

CORRÊA, Afrânio. As regiões naturais e a sua influência na vida social. In: *Revista Cultura Política*. Ano I, nº. 10. Rio de Janeiro: DIP, Março de 1941. p. 37-45

MAGALHÃES, Basílio. *O Povo Brasileiro Através do Folclore*. In: *Revista Cultura Política*. Ano I, nº. 1. Rio de Janeiro: DIP, Março de 1941.

MEDEIROS, Paulo de. O panorama da sociedade brasileira. In: *Revista Cultura Política*. Ano 1, no. 4. p. 113 – 120.

OLIVEIRA, Beneval. Variações sobre povoamento e política demográfica. In: *Revista Cultura Política*. Ano III, nº. 33. Rio de Janeiro: DIP, Outubro de 1943. p. 61-72.

RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*. In: *Revista Cultura Política*. Ano I, nº. 1. Rio de Janeiro: DIP, Março de 1941. p. 110-132.

_____. *As bandeiras do século XX*. In: *Revista Cultura Política*. Ano II, nº. 11. Rio de Janeiro: DIP, Janeiro de 1942. p. 13-27.

SOMBRA, Severino. Trabalho e Propriedade – Horizontes sociais do Estado Novo. In *Revista Cultura Política*. Ano I, n. 4. DIP: Rio de Janeiro, Junho de 1941. p. 73-79.

- SILVA, José Pereira da. *As melhores páginas de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Marçal, 1940.

Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Seção de periódicos:

- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Artigos:

MAGARINOS, José. O Homem e a Terra. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, Novembro de 1935.

MARCONDES FILHO, Alexandre. A vida no campo e a vida ilusória nas cidades. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, Julho de 1942.

_____. Hora do Brasil. Palestra do dia 4 de Maio de 1944. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, Maio de 1944.

PRADO JR., Caio. Problemas de povoamento e a pequena propriedade. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Março de 1944.

- Jornal do Brasil
- Revista Nossa Terra
- Revista Riquezas da Nossa Terra

Seção de livros:

AVILA, Aristides. *Terra Abençoada*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1941.

BELO, Venceslau Alves Leite de Oliveira. *Histórico dos trabalhos da SNA durante o ano de 1899*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BERNACCHI, A. *Meios para debellar, mais facilmente, as crises do Brasil Estudo de propaganda dedicado á SNA*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

LIMA, J. Pinto; BUHR, Carlos; LAVOS, G. Cabral de. *Clubes Agrícolas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1940.

RINALDI, Guiomar R. *Os serões na fazenda*. Aprovado pela Diretoria Geral de Ensino para as Escolas Rurais e 3º. e 4º. Graus dos Grupos Escolares. 1945

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE – Rio de Janeiro

- Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação:

BARREIROS, Américo. As “colônias-escolas” como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

BITTENCOURT, Raul. Relatório. In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tipos e Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1975. 10 ed.
- Revista Brasileira de Geografia – Artigos:

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: CNG / IBGE, Vol. 1, no. 1, p. 19-67, jan./mar.; vol.1 no. 2, p. 20-56, abr./jun.; vol. 1, no. 3, p. 16-59, jul./set., 1939.

Outros

- **Revista Nosso Século**

Imagens de DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. O Brasil Novo para a Criança Brasileira. 1941. In: *Nosso Século*. Fascículo 30. São Paulo: Editora Abril, 1980.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Cartaz Marcha para Oeste. 1941. In: *Nosso Século*. Fascículo 24. São Paulo: Editora Abril, 1980.

- GICOVATE, Moisés. *Geografia do Brasil - 4ª Série*. Edições Melhoramentos, 1944.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.
- LOBATO, Monteiro. *O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1948. 2ª. edição.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1957. 9ª edição.

Internet

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. “*Quem foi que disse? Quem foi que fez?*” Rio de Janeiro: DIP, s.d. In: www.ebooksbrasil.org/eLibris/quemdisse.html

TAVORA, Franklin. *O Cabeleira*. In: www.dominiopublico.gov.br

2. Referências

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil Moderno. In: *Anais do Museu Paulista*, Julho-Dezembro de 2005, vol. 13, no. 002. Universidade de São Paulo. p. 21-72.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano Volume I – O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Um fragmento da história da comunicação no Brasil: Cornélio Pires e o caipira paulista. In: *Recensio – Revista de Recensões de Comunicação e Cultura*. In: <http://bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-fragmento-da-historia-da-comunicacao.pdf>

BONAZZI, Marisa & ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus, 1980.

CAMARGO, Aspásia. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano – vol. 10 – Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 9ª edição.. p. 147-272.

CAMPOS, André Luis. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942 – 1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano Volume II – o tempo do nacional -estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.

_____. Ensino Primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. In: *Revista de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 29, no 57, jan.-jun., 2009. p. 117-143.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

CARNEVALE, Maria Cristina. Brasil y Argentina em los anos 30: espejismos y vinculaciones. La barbárie como identidad latinoamericana. In: *A Visão do Outro: Seminário Brasil – Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand, 1985.

_____. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados* [online]. 1991, vol.5, n.11, p. 173-191.

CHAUÍ, Marilena, *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Fotografia e história regional. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 10, abril 1998: p. 208-215.

COUTINHO, Taís. Homem livre e pobre. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DAOU, Ana Maria. Tipos e Aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: CORREA, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (org). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.135-162.

DE LUCA, Tania Regina de. Monteiro Lobato: a luta em prol da brasilidade e do progresso. In: AXT, Gunter & SCHÜLER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil – Cultura e Identidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Seminário Internacional “Da Vida para a História: O Legado de Getúlio Vargas”. Porto Alegre, 2004. In: <http://neic.iuperj.br/textos/O%20Legado%20da%20Era%20Vargas-semin%20C3%A1rio.doc>

DINIZ FILHO, Luis Lopes. *Território e destino nacional: as ideologias geográficas no Estado Novo (1937-1945)*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo. 1994.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FERREIRA, Jorge Luis. A Cultura Histórica dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 10, abril 1990: p. 180-195.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva & LANA, Priscila Maria de. Imagens em livros escolares denominados cartilhas. In: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/329.pdf>

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Editora Unesp, 1997.

FREIRE, Américo & CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro & PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002. p. 30-53.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves, BOMENY, Helena & outros (coord.) *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Trabalhadores do Brasil!* Um estudo sobre a política ideológica do Estado Novo. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV (mimeo), 1981.

_____. A construção do homem novo. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi & VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. FGV, 1982, p. 151-166.

_____. A cultura histórica do Estado Novo. In: *Projeto História*. Revista do Programa de estudos pós-graduados em história. Departamento de História da PUC- SP. Ed. EDUC. nº 16, Fevereiro de 1998.

_____. Através do Brasil: o território e seu povo. In: GOMES, Ângela de Castro & PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 156-197.

_____. Propaganda Política, construção do tempo e do mito Vargas. O calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

GOMES Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e Cultura – representações na paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (org). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 49-70.

GOMES, Paulo César Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, Ângela de Castro & PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002. p. 116-155.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado & MACHADO, Hilda. História e Imagem. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva. (Org.). *História e imagem*. 1ª edição. Rio de Janeiro: CAPES/PROIN, 1998, p. 9-25.

HALL, Michael Reformadores de classe média no Império: a Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, vol. 105, p. 147-171, 1976.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: Continuidades e Inovações. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 127 – 151.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, no. 7, jun-jul 2002. p. 176-187.

_____. Tipos e mitos da modernidade. In: <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/2475.doc>

JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LACERDA, Aline Lopes de. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. In: *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 241-263.

- LE GOFF, Jacques. “Calendário”. In: *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 477-523.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. p. 153-159.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo: Papirus, 1986a.
- _____. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Os anos 30. 2ª. edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986b.
- LIMA, Maria Emília A. T. *A Construção discursiva do Povo Brasileiro: Os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1990.
- LIMA, MIGUEL ALVES DE. Os anos dourados da Geografia Brasileira: antecedentes, realizações e consequências dos anos 50 e 60. In: *Revista geo-paisagem (on line)*, Ano 2, nº 3, 2003. janeiro/junho de 2003.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento - uma problemática em questão, 1530-1918*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida – Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e da memória nacional. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 85 – 101.
- LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- LUCA, Tânia Regina de. Monteiro Lobato: a luta em prol da brasilidade e do progresso. In: AXT, Gunter & SCHÜLER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil – Cultura e Identidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004. p. 135-154.
- MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. In *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, vol. 57, n. 4. p. 67-94. 1995.
- MENDONÇA, Joseli. Abolição. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 13.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Ruralismo: Agricultura, poder e Estado na Primeira República*. Doutorado (Tese) – FFLCH, USP, São. Paulo: 1990.
- _____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Estado e Ensino Agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo - assistencialismo (1930 – 1950)*. In: www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20Sonia%20Mendonça.pdf
- MARCONDES FILHO, Alexandre. A vida no campo e a vida ilusória nas cidades In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Julho de 1942.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 166-176.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Lei de Terras. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 279.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX In: GOMES, Ângela de Castro & PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002. p. 338-369.

_____. Estado Nacional e a conquista dos espaços territoriais e simbólicos. In: *Política e Sociedade*. n. 12, Abril de 2008. P. 13-21.

_____. *Cultura é Patrimônio; um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

OLIVEN, Ruben George. Gilberto Freyre e a questão regional. In: AXT, Gunter & SCHÜLER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil – Cultura e Identidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2004.

OSÓRIO, Lígia. A questão da terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

PARANHOS, Adalberto. *A historiografia e o “samba de uma nota só” do Estado Novo*. Consultado em: www.2csh.clio.pro.br/adalberto%20paranhos.pdf

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CDDI / IBGE, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIAZZA, Maria de Fátima Pontes. *Os afrescos nos trópicos. Portinari e o mecenato Capanema*. Doutorado (Tese) – CFCH, UFSC, Florianópolis - SC: 2003.

POULANY, Karl. *A Grande Transformação – As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho 1995:p 5-27

PRADO, Maria Emília C. *A questão da cidadania no Brasil*. In: www.redem.buap.mx/word/2001emilia.doc.

REIS, José Roberto Franco. *Não há mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937 – 1945)*. Campinas, SP: Tese de Doutorado, 2002.

RIBEIRO. Vanderlei Vazelesk. *A Roça y la Campaña: A questão agrária sob o Vargasismo e o Peronismo em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado (História / UFF), 2006.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. In: http://www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 12-74.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Rio de Janeiro - Brasília: CPDOC/FGV-Universidade de Brasília, 1983 (Col. Temas Brasileiros, 24).

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha – trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. In: *Revista Diálogos*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. vol. 2 n. 1, 1998.

TEMPERINI, Rosana Soares de Lima. *O sertão vai virar campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. 2003

THIESSE, Anne Marie. “La petit patrie enclose la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870 – 1940). In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. p. 3-16.

VANDERLINDE, Tarcísio. Região. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. p. 391.

VELHO, Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998. p. 239-263.

_____. O modernismo e a questão nacional. *O Brasil Republicano Volume I – O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 353-386.

WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Doutorado (Tese). PPGHCS, Fiocruz, Rio de Janeiro: 2008.

WASSERMAN, Claudia. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Edufrgs, 2002.

_____. Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. In: *Revista Anos 90*, Porto alegre, n. 18, dezembro de 2003.

ANEXOS

TABELA – Artigos da Série *Tipos e Aspectos do Brasil* publicados na *Revista Brasileira de Geografia* durante o Estado Novo

TÍTULO	AUTOR	EDIÇÃO DA REVISTA
Arpoadores de Jacarés	Sílvio Froes Abreu	Ano 1, No. 4
Trecho de um rio na Amazônia	Fábio de Macedo Soares Guimarães	Ano 1, No. 4
Caatinga	Eduardo Pessoa Câmara	Ano 2, No. 1
Vaqueiro de Marajó	Lúcio de Castro Soares	Ano 2, No. 1
Campos de criação do Rio Grande do Sul	Lúcio de Castro Soares	Ano 2, No. 2
O gaúcho	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 2, No. 2
Campo Cerrado	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 2, No. 3
Boi de Sela	Virgílio Corrêa Filho	Ano 2, No. 3
Floresta da encosta oriental	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 2, No. 4
Burros de carga	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 2, No. 4
Jangadeiros	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 3, No. 1
Coqueirais das praias do nordeste	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 1, No. 4
Vaqueiro do nordeste	Maria Fagundes de Sousa Doca	Ano 3, No. 2
Agreste	Maria Fagundes de Sousa Doca	Ano 3, No. 2
Carro de Boi	Lúcio de Castro Soares	Ano 3, No. 3
Floresta de galeria	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 3, No. 3
Negras Baianas	Lúcio de Castro Soares	Ano 3, No. 4
Cacau	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 3, No. 4
Pinhal	Lindalvo Bezerra dos Santos	Ano 4, No. 1
Carroças coloniais do sul	Lúcio de Castro Soares	Ano 4, No. 1
Gaiolas e vaticanos	José V da Costa Pereira	Ano 4, No. 2
Seringueiros	José V da Costa Pereira	Ano 4, No. 2
Campos do Rio Branco	José V da Costa Pereira	Ano 4, No. 3
Vaqueiro do Rio Branco	José V da Costa Pereira	Ano 4, No. 3

Buritizal	José V da Costa Pereira	Ano 4, No. 4
Garimpeiros	José V da Costa Pereira	Ano 4, No. 4
Ervais	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 1
Ervateiros	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 1
Rendeiras do Nordeste	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 2
Carnaubais	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 2
Castanhais	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 3
Regatões	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 3
Barqueiros do São Francisco	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 4
Grutas calcárias do São Francisco	José V da Costa Pereira	Ano 5, No. 4
Salinas	José V da Costa Pereira	Ano 6, No. 1
Babaçuais	José V da Costa Pereira	Ano 6, No. 1
Pantanal	José V da Costa Pereira	Ano 6, No. 2
Charqueada	José V da Costa Pereira	Ano 6, No. 2
Gerais	José V da Costa Pereira	Ano 6, No. 4
Balsas	José V da Costa Pereira	Ano 6, No. 4
Faiscadores	José V da Costa Pereira	Ano 7, No. 1
Região Central de Minas Gerais	José V da Costa Pereira	Ano 7, No. 1
Extratores de pinho	Elza Coelho de Sousa	Ano 7, No. 2
Campos de Garapuava	Elza Coelho de Sousa	Ano 7, No. 2
Colheita de café	Elza Coelho de Sousa	Ano 7, No. 3
Cafezal	Elza Coelho de Sousa	Ano 7, No. 3
Restinga	Elza Coelho de Sousa	Ano 7, No. 4
Pescadores do litoral sul	Elza Coelho de Sousa	Ano 7, No. 4